KLS

# História da educação

# História da educação

Reinaldo Barros Cicone
Leandro Eliel Pereira de Moraes

© 2016 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

**Presidente**
Rodrigo Galindo

**Vice-Presidente Acadêmico de Graduação**
Mário Ghio Júnior

**Conselho Acadêmico**
Alberto S. Santana
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Camila Cardoso Rotella
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé
Emanuel Santana
Grasiele Aparecida Lourenço
Lidiane Cristina Vivaldini Olo
Paulo Heraldo Costa do Valle
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

**RevisãoTécnica**
Rosângela de Oliveira Pinto

**Editoração**
Adilson Braga Fontes
André Augusto de Andrade Ramos
Cristiane Lisandra Danna
Diogo Ribeiro Garcia
Emanuel Santana
Erick Silva Griep
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Cicone, Reinaldo Barros
C568h História da educação / Reinaldo Barros Cicone, Leandro Eliel Pereira de Moraes. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.
264 p.

ISBN 978-85-8482-672-8

1. História da educação. 2. Educação. I. Moraes, Leandro Eliel Pereira de. II. Título.

CDD 370.9

*2016*
*Editora e Distribuidora Educacional S.A.*
*Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza*
*CEP: 86041-100 — Londrina — PR*
*e-mail: editora.educacional@kroton.com.br*
*Homepage: http://www.kroton.com.br/*

# Sumário


**Unidade 1 | História, sociedade e educação** 7

Seção 1.1 - A educação como fator histórico, político, social e cultural 9
Seção 1.2 - A educação na antiguidade: Grécia e Roma 23
Seção 1.3 - A educação na Idade Média 36
Seção 1.4 - A educação na Idade Moderna 51

**Unidade 2 | História, sociedade e educação no Brasil I** 71

Seção 2.1 - A educação na colônia: o período jesuítico e a reforma pombalina 73
Seção 2.2 - A educação no Período Joanino e Imperial 87
Seção 2.3 - A educação no Período Contemporâneo e sua influência sobre a educação brasileira 101
Seção 2.4 - A pedagogia no Período Contemporâneo e suas influências sobre a educação brasileira 114

**Unidade 3 | História, sociedade e educação no Brasil II** 135

Seção 3.1 - A educação brasileira na Primeira República 137
Seção 3.2 - A educação brasileira no primeiro governo Vargas 150
Seção 3.3 - A educação brasileira no Estado Novo 167
Seção 3.4 - A educação brasileira no período desenvolvimentista: segundo governo Vargas, JK, Jânio e João Goulart 179

**Unidade 4 | História, sociedade e educação no Brasil III** 199

Seção 4.1 - A educação brasileira no período militar 201
Seção 4.2 - A educação brasileira nos anos 1980 217
Seção 4.3 - A educação brasileira nos anos 1990 230
Seção 4.4 - A educação brasileira nos governos Lula e Dilma: continuidades e rupturas na política educacional 245

# Palavras do autor

Estudar a história da educação implica também estudar a história da humanidade. Só é possível compreender a educação e a Pedagogia relacionando-as com os fatores políticos, econômicos, culturais e sociais. Não há educação fora da sociedade, já que é transformada por esta e colabora na sua transformação. José Martí (1853-1895), poeta e escritor, dizia que "educar é depositar em cada homem toda obra humana que o antecedeu; é dar a cada homem o resumo do mundo vivido até aquele dia em que vive". (apud STRECK, 2009, p. 91). Eis o grande desafio da educação. Evidentemente não se trata de uma atividade passiva, pois ela pressupõe uma interação entre trabalho docente e discente, recursos metodológicos, condições estruturais e sociais, além de esforços coletivos e individuais na construção da autonomia intelectual.

Se quisermos compreender como a educação se encontra hoje, seus impasses e desafios, é fundamental ter um olhar mais abrangente e percebermos como as diversas perspectivas societárias advogam determinadas concepções educacionais; como as diversas políticas econômicas interferem diretamente na escola em que trabalhamos; e como as diferentes metodologias levam a caminhos educacionais e pedagógicos diferenciados. Isso só é possível com uma formação cultural mais ampla. Esperamos que a História da Educação colabore nesse seu prazeroso percurso, contribuindo para que você adquira os fundamentos históricos e filosóficos essenciais para sua formação docente.

Nosso percurso na primeira unidade inicia-se por uma breve reflexão sobre a relação entre educação e sociedade, momento em que estudaremos a educação da Antiguidade até o Período Moderno. Em seguida, na segunda unidade, com a chegada dos portugueses e jesuítas ao Brasil, percorreremos suas experiências pedagógicas, passando, também, pelo período Joanino e Imperial, em que compreenderemos as influências educacionais e pedagógicas de outras partes do mundo sobre o Brasil. Na terceira unidade, que compreende desde o início da Primeira República até o governo João Goulart, analisaremos as diversas perspectivas, experiências e políticas educacionais em disputa

na construção de um sistema de ensino no país. Por fim, na quarta unidade, veremos as modificações que o período ditatorial impôs à educação brasileira e à trajetória da educação brasileira dos anos 1980 até os dias de hoje.

Bons estudos!

# História, sociedade e educação

*Leandro Eliel Pereira de Moraes*

**Convite ao estudo**

Esta primeira unidade analisará os primórdios da educação ocidental, buscando compreender como as primeiras civilizações lidaram com suas necessidades educacionais e pedagógicas. Neste sentido, a relação entre educação e sociedade será constantemente analisada, demonstrando que os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais possuem uma interdependência.

O objetivo geral desta unidade é que você conheça os fundamentos históricos e filosóficos da educação para considerá-los em sua atuação docente, encontrando os elementos fundamentais da dimensão social da educação.

Para que você compreenda melhor essas reflexões teóricas, vejamos o caso de Alice, aluna do curso de Pedagogia, que estava numa aula de História da Educação refletindo com seus colegas sobre os conteúdos de educação na Antiguidade. O professor, percebendo o incomodo de Alice, estimulou a estudante a expressar suas opiniões. Alice, então, perguntou: "professor, para que eu preciso aprender isso tudo se o meu foco de atuação será a sala de aula na Educação Básica"?

O professor respondeu que grande parte dos demais discentes ainda não tinha uma dimensão de todos os conteúdos necessários à formação de um educador. Alice imaginava que encontraria apenas disciplinas que lhe dessem instrumentais práticos e metodológicos para lidar com as tarefas que teria em sala de aula. Diante dessa situação, como relacionar os conteúdos de História da Educação com o cotidiano de

Alice? Qual é a relação entre a educação na Antiguidade com os dias de hoje? O que esses conhecimentos podem colaborar na atividade que Alice desenvolverá em sala de aula com seus alunos?

Para buscar essas respostas, na primeira seção, por meio de um breve histórico da relação entre educação e sociedade e da análise de como as diversas formações sociais produziram o que hoje denominamos de dualismo escolar, expressando concepções de educação que atendiam interesses sociais diversificados, veremos como se deu a constituição do indivíduo pelo trabalho e pela educação. Essa breve reflexão teórica ajudará a compreender melhor o papel da educação e dos educadores em nossa sociedade. Na segunda seção, analisaremos a Antiguidade grega e romana, os elementos fundamentais da Paideia e da Humanitas, a relação da educação com a Filosofia e suas perspectivas educacionais e pedagógicas. Na terceira seção, veremos a educação feudal sob a cristandade europeia, a relação entre fé e razão e como a crise do feudalismo produziu novas perspectivas no campo intelectual. Por fim, na quarta seção, analisaremos o período moderno com suas novas formas de produção da riqueza, suas gigantescas descobertas em variados campos do conhecimento e suas implicações na educação e na Pedagogia.

# Seção 1.1

## A educação como fator histórico, político, social e cultural

### Diálogo aberto

Para analisarmos a relação entre educação e os fatores históricos, políticos, sociais e culturais, retomaremos o caso de Alice, que encontrou enormes dificuldades para entender como a história da educação na Antiguidade poderia auxiliá-la nas suas tarefas em sala de aula com seus alunos. No exato momento em que Alice questionou o professor, o conteúdo que estava em debate era o acesso exclusivo que a elite grega tinha à educação, enquanto que as mulheres, os estrangeiros e os escravos não tinham direito a ela. O professor prosseguiu sua aula afirmando que, desde o surgimento das sociedades de classes, o dualismo educacional foi instalado, ou seja, aquilo que as elites necessitavam aprender não era o mesmo que os demais setores necessitavam para a manutenção das diversas ordens sociais.

Alice, então, questionou sobre a realidade atual: "como as diferenças educacionais apareciam para os diferentes setores sociais?"

O professor aproveitou a dúvida de Alice e lançou algumas questões para a turma: "é possível afirmar que o dualismo escolar ainda está presente em nossa sociedade atual? Qual é a relação entre os problemas educacionais apontados (a falta de estrutura na maioria das escolas públicas, os baixos salários, as dificuldades de aprendizagem e de formação de professores, a violência no interior e no entorno das escolas, entre outras coisas) e o dualismo escolar? Quais são os fatores que produziram o dualismo escolar na história da humanidade? Qual é a relação entre história, trabalho, sociedade e educação?"

Nesta seção, você encontrará os conteúdos dialogados pelo professor com Alice e sua turma, buscando encontrar as respostas para as questões levantadas, com o objetivo inicial de compreensão das relações entre a teoria, história, educação e sociedade com a prática educativa.

## Não pode faltar

É muito comum encontrarmos nos ambientes educacionais, familiares e profissionais a afirmação de que a educação cumpre a função de preparar as pessoas para o mercado de trabalho. Mas o que é o trabalho? Qual é a função da educação?

Você verá que o trabalho e a educação possuem variadas dimensões e características que se alteram ao longo do tempo. Nesse sentido, parece-nos que a relação entre trabalho e educação possui uma importância que deve ser melhor compreendida para nos aventurarmos na história da educação.

### História, trabalho e o ser social

Desde o surgimento da vida em sociedade, a humanidade necessita, por meio da relação com a natureza, produzir constantemente sua própria sobrevivência. Na medida em que os homens modificam a natureza, eles também se modificam. Não há produção da vida sem a relação com outros seres humanos. Só há constituição da individualidade na relação entre as pessoas. Por isso, é correto tratar o indivíduo como um ser social, historicamente construído por meio das diversas formas de trabalho. Portanto, este é o elemento fundante do ser humano, mas não é o único, como veremos adiante. Esta forma de explicar que a constituição do ser social também é histórica, sendo possível ocorrer após um longo processo de experiência e aprendizado. Na maior parte da história da humanidade, as explicações sobre a relação homem e sociedade eram dadas pelas condições históricas e pelos conhecimentos disponíveis.

No período primitivo, as explicações sobre o mundo fundamentavam-se na religião, tanto nas formas anímicas (animais, plantas, objetos, entre outras coisas que ganham vida ou alma) como nas formas politeístas (vários deuses), explicando a história da humanidade. Havia uma essência humana derivada diretamente da vontade dos deuses.

Na Grécia Antiga, havia uma concepção de mundo que unificava a vontade dos homens e dos deuses. Estes abriam as oportunidades para que os homens aproveitassem num sentido ou em outro. As

relações sociais eram naturalizadas, havia uma essência humana inalterável. Escravos e senhores nasciam com seus destinos traçados, aqueles para o trabalho braçal e estes para funções que exigiam a razão.

Na Roma Antiga, a concepção de mundo predominante expressava-se na frase "os deuses eram romanos". Os romanos aproveitaram as oportunidades oferecidas pelos deuses que os gregos tanto diziam, pois consideravam que a riqueza era uma questão prática. Por isso, o pouco desenvolvimento filosófico, comparado aos gregos, foi compensado pelo grande desenvolvimento na arquitetura, no direito, na arte da guerra, entre outras áreas. Para as elites, o mundo era o local das oportunidades e, para os escravos, o local de sofrimento. A naturalização das relações sociais foi mantida.

Com a crise do Império Romano, o mundo, local de sofrimento para os escravos, passou a fazer parte do mundo das elites. É nesse terreno real de sofrimento para os escravos que o cristianismo se fortalece. Agostinho (354-430) defendia que a essência humana, imutável, era pecadora, que o sofrimento era um processo necessário para o merecimento da vida na cidade de Deus, dando fundamentação teórica e religiosa para a sociedade feudal, justificando as relações de servidão.

No Período Moderno, com o advento do Renascimento e do Humanismo, Hegel (1770-1831) foi o primeiro pensador a desnaturalizar a história, afirmando que na relação entre homem e natureza quem comanda é a humanidade, produtora de sua própria história. Para ele, inicialmente, o homem se via como um objeto, produto da natureza ou das forças mágicas e religiosas (o sujeito em si). Por meio do processo lógico do conhecimento, o homem se reconhece como produtor de sua própria história (o sujeito para si), superando o momento anterior e chegando ao Espírito Absoluto. Para Hegel, o reconhecimento de que o homem produz sua própria história é mediado pelo trabalho, que aparece como resultado do espírito, das ideias, ou seja, a produção da riqueza é uma ação humana. A história seria o resultado de seu movimento interno contraditório (tese, síntese, antítese). Esse processo dialético de reconhecimento, segundo Hegel, só foi possível com a Revolução Francesa, ápice do desenvolvimento histórico da humanidade,

momento em que a humanidade percebeu que poderia mudar os rumos da história.

Se em Hegel houve uma ruptura importante com a naturalização das relações sociais, manteve-se uma naturalização de uma essência humana também imutável, a burguesa, egoísta e proprietária privada dos meios de produção, na mesma linha dos grandes economistas clássicos. A história teria chegado ao seu fim.

O encontro de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) rompeu com essa perspectiva, demonstrando que a essência humana nada mais é do que as relações sociais entre os homens, ou seja, não existe uma essência humana imutável, ela é construída historicamente e, portanto, é mutável. A forma como os homens produzem, distribuem e consomem o produto da riqueza produzida por eles é que determina a consciência social ou sua essência. O trabalho é, assim, a categoria chave para compreensão do ser social, o que não significa que toda dimensão humana seja reduzida a ela.

**Assimile**

O trabalho possui um caráter fundante e estabelece uma relação de dependência recíproca com os demais complexos sociais (político, jurídico, ideológico, entre outros), que possuem uma autonomia relativa em relação ao trabalho. Esse complexo de complexos é a totalidade da realidade social. Não se compreende nenhuma dessas esferas sociais por si só, o mais importante nesse processo é a relação estabelecida entre elas, que estão sempre em constante movimento. Nesse sentido, o ser social também é uma totalidade em processo.

Com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção, ou seja, quando uma determinada parte da sociedade se apropriou do excedente produzido e submeteu outra parcela ao trabalho forçado, a divisão social do trabalho surgiu. De um lado, os produtores da riqueza e de outro, os proprietários dos meios de produção que se apropriaram privadamente dessa riqueza. Dito de outra forma, a comunidade é dividida entre setores antagônicos, independentemente da consciência que os homens possam ter desse processo. A divisão social do trabalho cindiu o trabalho prático e a sua elaboração teórica/intelectual, fazendo que a classe dominada exercesse o trabalho cada vez mais parcial, enquanto que

a classe dominante controlasse aquela.

A classe dominante exerceu esse controle sobre o trabalho intelectual porque detinha privadamente os meios fundamentais de produção, e não porque detinham maiores conhecimentos. Isso produziu uma relação de subordinação do trabalho manual ao intelectual na medida em que este aparecia como o produtor de toda a realidade enquanto que o trabalho manual surgia como subproduto, ou seja, os não produtores apareciam como produtores, enquanto que os reais produtores apareciam como coisas.

**Exemplificando**

Você encontra isso nas atuais propagandas, cujas mercadorias ganham vida e falam diretamente com o consumidor. Quem as produziu? Aparece apenas o nome das empresas e o real produtor desaparece.

Com a divisão social do trabalho, os trabalhadores não controlavam mais todo o processo de produção, distribuição e consumo dos produtos. Produtor e meios de produção estavam separados, assim como os seus produtos. A produção da riqueza passou a ser uma imposição social, escapando ao controle dos produtores. Esse processo passou a ser algo estranho para o produtor, que não se reconheceu mais no controle da produção de sua vida. Marx chamou isso de alienação.

O trabalho implica outras categorias para sua realização, a sociabilidade é uma delas. O trabalho é sempre um ato social, mesmo quando desenvolvido solitariamente, essa é sua natureza, não só porque utiliza elementos desenvolvidos socialmente, mas também porque a linguagem e a educação que esse homem solitário emprega em seu pensamento é um dado social, compondo outros elementos que se fazem presentes nos momentos iniciais do trabalho.

Veja que temos duas dimensões do trabalho: uma "positiva", que constitui o ser social; outra "negativa", que transforma o trabalho em um fardo, em uma alienação, em um sacrifício cotidiano. Essas duas dimensões estão presentes nas sociedades de classes, ou seja, desde o Egito Antigo sob a servidão coletiva e o escravismo, passando pelo

escravismo clássico na Grécia e Roma, na servidão do período feudal, chegando ao trabalho assalariado da sociedade capitalista.

**Reflita**

Faça uma breve comparação entre as sociedades primitivas e a nossa sociedade atual. Podemos, por exemplo, utilizar as tribos indígenas brasileiras para avaliar como o trabalho é organizado entre seus membros e perceber se existem diferenças entre essas duas dimensões citadas. Nessa comparação, onde há trabalho forçado? Como o resultado do trabalho (a riqueza produzida) é dividido? Há diferenciações nos processos educacionais?

### História, educação e o ser social

Com base nessas considerações sobre o trabalho é que analisaremos como a educação, assim como a linguagem, torna-se constitutiva do ser social, cumprindo a tarefa de socialização que o indivíduo necessita para sua inserção social. Aqui, a educação será analisada em seu significado genérico, ou seja, como processo de adaptação social. Esse sentido, nesse processo social, não é negativo, é condição da relação social.

A educação, compreendida como um processo de apropriação de conhecimentos, valores, hábitos, comportamentos, entre outras coisas é um elemento importante para a produção da existência humana e para que o indivíduo se torne apto à vida social. Ainda que a linguagem e a educação estejam presentes desde o primeiro momento, faz-se necessário reafirmar que elas não se confundem com o trabalho, que é a única esfera que faz a mediação entre o homem e natureza para a produção material (e espiritual) da satisfação das necessidades humanas. A distinção aqui é apenas metodológica, para a necessária compreensão de como as partes compõem o todo, já que esses elementos na vida real não se separam.

O aprendizado da língua e a apropriação da produção cultural das gerações anteriores são elementos fundamentais, junto com o trabalho, no processo de constituição do ser social.

**Pesquise mais**

Para compreender melhor a relação entre trabalho e educação, leia o texto a seguir:

TONET, Ivo. **Educação e concepções de sociedade**. Disponível em:<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Educacao_e_concepcoes_de_sociedade.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2016.

A educação e o aprendizado assumem funções importantes no processo de produção da vida material e espiritual, impulsionando o desenvolvimento cultural humano.

Nas comunidades primitivas, a educação era parte de toda atividade individual e, portanto, social. Não havia uma função específica de educação para um determinado indivíduo, pois todos cumpriam essa tarefa, não havendo favorecimento nessa relação de mediação entre os homens. Somente com outras formações históricas é que a educação adquire novos sentidos.

Ainda que panoramicamente tenhamos apresentado algumas características gerais da educação, é preciso tratá-la em suas características históricas concretas. Para isso, é importante que você compreenda outra característica da educação: o seu papel no processo de dominação.

A passagem das sociedades primitivas para as sociedades de classe promoveu profundas mudanças nas diversas formas de organização social, inclusive na educação. Aquele sentido de apropriação dos conhecimentos pela educação é exercido com as sociedades de classe, na direção da manutenção das relações sociais de produção. O Estado, por meio do direito, das forças armadas e da ideologia, exerce outras formas de poder coercitivo para a manutenção da ordem vigente. Além do uso legal da violência, a educação passa a ser um instrumento importante para a naturalização das novas relações sociais. Nesse sentido, ela passa a ter um papel preponderantemente conservador. O dualismo escolar tem origem nesse processo, pois aquilo que as classes dominantes necessitavam conhecer não era o mesmo que as classes dominadas. Durante um longo processo histórico, somente as classes dominantes tiveram acesso à educação, enquanto que as

classes dominadas exerciam o trabalho manual.

Nas sociedades orientais (Egito, China, Índia, Mesopotâmia, Hebreus), em função de suas complexas estruturas econômicas e sociais, sugiram as escolas, além da invenção da escrita fonética alfabética (pelos fenícios) destinadas somente às elites, enquanto que o restante da população adquiria algum conhecimento informal na sua própria família.

Na Grécia Antiga, mesmo com seu enorme desenvolvimento cultural, a educação era elitizada. Somente os membros das famílias proprietárias de terras e de comerciantes tinham acesso ao saber sistematizado, enquanto que a maior parte da população (mulheres, estrangeiros, escravos) era privada desse conhecimento. Enquanto a elite grega usufruía do ócio digno, os demais trabalhavam para garanti-lo. O ócio não tinha caráter negativo, como muitas vezes encontramos hoje; ele representava a possibilidade do exercício de atividades nobres (governar, guerrear, pensar) conferidas às elites, entre elas, frequentar a escola (*scholé*), que significava "o lugar do ócio". Como o poder maior na Grécia antiga era a "ecclesia", a assembleia dos cidadãos, a educação era o instrumento por excelência do exercício da participação democrática por parte dos homens livres.

Na Roma Antiga, com sua sociedade escravagista, também observamos esse mesmo dualismo escolar, fundamentalmente a partir do Império. Dada a sua gigantesca e complexa estrutura, de um lado, a educação foi difundida por conta da necessidade de formação básica de funcionários da máquina estatal e, de outro, pela necessidade de formação mais aprofundada para a elite governante.

No período feudal, sob a cristandade, a educação foi marcada pelas escolas monacais (locais isolados da vida mundana) próximas de mosteiros que ofereciam formação para os religiosos, quase os únicos a terem acesso à instrução. Na medida em que a cristandade avançava pela Europa Medieval, sua educação cristã enraizava-se também. Como a Igreja era a única mediadora entre os fiéis e Deus na sociedade teocêntrica, e com a Bíblia escrita em latim, inacessível a quase toda a população, ela tornava-se monopolizadora do próprio conhecimento acessível.

Com a crise da sociedade feudal, o surgimento de novas formas de

produção da riqueza, o Renascimento, o Humanismo e com a Reforma Protestante surgiram novas formas de produção do conhecimento. É a partir desse momento que, lentamente, vemos uma ampliação do acesso à educação, novas perspectivas pedagógicas. Mas mesmo depois de inúmeras conquistas políticas, econômicas e sociais pelas classes dominadas, a educação, de maneira geral, continua até hoje a refletir as relações sociais de produção hegemônicas na medida em que uma educação voltada para o trabalho, despreocupada com a socialização dos conhecimentos historicamente produzidos, foi preponderante nas políticas educacionais produzidas pelas classes dominantes. Esse dualismo educacional proporciona processos de desenvolvimentos humanos distintos em que, preponderantemente, alguns são privilegiados com formações culturais mais universais enquanto outros se brutalizam com suas formações parciais, fragmentadas.

Vale destacar que isso não pode ser absoluto. Sabemos que a alienação e a brutalização estão presentes, assim como as contradições sociais proporcionam formas de acesso à cultura geral por parte daqueles que sempre estiveram à margem, permitindo experiências que colaboraram e colaboram para uma formação mais ampla e crítica da sociedade.

Se a educação está diretamente relacionada com a sociedade, é fundamental compreendermos que cada momento histórico demandou formas adequadas de educação, assim como a educação também proporcionou à humanidade ir além de suas condicionalidades, exigindo um ser social mais complexo. As variadas perspectivas educacionais e pedagógicas também expressam essa dinâmica social, como veremos ao longo dos capítulos.

## Sem medo de errar

Neste momento, podemos debater as questões que o professor lançou para a Alice e sua turma. As questões foram: "é possível afirmar que o dualismo escolar ainda está presente em nossa sociedade? Qual é a relação entre os problemas educacionais apontados (a falta de estrutura na maioria das escolas públicas, os baixos salários, as dificuldades de aprendizagem e de formação de professores, a violência no interior e no entorno das escolas) e o dualismo escolar? Quais são os fatores que produziram o dualismo escolar na história

da humanidade? Qual é a relação entre história, trabalho, sociedade e educação?"

Inicialmente, é importante refletir: o curso de Pedagogia tem como foco apenas o cuidado com a a criança ou uma formação mais ampla dos futuros educadores em suas variadas áreas de atuação profissional, além da docência?

Colocando-se no lugar de Alice e de sua turma, como podemos explicar as dificuldades encontradas no campo da educação, por exemplo, a falta de estrutura na maioria das escolas públicas, os baixos salários, as dificuldades de aprendizagem e de formação de professores e a violência no interior e no entorno das escolas?

Sobre a existência do dualismo em nossa sociedade atual, o professor também perguntou se essa diferenciação ainda está presente e se devemos contextualizá-la. Conforme vimos nesta seção, podemos dizer que o dualismo educacional é uma característica de todas as sociedades de classes, com particularidades de cada formação social. Reflita: como o dualismo escolar aparece, por exemplo, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada em 1990 na Conferência realizada em Jomtiem, Tailândia, sob patrocínio do Banco Mundial?

Nesse documento, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), é defendida a proposta de que a educação "[...] para as escolas de países pobres assume duas características pedagógicas: atendimento às necessidades mínimas de aprendizagem e espaço de convivência e acolhimento social". Dessa forma, podemos questionar se a escola adquire um papel que minimiza o compartilhamento do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e também uma característica mais assistencial do que educacional, principalmente no ensino público, enquanto que os setores mais ricos acessam uma escola produtora de conhecimento.

Sobre a relação entre os problemas educacionais apontados e o dualismo escolar, o professor aproveita o questionamento de Alice sobre a utilidade de conhecimentos distantes da sua realidade e de sua nova profissão, para lançar outras questões: "para compreender os motivos da falta de estrutura da maioria das escolas públicas, os baixos salários dos professores, a diversidade de problemas de aprendizagem

que encontraria em sua sala de aula relacionados às más condições de vida da população mais pobre, a má formação de professores, seria preciso compreender os mecanismos de funcionamento da sociedade em que se vive? Para compreender essa sociedade, devemos levar em conta seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais? Para que Alice compreenda essa dinâmica, é fundamental que exista uma cultura geral mais ampla, além de um conhecimento histórico, filosófico e sociológico da educação nas disciplinas que o curso de Pedagogia oferece? Quais são os conteúdos necessários para a formação de um educador?

Por meio desses questionamentos, Alice poderá compreender que as dificuldades encontradas possuem uma dimensão social, permitindo, inclusive, que ela entenda melhor suas responsabilidades individuais, sem superestimar nem subestimar sua capacidade como educadora e percebendo que as ações coletivas são fundamentais para enfrentar os problemas citados. No filme *Matrix* (1999), no primeiro diálogo de Trinity com Neo, ela diz: "É a pergunta que nos impulsiona, Neo. É a pergunta que te trouxe até aqui". Neo queria saber o que era a Matrix, ou seja, o funcionamento do sistema. Para isso, a dúvida, o questionamento, o incômodo foram fatores de motivação para a busca de respostas. Esperamos que isso também aconteça aqui.

**Atenção**

Nós não transformamos aquilo que não conhecemos. Conhecer a história é elemento fundamental para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária, em que a educação seja fator de desenvolvimento humano e cultural. Por isso, afirmamos que, quem sabe mais, atua melhor.

## Avançando na prática

### A construção do Projeto Político Pedagógico da escola

### Descrição da situação-problema

Sofia, recém-formada no curso de Pedagogia, fez um concurso público, foi aprovada e iniciou sua carreira profissional em uma escola de ensino fundamental I. Sua primeira experiência foi a reunião de discussão sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996) garantiu

progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, conforme artigo 15, entre eles a construção do PPP, que é um instrumento de democratização da escola, com participação coletiva da comunidade escolar. De que forma os conteúdos tratados nesta seção colaboram nas discussões sobre a construção do PPP?

**Lembre-se**

Se a educação está diretamente relacionada com a sociedade, é fundamental compreendermos que cada momento histórico demandou formas adequadas de educação, assim como a educação também proporcionou à humanidade ir além de suas condicionalidades, exigindo um ser social mais complexo. A educação pode conformar as pessoas a aceitarem as coisas como elas são, como também pode colaborar para uma visão mais crítica da sociedade. A educação não está solta no ar, ela expressa determinada visão de mundo. Se não temos consciência disso, corremos o perigo de reproduzir acriticamente ideias que nos prejudicam. Construir nossa autonomia intelectual permite-nos questionar o que nos rodeia. Se esse é o sentido da Filosofia, também podemos transportá-la para uma perspectiva crítica de educação.

### Resolução da situação-problema

Neste momento, os conteúdos sobre a relação entre educação e sociedade serão fundamentais para a construção do PPP. Inicialmente, Alice deverá refletir que há uma inter-relação entre os fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e a educação. Nesse sentido, discutir um projeto implica debater que tipo de escola a comunidade tem e aquela que pretende construir, sabendo que algumas medidas estão sob responsabilidade dela e outras estão em uma esfera mais ampla, dependendo de uma ação coletiva que extrapole os muros da escola; discutir um projeto político implica debater criticamente a sociedade em que vivemos, as contradições sociais, o dualismo escolar e as medidas para a sua superação; implica também conhecer as variadas perspectivas pedagógicas e construir as ferramentas teóricas e metodológicas coerentes com o projeto de escola, com as perspectivas políticas apontadas. Por meio dessas três dimensões, o PPP se transforma em um documento vivo, que expressa aspirações e desejos da comunidade escolar.

**Faça você mesmo**

Imagine que você está na mesma equipe de professores da escola de Sofia e que coordenará a reunião de formulação do Projeto Político Pedagógico da escola. Você foi encarregado de produzir algumas ideias gerais do PPP para abrir as discussões. Quais propostas você apresentaria?

## Faça valer a pena

**1.** Desde o surgimento da vida em sociedade, a humanidade produziu transformações na natureza para sua própria sobrevivência. Na medida em que transformam a natureza, os homens transformam a si próprios. Esse processo de transformação é constituinte do ser social, sendo correto afirmar que:

a) O pensamento filosófico é o elemento fundante do ser humano.

b) O pensamento científico é o elemento fundante do ser humano.

c) O trabalho é o elemento fundante do ser humano.

d) O pensamento mitológico é o elemento fundante do ser humano.

e) O instinto é o elemento fundante do ser humano.

**2.** Desde as sociedades primitivas até o Período Moderno, a humanidade explicava sua existência com base em elementos anímicos, míticos, religiosos, ou seja, seu destino era traçado por forças que escapavam de seu controle. Somente no Período Moderno um importante filósofo desnaturalizou a história, afirmando que na relação entre homem e natureza quem comanda é a humanidade, que produz sua própria história. Assinale a alternativa que apresenta o autor dessa reflexão:

a) Francis Bacon.

b) Nicolau Maquiavel.

c) Thomas Hobbes.

d) René Descartes.

e) Hegel.

**3.** Karl Marx também produziu uma ruptura no campo do conhecimento na medida em que questionou a possibilidade de uma essência humana inalterável, afirmando que cada momento histórico produz um ser humano com uma determinada consciência social. Nesse sentido, é correto afirmar que, para Marx:

a) A forma como os homens produzem, distribuem e consomem o produto da riqueza produzida por eles é que determina sua consciência ou sua essência. O trabalho é a categoria chave da compreensão do ser social.

b) A forma como os homens pensam e explicam a si próprios é que determina sua consciência social. As ideias são os elementos fundantes do ser social.

c) A forma como os homens organizam sua vida religiosa é que determina sua consciência social. A moral e os valores são os elementos fundantes do ser social.

d) A forma como os homens organizam suas regras e leis é que determina sua consciência social. O Estado é o fundamento do ser social.

e) A forma como os homens organizam sua educação é que determina sua consciência social. A escola é o fundamento do ser social.

# Seção 1.2

## A educação na antiguidade: Grécia e Roma

### Diálogo aberto

Lembre-se de que na seção anterior apresentamos uma situação muito comum em sala de aula: a dificuldade de relacionar os conteúdos de momentos históricos passados com a nossa realidade atual ou mesmo com o exercício da profissão de pedagogo. Esse foi o caso de Alice, que encontrava dificuldade, durante aula de história de educação na Antiguidade, de compreender como aqueles conteúdos ajudariam na sua atividade docente.

O professor de Alice, avançando nas questões que já havia lançado para a turma, retomou o debate, sugerindo que ela e sua turma analisassem quais elementos do dualismo escolar na história da Antiguidade grega e romana poderíamos encontrar. O que os setores dominantes nessas sociedades aprendiam era o mesmo conteúdo dos setores dominados? Como o trabalho manual era tratado? Quem exercia o trabalho intelectual? Por que havia uma separação entre eles?

Nesta seção, você encontrará elementos da história da educação grega e romana e poderá analisar as questões indicadas. Veremos como a construção de sociedades escravagistas produzem desigualdades de acesso à educação, ao mesmo tempo em que produziram riquezas materiais e culturais que serviram de base para o pensamento ocidental. É por meio dessas contradições que encontraremos duas grandes civilizações, procurando demonstrar a inter-relação entre a dinâmica social e educacional.

### Não pode faltar

Você encontrou na seção anterior um breve relato sobre o desenvolvimento histórico das variadas sociedades de classes que tiveram início nas denominadas sociedades orientais (Egito, Índia, China, Mesopotâmia, Hebreus). Em seguida, duas outras grandes civilizações estabeleceram-se na Europa, deixando um importante legado para a humanidade. Para que você compreenda a história da educação

dessas sociedades, iniciaremos com uma breve contextualização histórica para, em seguida, relacionarmos os processos educacionais e pedagógicos.

### Grécia: um breve histórico

A Grécia não existia enquanto unidade política homogênea. Cada cidade-estado possuía sua própria autonomia, mas mantinha a mesma língua, religião e aspectos políticos comuns. Os gregos nomeavam seu território como Hellás ou Hélade, denominando-se como helenos e os demais povos como bárbaros. O termo "grego" foi cunhado pelos romanos. A Grécia, região montanhosa, com dificuldades para o desenvolvimento agrícola, encontrou no mar sua rota mais utilizada e fonte de riqueza alimentar.

A história da Grécia Antiga é dividida em cinco períodos. O primeiro foi marcado pela Civilização Micênica (séculos XX a XII a.C.), povos que vieram do norte, principalmente os aqueus, fixaram moradia no continente e, em seguida, transformaram a ilha de Creta, um dos poucos locais férteis da região, em um centro político importante. A sociedade micênica, formada por pequenos Estados tributários e independentes, era dividida em classes sociais, centralizadas e burocratizadas, fundamentadas na propriedade privada e individual da terra sob exploração do trabalho escravo. Essa sociedade desenvolveu a base da mitologia grega. Além disso, a localização da Ilha de Creta favoreceu o contato marítimo com outras regiões, tornando-se local de intenso comércio. No entanto, as invasões indo-europeias (jônios, eólios, dórios, arcádios) dispersou a Civilização Micênica para outras ilhas e para a Ásia (1ª dispersão).

O segundo período ficou conhecido como Tempos Homéricos (séculos XII a VIII a.C.), momento da descoberta do ferro, que facilitou a produção de instrumentos e armas para variados setores sociais, fato que não ocorreu com o bronze, utilizado até então. Esse período ficou conhecido como Homérico em virtude da importância das obras de Homero (*Ilíada* e *Odisseia*), que relatam as epopeias dos gregos na Guerra de Troia, um dos poucos registros sobre esse momento que foi considerado como um retrocesso em relação ao anterior, com a vida reduzida ao mundo rural, com pequenos proprietários e comerciantes possuidores de escravos. Naquela época os escravos

eram considerados membros da família e a organização social era marcada por comunidades gentílicas, ou seja, os genos eram a base da organização familiar, tendo o patriarca como autoridade máxima. O grau de parentesco com o patriarca definia a posição dos indivíduos na comunidade. Com o aumento da população e do consumo, entre outros fatores, os genos se desintegraram, dando lugar a conflitos generalizados, o que provocou uma nova dispersão para o Mar Mediterrâneo ocidental (segunda dispersão). Nesse sentido, por questões de segurança, várias tribos se uniram formando as pólis (cidade) ou cidades-estados.

O terceiro período, Arcaico (séculos VIII a VI a.C.), foi um momento de grande expansão territorial dos povos gregos pelo sul da Itália, na Sicília, nas costas do Mar Egeu norte e do Mar Negro, entre outras localidades, estabelecendo intenso comércio com as cidades-estados, ainda mais com a invenção da moeda que substituiu o sistema de troca simples. A aristocracia agrária dominante fixou residência nas cidades, dedicando-se à política, nova forma de enriquecimento e manutenção do poder. A oligarquia (governo de poucos) substituiu a monarquia. Outros setores sociais surgiram e se enriqueceram, como os comerciantes, que também exigiram poder político. As duas principais cidades-estados foram Esparta e Atenas, cada uma delas com características próprias. Esparta tinha um caráter mais guerreiro, militar, tendo a oligarquia como forma de governo. Atenas valorizava a formação integral de seus cidadãos, ou seja, a formação do intelecto e do corpo e, após 510 a.C., organizou a democracia como forma de governo. É nesse período que é atribuído a Tales de Mileto o surgimento da filosofia como alternativa às explicações míticas.

O quarto período, considerado Clássico (séculos V e IV a.C.), foi o momento de apogeu da civilização grega, das Guerras Médicas (gregos contra os persas), das guerras internas entre Atenas e Esparta, do alto desenvolvimento artístico, literário e filosófico, do aperfeiçoamento da democracia e também de sua derrocada após a ocupação espartana sobre Atenas. É nesse período que encontraremos os grandes filósofos, como Sócrates, Platão e Aristóteles, entre outros, além da constituição de importantes escolas filosóficas, como os sofistas.

O quinto período, denominado como Helenístico (séculos III e II a.C.), com o enfraquecimento das duas principais cidades-estados

gregas nas guerras, foi marcado pela rápida ocupação da Macedônia sobre a Grécia, mas que preservou a cultura grega. Alexandre, rei da Macedônia, foi discípulo de Aristóteles e amava a cultura grega. A fusão da cultura grega com a macedônica e com as culturas orientais, durante as conquistas de Alexandre, ficou conhecida como helenismo, que trouxe grande avanço para as ciências, principalmente para a astronomia, geografia, matemática e física. Na filosofia, novas doutrinas surgiram, como o estoicismo, epicurismo e ceticismo. Após esse período, os romanos, em ascensão, dominaram o território grego.

**Faça você mesmo**

A Paideia compreendia a formação do corpo e do espírito. Em relação à formação física, pesquise as origens das Olimpíadas, buscando destacar quais os esportes criados naquele momento e que estão presentes até os dias de hoje.

### Grécia: educação e pedagogia

A formação integral do homem era o grande objetivo da educação grega, ou seja, a formação do corpo e do espírito, ainda que cada um desses aspectos seja mais valorizado a depender de período e local.

Inicialmente, nos primeiros períodos da história grega, a formação era dada pela família, depois pelos mestres e pelo Estado, conforme a região. Nos tempos homéricos, os feitos e as bravuras dos heróis relatados por Homero nas obras *Ilíada* e *Odisseia,* serviram como exemplos para a educação dos gregos. Nesse período, a educação assumia um caráter fortemente moral. No Período Clássico, principalmente em Atenas, a escola já estava estabelecida para as classes dominantes. A palavra "escola" significava "o lugar do ócio", entendida como função nobre de governar, pensar e guerrear. O trabalho manual, considerado indigno, era exercido pelos escravos. A transmissão da cultura não se dava apenas na escola. O teatro, a arte, a música, o esporte eram momentos de aprendizados e, por isso, a Paideia surgiu como formação integral do homem. No Período Helenístico houve uma fusão cultural dos gregos com macedônios, surgindo a organização da educação com base nas sete artes liberais, que continham 3 disciplinas humanísticas (Gramática, Retórica e Dialética) e quatro disciplinas científicas (Aritmética, Música, Geometria e Astronomia). Além disso, a Filosofia foi aperfeiçoada e Alexandria,

importante centro de estudos, com sua famosa biblioteca, foi fundada.

Você encontrará dois grandes modelos educacionais na Grécia: a educação espartana e ateniense. Em Esparta, cidade militarizada, havia uma educação severa, inclusive com a eliminação dos mais frágeis, pois quem não tinha condições de se tornar guerreiro não tinha função naquela sociedade. Desde os 12 anos os meninos recebiam educação física e militar para ingressarem no exército aos 18 anos. Os espartanos tinham uma aversão ao intelecto.

Já em Atenas, a formação do cidadão estava voltada para o exercício da política na pólis (cidade). O surgimento de escolas convivia com o ensino particular/doméstico. As meninas permaneciam nos afazeres domésticos, enquanto os meninos, após os sete anos de idade, iniciavam a alfabetização, a educação física e musical, que eram sempre acompanhados por um escravo conhecido como pedagogo (aquele que conduz a criança). Aos 13 anos, as crianças menos afortunadas terminavam seus estudos em busca de trabalho, enquanto que as ricas prosseguiam seus estudos. No ensino superior, os filósofos eram os responsáveis pelos ensinamentos. Somente a medicina e a arquitetura eram consideradas atividades manuais nobres e os demais ofícios eram aprendidos na prática.

**Exemplificando**

É possível encontrar alguma similaridade desses modelos com as escolas religiosas tradicionais que existiam até pouco tempo atrás, cuja educação severa, a disciplina punitiva e o autoritarismo estavam presentes. Também encontramos diversas experiências educacionais que buscam resgatar uma formação integral do ser humano.

Nesses dois modelos as desigualdades sociais e educacionais eram naturalizadas, ou seja, eram destinos traçados pelos deuses em que uns nasciam para usufruírem da vida enquanto outros nasciam para o sofrimento do trabalho.

É na Grécia Antiga que também encontraremos as primeiras formulações essenciais da Pedagogia: o que é melhor ensinar? Como é melhor ensinar? Para quê ensinar? Essas questões remetem aos conteúdos, métodos e sentidos da educação e da Pedagogia.

Os diversos filósofos que buscavam uma explicação racional da vida deram diferenciadas respostas a essas questões, inaugurando escolas e perspectivas educacionais e pedagógicas. Sócrates e seu método maiêutico, Platão e suas reflexões idealistas, Aristóteles e suas premissas realistas, os sofistas e suas críticas à existência da verdade, todos apontaram caminhos diferenciados para a busca do conhecimento humano.

**Reflita**

Veja que o trabalho manual e o intelectual eram diferentemente valorizados nas sociedades antigas. Quais são as diferenças e semelhanças que podemos encontrar entre essas sociedades e a nossa em relação a esses trabalhos?

### Roma: um breve histórico

Roma foi fundada no Lácio. Segundo a lenda, pelos irmãos Rômulo e Remo. Já segundo a história, Roma começou com um pequeno povoado formado por emigrantes de povos vizinhos, por volta do ano 1.000 a.C., e sua história na Antiguidade é dividida em três períodos: a Monarquia, a República e o Império.

A Monarquia (753 até 509 a.C.) tinha uma sociedade dividida em classes, com os patrícios como grandes proprietários de terras; os plebeus como pequenos proprietários, povos dominados que permaneciam livres e, inicialmente, excluídos dos postos dirigentes; os escravos, povos dominados após conflitos pela posse da terra; e os clientes, funcionários dos patrícios que possuiam uma situação de vida semelhante a dos plebeus. Os filhos dos proprietários recebiam educação ao lado do pai, no trabalho, executando as tarefas que lhes eram ordenadas. A agricultura, a guerra e a política constituíam o programa que um romano nobre deveria realizar.

O período da República (509 até 27 a.C.) iniciou-se quando o rei Tarquínio, o Soberbo, foi derrubado por seu governo despótico, e a República foi instalada tendo o senado como órgão máximo. Somente os patrícios exerciam o poder. Após intensas revoltas, os plebeus conquistaram uma pequena representação política e algumas leis que atendiam seus interesses na posse de terra e na permissão de casamento com patrícios. A expansão romana atendeu às necessidades

da obtenção de gêneros para o abastecimento local, de contenção às ameaças de invasões e de novos cativos para a estrutura escravista que se ampliava cada vez mais. São desse período as Guerras Púnicas entre Roma e Cartago (246 a 146 a.C.), com vitória romana, o que possibilitou a expansão pelo Mar Mediterrâneo quando a estrutura social romana se alterou com o grande fluxo de riquezas para a capital, proveniente das conquistas; com a ruína dos pequenos e médios agricultores e fortalecimento dos latifundiários; o aumento da escravidão; o êxodo rural, gerando o empobrecimento da plebe, que se transforma em proletário; o surgimento de novos setores sociais: aristocracia, mercadores, banqueiros, clientes (agregados dos patrícios); e com as revoltas de escravos.

No terceiro período, o Império (27 a.C. até 476 d.C.), Roma atingiu o seu auge, principalmente entre os séculos I a.C. e III d.C., com o Imperador Otávio Augustus, que governou de 27 até 14 a.C. Ele foi responsável pelas principais construções, cujas ruínas podem ser vistas ainda hoje e pela política do pão e circo, que ampliou sua popularidade. Após a morte de Otávio Augustus seguiram-se diversas dinastias, com crises sucessórias e instabilidade política constante. A queda do império se deu por diversos fatores: dificuldades de manutenção da estrutura escravista e do vasto domínio imperial, as guerras civis, a desorganização militar, a ascensão do cristianismo, e as invasões "bárbaras".

**Assimile**

Tanto na Grécia como em Roma a educação era destinada apenas à elite, reforçando o dualismo educacional surgido com as primeiras sociedades de classes. O ócio não possuía um sentido pejorativo como hoje, ele carregava algo positivo, digno. Pelo ócio as classes dominantes usufruíam a vida que era garantida pelos que trabalhavam, considerados indignos.

### Roma: educação e pedagogia

Ainda que a produção intelectual romana não fosse tão potente como a dos gregos, isso não impediu que buscassem a construção de uma sociedade baseada, em vários aspectos, na sociedade grega. Os romanos herdaram características religiosas e culturais dos gregos, latinizando vários termos. A Humanitas é um exemplo, termo que designa a ideia de cultura universal do romano, como a Paideia era

para os gregos. Dionísio, rei do vinho, em Roma virou Baco.

Podemos dividir as fases da educação romana, segundo Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006), em três momentos. A educação heroico-patrícia era marcada pelo poder do patriarca com sua família ampliada, em que as meninas aprendiam os afazeres domésticos, enquanto os meninos eram educados diretamente pelo pai, aprendendo a história de seu povo, valorizando aspectos patrióticos, aprendendo ler e escrever, contar, cuidar da terra e exercícios físicos e militares aos 16 anos de idade. Era uma educação com pouco desenvolvimento intelectual e muito mais moral.

Na segunda fase, a helenística ou cosmopolita, durante a República, com o desenvolvimento do comércio, o enriquecimento de novos setores sociais e a expansão territorial, a sociedade romana tornou-se mais complexa e uma nova educação fez-se necessária, surgindo escolas elementares particulares de alfabetização e matemática para crianças de sete a doze anos de idade. Nesse período, os mestres eram absolutamente desvalorizados, sendo ex-escravos, com pagamentos miseráveis. Ensinavam em locais públicos, utilizando-se de castigos com varas e chicotes. Com a assimilação da cultura grega, o ensino bilíngue foi introduzido e a escola de gramática, além do ensino básico, trouxe o ensino de cultura geral, o que provocou a reação dos setores conservadores de Roma. Com essa educação geral, que ampliou os conhecimentos, foi necessário um novo nível de educação: a escola do retor (professor de Retórica), mais valorizada e respeitada. Estudavam política, direito e filosofia com a perspectiva de virarem grandes oradores.

É nesse momento também que ocorre o nascimento de uma crítica à escola e ao seu conteúdo, por conta do seu distanciamento teórico em relação à realidade, já que para os romanos a riqueza era uma questão prática.

No terceiro período, durante o Império, momento de fusão da cultura grega e latina (humanitas), houve uma crescente intervenção do Estado nos assuntos educacionais para a formação de funcionários

estatais e na inspeção, legislação e execução de políticas educacionais/escolares e definiu-se o salário dos mestres. Além disso, houve um intenso desenvolvimento no campo jurídico: a constituição do direito romano.

Da mesma forma que na Grécia Antiga, a divisão do trabalho manual e intelectual (ócio digno) foi mantida, ainda que houvesse um baixo desenvolvimento filosófico comparado aos gregos. A educação era mais pragmática, mas voltada para as ações cotidianas. A Retórica era mais importante do que a Filosofia.

Os principais representantes do pensamento filosófico, educacional e pedagógico romano foram: Cícero, pensador eclético, defensor da Filosofia e da cultura geral como elementos da formação humana (a humanitas romana); Sêneca, preceptor de Nero, que o obrigou a se matar por questões políticas e defendia a Filosofia como forma de orientar o bem viver (defendia mais a formação moral dos indivíduos do que a Retórica); Quintiliano, que ensinou Retórica e foi o primeiro a receber pagamento do Império Romano. Ele deu mais importância à Retórica do que à Filosofia, valorizando a Psicologia como forma de conhecimento do indivíduo; estava mais preocupado com as questões práticas do que com as teóricas na educação.

**Vocabulário**

**Sofistas**: os sofistas (sábios) defendiam que a verdade não existia, que o mais importante era o convencimento. Por isso, especializaram-se na Retórica, a arte de falar bem. Foram os primeiros filósofos a cobrarem por suas aulas, o que provocou indignação de Sócrates, que defendia uma educação desinteressada.

**Ecletismo**: combinação ou tentativa de conciliação de elementos teóricos e filosóficos diferenciados.

## Sem medo de errar

Voltando aos questionamentos do professor de Alice, podemos agora dizer que há pontos em comum entre a sociedade grega e a romana no que se refere à dualidade educacional? Em que medida a organização política, econômica e social dessas sociedades antigas influenciavam a educação? Vimos que o intenso desenvolvimento agrícola e comercial no período arcaico da Grécia Antiga produziu uma sociedade mais complexa. Além dos agricultores, os comerciantes também disputavam espaço nas decisões políticas nas cidades-estados. Sociedades mais complexas exigiam novos conhecimentos, novas formas de organização política e novas estruturas sociais. A Filosofia surgiu no Período Arcaico como resultado dessas novas configurações, pois o mito não atendia mais as novas necessidades de conhecimento e, portanto, o pensamento racional fez-se necessário diante das novas descobertas.Isso também aconteceu em Roma, com seu vasto Império, exigindo uma ampliação de conhecimentos para a administração do Estado. Escolas municipais foram fundadas em todo o Império e as sete artes liberais foram institucionalizadas, assim como as bibliotecas. Neste caso, diferente da Grécia, na Pedagogia a Filosofia não foi tão apreciada, valorizando-se muito mais as questões educacionais mais práticas e cotidianas da vida política. Por isso, por exemplo, a Retórica, o Direito e a Arquitetura destacaram-se. Nesse sentido, podemos observar a inter-relação entre os aspectos políticos, econômicos e sociais com a educação.

Outra característica importante da educação antiga era o seu grau de violência, já que a maior parte dos mestres era formada por escravos, cujos trabalhos eram considerados indignos. Era comum o uso de varas e chicotes tanto pelos mestres como pelos alunos. Evidentemente que essa violência e a desvalorização do trabalho do mestre alteravam-se de acordo com o nível de ensino, do básico ao ensino dos retores (Retórica).

Naquelas sociedades era possível que todos acessassem os mesmos conhecimentos? Sabemos que, no caso grego, a maioria da população (mulheres, escravos e estrangeiros) não exercia o direito à cidadania e, portanto, também estava privada da educação. O ócio digno garantia o exercício da política, da guerra e da produção intelectual para a elite grega. Em Roma, a educação foi estendida para formar funcionários do

Estado para a manutenção de um vasto território imperial. Podemos encontrar diferenciações na educação desses funcionários com a educação que a elite romana possuía? Tratando-se de sociedades escravagistas, é possível compreender como o trabalho manual e o intelectual se diferenciavam?

Destacamos, também, outro aspecto importante da educação na Antiguidade: a busca da realização humana pela educação. Aranha (2006), resgatando o pedagogo polonês Suchodolski, indica que essa perspectiva se inscreve na tradição essencialista, ou seja, na realização de uma essência humana a ser desenvolvida, aflorada, potencializada. Nesse sentido, os modelos de imitação do herói foram fundamentais na educação Antiga. O pai, mestre e herói, assumia os exemplos a serem seguidos por todos.

**Atenção**

Reflita por que as diferenciações educacionais expressavam as desigualdades sociais, sendo que o trabalho manual apartado da produção intelectual se configurava como um fardo, um sacrifício, e o trabalho intelectual apartado da prática se configurava como controle, exploração. Assim, o trabalho como formação e deformação do ser social estava estabelecido.

## Avançando na prática

### O sentido da educação integral

#### Descrição da situação-problema

Pedro, aluno da mesma turma de Alice, estudando a educação na Antiguidade verificou que a busca por uma educação integral tanto na Paideia grega como na Humanitas romana estava atrelada a uma formação cultural mais ampla, aliando a formação intelectual com a Física, e que nos dias atuais existem inúmeras iniciativas governamentais e de entidades da educação na defesa de uma educação integral. Ele perguntou ao professor se essas propostas atuais assemelham-se às antigas. O professor, diante desse questionamento, sugeriu uma atividade para a turma: a retomada dos estudos sobre a Paideia e a Humanitas e uma pesquisa nas escolas que buscam desenvolver uma educação integral, para que buscassem a resposta da pergunta de Pedro.

**Lembre-se**

Na Grécia Antiga, a Paideia defendia que a formação do corpo e do espírito mereciam a mesma intenção. A atividade intelectual e a atividade física da elite ateniense não englobavam o trabalho e a produção para sobrevivência, esta destinava-se aos escravos.

### Resolução da situação-problema

Para solucionar esta SP, Pedro deve levar em conta que a formação integral do homem grego não abarcava a produção manual de sua própria sobrevivência, que estava a cargo dos escravos. Por isso, havia uma limitação nessa formação integral. A produção manual e a intelectual não estavam relacionadas. Pensar uma educação integral nos dias de hoje requer avaliar as possibilidades de compreensão dos mecanismos de funcionamento da nossa sociedade, ou seja, do mundo do trabalho juntamente com uma formação cultural mais ampla. Antonio Gramsci, intelectual e operário italiano, defendia a construção de uma Escola Unitária do Trabalho, espaço de conhecimento de atividades profissionais e de formação cultural, em que o trabalho manual e o intelectual não são separados, em uma perspectiva de construir uma nova escola para uma nova sociedade. É evidente que a escola por si só não resolverá uma dimensão social maior, a existência das sociedades de classes e seu consequente dualismo educacional. As experiências pedagógicas das Escolas Novas, mais limitadas, também buscaram relacionar educação e trabalho em uma perspectiva mais imediata de atender necessidades do mercado de trabalho e formar pessoas mais críticas, ainda que nos marcos dessa sociedade.

**Faça você mesmo**

Pesquise e reflita sobre a importância da educação integral, levando em conta quais são os conteúdos necessários, as atividades que poderiam ser desenvolvidas nas escolas e a estrutura necessária.

## Faça valer a pena

**1.** A Paideia foi concebida como a formação integral do homem, agregando dois aspectos. São eles:

a) Trabalho manual e intelectual.
b) Mito e Filosofia.
c) Religião e razão.
d) Ideia e realidade.
e) Corpo e espírito.

**2.** Nos Tempos Homéricos, duas importantes obras serviram de referência para a educação dos gregos. São elas:
a) *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero.
b) *1984*, de George Orwel, e *O Capital*, de Karl Marx.
c) O novo testamento e o velho testamento.
d) *A República* e *O Banquete*, de Platão.
e) *A Política* e *A Poética*, de Aristóteles.

**3.** Na Grécia Antiga, o ócio era considerado uma função digna para as elites, sendo que o significado de "escola" era "local do ócio". Indique qual alternativa apresenta as funções que a elite grega desempenhava:
a) Trabalho manual.
b) Trabalhar, rezar e guerrear.
c) Governar, guerrear e pensar.
d) Filosofar, trabalhar e obedecer.
e) Trabalhar, governar e pensar.

# Seção 1.3

## A educação na Idade Média

**Diálogo aberto**

Você deve se lembrar de que na seção passada apresentamos uma situação muito comum encontrada em sala de aula: a dificuldade de relacionar os conteúdos de momentos históricos passados com a nossa realidade atual ou mesmo com o exercício da profissão de pedagogo, como foi o caso de Alice, aluna de Pedagogia, que encontrava dificuldade, durante uma aula de História da Educação na Antiguidade, de compreender como aqueles conteúdos ajudariam na sua atividade docente.

Para iniciar os estudos dessa seção, imaginemos a seguinte atividade que o professor da Alice desenvolveu com a turma: a análise do filme *O Nome da Rosa* (1986, de Jean-Jacques Annaud), com base na obra de Umberto Eco, de 1980. O filme tem como contexto a Baixa Idade Média, mais especificamente em 1327, e relata uma série de mortes ocorridas em um mosteiro. William de Baskerville (Sean Connery), monge franciscano, mestre de Adso von Melk (Chistian Slater), noviço que está sob sua responsabilidade, chega ao mosteiro para um debate sobre questões teológicas e diante dos acontecimentos inicia uma investigação sobre as mortes, deparando-se com explicações misteriosas de que elas seriam fruto da intervenção diabólica. À medida que investigam, descobrem que as mortes estão relacionadas com uma obra de Aristóteles, proibida de acesso pela Igreja Católica. William, desde o início, vê indícios de assassinatos nas mortes e põe em dúvida a explicação religiosa. Durante todo o filme há uma disputa entre o uso da razão e as explicações religiosas. Esse é o fio condutor de toda a trama.

Nesse sentido, levando em conta que estudaremos um período que se inicia com o desmanche das sociedades greco-romanas, em que a razão atingiu um ponto de desenvolvimento considerável, e termina com o surgimento do Renascimento e do Humanismo, movimentos que colocaram a razão humana no centro do universo, o professor pediu para a turma, que depois de assistir ao filme,

analisassem como o Período Medieval relacionou fé e razão. Como a Filosofia se relacionava com a Teologia? O Período Medieval pode ser caracterizado como uma "noite de mil anos", ou seja, como um período de regresso cultural, teórico e humano? Qual é o papel da educação nesse período?

Esperamos que nesse capítulo você encontre os elementos necessários para pensar e buscar caminhos para a atividade sugerida pelo professor. Depois de um breve histórico do período, você encontrará os caminhos educacionais da sociedade medieval, que buscou construir uma sociedade cristã, aliando elementos antigos e uma explicação sobre um novo mundo surgido dos escombros da queda do Império Romano.

Bons estudos!

## Não pode faltar

No final do Império Romano, em plena crise, seu vasto território foi dividido em duas partes: o Império Romano do Ocidente, com sede em Roma, e o Império Romano do Oriente, com sede em Bizâncio (atual Istambul, na Turquia). Após a queda do Império Romano do Ocidente, veremos sua divisão em três grandes civilizações. O Império Romano do Oriente transformou-se no Império Bizantino, dividindo a região com os mulçumanos que avançaram pelo norte da África, chegando até a península Ibérica (Portugal e Espanha), e das ruínas do Império Romano do Ocidente, surgiu a cristandade europeia, que estudaremos nesta seção.

### Europa medieval: um breve histórico

Para entendermos o que foi o Período Medieval, é importante resgatar a dinâmica econômica, política e social tanto do Império Romano como dos povos que ocuparam essa vasta região europeia. Lembremos que no Império Romano a propriedade da terra e de escravos indicava a riqueza e o poder das elites. Havia uma estrutura política e social complexa para a manutenção da ordem. Os povos germânicos ("bárbaros") que vieram do Leste e ocuparam a Europa possuíam outras estruturas políticas, sociais e econômicas, muitas

vezes fundamentadas em uma relação mais comunitária com a terra, com relações de fidelidade entre o chefe da tribo e seus povos e com estruturas políticas menos complexas. O que muitas vezes encontramos nos livros didáticos, como o feudalismo, não aconteceu do dia para a noite, mas foi resultado de alguns séculos de combinações conflituosas entre essas duas formas de produção da vida.

Podemos dividir a Idade Média (476 até 1453) em dois momentos: a Alta Idade Média, entre os séculos V e X, e a Baixa Idade Média, entre os séculos X e XV. No primeiro momento, com a violenta disputa pela terra e as invasões bárbaras, a população que vivia nas cidades buscou refúgio no campo, configurando, aos poucos, o que ficou conhecido como modo de produção feudal, que fundamentava-se na economia agrária, não comercial, autossuficiente, quase totalmente amonetária. A terra era a base da riqueza medieval. Os senhores feudais, proprietários de terras, altos dignitários da Igreja Católica, exerciam o poder em função da posse territorial e da exploração do trabalho servil. O saque também constituía uma fonte permanente de suas riquezas. Os servos, presos à terra e sob intensa exploração, prestavam serviços e pagavam tributos (corveia, talha, banalidade, capitação, tostão de Pedro, mão-morta, formariage, albergagem) aos senhores feudais em troca de permissão de uso da terra e de proteção militar. Se no escravismo os custos de manutenção do escravo eram do senhor, no feudalismo a manutenção do servo não representava custo algum para o senhor, estava a cargo do próprio trabalhador rural. Outro aspecto importante desse período foi o grande poder exercido pelos senhores feudais, que dominavam e exploravam diretamente os servos, ainda que também vivessem sob obediência de seus superiores, reis, nobres e clero. Durante todo esse período houve uma contradição entre o poder local e as tentativas frustradas de unificação política da Europa, como foi o Império Carolíngio.

A essa dinâmica política e econômica devemos acrescentar o papel da Igreja Católica. Você deve se lembrar de que o cristianismo surge na antiga Palestina, a partir de outra religião monoteísta, o judaísmo, que defendia a vinda do Messias, salvador do povo judeu. Jesus Cristo nasceu durante o governo de Otávio Augusto e seus ensinamentos foram relatados pelos apóstolos Mateus, Marcos,

Lucas e João durante os anos 70 e 90 da era cristã. Os apóstolos foram os maiores responsáveis pela difusão do cristianismo no Império Romano, causando enormes crises entre a nova religião monoteísta e o culto aos imperadores romanos, que eram deificados. No século IV, o cristianismo já era a religião mais popular no Império Romano. É desse período inicial o surgimento da filosofia patrística – conciliação da filosofia greco-romana com o cristianismo, com a introdução da ideia de criação do mundo por Deus, da trindade una, da encarnação, do juízo final, da existência do mal como criação divina (que Agostinho dará uma nova formulação), do dogma e da verdade revelada.

Para o cristianismo, os que sofrem irão para o paraíso. Santo Agostinho (354 – 430), com sua teologia e filosofia, justificava esse novo período histórico transformando a crise em uma virtude. Para ele, os homens eram essencialmente pecadores e sofredores e a salvação se daria por meio da predestinação e pela Igreja. Santo Agostinho buscou uma síntese filosófica entre Platão e a doutrina cristã, sendo o maior representante da corrente filosófica patrística. Agostinho retoma a relação entre o mundo sensível e o mundo das ideias de Platão, mas substitui estas por ideias divinas, que os homens recebem de Deus como verdades eternas. Agostinho escreveu uma vasta quantidade de obras, entre elas *Confissões e A Cidade de Deus.* Uma de suas principais questões era compreender como um Deus todo poderoso toleraria o mal. A explicação dada é que Deus concedeu o livre arbítrio e a liberdade à humanidade, que o mal foi uma escolha moral humana, proveniente do pecado original de Adão e Eva. Na obra *A Cidade de Deus,* Agostinho explica a existência de dois planos de existência da vida, um plano terrestre que corresponde à história natural, à moral, às necessidades materiais e que tem existência definida o tempo e no espaço. Já no outro plano, celeste, corresponde à comunidade dos cristãos, onde é exercido o poder espiritual superior sobre o poder temporal. É nesse sentido que a Igreja constrói sua superioridade política sobre os demais setores sociais do feudalismo.

Os críticos humanistas do feudalismo disseram que houve um grande empobrecimento cultural nesse período de domínio cristão sobre a Europa. Por exemplo, no Concílio de Cartago (400 d.C.) a Igreja proibiu os bispos da leitura dos clássicos greco-romanos.

O analfabetismo era generalizado, inclusive entre os próprios religiosos.

O processo de organização e hierarquização da Igreja Católica se completou até o século V. Em 455, apoiado pelo Imperador Valentiniano, o bispo de Roma centralizou todo o poder e tornou-se o primeiro papa cristão, adotando o nome de Leão I. Após envolver-se exclusivamente com questões religiosas, em um momento posterior, a Igreja envolveu-se com as questões seculares (mundanas), adquirindo propriedades e envolvendo-se diretamente nas questões políticas, o que provocou reações internas de setores contrários. Os conflitos entre a Igreja e o poder político no feudalismo produziu, no campo teórico, a formulação da luta das duas espadas, do conflito entre o poder espiritual e temporal que se estendeu até o Grande Cisma do século XIV e com a Reforma Protestante do século XVI.

Com as Cruzadas, realizadas entre os séculos XI e XIII, apesar de a Europa cristã não ter retomado todo o controle sobre a Terra Santa, Jerusalém passou a dominar o comércio do mar Mediterrâneo, produzindo o Renascimento urbano e comercial. É nesse momento que entramos na Baixa Idade Média, período de crise do sistema feudal. À medida que uma nova forma de produção da riqueza se desenvolvia, a produção mercantil e os alicerces da sociedade feudal se abalavam. Nas cidades, que se emancipavam da tutela feudal com as cartas de franquias, as corporações de ofícios ou guildas, pequenos empreendimentos artesanais e mercantis, indicavam um caminho sem volta: o desenvolvimento mercantil da sociedade. Os comerciantes (burguesia mercantil) pressionavam a frágil produção artesanal na direção de formas mais ágeis e mais produtivas, criando um grande problema para os senhores feudais, que viviam do trabalho dos servos e camponeses e sentiam as mudanças com a mercantilização da terra (com o arrendatário da terra) e com as novas formas de produção das cidades (o embrião da burguesia industrial).

As classes dominantes do sistema feudal reagiram. A nobreza produziu as monarquias absolutistas na busca de fortalecimento diante de uma nova classe burguesa que se enriquecia cada vez mais. A Igreja, em um primeiro momento, buscou uma adaptação.

A Filosofia Escolástica buscou conciliar fé e razão, afirmando que o destino do homem não estava apenas nas mãos de Deus, mas também em suas próprias mãos, por meio do livre arbítrio. A dúvida, a investigação e a busca da verdade passaram a ser ferramentas da fé cristã. Dessa forma, buscam ajustar-se aos novos tempos e manter o poder feudal e católico sobre o mundo europeu. Essa corrente filosófica, com seu início por volta do século IX, teve muita influência entre os séculos XIII e XIV. Tomás de Aquino (1225 – 1274), principal representante dessa nova corrente filosófica, buscou conciliar Aristóteles com a fé católica. Aliás, o filme *O Nome da Rosa* tem exatamente esse período como contexto. Ao mesmo tempo, a Igreja organizou a Santa Inquisição, perseguindo, torturando e matando os que foram considerados hereges.

Além disso, agravando ainda mais a crise do sistema feudal, sugiram crises econômicas, guerras e pestes que arrasaram a Europa nos séculos XIV e XV. Enquanto isso, a burguesia continuava seu processo de desenvolvimento. Buscando sair da crise, alguns reinos, como Portugal e Espanha, financiavam mercadores em novas rotas comerciais, como foram as Grandes Navegações, que circundaram a África e chegaram às Américas, impulsionando um novo ciclo mercantil. As classes dominantes feudais perdiam poder econômico diante de uma nova classe social, burguesa, que necessitava transformar seu poder econômico em poder político. O desenlace dessa disputa veremos mais adiante. Sigamos agora com a história da educação e da Pedagogia nesse período.

### Europa Medieval: educação e pedagogia

Se no Império Bizantino e no mundo árabe e mulçumano os antigos continuaram como fontes de inspiração para o desenvolvimento intelectual de seus povos, na Europa cristã uma nova dinâmica filosófica e teológica se impunha. Ainda que os católicos rejeitassem aquilo que consideravam como paganismo e heresia, temos que considerar que não se constrói o novo do nada. Vimos que a patrística foi uma adaptação de elementos antigos com as novas doutrinas cristãs, assim como a Igreja Católica buscou se organizar a imagem e semelhança do Império Romano. É dessa forma que a educação medieval buscou seus caminhos diante da ruína da cultura clássica. Os povos germânicos "bárbaros" pouco

valorizavam a cultura antiga, preocupando-se muito mais com a questão militar numa região em que a violência era cotidiana. Além disso, os cristãos, mesmo com as adaptações iniciais, produziram uma nova dinâmica educacional.

O ensino clássico foi substituído, no início do Período Medieval, pela escola cristã, que funcionava ao lado dos centros religiosos (monastérios, abadias etc.) e preocupava-se, fundamentalmente, com a formação de funcionários do estado, quase todos religiosos, por serem praticamente os únicos alfabetizados. Os monastérios e abadias, com suas disciplinas rígidas de isolamento e do ascetismo (desvalorização dos aspectos corporais e da sensibilidade humana), tornaram-se importantes centros de cultura medieval, guardando obras do período clássico (greco-romano), que eram traduzidas e reproduzidas pelos monges copistas.

**Faça você mesmo**

Faça uma breve pesquisa sobre as sete artes liberais do período macedônico e compare com as que surgiram no Período Medieval, buscando as semelhanças e diferenças entre elas.

Jacques Le Goff, em *As raízes medievais da Europa* (2007), afirma que os pais culturais da Europa foram: Boécio (484-520), oriundo de família aristocrática romana, serviu o godo Teodorico, criador do Humanismo Medieval e divulgador de Aristóteles e da música; Cassiodoro (490-580), importante educador, tradutor das obras gregas, defensor do valor santificante do trabalho intelectual e influenciou diversos religiosos com suas enciclopédias de ciências profanas; Isidoro de Sevilha (570-636), enciclopedista que converteu os visigodos e tentou reunir em uma só obra (Livro de etimologias) a totalidade do conhecimento humano; e Beda (637-736), anglo-saxão, enciclopédico, evangelizador da Inglaterra e cientista.

No período de Carlos Magno (742 – 814), rei dos francos e imperador de uma vasta região (Império Carolíngio), período de consolidação da servidão e do feudalismo, houve o denominado Renascimento carolíngio, que reorganizou as escolas monacais, introduzindo o ensino das sete artes liberais dos antigos, reformulado pelas ideias da Igreja Católica. Para entendermos melhor: a Igreja Católica viu em

Carlos Magno a possibilidade de reconstrução de um novo Império Romano, mas sob sua influência direta. Dessa forma, a Igreja, por meio de Leão III, coroou Carlos Magno como Imperador e apoiou a sua expansão territorial que, por sua vez, apoiou a expansão da Igreja e da cristandade pelas regiões dominadas. Igrejas, abadias, monastérios e escolas monacais foram espalhadas pelos rincões europeus ainda não ocupados pelos cristãos. Foi a partir desse momento que a cristandade europeia se consolidou. Não podemos falar de educação medieval sem falar nela. Para administrar esse grande território, o Império carolíngio reestabeleceu o uso da escrita na administração e a educação voltava-se, fundamentalmente, para a formação de funcionários para o exercício do poder no Estado. É nesse Império que surgiu uma nova escrita/caligrafia, a minúscula carolíngia, dando uma nova estética para os textos. Surgiram, também, as pinturas decorativas de textos, as correções dos textos da Sagrada Escritura e o desenvolvimento da arquitetura com o transepto (o prolongamento da Igreja formando uma cruz), com as torres das Igrejas e com seus portais.

**Assimile**

O Império Carolíngio sob Carlos Magno buscava um só Estado, uma só Igreja, dando origem à cristandade europeia. O fortalecimento ainda maior da Igreja garantiu a obrigatoriedade do dízimo. O fim da usurpação das terras da Igreja a cada Igreja seria responsável por seu próprio patrimônio. A Igreja também se transformou no centro da cultura e a religião adquiria cada vez mais importância. Com o fim do Império Carolíngio, no século IX, a Igreja se fortaleceu ainda mais, tornando-se a liderança plena da cristandade ocidental.

Na Baixa Idade Média, período de decadência do sistema feudal, o comércio e as cidades ressurgem. Novas formas de produções artesanais intensificam o comércio. Uma nova classe social surge desse novo processo de desenvolvimento mercantil: o comerciante burguês. Diante desse processo, a burguesia necessitava de novos conhecimentos que a educação religiosa não oferecia. É nesse momento, durante o século XII, que surgiu a escola secular (do século, do mundo), livre do ensino religioso. A educação para a burguesia, além da aquisição de novos conhecimentos, trazia também uma valorização social que ela não possuía, adquirida apenas pela nobreza e pela elite feudal.

Entre os nobres, a formação militar continuava. Tratava-se da educação do cavaleiro, formação nobre, ritualizada, cortesã (maneira adequada de se comportar na corte), sem muita importância para a formação intelectual, romantizada pelos contos e poemas.

Nas cidades que surgiram, novas profissões ganharam terreno com a formação de "gentes de ofício": alfaiate, ferreiro, boticário, sapateiro, tecelão, marceneiro, entre outros. Esses profissionais organizaram-se em corporações de ofício que regulamentavam e monopolizavam todo o processo de produção. Somente eles poderiam autorizar o funcionamento de um novo empreendimento. Aprendiz, oficial e mestre: esse era o processo de aprendizagem para o trabalho.

Diante da necessidade de novos conhecimentos pelos setores sociais que surgiram com o desenvolvimento mercantil, as universidades foram criadas. A Igreja também fundou as suas universidades, as principais foram: Salerno, na Itália (século X) – Medicina; Bolonha, na Itália (século XI) – Direito; Paris, na França (século XII) – Teologia; Cambridge e Oxford, na Inglaterra – Matemática, Física e Astronomia. Também foram criadas Universidades em Montpellier, Salamanca, Roma, Nápoles, Praga, Viena, Heildelberg, Colônia, entre outras. O processo de formação nesse período possuía as seguintes etapas: bacharel, licenciado e doutor.

Existiram intensos conflitos entre a educação laica e a religiosa. A Igreja não admitia perder o monopólio do conhecimento. A Inquisição surgiu a partir do século XII para apurar os "desvios da fé", o que resultou, no campo educacional, na queima de livros, censura de publicações, controle do conhecimento, punição, tortura e morte para os que questionavam os dogmas católicos.

**Exemplificando**

Conforme descrito anteriormente, no filme *O Nome da Rosa* (1986), o guardião da biblioteca tentou a todo custo esconder uma obra de Aristóteles, considerada herege pela Igreja. Essa trama expressa exatamente aquilo que a Igreja buscava combater: um conhecimento que valorizava os prazeres e alegrias da vida, defendendo uma vida contida, regrada e ascética.

De maneira geral, as mulheres não tinham acesso à educação. As mulheres pobres continuavam analfabetas, assim como os homens. As da classe dominante recebiam educação de forma rudimentar, doméstica. E as burguesas, aos poucos, recebiam uma educação secular, desvinculada da religião. Alguns mosteiros e algumas ordens religiosas ofereciam educação às mulheres.

Para o servo, bastava que se tornasse cristão. Canções, poesias, festas e histórias populares auxiliavam a Igreja na divulgação de seus ensinamentos para essa classe social. Os vitrais das Igrejas, com seus desenhos relatando passagens bíblicas, funcionavam como explicações para esse setor que não sabia ler, mas que entendia os desenhos.

**Reflita**

É possível encontrar os elementos do dualismo educacional nesse período histórico? Quais eram os conhecimentos que cada classe social possuía? De que forma a Igreja lidava com os conhecimentos?

Diante da crise do sistema feudal, com o renascimento urbano, mercantil e cultural, a Igreja foi perdendo o monopólio das explicações para um mundo que exigia explicações mais racionais, uma educação que atendesse os novos interesses que se desenvolviam com o surgimento da burguesia e de novos setores sociais. Para uma instituição única que sobreviveu à queda do Império romano, esse momento também seria de adaptações. Tomás de Aquino representou exatamente isso. Se Agostinho havia resgatado e cristianizado Platão naquele momento de crise, neste, é Aristóteles com seu realismo que será adaptado.

A filosofia de Aristóteles, traduzida pelos árabes, foi condenada pela Igreja por conter reflexões perigosas aos dogmas cristãos. Tomás de Aquino, por meio de traduções diretas do grego, construiu uma determinada interpretação de Aristóteles, produzindo uma perspectiva conhecida como aristotélico-tomista, evidenciada na obra *Suma teológica*, em que a fé é abordada pela "luz da razão" e a filosofia é o caminho que auxilia a teologia. A lógica de Aristóteles foi transportada para a explicação da causa primeira da existência de Deus, que existe antes de tudo e que, imóvel, põe em movimento todas as coisas. O tomismo, doutrina escolástica de Tomás de Aquino, defendia o

comércio, mas condenava a usura e defendia a ideia do preço justo. A escolástica adquiriu essa denominação por ter sido ensinada nas escolas eclesiásticas da época, ensino com base nas sete artes liberais, ou seja, no Trivium (Gramática, Retórica e Dialética) e no Quadrivium (Aritmética, Astronomia, Geometria e Música).

A escolástica buscou conciliar fé e razão. Enquanto Agostinho subordinava a razão à fé, Tomás de Aquino, buscando uma adaptação teórica e teológica para a Igreja diante dos novos tempos, conferiu à razão uma importância maior. A escolástica transformou-se também em um importante método de educação nessa fase final da Idade Média. A partir do século XIV, ela entrou em crise por meio do artifício de autoridade, impedindo maiores reflexões em função dos dogmas que encontram dificuldades de explicação diante de uma realidade que começou a ser desvelada por meio de novas descobertas e correntes filosóficas, da Santa Inquisição, que busca o controle e a proibição de novos conhecimentos, como foi o caso de Giordano Bruno (século XVI), queimado vivo por defender uma nova forma de pensamento, como veremos na próxima seção.

**Pesquise mais**

Na referência a seguir, por meio do estudo sobre a escolástica de Tomás de Aquino, você encontrará uma reflexão sobre os seus métodos de ensino:

OLIVEIRA, T.; SANTIN, R. Consentimento e uso em Tomás de Aquino: dois preceitos educativos do século XIII. **Unisinos**, v. 14, n. 2, 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/495/90>. Acesso em: 26 mar. 2016.

## Sem medo de errar

A atividade sugerida pelo professor na análise do filme *O Nome da Rosa* (1986) buscava compreender como a filosofia se relacionava com a teologia, ou seja, a relação entre fé e razão. No início do Período Moderno, com o movimento Humanista, houve um intenso debate sobre a caracterização da Idade Média, sendo denominada como uma "noite de mil anos" ou a "Idade das Trevas", ou seja, como um período de regresso cultural, teórico e humano. Do que vimos até agora, é possível afirmamos isso? Seria incorreto afirmarmos que houve tanto as trevas

como uma cultura própria da cristandade europeia? Agostinho, Boécio, Cassiodoro, Isidoro de Sevilha, Beda, Tomas de Aquino, entre outros, não tentaram conciliar, cada um a seu modo, teologia e filosofia?

As reflexões que o filme provoca são interessantes para debatermos fé e razão, cuja relação é tensionada durante todo o enredo. A explicação dogmática e religiosa das mortes ocorridas no mosteiro não foi suficiente para convencer William de Baskerville (Sean Connery), monge franciscano, que utilizando-se da razão, da dúvida, do questionamento, buscou uma explicação mais racional para as mortes. Sem abandonar a sua fé, o monge fez uso da investigação, buscou desvendar os indícios de assassinatos, questionou a fé cega e os dogmas estabelecidos pela Igreja, principalmente pelas ações da Santa Inquisição, colocando sua própria vida em risco quando tentou preservar do incêndio todo o conhecimento depositado nos livros escondidos no mosteiro. Seu amor pelo conhecimento ultrapassou a própria fé, assim como a escolha de seu assistente, que entre a paixão e a razão preferiu a última, sem nunca se esquecer da primeira.

Quais ensinamentos temos com o filme e os conteúdos aqui apresentados no que se refere à educação medieval? Qual é o papel da educação em uma sociedade marcada pela fé e que buscou a razão em diversos momentos para ter explicações sobre o mundo naquele momento? A fé parecia ser suficiente para explicar tudo, subordinando a razão aos seus interesses. Mas podemos dizer, em um exercício contrário, que a razão é suficiente para explicar os mistérios da vida? Ainda que o período moderno tenha colocado a razão em um patamar muito superior ao do Período Medieval, podemos afirmar que essa tensão tenha desaparecido?

No momento inicial do Período Medieval, com a patrística, a teologia buscava uma distinção da filosofia à medida que a religião cristã fundamentava-se na verdade revelada. Portanto, inquestionável e também incompreensível pela razão humana. Em seguida, tendo Agostinho como referência inicial e Tomas de Aquino, com a sua escolástica, a fé buscou fundamentos racionais. A educação medieval, em diversos momentos, procurou a conciliação entre fé e razão, mas, utilizando um termo de Tomás de Aquino, a filosofia era *ancilla theologiae*, a escrava da teologia. A educação, portanto, caminhava no sentido da cristianização da sociedade europeia. Nesse sentido, qual é

o papel da educação em uma sociedade em que a verdade é revelada e não descoberta?

## Avançando na prática

### Fé e razão na educação contemporânea

#### Descrição da situação-problema

Antônio, professor de História da rede pública de ensino, em uma aula para o ensino médio, cumprindo as determinações da Lei 10.639/2006 sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, abordando a cultura e a religiosidade dos povos africanos, foi interrompido pela aluna Maria, esta afirmava que esse conteúdo era demoníaco, não deveria ser ensinado para os alunos e que contrariava a sua religião. Em seguida, a aluna saiu da sala e foi embora da escola. No dia seguinte, sua mãe veio reclamar com a direção da escola sobre o ocorrido em sala de aula.

A direção da escola, diante do fato ocorrido, convocou uma reunião com os professores para debater a situação. Se você estivesse nessa escola, no papel do professor ou da direção, como você lidaria com a situação? Como lidar no período atual com as questões relacionadas com a fé e a razão?

**Lembre-se**

A Santa Inquisição, no Período Medieval e o no início do período moderno, tratou as divergências como heresias, prendendo, torturando e matando os que não aceitavam os dogmas da Igreja Católica.

#### Resolução da situação-problema

O fato descrito na situação-problema anterior expressa algo comum nos dias de hoje: a intolerância religiosa, que se manifesta na dificuldade de aceitar e respeitar as diferenças culturais e religiosas de outras pessoas e de outros povos. No caso das religiões de matrizes africanas, podemos refletir com algumas indagações: as consequências da colonização e catequização promovidas pelos europeus e cristãos sobre parte do continente africano produziram uma explicação preconceituosa sobre as suas culturas e religiões? Essa dinâmica teria prosseguido no Brasil com a escravização dos africanos

e pela repressão de suas expressões culturais e religiosas, aumentando ainda mais esse preconceito?

A educação também cumpriu um papel de socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, enriquecendo culturalmente a atual geração. O conhecimento histórico daquilo que a humanidade produziu não alterou necessariamente aquilo em que acreditamos.

É possível conciliar fé e razão? Podemos construir um ambiente de respeito e tolerância com a diversidade de manifestações culturais e religiosas? É possível educar e respeitar as religiões de cada um?

**Faça você mesmo**

Pesquise sobre a intolerância religiosa da Idade Média e reflita sobre as semelhanças e diferenças encontradas com as manifestações de intolerâncias nos dias de hoje.

## Faça valer a pena

**1.** No final da Império Romano e início do período feudal, a Filosofia Patrística surgiu e exerceu importante influência sobre o nascente pensamento medieval, caracterizando-se:

a) Por uma forte função apologética de defesa de dogmas, de conversão dos não cristãos, pela valorização de uma moral rigorosa e pelo controle das paixões e sensibilidades humanas.

b) Pela defesa da democracia como valor universal.

c) Por uma forte função racional na defesa da Teologia como serva da Filosofia.

d) Pela defesa da mitologia grega, do politeísmo, pela valorização de uma moral mais flexível e pela valorização das paixões e sensibilidades humanas.

e) Pelas formulações de São Tomás de Aquino, que buscou unir fé e razão para adaptar a Igreja aos novos tempos.

**2.** O ensino clássico foi substituído, no início do Período Medieval, por outra escola, que é:

a) A Escola Nova, com base em John Dewey.

b) A escola jesuítica, que funcionava ao lado dos centros religiosos (monastérios, abadias etc.) e preocupava-se fundamentalmente com a formação de funcionários do estado, quase todos religiosos, por serem quase os únicos alfabetizados.

c) A escola cristã, que funcionava ao lado dos centros religiosos (monastérios, abadias etc.) e preocupava-se fundamentalmente com a formação de funcionários do estado, quase todos religiosos, por serem quase os únicos alfabetizados.

d) A escola libertária, sob influência dos anarquistas.

e) A escola pública, gratuita, universal e laica.

**3.** No período de Carlos Magno (742 – 814), rei dos francos e imperador de uma vasta região (Império Carolíngio), houve o denominado Renascimento Carolíngio, caracterizado por:

a) Reorganizar as sete artes liberais pela expansão das escolas monacais, pela reintrodução da escrita na administração do Estado, pela educação voltada para a formação de funcionários do Estado, pela introdução da minúscula carolíngia e pelo desenvolvimento da arquitetura religiosa.

b) Reorganizar o ensino jesuítico, com base no *Ratio Studiorum*, plano educacional da Companhia de Jesus.

c) Reorganizar o ensino clássico greco-romano, abolindo a educação cristã e resgatando a Paideia e a Humanitas das antigas civilizações clássicas.

d) Reorganizar as sete artes liberais pela limitação das escolas monacais, pela proibição da escrita na administração do Estado, pela educação voltada para a educação popular, pela introdução do pensamento racional e laico.

e) Introduzir a educação profissional para servos e camponeses.

# Seção 1.4

## A educação na Idade Moderna

### Diálogo aberto

Nesta seção, discutiremos a educação no período moderno. Para iniciarmos as nossas reflexões, é importante recordarmos a nossa situação geradora de aprendizagem, momento em que a Alice, em uma turma de Pedagogia, na aula de História da Educação, buscava compreender as relações entre os conteúdos de História da Antiguidade com a educação em nossos dias.

Essa dificuldade, muito comum em todas as disciplinas que relacionam a História com a nossa vida cotidiana, pode ser tratada também por meio de uma nova situação. Imaginemos que Alice, ao estudar os temas de História da Educação no Período Moderno, tenha se deparado com uma dúvida: "como a educação medieval, com sua rígida disciplina, transformou-se em uma educação tão diferenciada como a que vivemos hoje? Aqui no Brasil também tivemos um período de educação mais severa e também vivemos outro momento. Quais foram os fatores responsáveis por todas essas mudanças na educação?". Para ajudar nas reflexões de Alice, é importante buscarmos os elementos dessas mudanças na história. É exatamente nesse Período Moderno que encontramos algumas dicas que, adicionadas ao que veremos mais adiante da história contemporânea, serão importantes no diálogo com Alice.

Nesse sentido, nesta seção, você encontrará um período de intensas transformações na vida social, política, econômica, social e educacional de diversas civilizações. Não só a Europa foi transformada pela nova sociedade que surgia o restante do mundo também foi submetido, com as características próprias de cada formação social que existia, às novas exigências de uma sociedade cada vez mais mercantil. O Período Moderno também pode ser compreendido como uma fase de transição entre a velha sociedade feudal e a nova sociedade capitalista. O ressurgimento do comércio e das cidades, com as cruzadas, o Renascimento Cultural, a Reforma Protestante, as

Grandes Navegações, o Mercantilismo, o Absolutismo, a escravização dos africanos, as Revoluções Burguesas e a Primeira Revolução Industrial foram momentos importantes dessa transição.

No campo educacional veremos como a pedagogia cristã compartilhará, cada vez mais, seu espaço com outras formas educacionais, produzindo tensões e conflitos próprios em um momento de transformações. As novas classes sociais da sociedade burguesa na defesa de seus interesses próprios produzirão novas experiências e propostas pedagógicas, incorporando e superando o que foi até então produzido.

Essas transformações sociais e educacionais terão profundas consequências para a história do Brasil, pois é justamente nesse momento que os europeus chegam à América. Colonização, exploração, escravização e catequização serão elementos inseparáveis da nova dinâmica mercantil que surgia na Europa e rapidamente transformava o mundo e, particularmente, o Brasil, como veremos na próxima seção.

Esperamos que os caminhos trilhados aqui ajudem nas reflexões de Alice para compreender a nossa educação brasileira.

Bons estudos!

## Não pode faltar

### Europa Moderna: um breve histórico

Para compreendermos as transformações ocorridas nesse período, é importante levarmos em consideração e retomarmos alguns elementos da seção anterior. Vimos que a sociedade feudal foi resultado de dois modos de produção distintos, o modo de produção escravista romano e o germânico. Cada uma das localidades europeias assimilou com maior ou menor impacto cada uma dessas formas, produzindo, após o século XI, o que denominamos como feudalismo. É justamente nesse momento de consolidação que essa sociedade produziu os elementos de sua própria crise, que futuramente levou à sua derrocada. Que elementos são esses? A dinâmica mercantil.

Lembremos que dos escombros do antigo Império Romano surgiram três grandes sociedades - a bizantina, a islâmica e a Europa cristã

- que disputaram o controle da região mediterrânea durante o Período Medieval. Se em um primeiro momento a Europa cristã estava voltada para as suas disputas internas pelo controle da terra, após as Cruzadas, com a tentativa inicial de controle da Terra Santa, Jerusalém, houve uma expansão e o ressurgimento das cidades e do comércio. Portanto, no interior da sociedade feudal duas formas distintas de produção da riqueza passaram a conviver: a servidão e a dinâmica mercantil, que produziu uma nova classe em ascensão, a burguesia. Inicialmente, a dinâmica mercantil, isto é, a transformação dos produtos do trabalho em mercadorias compradas e vendidas no mercado, que estava quase desaparecida durante o período feudal, reapareceu e se fortaleceu, enriquecendo uma parte da nobreza que se transformou no burguês mercantil e, futuramente, no capitalista. Houve um lento processo de transformação no campo nessa fase final do Período Medieval e início do Moderno, com o arrendamento de terra para a exploração mercantil, ou seja, para a produção de alimentos que seriam vendidos, fato que não era predominante na sociedade feudal cujos alimentos eram produzidos para satisfazer as necessidades da classe dominante ou dos servos, não havendo uma relação mercantil nessa produção e, também, com a criação de ovelhas que forneciam lã para a nascente indústria artesanal de tecidos, ainda espalhada em produções caseiras. Nas cidades, com o surgimento das guildas ou das corporações de ofícios, uma nova produção artesanal dominava o ambiente urbano, monopolizando os mercados locais. Foi a própria estrutura política feudal que protegeu essas novas formas de enriquecimento, que se voltaram contra ela à medida que os interesses mercantis se chocavam com a velha relação social feudal.

Por volta dos anos 1500, a expansão mercantil, com as Grandes Navegações, atingiu o mercado mundial com a circum-navegação da África, que garantiu novas rotas comerciais e novos mercados, com a escravização dos africanos, garantindo força de trabalho para as colônias e nova fonte de lucro com o tráfico negreiro, com a exploração mercantil das colônias. Todas essas formas de exploração garantiram um acúmulo enorme de riquezas para as monarquias e, principalmente, para a nova classe social burguesa. O mercado mundial demandava uma quantidade de mercadorias que pressionava o lento processo de produção europeu, ainda predominantemente feudal e com as guildas ou corporações de ofícios que produziam lenta e

artesanalmente. Essa pressão provocou um impasse nas relações sociais de produção feudal. A maior parte da população europeia ainda vivia fundamentada na vassalagem, a típica relação entre o servo e o senhor feudal. A burguesia mercantil necessitava de uma produção maior e mais rápida, o que era impossível sob essas antigas relações. Isso provocou um aumento cada vez maior no conflito de interesses entre as classes dominantes do sistema feudal (rei, nobres, clero, senhores feudais) e a nova classe burguesa.

Antes de apresentarmos o desfecho desse conflito, é importante avaliarmos como a dinâmica religiosa estava relacionada a essas mudanças em curso. Já vimos que religião, política, economia, sociedade estavam inter-relacionadas no Período Medieval. No Período Moderno não foi diferente. Enquanto os novos setores colocavam em marcha novas formas de produção da riqueza, as antigas classes sociais defendiam a todo custo a manutenção da antiga ordem. Ainda que tenha se adaptado aos novos tempos, a Igreja Católica ainda permanecia presa às antigas formas de produção, combatendo valores e práticas da nova sociedade que germinava. No interior da Igreja, conflitos sobre os escândalos sexuais, corrupção e venda de indulgências (o perdão pelo pecado) pressionavam a instituição para reformas internas, que não foram aceitas por sua cúpula. Junto com isso, variados governantes europeus sentiam o peso financeiro e político da Igreja Católica em seus domínios, provocando conflitos variados. Por exemplo, nos reinos germânicos, a Igreja possuía cerca de 1/3 das terras, motivo de cobiça de variados setores sociais. Os conflitos que ocorriam entre os reinos nessa época obrigavam a Igreja a se posicionar de um lado ou de outro, aumentando ainda mais as diferenças existentes. Com a Reforma Protestante, vários governantes viram a possibilidade de autonomia diante da Igreja Católica, ainda mais que os reformadores defendiam a subordinação da Igreja ao poder político, invertendo a relação até então estabelecida.

**Exemplificando**

Um exemplo disso: os calvinistas viam na prosperidade material um indício divino. Calvino, reformador na Suíça, afirmou:

> **Deus chama cada um para uma vocação particular cujo objetivo é a glorificação dele mesmo. O comerciante que busca o lucro, pelas qualidades que o sucesso econômico exige: o trabalho, a sobriedade, a ordem, responde também o chamado de Deus, santificando de seu lado o mundo pelo esforço, e sua ação é santa (CALVINO apud VICENTINO, 1997, p. 201).**

Com as bênçãos de Deus, os reformadores viam no trabalho, na vida regrada, na riqueza construída com esforço um novo caminho de ascensão social, fazendo que grande parte da nova burguesia abraçasse a nova fé.

Com a Reforma Protestante (luterana, calvinista e anglicana), a Igreja Católica perdeu seu reinado absoluto, tendo de dividir com as novas religiões a interpretação da vida e do mundo, por isso, reagiu com a Contrarreforma, com o aumento das atividades da Santa Inquisição e com a tentativa de moralização da Igreja com a sua reforma interna, conhecida como Contrarreforma.

Para finalizarmos essa breve contextualização, dois elementos serão analisados: as Revoluções Burguesas e a Revolução Industrial. Como havíamos afirmado, os interesses feudais e mercantis, em alguns países, estavam em um ponto de conflito extremo. De um lado a burguesia necessitava romper com as relações feudais para que a dinâmica mercantil se desenvolvesse plenamente. De outro, as classes dominantes feudais não podiam mais permitir o desenvolvimento mercantil sob risco de perderem suas terras, seus servos, seu poder, ou seja, sua própria existência como classe econômica e politicamente dominante. Enquanto houve possibilidades de conciliação entre os interesses em jogo acordos foram construídos, mas em determinado momento esses interesses foram irreconciliáveis, como foi o caso da Revolução Inglesa (1642-1688) e da Revolução Francesa (1789).

No primeiro caso, foram quase cinquenta anos de guerra civil e de conflitos entre a monarquia e o parlamento, expressando os diferentes interesses feudais e burgueses. Essas revoluções permitiram que a burguesia transformasse seu poder econômico em poder político,

destruindo os entraves feudais e colocando em marcha uma nova relação social de produção, com base na exploração do trabalho assalariado, que veremos mais adiante. No caso da Inglaterra, logo após a Revolução, houve uma aceleração da expulsão dos camponeses e servos das terras, transformadas em propriedades privadas para a produção de alimentos e criação de ovelhas para extração de lã para a indústria têxtil. Camponeses, servos e artesãos, expropriados de suas terras e de seus instrumentos de trabalho, foram transformados em uma nova classe social: trabalhadores assalariados que não possuiam mais nenhuma propriedade, então vendiam a única coisa que lhes restava: sua capacidade de trabalho em troca de um salário. Aquela forma anterior e rudimentar de produção artesanal foi transformada pela Revolução Industrial (1780-1840). Novas ferramentas, máquinas, tecnologias foram concentradas num único local de trabalho: a fábrica. Se no período anterior o lucro vinha do comércio, nessa nova fase a produção de riqueza e o lucro decorriam da produção fabril e da exploração da força de trabalho.

### Europa Moderna: educação e pedagogia

Você deve se lembrar que a visão de mundo medieval, considerada estática, hierárquica e dogmática da sociedade, foi lentamente questionada pelo Movimento Humanista, que apresentava uma nova visão de mundo fundamentada nos estudos humanísticos, na retomada do conhecimento antigo e crença na capacidade humana de conhecimento e de transformação. Esse movimento produziu uma cultura laica, racional e científica e também construiu a ideia de "Idade das trevas" para o Período Medieval, sendo precedido por um outro movimento denominado como Renascimento, que floresceu desde o século XIV, conforme atesta Nicolau Sevcenko (1987). O termo "renascimento" advém da retomada dos clássicos greco-romanos na Filosofia, na Arte, entre outras áreas.

**Assimile**

O Movimento Humanista: o homem como elemento central (antropocentrismo) do universo, em substituição ao teocentrismo; desfrute dos prazeres e das alegrias da vida; valorização da individualidade.

Inicialmente, a Itália tornou-se o centro do Renascimento Cultural. A Academia de Florença resgatou o platonismo, defendendo o belo como manifestação divina e produzindo um grande desenvolvimento técnico da arte. Na Academia de Pádua, o resgate foi do aristotelismo, da defesa da arte naturalista, do empirismo científico e de uma atitude científica diante da vida. Dante Alighieri (1265 – 1321), Giotto di Bondone (1267-1337), Giovanni Boccacio (1313-1375), Sandro Botticelli (1445-1510), Leonardo da Vinci (1452-1519) e Michelangelo (1475-1564) foram os principais expoentes do Renascimento italiano, juntamente com outras expressões artísticas, como Willian Shakespeare (1564-1616), dramaturgo inglês, que escreveu *Romeu e Julieta; Otelo; Rei Lear; Macbeth; Hamlet;* entre outros. Após o século XVI, o Renascimento Cultural é difundido pela Europa.

No campo das ciências, podemos falar também de um Renascimento Científico, tendo como expressões iniciais Nicolau Copérnico (1473-1543) e Galileu Galilei (1564-1642), que defendiam o heliocentrismo (sol no centro do universo); e Giordano Bruno (1548-1600), que defendia a ideia de universo infinito e, por isso, foi queimado vivo na fogueira da Santa Inquisição. O Renascimento produziu uma nova explicação sobre o mundo que a Igreja Católica monopolizava, levando à descoberta de novas teorias e métodos de conhecimento que influenciaram diretamente a educação. Qual a forma mais adequada de conhecimento? Racionalistas e empiristas apresentaram respostas diferenciadas.

Descartes (1596-1650), filósofo francês, é considerado o maior representante do racionalismo e sua premissa filosófica é o inatismo, ou seja, os sujeitos já nascem com a capacidade exclusiva do raciocínio e do pensamento, que não são obtidas pela experiência. Para Descartes, de alguma forma, conhecer significa "vestir" a realidade com as ideias com as quais nascemos. Por isso, a necessidade da dúvida metódica: para "exorcizarmos" (ele não usa essa expressão) as falsas ideias provenientes de nossas impressões. Aqui há uma contradição radical com os empiristas. Para estes, o conhecimento forte é o que vem de nossas impressões, das quais as ideias são pálidas lembranças. Outras ideias, como as adventícias, que vêm de fora, e as fictícias são formas secundárias de conhecimento. O filósofo não desconsiderou a experiência, mas afirmava a primazia da razão e do sujeito no processo de conhecimento. Ainda que definindo a fonte dessas ideias em Deus,

Descartes rompeu com os dogmas da Igreja e colocava a dúvida como elemento fundamental do método cartesiano, que é composto pela evidência do objeto estudado, pela análise das partes desse objeto, pela síntese formulada pela razão e pela revisão desse desmembramento, ou seja, um caminho lógico para a obtenção do conhecimento verdadeiro. A intuição é o ponto de partida desse processo.

Já para os empiristas, ao contrário dos racionalistas, a fonte de conhecimento não partia das ideias, e sim, das experiências. A razão humana não possuía um conhecimento anterior, era vazia e preenchida pela vivência, pela experiência ao longo da vida toda. Os principais representantes dessa corrente filosófica na modernidade foram Francis Bacon (1561-1626), Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704), David Hume (1711-1776), entre outros.

No campo religioso, surgiu também o Humanismo cristão, tendo como principal referência Erasmo de Rotterdam (1466-1536), que produziu sua obra-prima *O elogio da loucura*, em que faz duras críticas ao dogmatismo do ensino religioso da Igreja e defende a liberdade e tolerância religiosa. Além disso, defendia que a beleza e os prazeres da vida deveriam ser desfrutados pelos homens, contrariando a visão de mundo ascética da Igreja Católica.

**Reflita**

Compare a educação católica com a educação protestante e procure refletir qual delas estava mais adequada para os novos tempos de uma sociedade mercantil que se desenvolvia.

No campo político, surgiram os Utopistas, como Thomas Morus (1478-1535), Tommaso Campanella (1568-1639), Francis Bacon (1561-1626), entre outros, que defendiam a construção de sociedades futuras, idealizadas e harmônicas.

É nesse contexto cultural e científico mais amplo que as necessidades de novos setores sociais por uma educação que os preparassem para a liderança e para administração dos negócios e dos assuntos políticos surgiram. Os colégios aparecem e se transformam em um novo espaço de educação para a pequena nobreza e para a burguesia em contraposição à educação medieval, com seus preceptores, predominando a hierarquia, o ensino severo, a ênfase na

moral e o ensino clássico, duramente criticados pelos humanistas. As primeiras escolas leigas, com ensino menos severo, com atividades recreativas e lúdicas ganhavam espaço cada vez maior. As mudanças não aconteceram abruptamente, tratava-se de uma transição, ou seja, a educação moderna ainda carregava elementos da velha educação medieval, como a manutenção do programa clássico, adaptado no Período Medieval, do *trivium* e *quadrivium* e a maior parte dos colégios eram de ordens religiosas. Isso não impediu a experiência de colégios laicos, influenciados pelas ideias humanistas. Evidentemente que a educação dualista continuava, sendo que o ensino básico era oferecido para os pobres e havia alguma possibilidade de acesso, enquanto que o ensino médio e superior atendia a elite. Em algumas localidades houve a defesa e a construção da universalidade pública da educação primária. Inicia-se também nesse período experiências de educação menos severas nos castigos físicos e valorização da arte, da música, da literatura.

A educação religiosa reformada também contribuiu para a difusão escolar. À medida que defendiam o livre acesso do fiel a Deus, sem a intermediação da Igreja e a tradução da Bíblia para diversas línguas, havia a necessidade de alfabetização das pessoas para que pudessem ler as Escrituras e a educação também serviu de importante ferramenta de propagação da Reforma.

A Igreja Católica também reagiu nesse campo com enormes investimentos na educação, pois acreditava na possibilidade de reforma interna e no combate à Reforma Protestante por meio de uma moralização que a educação poderia cumprir. A Companhia de Jesus, conhecida como ordem jesuítica, foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola, que defendeu uma rígida disciplina militar ("os soldados de Cristo") e a pregação missionária da fé e o combate às heresias. Além das ações do Santo Ofício da Inquisição, defendiam que a educação seria um instrumento importante para a educação cristã, fundando colégios em toda parte do mundo. Nesse sentido, houve um forte investimento na formação de professores, que culminou na formulação do documento *Ratio Studiorum*, conjunto de regras pedagógicas que orientavam os educadores em suas atividades. Esse documento teve forte influência de São Tomás de Aquino e estava dividido em duas partes:

> *Studia inferiora:*
> - Letras Humanas, de grau médio, com duração de três anos e constituído por Gramática, Humanidades e Retórica, formava o alicerce de toda a estrutura do ensino, baseada na Literatura Clássica greco-latina.
> - Filosofia e Ciências (ou curso de Artes), também com duração de três anos, tinha por finalidade formar o filósofo e oferecia as disciplinas de Lógica, Introdução às Ciências, Cosmologia, Psicologia, Física (aristotélica), Metafísica e Filosofia moral.
> *Studia superiora:*
> - Teologia e Ciências Sagradas, com duração de quatro anos, coroava os estudos e visava à formação do padre (ARANHA, 2006, p. 128).

As principais características gerais do ensino jesuítico foram a manutenção do ensino do latim, a formação clássica, a repetição e a memorização, as competições internas com estímulos e prêmios, uma educação rígida e os internatos. Os jesuítas foram duramente criticados tanto no interior da própria Igreja Católica, tendo sua ordem extinta posteriormente, como por variados setores sociais. As críticas se dirigiam ao autoritarismo, ao dogmatismo e ao isolamento social que provocavam.

**Pesquise mais**

Para compreender melhor os fundamentos da educação jesuítica, na indicação bibliográfica a seguir você encontrará um interessante texto sobre o *Ratium Studiorum*, importante documento pedagógico dos jesuítas:

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. Modernidade, espiritualidade e educação: a Companhia de Jesus dos *exercícios espitiruais* à *Ratio Studiorium.* Revista Histedbr C. n. 42. v. 11, p. 71-93, jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639867/7430>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Os principais representantes de um novo pensamento que marcaram profundamente a Pedagogia no início da modernidade foram Vives (1492-1540), que escreveu sobre a Pedagogia, inclusive

sobre a educação das mulheres, sobre a importância da Psicologia no ensino, a valorização do método indutivo e das experiências, a defesa da língua materna; Erasmo de Rotterdam (1467-1536), que criticou a corrupção, o autoritarismo da Igreja Católica e a educação religiosa, defendendo a ênfase nos estudos literários e estéticos, escreveu, como afirmamos anteriormente, a obra *Elogio da loucura* em que defende as paixões, a sabedoria, a felicidade e o prazer. Defendia também o respeito pelo amadurecimento próprio da criança e uma educação lúdica; François Rebelais (1494-1553), defensor do estudo clássico, criticou de maneira irônica a sociedade de sua época por meio de seus romances, que também tratavam, de maneira geral, da educação, em que a alegria, o riso seria próprio do homem; Michel de Montaigne (1533-1592), educado por preceptores desde o berço, obteve uma vasta cultura erudita, defendia a formação de um espírito ágil e crítico, valores importantes para os novos setores sociais que surgiam.

No século XVII, a educação religiosa, mesmo dividindo espaço com outras experiências, continuava muito forte. A Companhia de Jesus exerceu forte influência neste século com seu ensino tradicional e conservador, fundamentando-se na escolástica medieval e nas adaptações de Aristóteles. Outras congregações desenvolveram o ensino religioso adaptando-se aos novos tempos, como a Congregação do Oratório, os Jansenistas, que se opunham aos jesuítas e aliaram razão moderna e fé.

As primeiras experiências de educação pública deram-se na Alemanha, no Ducado de Weimar, com uma educação primária obrigatória, com a definição de graus e horários de estudos, com exames e a inspeção. Na França surgiram experiências de educação pública para os pobres, sob influência religiosa e como espaço de preparação de serviçais e de trabalhadores para o comércio e para a indústria.

Ainda nesse século, com a influência do racionalismo e do empirismo na educação, surgiram novos métodos para a educação. John Locke (1632-1704), filósofo inglês, liberal, empirista, também formulou propostas para a educação, escrevendo a obra *Pensamentos sobre educação*, em que criticava a educação medieval e defendia a experiência dos mestres como fonte importante de educação para a criança; a valorização do estudo de História, Geografia, Geometria e

Ciências Naturais ao invés da Retórica e Da Lógica; a Educação Física, por meio dos jogos, como fonte importante de saúde e educação; o ensino técnico; a educação severa com as crianças pequenas para que fossem dóceis e obedientes; o desenvolvimento físico, moral e intelectual para a classe dominante; e o trabalho manual para os dominados.

João Amós Comênio (1592-1670), nascido na Morávia (atual República Tcheca), foi considerado o maior pedagogo do século XVII e o Pai da Didática Moderna. Teve como preocupação a construção de um método pedagógico que pudesse ensinar de forma rápida e segura. Escreveu a obra *Didática Magna* e diversos manuais em que ensinavam como os mestres deveriam proceder no ensino dos alunos, com os graus de dificuldade e com os ritmos adequados à capacidade de assimilação dos alunos. Sua pedagogia valorizava o ensino prático e religioso, pretendendo "ensinar tudo a todos", de forma universal.

Francóis Fénelon (1651-1715), bispo francês, tornou-se mestre de um dos netos do Rei Luís XIV e, com base nas observações dos comportamentos femininos na corte, defendeu uma educação específica para as mulheres para que obtivessem alguma cultura geral. Algumas foram encorajadas a continuarem os estudos, outras estimuladas a manterem a vida doméstica apenas com uma formação moral e religiosa. Outras iniciativas surgiram para a educação feminina nesse período, como o Colégio Saint Cyr, para meninas entre sete e vinte anos de idade.

No século XVIII, houve um avanço da educação laica em contraposição ao ensino religioso. As principais ideias da educação laica e liberal foram a educação pública; a obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar; a valorização do nacionalismo; a valorização da língua local; e a educação técnica. Essas ideias não foram generalizadas nesse século em função dos limites ainda existentes, com professores mal pagos, com deficiência na formação dos mestres e com a dificuldade de ampliação do ensino público pela força do ensino religioso, mas voltam com força no século XIX.

Na Alemanha, a situação foi um pouco diferente. Houve investimento estatal na educação elementar e no ensino técnico. Basedow (1723-1790) foi uma referência na educação, instituindo o

movimento pedagógico filantrópico que pretendia "dar condições para o indivíduo ser feliz, por isso a aprendizagem dever ser prática e agradável e estimular a atividade racional e a intuição, mas do que a memória. Dedicou igual interesse pela educação física" (ARANHA, 2006, p. 175).

Em Portugal, sob comando do primeiro ministro Marquês de Pombal, iniciou-se uma reforma em vários setores sociais com o objetivo da modernização portuguesa nos marcos do iluminismo. O Marquês de Pombal foi considerado um déspota esclarecido. Na educação, após expulsar os jesuítas em 1759, Pombal inaugura na Europa o ensino leigo e público, instituindo o ensino régio (pertencente ao Rei) com a estruturação de um sistema de ensino para a Educação Elementar, Ensino Médio e Superior, com professores contratados pelo Estado. O ensino religioso não foi abolido, suas funções (mais limitadas) foram assumidas pela Ordem do Oratório, mais aberta às visões iluministas. O ensino católico continuava obrigatório no ensino público, o controle da Santa Inquisição sobre os conhecimentos "perigosos" também continuou, principalmente sobre os que defendiam os ideais republicanos e democráticos. D. Luís da Cunha (1662-1740), Ribeiro Sanches (1699-1783), Luís Antonio Verney (1713-192) foram os principais representantes do Iluminismo português no século XVIII, produzindo importantes contribuições para o campo educacional e pedagógico. Suas produções voltaram-se contra os dogmas religiosos que impediam o desenvolvimento cultural e intelectual dos portugueses. Suas ideias, ainda que não foram totalmente atendidas, influíram nas reformas educacionais em Portugal.

No século XVIII, na Pedagogia, destacam-se três principais correntes: os enciclopedistas, o naturalismo de J. J. Rousseau (1712-1778) e a pedagogia idealista de Kant. Destacaremos aqui Rousseau, pensador liberal, democrático, que defendia o contrato social consensual entre os homens para resolver o dilema da natureza humana, ou seja, como os homens nascem livres e a sociedade os corrompe, seria necessária uma ordem social com regras consensuais construídas por seus próprios agentes. Nesse sentido, defende a democracia direta, em que o povo é soberano.

Se até nesse momento o foco da educação centrava-se no professor, com Rousseau o foco dirige-se ao aluno, defendendo que

a criança não deveria ser encarada como um adulto em miniatura. Sua principal obra educacional foi *Emílio ou da educação*, que relata de forma romantizada a educação de um jovem que é acompanhado por um professor. Todo o esforço desse preceptor é garantir que a natureza humana do aluno seja preservada e estimulada. Essa natureza refere-se às sensações, intuições, sentimentos que ainda não foram formalizados pelo pensamento racional e intelectual, portanto, à natureza interior que ainda não foi influenciada pelos hábitos sociais. Nesse sentido, a educação também assume um caráter negativo, ou seja, uma negação daquilo que corrompe a natureza humana, valorizando o desenvolvimento interno e natural. Para Rousseau, o educador não deve impor o conhecimento à criança nem deve deixá-la em seu puro espontaneísmo, deve equilibrar esses dois aspectos para que a criança obtenha sua autonomia. Há uma dialética entre a liberdade e a obediência em seus ensinamentos. Rousseau defendia também que somente após os 15 anos de idade, momento de posse da razão, segundo o filósofo, a criança deveria receber os ensinamentos morais, inclusive o religioso, que antes disso essas ideias só serviriam como idolatria.

As críticas que se dirigem aos seus ensinamentos referem-se ao elitismo de sua pedagogia, pois a educação por meio de preceptores é algo que só os ricos acessariam, ao isolamento social e individualista de sua educação. Ao mesmo tempo, sua contribuição foi importante para o questionamento do autoritarismo educacional que predominava.

## Sem medo de errar

Você deve se recordar da nossa situação-problema em que Alice, aluna de Pedagogia, buscava compreender como a educação medieval, com sua rígida disciplina, transformou-se em uma educação tão diferenciada como a que vivemos hoje. No Brasil também tivemos um período de educação mais severa e também vivemos outro momento. Quais foram os fatores responsáveis por todas essas mudanças na educação? Para dialogarmos com Alice, foi preciso percorrer os conteúdos da educação moderna e considerar as enormes transformações produzidas pelo surgimento da sociedade capitalista.

Nesse sentido, é preciso compreender a inter-relação entre sociedade e educação. Em que medida as mudanças econômicas, políticas e sociais demandam novos processos educativos, novas

formas de conhecimento? Em igual medida, de que forma os novos conhecimentos, as novas descobertas e os novos métodos educacionais impulsionaram mudanças políticas, econômicas e sociais? É nessa relação dialética que encontraremos as respostas para dialogar com Alice.

No campo do conhecimento, à medida que a razão ocupou o espaço da fé, a experiência da burguesia produziu uma visão de mundo que superou a classificação das pessoas pelo grupo/classe a que pertenciam. Na visão de mundo medieval, as pessoas se distinguiam por pertencerem a estamentos/classes definidas no nascimento, de acordo com a função para a qual estavam destinadas: comandar, rezar ou trabalhar. A burguesia rompeu com isso, valorizando o indivíduo e seu trabalho, considerando-o igual no nascimento. Essa visão de mundo esteve na base dos movimentos do Renascimento e da Reforma Protestante.

Os teóricos desse período por diversos caminhos buscaram compreender o mundo em que viviam. Suas ideias e a realidade em que viviam estavam interconectadas a todo o momento, ora com predominância em um polo, ora em outro, ou ainda buscando suas mais variadas relações. Portanto, entender como o ambiente interfere nesse processo e como as ideias atuam para apreendê-lo e/ou modificá-lo é fundamental para melhor compreendermos a produção desses teóricos. Esse é o ponto de partida para dialogarmos com Alice.

As novas formas de produção da riqueza alteraram drasticamente a realidade medieval, produzindo uma sociedade mais dinâmica? O conhecimento produzido do Período Medieval era suficiente para explicar a nova realidade? Em que medida essas alterações demandaram novas formas de conhecimentos, novas exigências teóricas, uma nova educação? Ainda não apresentamos todos os elementos para satisfazer Alice, mas essas reflexões podem ajudá-la na busca de respostas, ainda que parte de seus questionamentos seguirão sob reflexão nas próximas seções.

**Atenção**

Procure analisar como as transformações produzidas pelo Renascimento, pelo Humanismo, pela Reforma Protestante e pelo desenvolvimento mercantil proporcionaram uma nova

classe social burguesa, com o imenso poder adquirido após as Revoluções Burguesas e a Revolução Industrial. Relacione essas mudanças com as transformações ocorridas na educação.

## Avançando na prática

### A atualidade de Rousseau na educação contemporânea

#### Descrição da situação-problema

Rosseau refletiu sobre a necessidade de preservação da natureza humana diante de uma sociedade que corrompe a humanidade, propondo uma mudança qualitativa do processo educacional, em que o professor deixa de ser o centro do processo educativo e o aluno passa a ocupar esse espaço. É com base no equilíbrio entre liberdade e obediência que o processo pedagógico se desenvolve. Nesse sentido, ele é uma referência importante para as pedagogias contemporâneas, principalmente para aquelas que se referenciam nas propostas de John Dewey, na Escola Nova, no Construtivismo, em Freinet, em Paulo Freire, entre outras.

Na atualidade, existem muitas escolas que são influenciadas por premissas defendidas por Rosseau? As concepções educacionais atuais sofrem também essa influência? Com qual intensidade? Você conhece alguma escola com trabalhos pedagógicos nessa linha? Se sim, descreva um pouco a intenção. Qual é o diferencial que gera bons resultados de aprendizagem? De que forma?

**Lembre-se**

Para Rousseau, a criança deve ser estimulada a desenvolver sua natureza humana, a sua essência, que ainda não foram formalizadas pela estrutura social. A espontaneidade deve ser respeitada e equilibrada com uma dose de obediência, fatores que fortalecerão a autonomia da criança em seu processo de desenvolvimento.

#### Resolução da situação-problema

No final do século XIX e início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, surgiram diversas propostas educacionais. John Dewey (1859-

1952), filósofo e educador estadunidense, foi um dos pioneiros dessa nova perspectiva pedagógica. Sua obra *Democracia e Educação*, escrita em 1916, resgata elementos da pedagogia de Rousseau, advoga uma perspectiva democrática para a educação a partir da crítica da transmissão do conhecimento pronto e acabado, defendendo o desenvolvimento crítico da relação entre ensino e prática.

No Brasil, o principal representante da Escola Nova foi Anísio Teixeira (1900-1971), advogado e educador, primeiro tradutor de Dewey, um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova,* sendo o criador de experiências escolares da pedagogia nova, como foi a Escola Parque de Salvador, em 1951, que serviu de exemplo para outras experiências no Brasil.

As premissas da Escola Nova advogam que a educação é um instrumento de equalização social à medida que promove a integração entre os indivíduos, respeitando suas diferenças. Nesse sentido, há um deslocamento do intelecto para o sentimento, do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos para os métodos ou processo pedagógicos, do professor para o aluno, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade, do diretivismo para o não diretivismo, da quantidade para a qualidade, de uma pedagogia filosófica/científica para o experimentalismo baseado na Biologia e na Psicologia, entre outras coisas. O importante não é aprender, mas aprender a aprender, ou seja, o que importa é o método e não tanto o conteúdo. Para implementar essa proposta pedagógica, é preciso uma profunda alteração na estrutura escolar e maiores investimentos.

Nas discussões em grupo essas características apareceram? De que forma as escolas analisadas aplicaram essas perspectivas?

**Faça você mesmo**

Relacione a perspectiva política democrática de Rousseau com suas propostas pedagógicas.

## Faça valer a pena

**1.** Entre os séculos XI e XV, fundamentalmente a partir das Cruzadas, iniciou-se um processo que provocou profundas mudanças econômicas, políticas e sociais na Europa: o

ressurgimento do comércio e das cidades. Nesse contexto, os humanistas defenderam uma nova visão de mundo, produzindo mudanças na educação, sendo correto afirmar que:

a) Os humanistas valorizavam a educação medieval, fundamentalmente os ensinamentos das escolas monacais.

b) Os humanistas defendiam um pensamento voltado para as explicações míticas, valorizando elementos religiosos em detrimento dos racionais.

c) Os humanistas defendiam uma educação tradicional, valorizando o refúgio espiritual nos internatos.

d) Surgiram novos colégios, marcados por uma educação leiga, com novas perspectivas metodológicas e de novos conteúdos que atendessem aos interesses de uma nova classe social que surgia, a burguesia.

e) Surgiram novos colégios, marcados por uma educação leiga, com novas perspectivas metodológicas e de novos conteúdos que atendessem aos interesses de uma nova classe social que surgia, a aristocracia.

**2.** Com a Reforma Protestante, a Igreja Católica reagiu à expansão do protestantismo. Sua principal iniciativa no campo educacional foi a criação de uma ordem religiosa jesuítica que se dedicou à moralização da Igreja e às construções de colégios pelo mundo afora, sendo correto afirmar que:

a) A ordem jesuítica foi a principal representante da Contrarreforma Católica no campo educacional, fundando as bases do ensino tradicional europeu, difundindo-se também por outras partes do mundo.

b) Os jesuítas ficaram conhecidos por sua disciplina flexível.

c) Os jesuítas ficaram conhecidos por defenderem uma metodologia lúdica, em que a busca do conhecimento tinha como ponto de partida o interesse dos alunos.

d) Os jesuítas, diante da intolerânciadas crianças, perceberam que seria mais fácil a conquista de almas adultas. Por isso, fundaram as escolas para essa faixa etária.

e) Santo Agostinho, militar espanhol, fundou a Companhia de Jesus, surgindo daí a denominação de jesuítas aos seus seguidores.

**3.** Os jesuítas despertaram as mais diversas opiniões sobre os seus métodos educacionais, sendo criticados dentro e fora da Igreja, principalmente pelos humanistas. As razões dessas críticas estão corretas nas seguintes afirmativas:

I. O isolamento social que os internatos provocavam, ou seja, havia uma separação entre a vida e a escola.

II. Pelas inovações modernas que implantaram nas escolas, com respeito às fases de desenvolvimento das crianças e os conteúdos adequados para cada momento.

III. Os jesuítas desprezavam o espírito crítico, a pesquisa e a experimentação, não levando em conta as mudanças no campo científico e filosófico que estavam em curso.

IV. Os jesuítas eram considerados excessivamente dogmáticos, autoritários e comprometidos com a Inquisição.

V. Os jesuítas aboliram a Inquisição, defendendo uma nova cultura humanística no interior da Igreja e a construção de escolas laicas.

a) Estão corretas as afirmativas I, II, III e IV.

b) Estão corretas as afirmativas II e V.

c) Está correta a afirmativa I.

d) Estão corretas as afirmativas I, III e IV.

e) Estão corretas as afirmativas I, III e V.

# Referências


ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

CHAUÍ, M. **O mito da caverna**. s/d. Disponível em: <http://asmayr.pro.br/arquivos/Ideologia/O_mito_da_caverna.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2006.

LE GOFF, J. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, T.; SANTIN, R. Consentimento e uso em Tomás de Aquino: dois preceitos educativos do século XIII. **Unisinos**, v. 14, n. 2, 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/495/90>. Acesso em: 26 mar. 2016.

STRECK, DANILO R. Educação e transformação social hoje: alguns desafios político-pedagógicos. **Revista Lusófona de Educação,** v.13, n. 13, p. 89-100, jul. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/559>. Acesso em: 15 nov. 2016.

TOLEDO, C. de A. A. de; SKALINSKI JÚNIOR, O. Modernidade, espiritualidade e educação: a Companhia de Jesus dos *exercícios espitiruais* à *Ratio Studiorium*. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 11, 42, p. 71-93, jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639867/7430>. Acesso em: 13 abr. 2016.

TONET, I. **Educação e concepções de sociedade**. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Educacao_e_concepcoes_de_sociedade.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

VICENTINO, C. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997.

# História, sociedade e educação no Brasil I

*Reinaldo Barros Cicone*

**Convite ao estudo**

Na unidade anterior, você conheceu um pouco da educação na Grécia e na Roma, também estudou sobre a educação medieval e as mudanças durante o período moderno. Continuaremos nossa jornada visando compreender o impacto dessas modificações no Brasil Colonial.

Acompanhe agora nossa situação geradora de aprendizagem. Edmundo é um professor formado há alguns anos, que dá aulas em uma escola particular perto de sua casa. Dada sua dedicação e tempo de casa, foi convidado a assumir a coordenação pedagógica, já que a coordenadora estava se aposentando. Outros professores também foram substituídos nos últimos meses em função de aposentadoria ou melhor remuneração em outras escolas.

Em uma das reuniões pedagógicas, os professores perceberam a necessidade de formação permanente para atingir os objetivos previstos no Projeto Político Pedagógico da escola. Edmundo, então, se ofereceu para colaborar na preparação do curso. Ele ficou responsável pelo módulo sobre a Educação Brasileira no Período Colonial e durante o Império. Para tratar disso, terá de mostrar a relação entre a história do Brasil e a educação nacional, além da influência das ideias europeias do período. Por isso, o curso vai ter que tratar também das ideias iluministas de Kant e dos educadores portugueses.

No debate com seus colegas e com a direção da escola, Edmundo identificou a necessidade de aprofundar um pouco sobre esse assunto no curso, introduzindo noções acerca do positivismo e do idealismo, bem como ideias socialistas e sua relação com a

educação no Brasil e no mundo. A evolução desses temas ajudará a equipe a compreender as concepções de mundo e seu impacto no debate desse assunto nos dias atuais.

Esta unidade ficou bem interessante, mas o problema é que Edmundo, apesar de já ter estudado tudo isso no curso de Pedagogia, nunca mais voltou a esse assunto. Ele saiu da faculdade há alguns anos e, desde então, adentrou no mercado de trabalho com um volume grande de aulas, a fim de manter seus rendimentos, descuidando da formação permanente. Ele terá de correr atrás do prejuízo e estudar antes dos colegas para elaborar a sua parte no curso. Edmundo preparará quatro encontros para seus colegas, nos quais estudarão em módulos o conteúdo previsto. Vamos ajudá-lo?

# Seção 2.1

## A educação na colônia: o período jesuítico e a reforma pombalina

### Diálogo aberto

Como você sabe, o professor Edmundo está preparando parte do curso de capacitação da equipe. Como faz tempo que ele não estuda a história da educação e das ideias pedagógicas, precisará retomar o conteúdo.

O primeiro encontro organizado por Edmundo tratará da Educação Brasileira no Período Colonial até as reformas implantadas pelo Marquês de Pombal, em Portugal, que ocasionou a expulsão dos jesuítas do Brasil.

O período abordado está entre os séculos XVI e XVIII, ou seja, contempla o início da colonização, a situação política e econômica de Portugal, e seus objetivos em relação ao Brasil. Quais eram os objetivos dos jesuítas? O que pretendiam com a oferta de educação? Por que foram expulsos? Como as modificações na política de Portugal interferiram no Brasil? E, afinal, o que mudou na educação brasileira com a expulsão desses religiosos? Será que os acontecimentos desse período têm alguma influência nos dias de hoje?

São essas questões que preocupam Edmundo na preparação das aulas. Vamos rever esse conteúdo com ele.

### Não pode faltar

Era, possivelmente, uma manhã quente, no final de março de 1549, quando os primeiros jesuítas chegaram à Bahia com Tomé de Sousa.

Para entender o que vieram fazer aqui e por quê foram expulsos 210 anos depois, precisamos compreender a situação de Portugal e da Europa no início do século XVI até o século XVIII.

Os objetivos e tarefas dos jesuítas, definidos nos Regimentos Portugueses para a colônia, visavam catequizar e instruir os nativos, assim como a população em geral, além de garantir a geração de

sacerdotes para a continuidade do processo. Deveriam, portanto, "aculturar e converter" e "criar uma atmosfera civilizada e religiosa para os degredados e aventureiros que para cá viessem" (XAVIER, 1994, p. 41). Tratava-se de "dominar, pela fé, os instintos selvagens dos donos da terra, que nem sempre recebiam pacificamente os novos proprietários" (XAVIER, 1994, p. 41). Para isso, foram criadas as Missões e os Aldeamentos, formas itinerantes ou fixas de convivência entre jesuítas e índios, que acabavam por mudar o modo de viver indígena. Essa mudança não era alcançada facilmente, Aranha (2006) nos mostra que os castigos violentos, importados da Europa, também eram praticados aqui.

**Reflita**

"No primeiro século da conquista, a população originária da América foi reduzida em cerca de 90% - dos cerca de 80 milhões de habitantes no momento da chegada de Colombo, no início do século XVII restavam não mais que oito milhões". DEL ROIO, 1993 apud XAVIER, 1994, p. 37).

Apesar de os jesuítas serem a ordem de maior importância e de possuírem apoio da Coroa, outras ordens religiosas também participaram da colonização brasileira. Antes mesmo dos jesuítas, os franciscanos desenvolveram um trabalho importante em diversos pontos da colônia. Outras ordens aqui presentes foram os beneditinos, as carmelitas, os mercedários, os oratorianos e os capuchinhos. Além desse apoio real, a Companhia de Jesus era uma organização centralizada e que atuava como uma empresa, controlando fazendas, imóveis e escravos, por mais paradoxal que isso possa parecer (SAVIANI, 2008).

Isso significa que os jesuítas não só aceitavam a escravidão de seres humanos, beneficiando-se disso, como também colaboravam para que essa realidade fosse considerada natural. Os negros eram impedidos de receber educação formal, mas eram educados de outras formas, sempre coercitivas e violentas. A submissão do homem livre para a condição de escravizado passava pela inculcação de sua nova condição e perda de sua própria identidade, isso se dava por diversas formas: pela sua catequização, ainda que distinta do índio; pela coerção violenta ao trabalho forçado; e tipificação de crimes cometidos pelos escravizados.

Esses elementos compõem o que o historiador Jamie Pinsky (1988) denomina como "pedagogia da escravização", ou seja, a necessidade de naturalizar o processo de opressão/submissão e da desigualdade. São nessas condições e com esses valores que os filhos dos escravos foram socializados.

Por outro lado, podemos dizer que havia também uma "pedagogia da resistência", forjada nas mais diversas formas de rebeldia da população escravizada, que reconstruía suas relações comunitárias e indentitárias nos quilombos e fora deles, resistia à opressão em seus locais de trabalho e buscava resgatar suas expressões culturais e religiosas.

Voltando a Portugal, segundo Saviani (2008), o pioneirismo português nas grandes navegações deriva da unificação precoce do país em relação ao resto da Europa, já no século XV. Entretanto, a vantagem portuguesa no estabelecimento de colônias e o consequente fluxo de receitas advindas dessas relações e do comércio fez que a burguesia e a nobreza se acomodassem, havendo até mesmo um reforço da ordem feudal, descuidando da produção de mercadorias.

O papel conservador desta elite portuguesa gerou aqui uma cultura conservadora e elitista, mesmo em pleno Renascimento. Ocasionou também a "cristalização de uma cultura literária especulativa e erudita, desligada das atividades práticas e produtivas" (XAVIER, 1994, p. 34). Essa mesma espécie de cultura "vingaria e floresceria" entre nós, fruto do "papel fútil e supérfluo que a cultura letrada aqui desempenhava" (XAVIER, 1994, p. 34).

Xavier (1994) nos aponta que educação e cultura eram vistas como mercadoria de luxo, excêntricas. Os primogênitos tinham acesso à educação e os demais filhos desenvolviam ofícios voltados à produção imediata e local, ligados à agricultura e exportação, o que não tornava a educação, para essa elite, algo realmente importante. Aranha (2006), entretanto, aponta outra divisão do trabalho na tradição portuguesa: o primogênito herdaria o patrimônio e seguiria o trabalho do pai. O segundo filho tinha acesso aos estudos, em geral concluído na Europa, e o terceiro seguia carreira religiosa. É claro que isso não devia ser uma regra rígida, mas nos ajuda a entender a estrutura social da época e não invalida o raciocínio de que o estudo não era essencial para essa elite.

**Assimile**

Alexandre Shigunov Neto e Lizete Maciel (2008) apontam que dois eram os principais objetivos da Companhia de Jesus: combater a Reforma Protestante na Europa e ampliar o poder do catolicismo nas novas regiões colonizadas:

> **"A atuação jesuítica na Colônia pode ser compreendida em duas fases distintas: a primeira corresponde ao período de adaptação e construção de seu trabalho de catequese e conversão do índio aos costumes dos brancos. Já a segunda fase, que corresponde ao segundo século de sua atuação, foi um período de grande desenvolvimento do sistema educacional implantado no primeiro período, ou seja, foi a fase de consolidação de seu projeto educacional". (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 182)**

Esses objetivos gerais na prática se traduziam em outros: por exemplo, na primeira fase de catequização buscava-se a doutrinação, ou seja, o ensino da religião cristã aos índios, mas também o objetivo econômico de criar o hábito do trabalho regular, além das intenções de cunho político de usar os índios convertidos contra os selvagens e outros inimigos externos (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008).

Xavier (1994) segue o mesmo sentido ao afirmar que essas eram grandes mudanças impostas aos índios. Além da nova língua, tratava-se de toda uma alteração na vida cotidiana, criando "lugar e tempo próprios para o sono, as refeições e as diversões, assim como lugar e tempo adequados para o trabalho e a devoção" (XAVIER, 1994, p. 43).

Entretanto, essa ação prioritária junto aos índios foi relativamente curta em relação ao período de permanência jesuítica no Brasil. A ação mais duradoura e importante, em virtude dos reflexos que trouxe para nosso país, foi a criação do sistema de ensino. No início do século XVII, houve a criação dos seminários, onde se pretendia formar sacerdotes para a continuação do trabalho jesuíta, mas tornaram-se também instituições de ensino voltadas à elite, uma vez que seus membros

precisavam de um ensino propedêutico para prosseguir seus estudos na Europa. Assim, aos poucos, os seminários foram se abrindo para receber e formar alunos leigos.

> Com o passar dos anos começaram a se dedicar, também, ao ensino dos filhos dos colonos e demais membros da Colônia, atingindo num último estágio até a formação da burguesia urbana, constituída, principalmente, pelos filhos dos donos de engenho. Esses jovens, que após o término de seus estudos no Brasil partem para estudarem na Universidade de Coimbra, vão impulsionar muito mais tarde o espírito nacionalista. Por meio de seu ensino e sua metodologia, os jesuítas exerceram grande influência sobre a embrionária sociedade brasileira, constituída pelos filhos da classe burguesa. (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 182)

Esses novos colégios passam a desenvolver um conhecimento universal, Latim, Filosofia e Literatura Cristã tradicional. O apego ao conhecimento clássico e medieval era contrário ao espírito das grandes navegações, mas condizente com a cultura da metrópole, que se afastava do movimento europeu capitalista e renascentista e voltava-se às tradições medievais, como já vimos anteriormente.

Enquanto as nações desenvolvidas da época aderiam ao protestantismo, que não questionava a busca do lucro, Portugal e a Igreja Católica estavam em outra direção, ou pelo menos em um ritmo muito mais lento. A educação jesuítica praticava na Colônia essa mesma concepção, para Aranha (2006, p. 164). Ela era "conservadora, alheia à Revolução Intelectual [...], não faziam parte do currículo escolar as Ciências Físicas ou Naturais, bem como a técnica ou as artes".

O trabalho braçal era visto como uma forma de expiação dos pecados. Era assim que uma grande parcela da população chegaria ao paraíso. O ensino era destinado à pequena parcela que não precisava desse tipo de trabalho e podia se ocupar de seus negócios e da administração pública.

Com pequenos ajustes, o sistema de ensino elaborado era muito próximo ao da metrópole, sendo subsidiado por dez por cento dos

impostos aqui cobrados. Apesar disso, a certificação superior só podia ser obtida em Portugal, o que reforçava a subordinação do Brasil.

Segundo Xavier (1994), muitas características desse sistema permaneceriam mesmo após a expulsão dos jesuítas, mas o caráter das modificações é polêmico até hoje. Alguns autores consideram que as reformas pombalinas somente destruíram o sistema existente anteriormente, sem colocar nada no lugar, conseguiram apenas "desarranjar a sólida estrutura educacional construída pelos jesuítas" (SECO; AMARAL, s/d, p. 4). O mesmo ponto de vista é compartilhado por Xavier (1994), ele considera que aqui não houve reforma cultural nem educacional, apenas a supressão do sistema anterior.

**Reflita**

Além do crescimento das ideias iluministas, outros fatores ajudam a compreender a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias. Leia este artigo que aponta outros interesses que motivaram essa decisão:

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. **Especial expulsão dos jesuítas - cortados pela raiz**. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/especial-expulsao-dos-jesuitas-cortados-pela-raiz>. Acesso em: 7 abr. 2016.

Outros autores, entretanto, como Hilsdorf (2003), baseada em Laerte Ramos de Carvalho, consideram que a mentalidade ilustrada do Período Pombalino deu novo rumo à educação brasileira. Para ela, houve grandes mudanças, não apenas pela expulsão dos jesuítas, mas pela reforma centralizadora que criou um novo modelo educacional. Mas, afinal, por que ocorreram tais reformas?

Você se lembra do que falamos anteriormente sobre a burguesia e nobreza portuguesa? Veja o que Leôncio Bausbaum nos diz a respeito:

> **Como nação, continuava Portugal um país pobre, sem capitais, quase despovoado, com uma lavoura decadente pela falta de braços que a trabalhassem, pelas relações de caráter feudal ainda existentes, dirigido por um Rei absoluto, uma nobreza arruinada, quase sem terras e sem fontes de renda,**

onde se salientava uma burguesia mercantil rica, mas politicamente débil, preocupada apenas em importar e vender para o estrangeiro especiarias e escravos e viver no luxo e na ostentação. (BAUSBAUM, 1957, p. 48-9 apud SECO; AMARAL, s/d, p. 2)

A situação descrita explica a necessidade e o sentido das reformas modernizadoras e centralizadoras de Pombal, não limitadas às de cunho educacional que nos interessam aqui.

**Pesquise mais**

Este artigo apresenta sinteticamente uma visão geral da situação econômica de Portugal e das reformas Pombalinas e ajuda a compreender seus reflexos aqui no Brasil, além de indicar outras referências importantes para pesquisa.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso em: 7 abr. 2016.

Em relação aos jesuítas, duas foram as medidas importantes. A primeira é o Alvará de 28 de junho de 1759, que determinou o fechamento dos colégios jesuítas, a introdução das aulas régias por conta da Coroa, além da reforma dos estudos menores, ou seja, o ensino primário e secundário, detendo-se mais neste último. A segunda medida é a Lei de 3 de setembro, do mesmo ano, que determinou que os jesuítas "fossem tidos, havidos e reputados como desnaturalizados, proscritos, e exterminados do território português e de todas as terras de além-mar" (SAVIANI, 2008, p.82).

O ensino primário, as aulas régias de primeiras letras e a reforma dos estudos maiores, ou seja, do ensino superior, aconteceria em 1772. (SAVIANI, 2008, p. 90)

O Alvará criticava o método e conteúdo dos jesuítas e extinguia "todas as classes e escolas" para uma reforma geral do ensino em Portugal e nas colônias. Os principais pontos dessa reforma eram:

- Criação da figura do Diretor de Estudos para supervisionar o

ensino.

- Abertura de classes gratuitas de Gramática Latina nos bairros de Lisboa.

- Instituição de professores de Grego e Retórica em Lisboa, Coimbra, Évora, Porto e outras cidades, dando preferência nos concursos das faculdade aos alunos que obtiveram proficiência nessas disciplinas.

- Torna-se oficial e obrigatório o *"Novo Método da Gramática Latina"* do padre Antônio Pereira, da Congregação do Oratório, ou a *"Arte da Gramática Latina"* reformada por Antônio Felix Mendes. Torna-se proibido o uso de todas as demais, em especial a *"Arte de Manoel Álvares"*, utilizada pelos jesuítas.

Apesar do detalhamento do Alvará de 1759 e da aparente determinação de Pombal em acelerar as reformas, elas não aconteciam na velocidade desejada. No Brasil, por exemplo, os primeiros exames para professores régios aconteceram em 1760, mas até 1765 não havia nenhum professor público. Os recursos públicos para esse sistema eram restritos e só começaram treze anos após a criação das aulas. Segundo Xavier (1994), isso nos leva a concluir que o ensino no país foi bem limitado.

Em 1770 iniciou-se a reforma dos Estudos Maiores por meio dos da Junta de Providência Literária sobre os estatutos da Universidade de Coimbra, que duraram um ano e meio.

Com sua conclusão em agosto de 1772, segundo Saviani (2008), uma carta régia aprovou os novos estatutos que geraram, resumidamente, as seguintes mudanças na Universidade de Coimbra:

As quatro faculdades já existentes de Teologia, Cânones, Direito e Medicina seguiram o espírito modernizante da época, tendo durações reduzidas, novos níveis de estudo e cadeiras redefinidas. Além disso, foram criadas as faculdades de Filosofia e Matemática.

**Exemplificando**

A Filosofia do período englobava as ciências naturais, tendo um currículo bem amplo que incluía Filosofia Racional e

Moral, História Natural, Física Experimental, Química teórica e prática, além de Geometria Elementar vinculada à Faculdade de Matemática. Parte dessas disciplinas eram, inclusive, condição para o terceiro ano da Faculdade de Matemática. A universidade, então, passava a tratar também das coisas terrenas, técnicas e práticas, não apenas ligadas à religião, medicina e ao direito, como antes.

Algumas disciplinas da Filosofia e da Matemática também tornaram-se obrigatórias para a Faculdade de Medicina, além de permitir o ingresso de pessoas que desejavam estudar "por curiosidade" ou "para ornamento de seu espírito, como muito convém a todas as classes de pessoas, e principalmente à nobreza" (CARVALHO, 1978, p.168 apud SAVIANI, 2008, p. 93).

### A Reforma das escolas de primeiras letras

A **Lei de 6 de novembro de 1772** visava ampliar a escolaridade e as oportunidades, entretanto, enumerava alguns níveis de necessidades: em um extremo estavam aqueles que seguiriam os estudos maiores e no outro aqueles que precisariam apenas das "instruções dos Párocos". A outros, ainda, bastaria ler, escrever, contar ou saber um pouco de Latim. Enfim, explicitava-se um estudo dual, quem podia deveria estudar para se tornar dirigente. Os demais, ligados aos "serviços rústicos" e às "artes fabris", deveriam trabalhar e aprender apenas o necessário (SAVIANI, 2008, p. 96).

Saviani nos alerta, assim, que essa aparente vontade de expandir o ensino limitava-se, nas ideias dos iluministas portugueses - em especial Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) -, ao ensino para alguns. As ideias de Sanches se aproximavam muito das do inglês Bernard Mandeville (1670-1733). As palavras dos autores falam por si:

> **Para fazer feliz a sociedade e manter contentes as pessoas, ainda que nas circunstâncias mais humildes, é indispensável que o maior número delas seja pobre e, ao mesmo tempo, totalmente ignorante. (...) Quanto mais saiba do mundo e das coisas alheias a seu trabalho ou emprego um pastor, um lavrador ou qualquer outro camponês, mais difícil lhe será suportar as fadigas e penalidades de seu ofício com alegria e satisfação. (MANDEVILLE, 1982, p. 190 apud**

SAVIANI p.102).

**O rapaz de doze ou quinze anos, que chegou a saber escrever uma carta, não quererá ganhar a sua vida a trazer uma ovelha cansada às costas, a roçar desde pela manhã até a noite, nem a cavar. (SANCHES 1922, p.111 apud SAVIANI p.102)**

Para eles, era preciso olhar com ressalvas a iniciativa educadora. Tratava-se, na verdade, de ampliar a chance de educação para a elite. Por isso, aos trabalhadores "rústicos" e das "artes fabris" bastava a instrução dos párocos. Segundo Saviani (2008), essa explicitação dos interesses e da visão burguesa sobre a educação evidencia os limites reais da vontade burguesa de educação para todos.

**Reflita**

Guardadas as devidas proporções, você consegue fazer um paralelo entre essa visão de mundo de Sanches e Mandeville, no século XVIII, com o debate atual a respeito do direito ou não de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos? Pense a respeito. Teremos mais elementos para este debate na Unidade 4, quando tratarmos da educação contemporânea.

A reforma previa a necessidade do ensino de regras de ortografia e sintaxe, as quatro operações da Matemática, regras de civilidade e do catecismo. Previa, ainda, um ano de Filosofia para aqueles que seguiriam nos estudos maiores. Note que o ensino de Filosofia havia sido abolido pela reforma de 1759, mas foi reintroduzida nesse período, modificada também pelo espírito científico moderno.

Foi determinado também que caberia à Mesa Real Censória a seleção de professores, emissão de certificados e inspeção das escolas.

O financiamento do ensino foi tratado na Carta de Lei de 10 de novembro de 1772, que eliminou as coletas anteriores e criou um imposto único, o subsídio literário.

Em linhas gerais, essas são as questões mais importantes sobre as reformas pombalinas. Pombal segue no comando do Ministério até a morte de Dom José I, em 1777, quando sua filha Dona Maria I sobe ao trono. Ele, então, é afastado, julgado e condenado em 1781, falecendo em 8 de agosto de 1782.

## Sem medo de errar

Ao preparar o primeiro encontro com seus colegas, o professor Edmundo precisou rever a história do Período Colonial, a relação entre a colônia e a metrópole, o Pacto Colonial.

Precisou rever também um pouco da história de Portugal, a relação entre burguesia e nobreza e a cristalização das relações feudais em pleno Renascimento, até que as novas ideias iluministas ganhassem força, com a nomeação do Marquês de Pombal.

Retomando a questão nacional, Edmundo teve que rever os objetivos dos jesuítas no Brasil, determinados pela Companhia de Jesus, mas também pela Coroa portuguesa, que previam a aculturação dos índios, a educação das elites e a difusão do cristianismo, a fim de evitar o avanço protestante nas colônias.

Com relação à expulsão dos jesuítas, como o professor Edmundo pode abordar esse assunto no primeiro encontro com os professores? Lembre-se de que a expulsão dos jesuítas teve outras causas, não somente as do âmbito educacional, e seus reflexos foram sentidos em todas as colônias, visando a modernização administrativa da metrópole.

Em seus estudos, Edmundo percebeu as contradições entre os ideais iluministas de valorização da educação e do conhecimento e a visão de mundo de alguns que defendiam uma educação diferenciada para as diversas camadas da sociedade. Como ele pode abordar essas contradições no primeiro encontro com os professores?

**Atenção**

Note que a expulsão dos jesuítas, apesar de mudar a forma e alguns conteúdos do ensino praticado no Brasil, não modificou essencialmente o direito ao ensino, que continuava sendo privilégio de grupos restritos.

## Avançando na prática

### Uma entrevista sobre a Educação

#### Descrição da situação-problema

Imagine que você, depois de formado, foi procurado por uma rádio

para uma entrevista sobre a reforma pombalina e seus reflexos na educação brasileira.

O roteiro da entrevista, enviado previamente, abordava o caráter das modificações de inspiração iluminista implantadas por Pombal em Portugal e seus reflexos no Brasil. Que pontos você destacaria ao ser questionado? O que mudou e o que permaneceu após a reforma?

**Lembre-se**

O modelo econômico, atividade agrária e exportadora de cana-de-açúcar, continuou o mesmo antes e depois das reformas do ensino. Logo, a sociedade continuava dividida basicamente entre senhores e escravos, com uma desprezível parcela de homens livres ou autônomos.

### Resolução da situação-problema

Nessa entrevista você deveria abordar ao menos dois aspectos que permaneceram e dois que foram alterados pelas reformas pombalinas. Lembre-se: as reformas eram de caráter modernizador, centralizador e abrangiam outros aspectos da administração pública, não apenas a educação.

Como vimos no item Não Pode Faltar, a reforma pombalina não alterou os objetivos da metrópole em relação à colônia, ao contrário, visava reforçar o Pacto Colonial e a subordinação da colônia. No âmbito educacional, uma das formas de garantir isso era pela exigência de que os estudos superiores fossem concluídos na metrópole.

Outra permanência, por mais paradoxal que possa parecer, foi a inspiração de autores como Ribeiro Sanches, que atribuía determinados níveis de estudo para as diversas camadas sociais, de forma a assegurar que o conhecimento pleno não fosse disseminado, a fim de garantir a existência de pessoas ignorantes dispostas a continuar trabalhando nos serviços brutos e fabris.

Entretanto, algumas coisas também mudaram. A expulsão dos jesuítas abriu espaço para um ensino menos dogmático, mais aberto às necessidades práticas e ao conhecimento científico, em especial com a criação das Faculdades de Filosofia, que inclua as Ciências Naturais e a Matemática.

**Faça você mesmo**

Elabore uma linha do tempo comentada com as modificações na educação pela reforma pombalina. Tente identificar o que impactou mais a metrópole e o que foi mais significativo para o Brasil. Consulte a bibliografia complementar indicada ao longo do texto e a pré-aula, não se limite ao livro didático.

## Faça valer a pena

**1.** Sobre o ensino jesuítico no Brasil, podemos afirmar:

a) Era baseado nas ideias renascentistas do século XVI que viabilizaram as grandes navegações.

b) Pretendia a educação dos índios e colonos, de acordo com as ideias iluministas do século XVIII.

c) Era uma ação acessória, já que a catequese era o principal objetivo dos jesuítas.

d) Era contraditório às ideias renascentistas em vigor na época, mas adequadas à mentalidade medieval ainda predominante em Portugal.

e) Pretendia evitar o avanço protestante defendido por Inácio de Loyola.

**2.** Sobre os jesuítas, a população negra escravizada e a educação, podemos dizer:

a) Os jesuítas apoiavam a luta dos negros contra a escravidão, assim como a liberdade dos índios.

b) Os jesuítas eram contra a escravidão, mas o acordo entre a Coroa Portuguesa e a Companhia de Jesus impedia que eles agissem.

c) Os jesuítas se beneficiavam da escravidão, possuindo, inclusive, fazendas com mão de obra escrava.

d) Os jesuítas, apesar da orientação contrária da Companhia de Jesus, desenvolviam programas de educação da população escravizada.

e) Após o início do tráfico negreiro, negros e índios passaram a estudar juntos em quilombos.

**3.** A Lei portuguesa de 6 de novembro de 1772 alterou a educação no país e em suas colônias. Em relação às ideias de Ribeiro Sanches, autor iluminista, sobre a educação, podemos dizer que:

a) A educação era um direito universal, que deveria ser estendido a todos.

b) Suas ideias, contrárias ao ideal jesuíta, previam o acesso à educação a todos os cidadãos, exceto aos escravos.

c) Considerava que o estudo poderia ser danoso à sociedade se fosse disponibilizado igualmente a todos.

d) Defendia a separação entre educação e religião.

e) Defendia que a religião deveria guiar a educação nas colônias.

# Seção 2.2

## A educação no Período Joanino e Imperial

### Diálogo aberto

Na seção anterior, vimos que o professor Edmundo estava preparando alguns módulos do curso de História da Educação para seus colegas de trabalho. Por enquanto, apesar da correria, ele está dando conta do recado.

Neste encontro, os professores vão continuar estudando a educação nos primeiros séculos da história do Brasil. No anterior, com nossa ajuda, eles estudaram até a implantação das reformas do Marquês de Pombal, a partir de 1759. Algumas décadas depois, em 1808, a Corte Portuguesa se mudaria para o Brasil e, em 1822, deixaríamos de ser colônia de Portugal. É exatamente a educação desse período até a Proclamação da República em 1889, que Edmundo está revisando para coordenar o encontro com seus colegas.

Por que será que a nobreza portuguesa deixou Portugal e se mudou para o Brasil? O que estava acontecendo na Europa? Que estrutura educacional encontraram aqui? Eram suficientes para os objetivos de D. João? Precisariam ser feitas mudanças? Em que direção? Além da educação, quais foram os impactos na colônia que a vinda da corte causou? Qual é a relação dessas mudanças com nossa independência? E depois, não sendo mais colônia, que alterações ocorreram no Brasil em relação à educação e a outros aspectos importantes para nossa história?

São essas vastas questões que atormentam Edmundo: História do Brasil, Educação no Período Joanino e durante o Império. Ele se lembrava com certa dificuldade do período, mas teria de estar com tudo organizado na cabeça para coordenar o encontro e orientar os estudos de seus colegas. Vamos ajudá-lo a organizar essas ideias!

### Não pode faltar

Voltando um pouco no tempo, lembramos que as reformas pombalinas acabaram com o modelo jesuítico de educação e

deram início a um novo padrão, que incluía as aulas régias. Lembre-se também de que não há um consenso entre os historiadores sobre essas mudanças, se realmente elas construíram algo novo ou se praticamente apenas extinguiram um modelo que não servia mais aos interesses do grupo então dominante em Portugal.

Ao chegar ao Brasil, as necessidades da corte portuguesa eram muito diferentes das existentes, tanto na educação como em outras áreas. Não tínhamos, até 1808, autorização para tipografia e imprensa. As fábricas e manufaturas também eram proibidas, forçando a importação de itens da metrópole. Com a Coroa aqui instalada, tudo isso tinha que mudar; as modificações começaram visando atender aos interesses portugueses e às diferentes demandas dos novos moradores. Cerca de dez mil pessoas migraram para o Rio de Janeiro, exigindo uma grande atualização da cidade e da colônia como um todo.

**Assimile**

Era preciso criar uma estrutura organizacional condizente com a nova situação brasileira. Em geral, as iniciativas educacionais tomadas por D. João visavam formar pessoas capazes de cumprir esses objetivos, ou seja, tinham uma utilidade prática e imediata, afastando-se ainda mais da proposta escolástica praticada pelos jesuítas anteriormente. A necessidade de formação de quadros dirigentes e técnicos para o serviço público explica a prioridade dada ao ensino técnico e superior, em detrimento da instrução primária, ainda relegada a segundo plano (SHIGUNOV, 2015).

Dentre algumas medidas importantes tomadas nesse período podemos citar, de acordo com Shigunov Neto (2015) e Aranha (2006), a criação do Conselho de Estado, da Intendência Geral de Polícia, do Corpo da Guarda Real de Polícia da Corte, do Conselho da Fazenda, da Junta Geral do Comércio, do Banco do Brasil e da Casa da Moeda. O Os autores nos apontam ainda um conjunto de inovações, algumas delas não estritamente ligadas à educação, mas que mostram as modificações em curso no Brasil naquele período. Em 1808 aconteceu a criação da Imprensa Régia e do Jornal Gazeta do Rio de Janeiro, do Jardim Botânico e do Real Hospital Militar. Em 1810, a criação da Academia Real Militar e da Real Biblioteca, com cerca de 60 mil volumes trazidos por D. João e que, em 1814, seria aberta ao público. Em 1813 houve a criação do Teatro Real

de São João. Foram criados também, em 1818, o Museu Nacional e, em 1820, a Academia de Artes.

Desse modo, fica evidente que o Brasil não seria mais o mesmo com a vinda da corte. Surgiam novas atividades, novos hábitos, disseminavam-se novas ideias, o Brasil estava deixando, definitivamente, de ser uma colônia subordinada a uma metrópole. A independência seria inevitável.

**Exemplificando**

Na área educacional, propriamente dita, muitas alterações também foram feitas durante o Período Joanino, embora bem concentradas no Rio de Janeiro e na Bahia. Entre elas, Shigunov Neto (2015) nos aponta: a criação da Escola de Educação do Rio de Janeiro e outras; contratação de professores de Latim, Inglês e Francês; criação da Escola Superior de Matemática, Ciências, Física e Engenharia; criação da Academia da Marinha e da Escola Médico-Cirúrgica; criação da Escola de Agricultura e Botânica e das Escolas de Comércio no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, entre outras iniciativas.

Hilsdorf (2011) afirma que a organização da educação nessa época reflete a configuração política do período e, por isso, é necessário compreendê-la minimamente.

Ao final do Período Joanino e início do Império, três correntes de pensamento ou partidos atuavam no Brasil:

• O "partido português", que defendia a monarquia absolutista e o retorno do Pacto Colonial. Tinha apoio entre militares e comerciantes portugueses que se beneficiavam das ideias mercantilistas.

• O "partido radical", que defendia reformas mais democráticas, como reforma agrária, voto universal, abolição da escravatura, descentralização e política-administrativa. Tinha apoio em pequenos comerciantes, funcionários públicos, padres, advogados e jornalistas.

• O 'partido brasileiro", mais conservador, que defendia a monarquia constitucional, independência da colônia, manutenção do escravismo e do latifúndio e a Igreja Católica como religião oficial. Tinha apoio nos grandes proprietários rurais, comerciantes ingleses e portugueses,

além de outros setores ligados à alta administração.

É fácil perceber que foi este terceiro grupo o vencedor e que impôs para a independência do Brasil. Assim, deixamos de ser colônia, mas tudo continuou igual: latifúndio, produção primária voltada à exportação, trabalho escravo e regime imperial.

> A sociedade brasileira não formava um conjunto, mas uma hierarquia, com camadas diferentes e desiguais, divididas em 'coisas' (escravos e índios) e 'pessoas', que compreendiam a 'plebe' (a massa dos homens livres e pobres) e o 'povo' (a classe senhorial dos proprietários). (HILSDORF, 2011, p. 43)

Opinião semelhante encontramos em Aranha (2006) e em Xavier (1994, p. 62), este afirma que a independência "se constituiu, de fato, num arranjo político que favorecia os interesses da camada senhorial brasileira, grande empresária da emancipação política, assim como os interesses do novo capitalismo europeu".

Obviamente, essas características vão se refletir na administração em geral e na educação brasileira do período. Nessa conjuntura, mesmo com as modificações implantadas por D. João,

> a situação da instrução pública – primária, secundária e superior –, no período que antecede a Constituição de 1823, era de extrema precariedade, denotando uma enorme distância entre os ideais pregados pelos liberais e a realidade, pois, nas poucas províncias em que existia instrução pública, esta era ineficiente e insuficiente para atender à demanda escolar, o que acabava por gerar um acréscimo gradativo no número de analfabetos e crianças em idade escolar fora das escolas. (SHIGUNOV, 2015, p. 75)

É nesse contexto que, proclamada a independência, a Assembleia Constituinte vai pensar nos rumos da educação nacional.

Os trabalhos da Constituinte não agradaram a D. Pedro, que a dissolveu e promulgou uma nova Constituição "de orientação liberal, mas não democrática. Esse documento assegurava direitos civis [...] aos

brasileiros brancos, mas não aos índios e escravos, e direitos políticos (de voto) aos brasileiros brancos que tinham, no mínimo, renda de 100 mil reis anuais" (HILSDORF, 2011, p. 44), ou seja, "quem é 'coisa' não tem direitos, quem é 'povo' ou 'plebe' tem direitos civis e políticos diferenciados, de acordo com a renda" (HILSDORF, 2011, p. 44).

Esse, portanto, era um período de clara exclusão e pouca democracia, já que três quartos da população naquele período eram de escravos e, entre os demais, a maior parte era de homens 'livres' e pobres. Era esperado, portanto, que a determinação da Constituição de 1824 de que houvesse "instrução primária e gratuita para todos os cidadãos" não saísse do papel.

**Faça você mesmo**

Compare a Constituição de 1824 – em especial o artigo 179, parágrafos 32 e 33 (disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 7 maio 2016) com a Constituição de 1988, com atualizações de 2009 - em especial os artigos 205 a 214 (disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 7 maio 2016).

Não se restrinja a esses artigos, busque outros trechos nas duas constituições que tratam da educação e os inclua em sua análise. Troque sua opinião com seus colegas.

Ainda nessa conjuntura, temos, em 15 de outubro de 1827, a promulgação da primeira legislação específica sobre a educação nacional. Entre outras determinações, mantinha as "aulas avulsas públicas, de primeiras letras de origem pombalina, para meninos, estas sim, uma inovação, também para meninas" (HILSDORF, 2011 p. 44). É importante também destacar a fixação dos salários dos professores e a adoção do método de ensino mútuo (ou de Lancaster) que, segundo Saviani (2008), já era praticado desde 1808, mas que somente então tornava-se oficial.

O método promulgado previa o ensino por meio de alunos, monitores, que ensinariam os demais, supervisionados pelo professor e por rígida disciplina. A escolha desse método, provavelmente, foi baseado no sucesso de sua aplicação na Europa e ao baixo custo envolvido, o que permitiria ampliar rapidamente as vagas

oferecidas. Ocorre que, diferentemente dos países de origem em franca urbanização e industrialização e, portanto, em ávida busca de escolarização, nossa realidade era outra: agrária, sem valorização dos estudos, com escolas pequenas (de 30 a 60 alunos, em média), já que a maior parte da população era escrava ou rural (XAVIER, 1994).

Tudo isto aliado à falta de professores qualificados e outras deficiências de nosso modelo, como "a oralização, a escrita em caixas de areia e os silabários impressos em quadros murais (cartazes) para as atividades de ensino e aprendizagem em grupo" (HILSDORF, 2011 p. 44), além do pequeno número de escolas, acabou por gerar resultados muito aquém dos esperados. Aranha (2006) também reflete sobre a realidade da educação brasileira ao apontar a falta de material e de prédios apropriados, além de professores preparados, entre outras coisas.

**Pesquise mais**

Para conhecer melhor e compreender os detalhes dessa importante legislação, faça a leitura do artigo seguinte:

CASTANHA, André Paulo. **1827 – 2007**: 180 anos da primeira lei brasileira sobre a escola primária. Cascavel: Unioeste, 2007. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/Simp%C3%B3sio%20Academico%202007/Trabalhos%20Completos/Trabalhos/PDF/08%20Andre%20Paulo%20Castanha.pdf>. Acesso em: 8 maio 2016.

O conteúdo da escola de primeiras letras, instituído pela lei de 1827, era composto de leitura, escrita, Gramática, Aritmética básica e noções de Geometria. Não contemplava Ciências Naturais, nem História ou Geografia, mas incluía a moral cristã e doutrina católica, que era a religião oficial do país (SAVIANI, 2008, p. 126).

Em 1834 é promulgado o Ato Adicional que reformulou a Constituição de 1824. Em relação à educação, esse Ato descentralizou a instrução primária e secundária, além de impulsionar o surgimento de instituições particulares. Por outro lado, realizou pela primeira vez uma alteração significativa na estrutura anterior, as aulas isoladas. "O Colégio Pedro II e os Liceus da Bahia e de Pernambuco, inspirados no modelo educacional francês, adotaram o sistema de estudos seriados" (SHIGUNOV, 2015, p. 83). Começava a surgir a escola como

a conhecemos hoje, em meados do século XIX, notadamente a partir da reforma de 1854, que veremos a seguir.

Ainda assim, era uma escola excludente – seja pela falta de recursos, seja pela proibição, por exemplo, do ingresso de meninas no ensino público secundário. Apenas os colégios particulares admitiam a frequência de alunas, sendo que pelos dados apresentados por Shigunov (2015), metade dos alunos matriculados perto dos anos de 1860, cerca de 700, eram do sexo feminino. Também aqui já se verifica a dualidade do ensino. A educação pública era concentrada na educação primária, enquanto que a educação secundária era oferecida, majoritariamente, pela iniciativa privada, o que impedia o acesso das camadas mais populares. (SHIGUNOV, 2015, p. 85). Nas palavras de Aranha (2006, p. 224), "a educação da elite ficou a cargo do poder central e a do povo, confiada às províncias".

O Ato Adicional desobrigou o governo central de se preocupar com o ensino primário e secundário, transferindo essa responsabilidade às províncias (SAVIANI, 2008, p. 129) e fragmentando o ensino ao impedir a criação de um sistema unificado e coerente.

Vinte anos após o Ato Adicional, o Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 – "Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte", também conhecida como "Reforma Couto Ferraz", traz novas modificações na estrutura educacional do Brasil. A íntegra desse Decreto você encontra no link disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html> (acesso em: 14 maio 2016.)

Uma das inovações mais importantes é a obrigatoriedade do ensino, que previa multa aos pais que não garantissem o ensino elementar aos filhos maiores de sete anos. Tudo isso, é claro, para os filhos dos brancos e livres, pois em relação aos escravos, explicitamente afirmavam "não serem admitidos a matrícula, nem poderão frequentar as escolas" (SAVIANI, 2008, p. 131-132).

Essa reforma previa o ensino primário dividido em duas classes: escolas de instrução elementar, ou de primeira classe, e escolas de instrução superior, ou escolas de segundo grau. Já a instrução secundária deveria ser ministrada no Colégio Pedro II, organizada em

turmas seriadas em aulas públicas avulsas. Vemos, portanto, como aponta Saviani (2008), que a reforma previa a coexistência dos dois modelos.

Aranha (2006, p. 224) nos aponta também a deficiência causada pela fragilidade dos currículos e pela desarticulação entre os diversos níveis. Nos colégios particulares, muitas vezes, não havia um currículo específico, baseando os conteúdos de ensino nas "aulas avulsas das disciplinas que seriam objeto de exame", que só podiam ser realizados pelo Colégio Pedro II.

A novidade era a inclusão do ensino de História, Geografia, Agrimensura, Desenho Linear, Música, Ginástica, Sistema de pesos e medidas e das Ciências Físicas "aplicadas aos usos da vida" (SAVIANI, 2008, p. 132). A reforma vai tratar da formação dos professores, mas também de suas atribuições e do Conselho Diretor, da seleção de docentes, do método de ensino e da administração das escolas.

Correndo contra o tempo para preparar seu material, Edmundo ainda tem que rever outras modificações que aconteceram no final do Império. Em seus estudos, reencontrou interessantes livros de Dermeval Saviani e Maria Lúcia Aranha, tratando da reforma elaborada por Leôncio de Carvalho, aprovada pelo Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879, que pode ser lido na íntegra no link disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> (acesso em: 14 maio 2016.)

Saviani (2008) faz uma longa e interessante análise da conjuntura e das ideias em voga na época que embasaram as reformas. Vale a pena ter esse material como referência para seus estudos. Tratando pontualmente das reformas de 1879, vemos que ela manteve a obrigatoriedade do ensino dos sete aos 14 anos e incluía uma assistência de uniformes, livros e materiais básicos para alunos pobres; introduz uma regulamentação das escolas normais e cria jardins de infância para crianças de três a sete anos; dá a possibilidade de subvenção ao ensino particular e equipara as "Escola Normais particulares às oficiais e as escolas secundárias privadas ao Colégio Pedro II" (SAVIANI, 2008, p. 137). A reforma também acabou com a proibição de matrículas dos escravos (ARANHA, 2006).

**Reflita**

O Decreto Presidencial conhecido como Lei Saraiva exclui o direito dos analfabetos ao voto. Entre as figuras mais conhecidas temos Rui Barbosa, contrário ao direito, e José Bonifácio, a favor. A íntegra da lei você encontra disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>. Acesso em: 14 maio 2016.

Em um país onde educação não era prioridade, a adoção dessa lei significou a redução do percentual de eleitores, que era de 13% da população em 1872, passando para 0,8% em 1891, segundo dados apresentados por Saviani (2008, p. 165).

Mais detalhes podem ser encontrados em:

ALEIXO, José Carlos Brandi; KRAMER, Paulo. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. *Senatus*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 68-79, out. 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/191798/analfabetoseovoto.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 maio 2016.

Essa questão só foi revista em 1985, mais de cem anos depois. Relembrando, o voto durante o Império era censitário e restrito aos homens. As mulheres só passaram a ter direito ao voto a partir de 1932. Isso diz muito sobre nossa democracia, você não acha?

Mas como será que era a dimensão da educação no Brasil nessa época? Dados apresentados por Nunes (2000) apontam, em números aproximados, 10 milhões de habitantes, sendo que no período estavam matriculados no ensino primário e secundário, aproximadamente 233 mil alunos, ou seja, 2,3% da população total do Brasil na época. Destes, 224 mil (mais de 96%) estavam no ensino primário. A divisão entre escolas públicas e particulares revela outra característica: no ensino primário 90% das matrículas eram em escolas públicas. Já no pequeno ensino secundário, 70% das matrículas eram em escolas particulares. O percentual de analfabetos superava 85% da população.

Para termos uma ideia, o mesmo cálculo anterior, mas com os dados de 2012, apresenta quase 50 milhões de matrículas na educação

infantil e básica, o que significa mais de 25% dos 194 milhões de brasileiros matriculados. Se considerarmos a educação profissional e superior, esse percentual chega a 30%. O percentual de pessoas analfabetas em 2012 era de 8,7% da população.

Assim, no final do século XIX, a escola se limitava à educação primária e atingia uma parcela ínfima da população. Durante o reinado de D. Pedro II, entre 1840 e 1888, a média anual de gastos com educação foi de 1,8% do orçamento do Império, sendo 0,47% para a instrução primária e secundária. O restante, como já vimos anteriormente, era destinado ao ensino superior e, portando, às elites.

Ainda para efeito de comparação, como você deve saber, a legislação atual prevê que estados e municípios (responsáveis pela educação básica) gastem pelo menos 25% dos impostos com a educação, sendo a União obrigada a gastar pelo menos 18% de sua arrecadação com a educação superior e, de maneira complementar, com a educação básica.

**Exemplificando**

Segundo Shigunov (2015) e Saviani (2008), algumas das iniciativas voltadas ao desenvolvimento da educação superior no Período Imperial foram:

1827 – Criação do curso de Direito em São Paulo e Olinda.
1832 – Transformação das academias de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia em faculdades que ofereciam cursos de Medicina, Cirurgia, Farmácia e Obstetrícia.
1834 – Criação, no Rio de Janeiro, da Escola de Farmácia no Instituto Farmacêutico.
1839 – Criação da Escola de Farmácia de Ouro Preto-MG.
1841 – Criação do Conservatório de Música no Rio de Janeiro.
1854 – Transformação, por Decreto, dos cursos jurídicos em faculdades de Direito.
1858 – Criação dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Geográfica na Escola Central do Rio de Janeiro.
1875 – Criação da Escola de Minas em Ouro Preto.
1875 – Criação dos cursos superiores de Agronomia em Cruz das Almas-Bahia e em Pelotas-RS.

1889 – Criação da cadeira de Matemática superior em Pernambuco.

Esse conjunto de mudanças e permanências da estrutura da educação brasileira, ao longo do século XIX, sem dúvida, expressam o modelo econômico e político da época. Mas a história não para, entramos no século XX, o Império ficava para trás e com a República outra visão de mundo vai se impor, novas contradições vão surgir e uma nova escola precisará nascer. É o que veremos nas próximas seções.

## Sem medo de errar

Edmundo precisa concluir o roteiro do encontro sobre os períodos Joanino e Imperial, organizar as ideias sobre as mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil e seus impactos em nossa educação.

Neste novo encontro terão que ser abordados a conjuntura da Europa e os motivos que trouxeram a Família Real ao Brasil. Lembre-se do Bloqueio Continental, das disputas entre a França e Inglaterra e a situação de Portugal nessa disputa.

Logo depois da chegada da corte, a abertura dos portos e os tratados de comércio facilitaram as importações da Inglaterra. Além disso, o Brasil passou a ter imprensa, manufaturas e equipamentos culturais até então inexistentes.

Todas essas mudanças tornaram impossível retomar o Pacto Colonial, assim, a independência aconteceu logo após o retorno de D. João VI para Portugal. Era hora de começarmos a formar nossa primeira constituição e nosso sistema de ensino. E isso foi feito, mas sem alterar significativamente as estruturas vigentes. Continuávamos um país agrário-exportador, baseado na escravidão.

Você consegue perceber o quanto essa situação impactava o sistema de ensino? Ele era compatível com esse modelo econômico? Seguimos em frente construindo uma educação desigual e dividida entre os que podiam ou não estudar, podiam ou não pagar e podiam ou não votar.

Você se lembra quando o ingresso das mulheres ao ensino secundário foi permitido? E dos escravos? Será que a exigência de uma

renda mínima para ser alfabetizado e para poder votar tem relação com o tipo de sociedade e de educação que tínhamos até a Proclamação da República? Será que isso vai mudar depois?

**Atenção**

É importante ter em mente a linha do tempo, apresentada na webaula, ao pensar na educação do período. Pense também nas transformações que aconteceram. Não se contente com explicações simplistas, como "sempre foi assim, nada muda no Brasil". Analise as mudanças e as relacione com a situação política e econômica vivida em cada época.

## Avançando na prática

### As mudanças causadas pela Independência

#### Descrição da situação-problema

Imagine que no segundo semestre de 2017, em comemoração aos 195 anos da Independência do Brasil, você foi convidado a escrever um artigo para um jornal de sua cidade sobre as mudanças causadas por aquele movimento, em especial em relação à educação na antiga colônia. Como você caracterizaria aquele momento? O que mudou no Brasil e na educação? Existem aspectos que permanecem ou impactam até hoje?

**Lembre-se**

Citar exemplos de escolas e outras instituições ligadas à educação pode ilustrar o período, mas não deixe de abordar a conjuntura política e econômica da época e as contradições entre as afirmações previstas nas diversas legislações citadas, bem como sua efetivação na prática.

#### Resolução da situação-problema

Para fazer um bom artigo sobre esse assunto, seria importante que você retomasse rapidamente a situação do Brasil até 1808, em especial a educação brasileira após as reformas pombalinas. Para ambientar o leitor ao Brasil da época, é válido tratar também da influência das ideias iluministas, da criação das aulas régias, expulsão dos jesuítas, mudanças nos currículos, entre outros aspectos relevantes.

Não deixe de abordar o Período Joanino e as mudanças culturais, econômicas e políticas decorrentes da vinda da Corte para o nosso país.

Com base nisso, considere as mudanças, mas principalmente as permanências da nossa economia voltada à exportação e ainda baseada na escravidão durante todo o século XIX, bem como a relevância dessa conjuntura na conformação do tipo de educação e na importância que se dava ou não à educação. Reveja as referências de leitura indicadas neste livro, não se limite às poucas páginas aqui escritas, elas são apenas um roteiro de leitura para que você busque mais informações.

A leitura complementar vai permitir que você tenha mais elementos para escrever seu artigo, relacionando os momentos importantes do período com as mudanças na escola brasileira e na possiblidade, ou não, de acesso dos brasileiros a esse direito.

**Faça você mesmo**

Retome a leitura do texto e tente montar uma linha do tempo resumida, mas que mostre as principais alterações no acesso ao ensino primário e secundário e dos conteúdos previstos no Brasil entre 1822 e 1889.

## Faça valer a pena

**1.** "É preciso considerar, antes de mais nada, o caráter meramente formal da Independência. Ela se constituiu, de fato, num arranjo político que favorecia os interesses da camada senhorial brasileira, grande empresária da emancipação política, assim como os interesses do novo capitalismo europeu" (XAVIER, 1994, p. 62).

De acordo com o texto acima, seus conhecimentos sobre a independência e as transformações na educação brasileira, podemos afirmar que:

a) A independência significou uma mudança política notável que repercutiu em ampla transformação do sistema de ensino brasileiro.

b) A independência significou pequenas mudanças políticas, mas enorme modificação em nossa estrutura educacional, fruto das transformações econômicas mundiais.

c) Além dos interesses dos empresários citados no texto, os trabalhadores também foram beneficiados, exceto os escravos.

d) Segundo a autora, a independência não significou grandes mudanças na estrutura brasileira e, devido a isso, podemos concluir que a educação também pouco mudou.

e) Interessava ao capitalismo europeu a independência das colônias e a criação de mercados consumidores, daí a abolição da escravatura logo em seguida da independência.

**2.** Shigunov Neto (2015) aponta algumas mudanças realizadas no Brasil no Período Joanino, entre elas: a criação do Conselho de Estado, Conselho da Fazenda, Banco do Brasil e da Casa da Moeda.

Essas mudanças expressam:

a) Interesse inglês na modernização brasileira visando aumento de suas exportações.

b) Modernizações promovidas por D. João, a fim de criar condições de gerenciamento da metrópole em nosso território e atender às necessidades da corte.

c) Reflexos da Revolução Francesa na criação de nossas estruturas republicanas.

d) Interesses ingleses e francesas na modernização brasileira visando sua independência.

e) Modernização da colônia, importante no período, mas que não influenciaram nossa independência anos mais tarde.

**3.** Em 1854 temos uma nova reforma educacional por meio do Decreto de 17 de fevereiro. Sobre esse Decreto, podemos dizer:

a) Ampliava a educação nacional, incluindo os negros, já que o tráfico havia sido proibido em 1850.

b) A chamada Reforma Couto Ferraz criou o ensino primário e secundário vigentes até a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

c) Previa o ensino de Gramática e Aritmética, mas não o de história nem de geografia.

d) Estimulava o ensino e criava bolsas de estudo para estudantes carentes.

e) Tornava o ensino primário obrigatório, sujeitando os pais a multas, caso não o oferecessem aos seus filhos, no entanto, excluía explicitamente a educação aos escravos.

# Seção 2.3

## A educação no Período Contemporâneo e sua influência sobre a educação brasileira

### Diálogo aberto

Como você se lembra, estamos ajudando o professor Edmundo a organizar o módulo do curso de capacitação dos professores sobre História da Educação. Ele tem passado por algumas dificuldades, pois após se formar deixou de se aprofundar nos conhecimentos relativos à História da Educação, em virtude da carga horária de aulas que assumiu.

Nas seções anteriores, Edmundo reviu a educação no Brasil desde a chegada dos jesuítas, no século XVI, até sua expulsão, no século XVIII. Começou a estudar também a influência do Iluminismo nas reformas pombalinas em Portugal e seus reflexos no Brasil, bem como as mudanças que aconteceram aqui pela vinda da Família Real, no início do século XIX e depois de nossa independência durante o Período Imperial.

Agora precisamos ajudar Edmundo a se aprofundar no estudo sobre as modificações ocorridas na Europa nos séculos XVIII e XIX, a fim de melhor compreender o Iluminismo e seus desdobramentos, tanto na Europa como no Brasil.

Preocupado com o volume de releituras que precisa fazer, Edmundo tem se recolhido na biblioteca da escola em que trabalha, estudando por meio de obras a História da Educação e fazendo buscas na internet em artigos mais recentes. Ele se lembra bem de que, após o Renascimento aconteceram novas mudanças na Europa que provocaram transformações significativas na política e na economia. Entre os séculos XVII e XIX, a Inglaterra passou pela Revolução Burguesa, cujo ápice ocorreu em 1688, e, um século depois, o início da Revolução Industrial. Quase ao mesmo tempo, a França vivia sua própria revolução, que também substituiu a nobreza pela burguesia na direção política. Até que ponto essas mudanças

impactaram a forma de viver e de pensar das pessoas na Europa? E no restante do mundo? Teve o mesmo impacto aqui no Brasil?

Edmundo também precisa saber mais sobre os iluministas, ele se lembra de que Kant foi um filósofo muito importante, pois seus escritos no final do século XVIII influenciariam a teoria do conhecimento e a educação dos séculos seguintes. Era preciso incluir isso no roteiro de estudos, mas se perguntava: quais eram as ideias centrais de Kant? E a questão da ética e da moral, como era tratada por ele?

São essas questões que atormentam Edmundo na preparação do terceiro módulo do curso que está preparando para seus colegas.

## Não pode faltar

### Novo mundo, novas ideias

Nas seções anteriores você ajudou Edmundo a rever o longo caminho que a sociedade trilhou, desde os impérios grego e romano, passando pela idade média, pelo Renascimento, pelo Humanismo, chegando até o Iluminismo do século XVIII. Estudou também o impacto das transformações vividas pela Europa e as consequências dessas mudanças no Brasil Colonial e durante o Império.

Agora, vamos nos aproximar um pouco mais de nossa realidade. Estamos saindo do século XVIII e entrando no século XIX. São anos incríveis para a história da humanidade, logo depois das Revoluções Inglesa no século XVII e Francesa, no século XVIII, elas acabaram com as monarquias absolutistas e criaram uma sociedade com a divisão de poderes que conhecemos hoje.

As ideias iluministas triunfaram, a razão ganhou força, as explicações míticas e religiosas perderam poder. Não acredita-se mais que os eventos cotidianos são derivados de forças sobrenaturais. A ciência explica os fenômenos naturais por meio da Física, Química e Biologia. O mesmo processo aconteceu com a Filosofia e Ciências Humanas que vão se especializando e dando origem a novas ciências, como a Sociologia e Psicologia.

Essas modificações em curso no mundo e seus reflexos nas novas ideias vão se espalhar pela Europa, chegar a Portugal e

influenciar a educação nas colônias, entre elas o Brasil.

Outro evento muito importante na história da humanidade e que também aconteceu nesse período foi a Revolução Industrial. Iniciada na Inglaterra em virtude de vários fatores, como o pioneirismo na derrota da velha nobreza pela burguesia ascendente, depois do período de crise do século XVII; o cercamento dos campos que expulsou camponeses para a cidade, aumentando a mão de obra disponível; a disponibilidade de carvão, matérias-primas e de mercado consumidor, apoiado por uma grande frota de navios; a existência de recursos financeiros por causa da exploração das colônias; o predomínio da religião protestante que valorizava o lucro; uma legislação violenta que desde o século XV já submetia os trabalhadores às novas regras de trabalho. Tudo isso fez que a Inglaterra fosse pioneira na alteração da forma de produzir que, décadas depois, se espalharia pelos países, moldando o capitalismo e o mundo como o conhecemos.

Esse longo período que se iniciou com a fragmentação do trabalho, a especialização das tarefas e a introdução da máquina-ferramenta chega ao seu ápice como uso do vapor na produção, no final do século XVIII. Este processo, aliado às longas jornadas e à exploração do trabalho infantil e feminino, permitiu uma enorme produtividade que levou a Inglaterra à liderança econômica e política do mundo naquele período. É justamente contra essa primazia que Napoleão vai decretar o Bloqueio Continental em 1806, forçando a Família Real portuguesa a vir para o Brasil, como vimos na seção anterior.

Como essa mudança na forma de produzir afetou a educação no mundo? Com a crescente urbanização e industrialização, aumentou a necessidade de alfabetização e escolarização. As ideias renascentistas e, mais recentemente, iluministas de valorização da razão, da pesquisa e do conhecimento, também exigiam que o acesso à educação fosse ampliado. A Reforma Protestante, ao valorizar o contato direto com o divino, deixaria para trás a ideia de que a existência de poucos letrados era suficiente para levar a palavra oral aos demais. Tudo isso gerou uma cultura que valorizava e incentivava a escolarização. Por isso, foi adotado o método mútuo, ou de Lancaster, que permitiu a expansão da rede de ensino

na Inglaterra.

Entretanto, quando analisamos toda a Europa vemos que não foi um processo rápido que originou as escolas. Havia um espírito de rompimento com o ensino jesuítico ligado à igreja católica e de tornar a educação uma obrigação do Estado, de desenvolver um conhecimento mais prático, ligado à realidade nacional de democratização do conhecimento, mas ainda havia muitos problemas reais a se resolver. Segundo Aranha (2006, p. 174), essas modificações não podiam ser introduzidas de uma hora para outra, o ensino ainda era "excessivamente literário e pouco científico, as escolas eram insuficientes e os mestres sem qualificação adequada. Mal pagos, geralmente não tinham experiência ou permaneciam nessa profissão enquanto não arrumavam coisa melhor". As práticas dos castigos físicos ainda persistiam.

**Reflita**

Comênio, ainda no século XVII, defendia a ideia de ensinar tudo a todos. De acordo com o que vimos nesta seção, a partir de quando podemos dizer que esse objetivo passou a ser realmente buscado? Será que esse é realmente um objetivo universal de todos ou há forças contrárias a ele?

Outro problema era a diferença entre as diversas escolas e modalidades que preservavam ou consolidavam o dualismo escolar. Apesar do ideal igualitário da Revolução Francesa, na prática, a divisão da sociedade em classes, com poder político e econômico diferentes, refletia-se também na escola, parte voltada à elite (em geral as religiosas) e outra para o povo (cada vez mais, assumida pelos governos). Nota-se também uma tendência do Estado em normatizar a educação privada e pública, criando sistemas de ensino com currículos, calendários ou procedimento similares (ARANHA, 2006). Nesse período de transição do século XVIII para o XIX era crescente a preocupação com a formação nacionalista, um reflexo da época.

Esse não é um retrato que se repetia em toda a Europa no período de transição do século XVIII para o XIX. Nos estados da Alemanha, essas mudanças, como já vimos, aconteceram antes. Em Portugal, um pouco depois. Mesmo na França, houve avanços e retrocessos.

Na época de Napoleão, por exemplo, sua reforma centralizadora privilegiou os níveis secundário e médio, deixando a cargo das ordens religiosas o ensino elementar, que continuava pago. Após sua queda, o ensino mútuo foi retomado e houve um aumento significativo das escolas e vagas oferecidas. Também nos Estados Unidos foi um período de expansão do ensino privado e público. Assim, aos poucos, com avanços e retrocessos, as mudanças iam se espalhando.

**Pesquise mais**

Este artigo traz importantes reflexões e informações sobre a educação em Portugal no século XIX e sua influência sobre o Brasil no período.

FERNANDES, Rogério. Roturas e permanências da educação portuguesa no século XIX. **História da Educação**, ASPLHE/FAE/UFPel, Pelotas, n. 15, p. 7-27, abr, 2004. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30278/pdf>. Acesso em: 26 maio 2016.

Entretanto, no Brasil, como já vimos, era diferente. Não havia ainda essa cultura nem a necessidade de expansão da rede de ensino, já que a maioria da população era escrava. Mesmo os setores mais progressistas ainda viam a educação como uma forma de moralização e não como um direito universal, conforme podemos notar nas palavras do deputado Leôncio de Carvalho na defesa da reforma do ensino que levaria seu nome, em 1878:

> **Porém, toda a despesa feita com a instrução do povo importa na realidade uma economia, porque está provado, por escrupulosos trabalhos estatísticos, que a educação vem diminuindo consideravelmente o número de indigentes, dos enfermos e dos criminosos, aquilo que o Estado despende com as escolas poupa em maior escala com asilos, hospitais e cadeias. Por outro lado, a instrução, moralizando o povo, inspirando-lhe o hábito e o amor ao trabalho (...) desenvolve todos os ramos da indústria, aumenta a produção e com esta a riqueza pública e as rendas do Estado. (CARVALHO, 1879, apud AZEVEDO, 2001, p. 22)**

Por isso, entre outros fatores já estudados anteriormente, o ensino público não se espalhou aqui no Brasil, sendo destinado, durante todo o Período Imperial e um pouco adiante, à pequenas camadas privilegiadas da sociedade.

Voltando à Europa e à influência das ideias iluministas na educação, vale destacar um importante filósofo que se dedicou à teoria do conhecimento e ao papel da educação no desenvolvimento da ética e da moral. Seus escritos tiveram enorme influência sobre a educação mundial desde o século XIX. Trata-se de Immanuel Kant.

### Kant e a educação na formação ética e moral do indivíduo

Já vimos anteriormente que no século XVIII havia um debate sobre como nós conhecemos a realidade e como aprendemos. Os racionalistas, como Descartes, defendiam que pelo raciocínio, pensamento e razão conseguimos compreender melhor o mundo, sem depender tanto dos sentidos ou da observação. Já os empiristas, como Francis Bacon e John Locke, diziam que não é possível compreender a realidade apenas por meio do pensamento, mas que a observação e a experimentação, ou seja, o conhecimento empírico é indispensável para se chegar à verdade.

É justamente nesse debate que entra Immanuel Kant. Ele vai relativizar esses dois pontos de vista, afirmando que o conhecimento envolve dois elementos: sujeito e objeto. Os empiristas acreditam na impressão que o objeto causa no sujeito. Enquanto isso, os racionalistas acreditam apenas no sujeito, diminuindo a importância do objeto (VASCONCELOS, 2012). Kant vai propor que o conhecimento é fruto da interação entre sujeito e objeto, isto é, a ação do sujeito permite a compreensão, mas é a experiência com o objeto que renova e confirma esse conhecimento. Segundo Aranha (2006, p. 180), "o conhecimento humano é a síntese dos conteúdos particulares dados pela experiência e da estrutura universal da razão (a mesma para todos os indivíduos)". A crítica de Kant se dirige à maneira absoluta que essas duas correntes tratavam um ou outro ponto de vista, afirmando que o conhecimento provém tanto do raciocínio como da experiência.

Kant concorda com os empiristas quando afirma que o conhecimento começa com o fato dado, com a experiência e com os sentidos que fornecem o material básico para a formação dos

conceitos; mas se afasta deles quando defende a necessidade de organizar racionalmente esse conhecimento que se apresenta de forma desordenada e imprecisa. Sua inovação, mas que não supera completamente o idealismo predominante, é a identificação de um conhecimento a priori que será responsável pela ordenação das impressões a partir das categorias da razão, o que de certa forma o aproxima dos racionalistas.

Para Kant, uma vez que é o entendimento que constrói o ordenamento coerente da realidade, não é possível atingir o objeto em plenitude, a coisa em si. Só é possível captar o fenômeno das coisas, ou seja, a sua aparência. Se esse fenômeno aparece, ele é necessariamente exterior ao sujeito que o conhece e precisa, então, ser (re)construído pelo sujeito por meio da razão.

Isso pode parecer óbvio, mas não era há duzentos anos. Esse debate influenciou e ainda influencia muitas formas de análise científica em todos os campos.

Há outras questões apontadas por Kant que nos interessam aqui. Ele é um grande estudioso do desenvolvimento ético e moral nos indivíduos e atribui papel essencial à educação nesse processo. A compreensão daquele debate entre conhecimento exterior (empírico) e interior (racional) é importante para sua compreensão.

**Assimile**

Immanuel Kant é provavelmente o mais importante filósofo da ética e da moral na história. Sua obra sobre a moral, sobre o agir e dever agir é fundamental para a compreensão de diversos autores que virão depois em diversas áreas do conhecimento, em especial a educação e a Pedagogia.

Para Kant, "além do ato de conhecimento, o indivíduo é capaz de outra atividade espiritual, o exercício da consciência moral" (ARANHA, 2006, p. 180). É assim que, de acordo com certos princípios, o indivíduo decide sua prática diária, concreta. É por agir desse modo que se diferencia como ser humano, ou seja, de acordo com imperativos categóricos, princípios absolutos que regem a conduta humana. "Agir moralmente é agir pelo dever" (ARANHA, 2006, p. 181), isto é, agir de determinada maneira simplesmente porque é o certo a fazer, não por causa de castigos ou recompensas.

**Exemplificando**

Bernardo de Carvalho ao relatar o filme *Fogo no Mar*, vencedor do Urso de Ouro no Festival de Berlim, ajuda-nos a compreender melhor esse posicionamento kantiano.

> Um médico da ilha de Lampedusa, levado pelas circunstâncias a trabalhar no resgate de refugiados à deriva no Mediterrâneo, diz: "Faço o que um homem deve fazer, porque é o que um homem deve fazer". Ele não só ajuda a salvar os sobreviventes, alguns entre a vida e a morte (o que lhe garante a satisfação desinteressada de fazer o bem ao próximo), mas tem de atuar também como médico legista, um trabalho pavoroso. Faz "porque é preciso fazer". Não age por dinheiro, por poder, por vaidade. Faz porque é isso o que um homem deve fazer. Um homem (europeu) salvando refugiados árabes e africanos, por razões que não precisam ser explicadas, com a dignidade discreta da sua competência.
> Adaptado - Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardo-carvalho/2016/05/1771007-o-que-faz-um-homem.shtml>. Acesso em: 22 maio 2016.

A opção por agir desta e não daquela maneira não é inata nem natural, mas decorre da formação do indivíduo por meio da educação, de forma a torná-lo capaz de escolher com autonomia.

**Reflita**

O que você acha da ideia kantiana de agir por "dever", isto é, porque seria a forma "correta"? Será que é possível identificar claramente quando agimos por dever, desinteressado, quando agimos motivados por algum objetivo futuro ou por medo de alguma sanção? Você consegue pensar em alguns exemplos?

Veja o vídeo a seguir, ele pode ajudar a pensar nessas questões e é bem interessante:

Justice – o lado moral do assassinato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8I8e8oJpoII&index=1&list=PL5FAA509E4E51B654>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Para Kant, esse é o motivo pelo qual enviamos as crianças à escola logo cedo: não para aprender conteúdos propriamente ditos, mas para que aprendam a viver em sociedade, respeitar regras, agir com disciplina voluntariamente e pensar por si próprias.

**Faça você mesmo**

Leia o artigo publicado na Revista Crítica de História sobre a influência e as consequências do Iluminismo na formação do pensamento ocidental contemporâneo. Aponte em uma síntese os principais pontos abordados pelos autores.

MELLO, Vico Denis S. de; DONATO, Manuella Riane A. O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. **Revista Crítica Histórica**, Alagoas, ano II, n. 4, p. 248-264, dez. 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/118/O%20Pensamento%20Iluminista%20e%20o%20Desencantamento%20do%20Mundo.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

## Sem medo de errar

Você se lembra de que Edmundo estava "trancado" na biblioteca revendo as mudanças ocorridas na transição do século XVIII para o XIX e a influência do iluminismo na educação? Rever esse período histórico e a importância de Kant na teoria do conhecimento e na formação da moral também é importante para o módulo do curso que ele está organizando.

Edmundo deve lembrar que entre os séculos XVII e XIX a Europa passará por transformações que mudarão significativamente o mundo. Entre esses acontecimentos, os principais são as revoluções burguesas da Inglaterra e França e a Revolução Industrial. Tudo isso vai superar definitivamente as relações feudais e inaugurar, oficialmente, o que chamamos de capitalismo em fase industrial. Todas essas mudanças

vêm na esteira de valorização do conhecimento e crítica ao ensino religioso, que se desenvolvia desde o Renascimento e dava novos passos com o Iluminismo. As novas concepções e a consequente expansão do ensino vão se espalhar, de maneira não uniforme, por toda a Europa a partir do século XIX. Você se lembra do que estudamos nesta seção e na anterior sobre o que ocorre no Brasil? As mudanças acontecem no mesmo período e com o mesmo sentido?

As revoluções burguesas da Inglaterra e França vão sepultar a ordem estamental do feudalismo e valorizar o pensamento de que todos são iguais - máxima do liberalismo e do capitalismo em geral – ao disseminar a ideia de que qualquer um pode "subir na vida", dependendo apenas de sua disposição e vontade de trabalhar. Veremos isso na próxima seção em mais detalhes, mas agora precisamos ajudar o professor Edmundo a concluir a preparação deste módulo e, para isso, falta apenas retomar a importância de Kant no Iluminismo e suas influência.

Vimos que o sujeito moral não nasce "pronto", isto é, não é inato, mas é produto da educação que, por sua vez, não é neutra nem desinteressada, ao contrário, tem papel ativo na formação do homem que deve agir de maneira "correta", pois isso é o que deve ser feito. E esse é um dos objetivos, se não o maior, da educação, formar os cidadãos para viver em sociedade. Como isso pode ser feito? Quais são formas e que conteúdo a educação deve assumir para atingir esses objetivos?

**Atenção**

Fique atento às condições diferenciadas que temos no Brasil do século XIX em relação à Europa. Nesse período ainda tínhamos uma sociedade escravocrata e que não previa direitos iguais para todos.

## Avançando na prática

### Palestra

#### Descrição da situação-problema

Imagine que você, prestes a se formar e já trabalhando na área de educação, é convidado a ministrar uma breve palestra para alunos do ensino médio da escola onde você estudou. Seus professores, sabendo

sobre seu curso, gostariam de lhe rever e ouvir o que você aprendeu na faculdade. A palestra, na aula de Filosofia, seria sobre a inovação do pensamento kantiano em relação à teoria do conhecimento. Como você trataria o assunto? O que privilegiaria para destacar?

**Lembre-se**

Kant "condena os empiristas (tudo que conhecemos vem dos sentidos) e, da mesma forma, não concorda com os racionalistas [...] (tudo quanto pensamos vem de nós): o conhecimento deve constar de juízos universais, da mesma maneira que deriva da experiência sensível" (ARANHA ,2006, p. 177).

### Resolução da situação-problema

Para essa atividade duas coisas são importantes: sua "presença e disponibilidade" em sala de aula e o conteúdo que vai apresentar. É normal ficar nervoso nas primeiras apresentações que fazemos, não se preocupe, viva a experiência com naturalidade. O importante é estar preparado para o assunto. Leve uma ficha com os tópicos que precisa abordar para seguir um raciocínio predefinido. Se preferir, caso a escola possua, você também pode usar um projetor com os pontos chave que irá abordar. Não coloque muito texto nesse material para não ficar apenas lendo, o que torna a palestra cansativa, além de dar a impressão de que você seria substituível pela leitura simples da apresentação projetada.

Tomado esse cuidado, vamos ao conteúdo. Você deverá abordar três ideias principais, descritas a seguir.

No ponto de vista dos racionalistas, isto é, dos defensores da corrente teórica na qual a realidade é vista como impenetrável, não é possível conhecer as coisas por elas mesmas e, portanto, só a razão é capaz de compreender a realidade. Lembre-se de Descartes: "Penso, logo existo", ou seja, é por meio do pensamento que compreendo o mundo.

A corrente teórica oposta, como você sabe, é a dos empiristas, como Locke. Para eles, só a experiência, o conhecimento empírico, a observação dos fenômenos é capaz de nos levar ao conhecimento.

Podemos parodiar a série clássica *The X-Files* e dizer, para guardar essa ideia, que "a verdade está lá fora", nesse caso, fora do indivíduo e independentemente dele.

A novidade de Kant vai ser unir essas duas visões, mostrar a necessidade da observação, medição e experiência, mas também defender a necessidade da inteligência, do raciocínio na interpretação dos dados, na extrapolação de resultados e na construção de hipóteses que ajudem a explicar outras situações semelhantes.

**Faça você mesmo**

Agora é sua vez. Prepare a palestra como se fosse realmente proferi-la em sua antiga escola. Como subsídio aos alunos, prepare um texto de uma página com um resumo da palestra para entregar a eles.

## Faça valer a pena

**1.** Sobre a expansão do ensino público no século XIX, podemos afirmar:

a) Ocorreu na maioria dos países da Europa, ao mesmo tempo e sem contradições.

b) Ocorreu no Brasil e na Europa, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino.

c) Foi mais evidente no Brasil por ser mais atrasado do que as metrópoles europeias.

d) Foi diferente e atrasada no Brasil, que ainda possuía uma economia baseada no escravismo.

e) Não teve relação com a Revolução Industrial.

**2.** Considere as afirmações a seguir:

I. O conhecimento depende principalmente da observação, da análise correta de dados empíricos.

II. O conhecimento depende da observação e da interpretação correta por meio da razão, da inteligência.

III. O conhecimento depende da inteligência, pois a realidade é impossível de ser compreendida corretamente pela observação pura.

IV. Os sentidos podem levar ao erro, enquanto que a razão

permite chegar à verdade pura.

Assinale a alternativa correta.

a) A afirmação II está mais próxima do criticismo kantiano.

b) Kant defende o que se afirma em I e II como forma de chegar à verdade.

c) Os empiristas estão representados na afirmação IV.

d) A afirmação IV representa o modo como os idealistas, entre eles Kant, compreendem o conhecimento.

e) Os empiristas, como Kant, concordariam com a afirmação III.

**3.** Considere as seguintes situações:

I. Ajudar uma idosa a atravessar a rua para impressionar a namorada que observa a situação.

II. Parar o carro na estrada, à noite, para retirar uma pedra da qual desviou e que poderia causar acidentes a outros motoristas.

III. Reduzir a velocidade do veículo em regiões fiscalizadas e sujeitas a atropelamentos.

Podemos considerar ações moralmente corretas, de acordo com Kant:

a) Todas estão corretas e geram o bem.

b) Apenas I e II, pois em III existe a possibilidade de punição, o que torna o ato não voluntário.

c) Apenas I, pois em II e III não existe ação moral ou objetivo concreto.

d) Apenas III, quando existe vigilância, o que não ocorre em I e II.

e) Apenas II, pois em I existe o prêmio da admiração da namorada e em III o risco de sanção.

# Seção 2.4

## A pedagogia no Período Contemporâneo e suas influências sobre a educação brasileira

### Diálogo aberto

Na seção anterior ajudamos Edmundo a lembrar e sistematizar as mudanças na educação europeia e brasileira no século XIX. Vimos que a realidade então instaurada naquele período gerou novas ideias sobre o mundo e sobre a educação, mais especificamente.

Nosso amigo professor, que está colaborando com os colegas na preparação do módulo de História da Educação, estava apresentando os resultados de suas leituras para seus colegas de trabalho na escola, quando algumas questões foram levantadas. Até que ponto essas novas ideias, novas concepções de mundo, influenciaram a visão sobre educação, sua função e práticas pedagógicas? Que impacto tiveram – ou ainda têm – as ideias positivistas, pragmáticas e socialistas na educação em geral? Essas influências apresentam uma análise dialética do problema educacional? Qual é a importância das teses idealistas ou materialistas nas práticas pedagógicas? Como essas diferentes correntes colaboram ou combatem a existência do dualismo escolar, a existência de dois modelos escolares, um para quem pode e deve se tornar dirigente e outro para classes subalternas?

É nesse debate que nos encontramos nesta seção. Teremos que colaborar para que essas ideias, que vão influenciar o debate sobre educação em todo o mundo e também no Brasil, fiquem bem claras aos professores da escola de Edmundo.

### Não pode faltar

Como já vimos, o Iluminismo foi o movimento que consagrou a vitória do pensamento científico. A partir do século XIX, novas correntes teóricas vão se desenvolver, tentando, cada uma a sua maneira, explicar a realidade. Essas correntes teóricas nascem de diferentes interpretações da realidade e das diferentes opiniões sobre a sociedade capitalista. Dessas concepções gerais é que vão derivar as concepções

pedagógicas. Percebemos, portanto, que as teorias pedagógicas não nascem delas mesmas, mas da disputa pelo modelo de sociedade e educação que os teóricos e educadores participam.

São algumas dessas correntes que vamos estudar nesta seção. O positivismo, pragmatismo, idealismo, socialismo e a relação dessas visões de mundo com a educação. Veremos que cada uma dessas tendências encara a educação como instrumento para o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos, na direção que consideram mais adequada, justa ou correta. Não se trata de considerar esta ou aquela visão como a "correta", mas de dar subsídios históricos e teóricos, a você, aluno, para que, ao longo de seus estudos e de seu amadurecimento intelectual, você possa perceber qual dessas concepções lhe parece mais adequada, de acordo com sua visão de mundo, de educação e de vida.

É com o positivismo que a sociologia começa a aparecer como ciência, isto é, como um conjunto de ideias e como método científico de conhecimento da realidade. Suas teses vão influenciar outras correntes, como o naturalismo e o behaviorismo.

O positivismo tem como principal autor o francês Augusto Comte (1798-1857), cuja obra *Curso de Filosofia Positiva* vai defender a substituição da teologia e do senso comum pelo estudo de leis naturais que regulariam a vida em sociedade. A sociologia nasce sob grande influência das ciências naturais, ao ponto de chamar-se "Nova Ciência de Física Social", ou seja, assim como existem leis físicas que explicam o movimento, a gravitação e a realidade física em geral, haveria, também, leis sociais que explicariam objetivamente o funcionamento de toda sociedade.

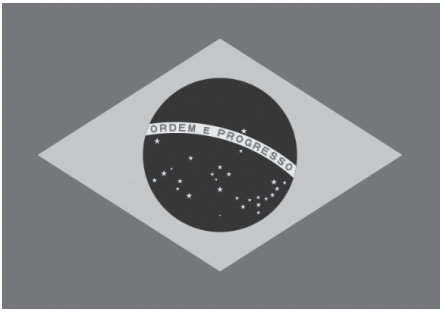
Precisamos lembrar sempre a conjuntura em que essas ideias surgem: estamos em pleno século XIX, pós Revolução Industrial, vivendo a segunda expansão marítima em busca de matéria-prima, mão de obra barata e mercado consumidor, ou seja, o contexto é de uma nova colonização que vai impor o modo de vida europeu às demais regiões do mundo. Os europeus, nesse sentido, consideram-se os mais evoluídos, civilizados e os positivistas vão endossar essa tese. É uma adaptação da teoria da evolução das espécies de Darwin às sociedades, justificando a sobrevivência dos mais preparados naquilo

que ficou conhecido como darwinismo social, isto é, a compreensão de que as sociedades evoluiriam em uma mesma direção, das mais simples e atrasadas às mais complexas e adiantadas, surgindo assim a noção de "progresso".

Com as profundas transformações ocorridas a partir da primeira Revolução Industrial, a ciência e a técnica foram plenamente desenvolvidas para o aumento da produtividade e, consequentemente, do lucro sobre a exploração da força de trabalho assalariada. É nesse ambiente que o positivismo se desenvolve. Em um primeiro momento, seu sentido é progressista, como atestam Condorcet e Saint-Simon, representantes teóricos dos setores mais progressistas da pequena burguesia. Em seguida, o positivismo se transforma e acompanha o próprio movimento burguês de acomodação e de conservação da ordem.

Comte é o primeiro representante desse movimento teórico de justificação da ordem. Ele compreendia a Revolução Francesa como necessária, pois representou a progressão do momento teológico para o momento metafísico, movimento ainda insuficiente e provisório. Seria necessário, portanto, o desenvolvimento do espírito positivo da sociedade, "estado fixo e definitivo" da evolução humana, que seria instalado por uma elite científica e industrial, a fim de acessar o conhecimento. Vemos, assim, outra concepção importante dessa teoria, a ideia de "ordem", de compreensão da sociedade como um organismo com interesses comuns, na qual não deveria haver conflitos. Você já viu essas duas palavras juntas em algum lugar: ordem e progresso? Sim, são inspiradas no ideal positivista.

Figura 2.1 | Bandeira do Brasil




Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Flag_of_Brazil.svg>. Acesso em: 16 jun. 2016.

O francês Emile Durkheim (1858-1917) produziu sua obra no final do século XIX e início do século XX. É um dos autores mais importantes na definição da sociologia e da pedagogia como ciências autônomas – separadas da Filosofia, Moral, Psicologia e Teologia. O autor afirmava que não se tratava de compreender os indivíduos, mas o comportamento social

deles. Para Durkheim, o objeto da "nova ciência" não seria toda a realidade, mas apenas os fatos sociais, cujas características seriam a coerção social, que pressionaria o indivíduo a agir de determinada maneira; a exterioridade em relação ao indivíduo, isto é, as ações não seriam originadas no indivíduo, mas na coletividade; e a generalidade, ou seja, a ocorrência em todos ou quase todos os indivíduos. Além disso, segundo Marilena Chauí (2008, p. 32):

> **Isto significa que a condição para uma sociologia científica é tomar os fatos sociais como desprovidos de interioridade, isto é, de subjetividade, de modo a permitir que o sociólogo encare uma realidade, da qual participa, como se não fizesse parte dela. Em outras palavras, a regra fundamental da objetividade científica sendo a da separação entre sujeito do conhecimento e objeto do conhecimento, separação que garante a objetividade porque garante a neutralidade do cientista, que pode, assim, tratar das relações sociais (relações entre seres humanos) com coisas diretamente observáveis e transparentes para o olhar do sociólogo.**

Fica evidente nessa concepção de ciência a crença de que é possível compreender completamente a realidade, a ideia de que a ciência e os cientistas são neutros, que a realidade seria exterior às pessoas e estas, portanto, poderiam ser imunes aos desvios de interpretação.

Vimos que o positivismo considerava a Europa na passagem do século XIX para o XX como o momento mais avançado e perfeito da sociedade.

É esse otimismo em relação ao mundo capitalista que nos ajuda a entender a falta de crítica do positivismo e a concepção de que a educação teria papel predominante de socializar os indivíduos, de adaptá-los à sociedade. Nas palavras de Durkheim (apud GADOTTI, 2010, p. 115).

> **Educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.**

Apesar da limitação do positivismo, Durkheim representou um importante esforço no sentido de consolidar uma forma de análise social e inaugurou uma nova forma de estudar e interpretar a realidade, com método próprio, com análises quantitativas e qualitativas e rigor na análise e no método. Não que antes dele não houvesse essas características, mas Durkheim vai direcionar seu esforço no sentido da segregação das características de cada ramo da ciência, diferente de outros autores que não tinham essa preocupação metodológica.

Na mesma linha otimista, embora com uma visão diferente, idealista, vai surgir no início do século XX outra vertente. Também influenciada pelo darwinismo, o pragmatismo ou instrumentalismo considera a escola como um espaço neutro. Essa tendência não é uma crítica ao sistema capitalista, mas vai priorizar a utilidade da educação, sobretudo porque não vai se preocupar com a apreensão da realidade em si, mas com as consequências da ação humana.

O pragmatismo teve entre seus principais pensadores o norte-americano John Dewey (1859-1952). Seus estudos, inclusive, terão grande influência sobre a Escola Nova, importante movimento de educadores e intelectuais no Brasil dos anos 1930 que estudaremos na próxima unidade.

Do ponto de vista pedagógico, Dewey segue a linha de Rousseau, considerando o aluno como o centro do processo de aprendizagem, o que exigiria métodos ativos e criativos de ensino, rejeitando a memorização e a repetição de conteúdos como na pedagogia tradicional (ARANHA, 2006).

Para Dewey, a educação não tinha um objetivo futuro ou exterior a ela. A educação é vista como processo, não como produto, como forma de permitir que as pessoas resolvam diariamente os problemas que enfrentam, de acordo com a sequência: a) necessidade sentida; b) análise do problema; c) alternativas para sua solução; d) experimentação das soluções; e) aplicação da solução escolhida e análise do resultado obtido, tal qual nos explica Gadotti (2010). Dewey propunha uma educação baseada na apresentação de problemas para os quais o estudante deveria buscar soluções.

Nessa perspectiva, a educação seria um processo permanente, por isso, chamada também de progressiva. A escola teria a função de

preparar o jovem para o trabalho e para a atividade prática, visando o aumento da eficiência. Preconiza o aprendizado permanente, considerando a experiência por meio da qual novos significados são construídos.

> "Para Dewey, o grande problema do sistema educacional de sua época é que os alunos saem da escola sem o adequado preparo para a vida. Ao insistir na repetição e na memorização de fórmulas prontas, a escola leva os alunos a respostas automatizadas que pouco ou nada tem a ver com o dia a dia da pessoa ou do trabalho. Segundo Dewey (1980) a vida constantemente nos desafia com problemas, que devem ser resolvidos com base nos mesmos padrões de pensamento que conduzem a investigação científica". (VASCONCELOS, 2012, p. 150)

Outro aspecto importante dessa escola, que contava também com outros pensadores como William James (1842-1910), é a valorização da iniciativa, participação, crítica à obediência automática e valorização da autonomia, elementos importantes para a vida e para a construção de uma sociedade liberal e democrática, típica do período.

Entretanto, como já conversamos várias vezes sobre isso neste livro, a sociedade é contraditória, formada por concepções e interesses de classes e grupos sociais diferentes. São essas diferenças que vão forjar ou influenciar as também variadas concepções e práticas pedagógicas. Um problema recorrente, sempre apontado ao longo da história da educação no mundo e no Brasil, é o dualismo escolar, isto é, a existência de diferentes escolas, tipos de ensino e de conteúdo, de acordo com os grupos sociais a que pertençam os alunos.

Ora, diriam os pensadores críticos do capitalismo, como Karl Marx (1987, p. 18): "a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes", logo na abertura do *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848. Classes que no capitalismo iriam se consolidar na divisão entre burgueses e proletários, possuidores e não possuidores dos meios de produção, com maior ou menor poder de interferência sobre os governos, ou seja, uma sociedade dual, dividida e, segundo essa teoria, conflitante, bem diferente da ideia de um organismo com interesses mútuos e comuns da visão e escola positivista.

Em uma sociedade assim é de se esperar que a educação seja diferenciada para as diversas camadas ou classes sociais, que haja um tipo de educação para os dominantes e outra para as classes subalternas. É claro que boa parcela da sociedade e dos educadores são contra isso, mas lutar contra o dualismo escolar em sociedades também dualistas é quase como "enxugar gelo" ou, em uma linguagem mais adequada, "um esforço de Sísifo".

**Vocabulário**

**O Mito de Sísifo:** baseado na obra de Albert Camus, relata sua condenação a carregar, por toda a eternidade, uma pedra até o alto de uma montanha, quando ele atinge o cume, ela rola novamente até a base, obrigando-o a retomar a tarefa interminavelmente.

Essa crítica à sociedade capitalista se iniciou no século XVIII com os socialistas utópicos, como Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858) e será mais bem desenvolvida por Karl Marx na defesa da sociedade emancipada. Nessa nova sociedade o resultado da produção não seria mais separado dos efetivos produtores. O fruto do trabalho coletivo não seria mais apropriado por alguns, detentores dos meios de produção, mas produzida com fartura "de cada qual segundo sua capacidade" e distribuída "a cada qual, segundo suas necessidades" (MARX, 1999, p. 26).

Figura 2.2 | Operária no Torno Mecânico – Texas/EUA (1940)

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Proletariado#/media/File:WomanFactory1940s.jpg.>. Acesso em: 17 jun. 2016.

Outra diferença da concepção marxista em relação às anteriores é o materialismo. Os idealistas compreendiam a realidade como derivada das ideias, ou seja, como se as ideias surgissem antes desta e, a partir delas, a realidade fosse construída, ou melhor, seriam as ideias que determinariam a história. O materialismo inverte essa lógica, pois as ideias é que são fruto da realidade, é ela que condiciona as ideias, assim, é a história que determinaria as ideias de uma determinada época e sociedade.

**Assimile**

O senso comum chama de idealistas as pessoas com ideal, que querem o bem comum, e de materialistas as que só pensam em bens materiais. Não é absolutamente o sentido utilizado na Filosofia e Pedagogia. Aqui, temos o idealismo como uma corrente que considera que as ideias são mais importantes do que a realidade e que esta deriva das ideias. Chamamos de materialistas os teóricos que consideram que a realidade condiciona as ideias.

O método marxista de análise é chamado de materialismo histórico-dialético. Já compreendemos o materialismo histórico, isto é, como a realidade concreta em cada momento histórico influencia as ideias. A dialética é outra diferença em relação aos positivistas contemporâneos a Marx. Eles consideravam que o mundo estava "evoluindo" do mais primitivo ao mais avançado, linearmente, positivamente. Também pensavam em termos maniqueístas, como sim versus não, hoje versus ontem. O materialismo, por sua vez, pensava em contradições permanentes, em tese-antítese-síntese, em unidades de contrários e relações baseadas em contradições. No ontem se transformando em hoje, no hoje como incorporação de parte do ontem. É, portanto, uma forma mais rica e elaborada de pensar e analisar a realidade.

Entretanto, o mais importante da teoria marxista não é a forma de interpretar a realidade, mas o que fazer a partir dessa intepretação. Nas *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1987) fica clara a preocupação marxista: filósofos anteriores se limitaram a interpretar a realidade, mas o que interessa é transformá-la. Todo o rigor no método, na análise dos dados, compreensão da gênese e funcionamento do capitalismo tem um objetivo: destruí-lo e gestar uma nova sociedade.

Portanto, seria de se esperar que a educação fosse diferente nos países que seguissem essa linha de pensamento, que buscassem a eliminação das classes sociais ou que fossem baseadas em princípios mais igualitários. E realmente foi em muitos aspectos. Do ponto de vista quantitativo, visaram a universalização do ensino e erradicação do analfabetismo, enquanto do ponto de vista qualitativo objetivaram a criação de outra mentalidade, mais coletiva e menos individualista.

Essa nova mentalidade e novo conteúdo, em geral, envolviam a ligação entre teoria e prática, educação e sociedade, educação e política, visando suprimir a "alienação" capitalista. Outro aspecto perceptível é a centralidade do trabalho na formação do ser humano – não apenas como atividade em sala de aula, mas como atividade produtiva e relacionada à formação cultural (ARANHA, 2006).

Segundo a autora, em todos os países socialistas houve uma priorização da educação popular, universal, gratuita e obrigatória, envolvendo toda a sociedade na tarefa de alfabetização plena. Outra característica da educação nesses países foi a relação com a vida prática, união entre trabalho manual e intelectual, auto-organização e trabalho coletivo.

Na União Soviética, dirigida por Lênin durante os primeiros anos da revolução, era necessário criar uma nova cultura, um novo cidadão e, assim, valorizar a educação, preservando a cultura, ciência e tecnologia anterior, mas buscando a formação de uma nova cultura que combatesse os 80% de analfabetos do período semifeudal para tornar o país, em poucas décadas, a segunda potência econômica e industrial do mundo. Em termos práticos, o ensino religioso foi suprimido e, de certa forma, substituído pelo marxismo-leninismo. Alguns nomes importantes desse período são: Lunatcharski, Nadeska Krupskaia, Makarenko e Pistrak.

Moisei Pistrak (1888-1940) vai pensar e praticar uma educação democrática e integrada, evitando a separação entre trabalho intelectual e manual, integrando o trabalho produtivo à formação intelectual. Note que essas teorias ainda estavam sendo pensadas naquele momento e o trabalho de Pistrak vai ser importante nessa elaboração. Anton Makarenko (1888-1939) também vive e trabalha no mesmo período. Sua atuação frente ao instituto de reabilitação de adolescentes

infratores se mostrou contraditória na defesa da educação, da busca da formação de um espírito comunitário, já que lançava mão de castigos físicos. Entretanto, o trabalho teórico e prático desse autor revelou-se importante como experiência de integração entre trabalho e estudo, de autogestão dos estudantes e formação politécnica (ARANHA, 2006).

No período stalinista, no entanto, a escola soviética voltou a ter um viés mais tradicional e uma divisão entre escolas profissionais e as de formação, ou seja, uma forma de dualismo escolar. Mais tarde, sob a direção de Kruchev, houve uma tentativa de reunificação do trabalho manual com o intelectual.

Cuba talvez seja o maior exemplo de transformação. Após a revolução de 1959, o acesso à escola foi universalizado. Segundo Aranha (2006, p. 249), "em um só dia foram abertas mais de 10 mil salas de aula para atender 90% das crianças de seis a 12 anos [...] em um ano a taxa de analfabetismo desceu de 23,6% para 3,9%". Quarteis foram transformados em escolas, outras foram construídas. Além de creches, escolas em semi-internato com alojamento e bolsas de estudo foram criadas. Investiu-se na formação de professores, no atendimento a pessoas com deficiência e no ensino profissional, além de uma reformulação do currículo baseado na opinião de grupos de professores e na orientação socialista.

Na década de 1980, após alguns anos ou décadas de experiência socialista, o analfabetismo havia praticamente sido eliminado da União Soviética, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária e da Hungria. Na Romênia os analfabetos eram apenas 4,2%.

Na Itália teremos outro importante autor e militante socialista. Antonio Gramsci (1891-1937) parte das ideias marxistas e pensa na educação como forma de elevação cultural e intelectual das massas, visando construir uma hegemonia popular contra a hegemonia burguesa. Para ele, "todos os homens são intelectuais [...] mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" (GRAMSCI, 1968, p. 7).

**Pesquise mais**

Dos autores clássicos da sociologia, Antonio Gramsci tem contribuição no campo da educação. Você pode ler a obra dele intitulada *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*.

Disponível em:<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-das-discussoes/intelectuais-e-a-organizacao-da-cultura-gramsci/view>. Acesso em: 17 jun. 2016.

Para Gramsci era necessário superar a ideia de que a Filosofia era algo muito difícil e que, portanto, deveria ser praticada apenas por uma parcela privilegiada. Havia, para ele, estágios ou formas diferentes de consciência, como o folclore, o senso comum, o bom senso, a religião e a Filosofia. Caberia à educação permitir passagem de uma forma para outra visando a emancipação humana.

Para ele, a escola burguesa seria incapaz disso, pois é classista, dual, separa o trabalho intelectual do manual e, portanto, prepara um extrato para ser dirigente e outro para ser dirigido. Gramsci defendia a criação de uma nova escola, que ele chamou de unitária, igual para todos, que integrasse trabalho e educação, o pensar e o fazer. Ele passou os últimos anos de sua vida preso por combater o regime de Mussolini e internado para tratar problemas de saúde. Foi na prisão que escreveu boa parte de sua importante obra.

**Pesquise mais**

Existem muitos outros autores, outras concepções, outras experiências concretas, mas que não cabem neste espaço. Seu conhecimento não deve se limitar a este livro. Pegue as referências citadas, busque outros autores e artigos e dê sequência ao seu aprendizado. Você pode começar, por exemplo, lendo este artigo:

SAVIANI, Demerval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000100006>. Acesso em: 4 jun. 2016.

Não podemos encerrar este estudo sem citar outra vertente política importante na história e na prática educativa: o anarquismo. Contemporâneo e crítico ao marxismo, o anarquismo não reconhece autoridade em nenhuma forma de estado, que considera sempre opressiva. Defende a auto-organização descentralizada da sociedade. Essa forma de compreender o mundo também vai influenciar o modelo educacional proposto por seus pensadores, entre eles: Michel Lobrot, Fernand Oury, Paul Robin, Francisco Ferrer i Guàrdia, entre outros.

**Reflita**

Neste livro, muitas vezes citamos a realidade e sua influência na educação. Não consideramos a educação como algo neutro ou separado da realidade, mas sempre vinculada e determinada por fatores político-econômicos e pelos interesses dos grupos dominantes e de seus opositores em cada momento histórico.

## Sem medo de errar

Continuando os estudos sobre as transformações mundiais na passagem do século XIX para o século XX e seus impactos na educação, Edmundo e seus colegas se perguntam, durante o encontro presencial de debate: Qual é a relação entre essa nova realidade, as novas ideias na educação e as práticas pedagógicas? Eles perceberam que essas concepções pedagógicas de educação derivam de concepções de mundo e de teorias do conhecimento mais amplas (criadas, principalmente, no campo da Sociologia da Educação), que trazem consigo determinadas formas de analisar a sociedade.

Que impacto tiveram ou ainda têm as ideias positivistas, utilitaristas ou pragmáticas, marxistas e anarquistas nas concepções de educação e nas práticas pedagógicas? Edmundo e seus colegas viram que todas essas ideias, concepções e práticas convivem – e disputam adeptos – desde o final do século XIX até hoje. Em outras disciplinas, você vai estudar mais especificamente a relação entre as técnicas pedagógicas e as teorias gerais de aprendizagem. Nesta unidade, apresentamos parte da História da Educação para que você compreenda todo esse processo de transformação ao longo do tempo.

E você, com qual das teorias mais se identificou? Quais gostaria de estudar mais? Qual você acredita que explica melhor a realidade e permite uma educação mais democrática, mais transformadora e mais inclusiva? Você acha que esse deve ser o papel da educação ou que ela deve apenas reproduzir conteúdos? São essas questões que vão lhe acompanhar, não apenas nesta seção, mas ao longo de toda sua vida. Afinal, pensar sobre o mundo e a história, seus erros, acertos e possibilidades, é praticar a cidadania, educação e filosofia, como já nos ensinou Gramsci.

**Atenção**

Note que determinadas concepções de mundo correspondem também a determinadas teorias do conhecimento, visões de educação e práticas pedagógicas que se articulam entre si de maneira coerente.

## Avançando na prática

### Semana pedagógica

#### Descrição da situação-problema

Na semana pedagógica de sua faculdade, sua turma é divida em dois grandes grupos que deverão se apresentar e defender alguma corrente pedagógica em um debate com os demais, que apresentarão outras correntes. O debate será avaliado por uma banca de professores. O grupo vencedor será homenageado e receberá um certificado de melhor apresentação na semana pedagógica. Seu grupo ficou responsável por apresentar e defender o pragmatismo. Como vocês farão isso?

**Lembre-se**

Segundo Vasconcelos (2012, p. 147), para o pragmatismo "sempre interpretamos nossas experiências a partir de conhecimentos, valores, crenças e preconceitos que variam de indivíduo para indivíduo, fazendo que, diante da mesma situação, nos posicionemos de formas distintas e, às vezes, até conflitantes".

#### Resolução da situação-problema

Para fazer uma boa apresentação dessa teoria e de seus representantes, como John Dewey e Charles Sanders, é importante que vocês apresentem o contexto em que eles viveram e produziram suas teorias. Compreender a diferença dela em relação às demais, em especial ao positivismo e ao marxismo, também lhes ajudará no debate com a outra equipe.

Depois de montar esse panorama da época e o enquadramento dessa teoria em relação às outras, apresentem as principais ideias dos autores. Levem em conta o idealismo como forma de interpretar

a realidade, ou seja, o pressuposto para esses pensadores de que a verdade e o conhecimento em si não podem ser objetivamente atingidos, cabendo à razão organizar o pensamento de forma a tornar possível que nos aproximemos da verdade.

Retomem também a questão da utilidade da educação, do seu fim em si mesmo e não em algum objetivo exterior a ela.

**Faça você mesmo**

Grave em vídeo a apresentação que você faria no debate. Apresente seus argumentos sinteticamente. Regrave quanto for necessário, até ter uma apresentação curta, de 3 a 5 minutos, mas que apresente bem as principais ideias do debate.

## Faça valer a pena

**1.** Para Durkheim:

a) A realidade poderia ser plenamente compreendida se fossem seguidas as regras do seu método.

b) A observação da realidade não garante a compreensão plena do funcionamento da sociedade.

c) Os preconceitos e opiniões impedem que a ciência compreenda os fenômenos sociais do mesmo modo que compreende os fenômenos físicos.

d) Os métodos das ciências físicas não podem ser modelo para as ciências humanas, por isso, ele criou um novo método.

e) A sociedade não é composta por interesses conflitantes.

**2.** Considere as afirmações:

I. Segundo John Dewey, a sociedade é como um organismo em que todas as partes buscam o mesmo objetivo.

II. Segundo Karl Marx, a sociedade é composta de classes antagônicas com interesses conflitantes.

III. Segundo Durkheim, a sociedade é harmônica, exceto em períodos de luta de classes, como as greves.

Assinale a alternativa correta:

a) Estão corretas as afirmações I e II.

b) Estão corretas as afirmações II e III.

c) Apenas a afirmação II está correta.

d) Apenas a afirmação III está correta.

e) Estão corretas as afirmações I e III.

**3.** O ideal socialista, que almeja uma sociedade mais igualitária e não dividida em classes, deve defender uma educação:

a) Dualista, parte voltada à formação dos dirigentes do partido, parte voltada à formação dos trabalhadores.

b) Integral, sem distinção de classes, que supere a separação entre trabalho manual e intelectual.

c) Positivista, que promova o progresso do capitalismo rumo ao socialismo.

d) Pragmática, já que só a integração entre teoria e prática permitiria melhorar a educação popular.

e) Unitária, que integre trabalhadores e empregados, visando o bem comum e a criação de uma sociedade mais justa.

# Referências


ALEIXO, José Carlos Brandi; KRAMER, Paulo. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. **Senatus**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 68-79, out. 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/191798/analfabetoseovoto.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 maio 2016.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**: história e legislação. Tradução de Antonio Chizzotti. São Paulo: Educ.; Brasília: Inep/MEC, 1989.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica. In: SILVA, Naura Syrya Ferreira Corrêa da; AGUIAR, Marcia Angela (Coaut. de). **Gestão da educação: i**mpasses, perspectivas e compromissos. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001. p. 17-42.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 282-299, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=60596>. Acesso em: 29 maio 2016.

CARTA Régia declarando a abertura dos portos às nações amigas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Transfer%C3%AAncia_da_corte_portuguesa_para_o_Brasil#/media/File:Abertura_dos_portos.jpg>. Acesso em: 26 maio 2016.

CARVALHO, Bernardo. O que faz um homem. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 15 maio 2016. Colunistas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardo-carvalho/2016/05/1771007-o-que-faz-um-homem.shtml>. Acesso em: 22 maio 2016.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva, 1978.

CASTANHA, André Paulo. **1827 – 2007**: 180 anos da primeira lei brasileira sobre a escola primária. Cascavel: Unioeste, 2007.

Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/Simpósio%20Academico%202007/Trabalhos%20Completos/Trabalhos/PDF/08%20Andre%20Paulo%20Castanha.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 32.

DEBRET, Jean Baptiste. **Aclamação do Rei Dom João VI do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, no Rio de Janeiro**. 1768-1848 - Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou, Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_Unido_de_Portugal,_Brasil_e_Algarves#/media/File:Aclama%C3%A7%C3%A3o_do_rei_Dom_Jo%C3%A3o_VI_no_Rio_de_Janeiro.jpg>. Acesso em: 26 maio 2016.

DEBRET, Jean Baptiste. **D. João VI nos trajes de sua aclamação**. 1816. Pintura. MNBA/Banco Santos catalogue, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_VI_de_Portugal#/media/File:Jean-Baptiste_Debret_-_Retrato_de_Dom_Jo%C3%A3o_VI_(MNBA).jpg>. Acesso em: 26 maio 2016.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

FERNANDES, Rogério. Roturas e permanências da educação portuguesa no século XIX. **História da Educação**, ASPLHE/Fae/UFPel, Pelotas, n. 15, p. 7-27, abr. 2004. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30278/pdf>. Acesso em: 26 maio 2016.

FILÓSOFOS e a Educação – Kant. Vídeo, 28min31s, abr. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0_V3Sz1VXN0>. Acesso em: 26 maio 2016.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. Sai a Igreja, entra a Coroa. **Revista de História.com.br**, jan. 2011. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/sai-a-igreja-entra-a-coroa>. Acesso em: 7 abr. 2016.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 244 p.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2003. 134p.

HOUËl, Jean-Pierre. **A "Tomada da Bastilha".** 1788. Bibliothèque nationale de France. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tomada_da_Bastilha#/media/File:Prise_de_la_Bastille.jpg>. Acesso em: 30 maio 2016.

KANT, Immanuel. 1790. Pintura. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Immanuel_Kant_%28painted_portrait%29.jpg>. Acesso em: 30 maio 2016.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim; LEAL, Maria Rute. Sobre o positivismo e educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n. 7, p. 89-94, set./dez. 2002. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=654&dd99=pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

LEÃO, Andreza Marques de Castro. A influência do iluminismo nas políticas educacionais atuais: em pauta a cidadania. **Diversa**, ano 1, n. 2, p. 69-84, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed2ano1_artigo04_Andreza_Leao.PDF>. Acesso em: 4 jun. 2016.

L'EVEQUE, Henry. **O Príncipe Regente de Portugal e toda a Família Real, embarcando para o Brasil no Cais de Belém**. - [S.l. : s.n., 1813?]. - gravura. Dim. fol.: 40x56 cm. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Pr%C3%ADncipe_Regente_de_Portugal_e_toda_a_Fam%C3%ADlia_Real_embarcando_para_Brasil_no_cais_de_Bel%C3%A9m.jpg>. Acesso em: 26 maio 2016.

MARX, Karl Heinrich. **Crítica ao programa de Gotha (1875)**. Digital RocketEdition (Versão para Ebook), 1999. Disponível em: < http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/gotha.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.

_____. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K.; Engels, F. **A Ideologia Alemã**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 138p.

_____. **Manifesto do partido comunista**. 6. ed. São Paulo: Global Editora, 1987. 112p. Coleção Universidade Popular.

MELLO, Vico Denis S. de; DONATO, Manuela Riane A. O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. **Revista Crítica Histórica**, ano

II, n. 4, p. 248-264, dez. 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/118/O%20Pensamento%20Iluminista%20e%20o%20Desencantamento%20do%20Mundo.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

MENEZES, J. M. F. As duas pedagogias: formas de educação dos escravos; mecanismos de formação de hegemonia e contra-hegemonia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 28, p.145–163, dez. 2007. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art10_28.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

NASCIMENTO, Maria Isabel. **O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889)**. [s/d]. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acesso em: 29 maio 2016.

NUNES, Antonietta D' Aguiar. Uma avançada proposta de reforma educacional no último quartel do século XIX brasileiro: Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa. **Revista entreideias: educação cultura e sociedade**, n. 4, p.11-25, maio 2007. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2936/2100>. Acesso em: 14 maio 2016.

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. Coleção Repensando a História.

SAVIANI, Demerval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html>. Acesso em: 5 jun. 2016.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. ampl.Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 474 p.

_____. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000100006>. Acesso em: 4 jun. 2016.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias. **Marquês de pombal e a reforma educacional brasileira**. [s/d]. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso em: 7 abr. 2016.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. História da Educação Brasileira: Do Período Colonial ao Predomínio das Políticas Educacionais Neoliberais. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 909-911, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n57/0104-8775-vh-31-57-0909.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2016.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Bloqueio Continental. **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/bloqueio-continental.htm>. Acesso em: 2 maio 2016.

UNIVESP TV. Cursos USP - História do Brasil Colonial II - Aula 10 - A Corte no Brasil e as reconfigurações do Império Português - Partes 1, 2 e 3. Vídeo, 24min45s. [s/d]. Disponível em: <http://univesptv.cmais.com.br/historia-do-brasil-colonial-ii/a-corte-no-brasil-e-as-reconfiguracoes-do-imperio-portugues>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. D-01 - Breve História da Educação no Brasil. Vídeo, 4min38s, maio 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eTYWvbW8XPw>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. D-09 - Clássicos da Sociologia: Karl Marx. Vídeo, 18min19s, ago. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2DmlHFtTplA>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. História da Educação no Brasil - Aula 3 - A igreja e a ação dos jesuítas nos primórdios. Vídeo, 21min16s, out. 2014. Disponível em: <https://youtu.be/LCjgUGQ7YmQ>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. História da Educação no Brasil - Aula 4 - Reformas Pombalinas. Vídeo, 21min35s , out. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DrCC46zxmcU&feature=youtu.be>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. História do Brasil - Reformas Pombalinas e Ensino Jesuítico. Vídeo, 31min04s, jan. 2012. Disponível em: <https://youtu.be/9V_ug4wR0Rs>. Acesso em: 29 maio 2016.

_____. Justice - O lado moral do assassinato. Vídeo, 25min18s, abr. 2012. Disponível em: <http://eticajusticaedireito.blogspot.com.

br/2012/09/justice-qual-coisa-certa-fazer-traduzido.html>. Acesso em: 5 jun. 2016.

_____. Na Íntegra - Marcus Vinícius - John Dewey. Vídeo, 40min25s, jan. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OnCN0LJFQhY>. Acesso em: 12 jun. 2016.

VASCONCELOS, José Antônio. **Fundamentos filosóficos da educação**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

# História, sociedade e educação no Brasil II

*Leandro Eliel Pereira de Moraes*

**Convite ao estudo**

Nas unidades anteriores você conheceu a educação da Antiguidade até o Período Contemporâneo, passando pela História da Educação no Brasil, desde a chegada dos jesuítas até o final do Império. Nesta unidade, continuaremos nossas reflexões sobre a História da Educação no Brasil, desde a República Velha até o Governo de João Goulart.

O objetivo geral é que você conheça os fundamentos históricos e filosóficos da educação brasileira para considerá-los em sua atuação docente, encontrando os elementos teóricos da dimensão social da educação.

Para que você compreenda melhor essa trajetória da história da educação no Brasil, retomaremos a situação encontrada na primeira unidade, em que debatíamos a importância de determinados estudos para a futura prática do professor de Educação Infantil. Depois de percorrer uma boa parte da história da educação, dos debates realizados e dos estudos, buscamos compreender a importância das experiências históricas da educação no mundo e no Brasil e passamos a relacioná-las com seu cotidiano e com sua futura profissão. Diante disso, levantaremos novos questionamentos acerca dos conteúdos que serão estudados para que você reflita com seus colegas os seguintes questionamentos: como as perspectivas pedagógicas estudadas na unidade anterior influenciaram a educação brasileira? Como o dualismo escolar se expressava a partir do Período Republicano? Como relacionar os aspectos políticos, econômicos e sociais com a educação?

Para buscar essas respostas, esta terceira unidade analisará, contextualizando cada um desses momentos na República Velha, a continuidade dos debates acerca da educação pública versus educação privada, as reformas educacionais do período e o papel da educação anarquista no início do século XX. Na Era Vargas, analisaremos as influências da Educação Nova por meio do **Manifesto dos Pioneiros**, as políticas educacionais, o papel da Igreja Católica no debate educacional e a política de formação de professores. Durante os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, percorreremos a construção da LDB, da Educação Popular e a Campanha em defesa da Escola Pública.

# Seção 3.1

## A educação brasileira na Primeira República

### Diálogo aberto

Para analisarmos a educação brasileira na Primeira República, retomaremos os conceitos do item Convite ao Estudo que levantaram novos questionamentos acerca da relação dos conteúdos das unidades anteriores com os novos que serão tratados nesta unidade. Sendo assim, lançamos outras questões que podem nos ajudar a percorrer o caminho de possíveis respostas. Você sabe o que estava acontecendo no mundo naquele momento? A partir da construção de uma nova estrutura política republicana contrária à estrutura imperial, você identifica quais interesses em jogo? Quem estava assumindo o poder e quais eram os seus interesses? Quais disputas e contradições marcaram a construção da República? A resposta a essas perguntas pode indicar a trajetória da educação brasileira, as expressões do dualismo escolar, as disputas de projetos educacionais e o modo como os diversos fatores se inter-relacionavam.

Nesta seção você encontrará esse diálogo e a busca de respostas em um contexto político, econômico e social, também conhecido como República Velha, sob hegemonia da economia agroexportadora, de dominação política dos latifundiários, sociedade marcada pela herança do escravismo e profundamente desigual.

### Não pode faltar

A educação brasileira na República Velha deve ser compreendida dentro de um contexto geral mais amplo, marcado por variados fatores internos e externos que permitiram a abolição da escravatura e a construção de uma estrutura política republicana, assim como a nova dinâmica econômica capitalista monopolista e imperialista que vigorou a partir do final do século XIX. Ou seja, aquela dinâmica liberal da livre concorrência foi substituída cada vez mais pela monopolização e oligopolização das economias nacionais com apoio político, econômico e militar das grandes potências.

A nova ordem buscou controlar fontes de matérias-primas, como

no neocolonialismo, com o processo de partilha da África e com a dominação asiática; produziu o capital financeiro com a junção do capital bancário e industrial; e, com a dinamização das bolsas de valores, exportou capitais, na forma de empréstimos ou investimentos, como na instalação de filiais nos demais países periféricos. Esse processo necessitou de uma subordinação ainda maior das diversas dinâmicas sociais ao modo de produção capitalista. As sociedades escravistas, como a brasileira, não tinham mais lugar nessa nova configuração social burguesa que estava consolidada na Europa e nos Estados Unidos. Vejamos como esse contexto geral e as motivações internas originaram nossa Primeira República.

### Um breve contexto histórico

A República Velha (1889-1930) é marcada por dois fatos: o fim do escravismo e a proclamação da República, o que não significou que o trabalho assalariado predominasse nem que tivéssemos uma sociedade democrática. Os ex-escravizados foram relegados à própria sorte, buscando sobrevivência onde já estavam ou migrando para as cidades em busca de trabalho.

A economia brasileira continuava agroexportadora, sendo que o café representava grande parte das exportações brasileiras. O lento processo de industrialização e uma mentalidade racista incentivaram a vinda da força de trabalho imigrante para o país. Nossa tecnologia era importada, com predominância de pequenas indústrias, com uma classe operária diminuta e uma população majoritariamente rural.

No início da República, houve uma combinação de distintos interesses políticos entre os militares, fortemente influenciados pelas ideias positivistas e pela defesa de uma maior centralização política, e as oligarquias, regionalistas, que transformaram seu poder econômico em poder político, expressando na Constituição de 1891 seus interesses, marcados pelo federalismo e pela sua ascensão ao poder de fato em 1894, iniciando a política dos governadores. Esse período da República Velha também ficou conhecido como a política do "café com leite", ou seja, pelo domínio das oligarquias de São Paulo, Minas Gerais e, em menor escala, do Rio Grande do Sul.

Como expressão dessa dinâmica regionalista, não havia partidos políticos nacionais que representassem essas oligaquias, apenas

partidos republicanos regionais nos quais o "coronel" exercia seu poder. As eleições não eram secretas e o "voto de cabresto" se impunha. O Governo Federal transformou-se, então, no instrumento de hegemonia dos interesses políticos, econômicos e sociais das oligarquias.

As consequências sociais dessa nova (ou velha) dinâmica produziram inúmeras revoltas populares, como as dos cangaceiros (1870-1940), a Revolta de Canudos (1893-1897), a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910), a Revolta do Contestado (1912-1916), as revoltas tenentistas de 1922 e 1924, que produziram a Coluna Prestes (1924-1926), entre outras. Além dessas, o movimento operário se organizou, principalmente com a imigração italiana, e produziu um forte movimento político e sindical dentro dos limites que possuía, sob influência anarquista, realizando a primeira greve geral do país em 1917. É nesse período que ocorrem a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa, que influencia diretamente o movimento operário brasileiro e a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, que vai lentamente ocupando o espaço dos anarquistas.

Durante toda a década de 1920, as oligarquias dominantes entraram em declínio em um momento de crise política e social. As oligarquias que não estavam no poder (RJ, PE, BA, RS) ensaiavam uma reação com o lançamento da candidatura presidencial de Nilo Peçanha e J.J. Seabra, enquanto que as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo lançaram Artur Bernardes e Urbano Santos, vitoriosos nas eleições de 1922.

No interior das forças armadas brasileiras havia uma intensa insatisfação com os rumos do governo, principalmente pela baixa e média oficialidade que defendia uma moralização da administração pública, motivando as revoltas tenentistas citadas. O movimento operário e toda a questão social eram tratados como caso de polícia. Durante quase todo o governo de Artur Bernardes o Estado de Sítio vigorou. No campo cultural, as insatisfações também apareciam, como demonstrou a Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922, que mesmo com divergentes propósitos reagiu fortemente à cultura conservadora predominante, defendendo a valorização de uma cultura genuinamente nacional, ainda que dialogasse com as tendências modernistas europeias.

Em 1929, Washington Luís rompeu a aliança com os mineiros e lançou a candidatura de Júlio Prestes, agravando ainda mais a crise política. É nesse conturbado contexto que explodiu a crise da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, arrastando o capitalismo para a sua maior crise e, consequentemente, afetando drasticamente a exportação do café brasileiro. Portanto, além da crise política e social, a crise econômica somou-se à explosiva conjuntura brasileira. As eleições de 1930, com as candidaturas de Júlio Prestes, Getúlio Vargas e Minervino de Oliveira (o primeiro operário candidato à presidência), marcaram as últimas movimentações políticas da República Velha, interrompida pelo impedimento da posse de Júlio Prestes pela ação militar da denominada Revolução de 1930, que empossou Getúlio Vargas em novembro de 1930 na presidência da República.

### A educação na República Velha

Diante de uma nova ordem social foi imposto um novo ordenamento político e jurídico para o país, que ocorreu com a Constituição de 1891. O tema da educação contrapôs inúmeros interesses: o das oligarquias, em suas mais diversas expressões; o positivismo capitaneado pelos militares; e os interesses religiosos, fortemente influenciados pela Igreja Católica. Para isso, vale lembrar que nesse final de século XIX surgiram importantes iniciativas protestantes. Os demais setores sociais estavam alijados desse debate político e educacional, demonstrando as características elitistas da República Velha.

Dito de outra forma, a ideia da construção de um sistema nacional de ensino, debatido desde o início do Império, não foi satisfatoriamente resolvida com a nova Constituição republicana. Sobre isso, Saviani (2011, p. 168) afirma que:

> [...] três mentalidades pedagógicas delinearam-se com razoável nitidez: as mentalidades tradicionalistas, liberais e cientificistas. Destas, as duas últimas correspondiam ao espírito moderno que se expressava no laicismo do Estado, da cultura e da educação. [...] a mentalidade cientificista de orientação positivista, declarando-se adepta da completa "desoficialização" do ensino, acabou por converter-se em mais um obstáculo à realização da ideia de sistema nacional de ensino. Na mesma direção comportou-se a mentalidade liberal que em nome do

**princípio de que o Estado não tem doutrina, chegava a advogar o seu afastamento do âmbito educativo.**

As consequências dessas mentalidades, segundo o autor, impediram a construção de um sistema nacional de ensino e a universalização da educação fundamental no país, na contramão do que ocorria em outros países. Para os liberais, a construção de um sistema nacional de ensino representava a centralização do Estado em um rumo oposto ao regime federalista que se delineava. Nesse sentido, a Constituição de 1891 transferiu para os estados a responsabilidade pela educação fundamental e profissional, responsabilizando-se pela educação secundária e superior, o que reforçou o dualismo escolar na medida em que os estados não investiram os recursos necessários.

Os positivistas, com base no lema "ordem e progresso", tiveram pouca influência na educação republicana. Suas ideias circularam apenas pelos clubes e sociedades republicanas, por experiências educacionais localizadas, como o Colégio Culto à Ciência, em Campinas, fundado em 1873 por maçons. Além disso, dividiram-se em importantes questões, como o papel do Estado na educação. No início do governo republicano, sob a ambivalência dos interesses liberais e positivistas, Benjamin Constant, positivista e professor da Escola Militar, ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, promoveu a reforma da educação, em 1890, conseguindo, por decorrência da separação entre a Igreja e o Estado, abolir o ensino religioso das escolas públicas, o que acarretou furiosa reação dos católicos.

**Assimile**

A classe economicamente dominante nesse final do Império e início da República era a oligarquia. Isso explica a fragilidade política e social dos militares no início da República Velha. Marechal Deodoro e Floriano Peixoto, mesmo à frente da presidência da República, não controlavam o poder político de fato, que foi plenamente assumido pelas oligarquias com Prudente de Morais.

Para uma parte da nova elite intelectual, a difusão dos ideais republicanos era fundamental e a educação escolar tinha papel importante nesse processo. Em 1890, em São Paulo, Caetano de Campos criou a Escola Normal para a formação de professores, assim como a do Rio de Janeiro, que serviram de exemplos para os demais

estados. O sentido dessas primeiras reformas era de universalização da educação fundamental, de organização do sistema educacional, de construção de novos prédios, de consolidação da seriação escolar, mas seu acesso continuou elitizado. As escolas secundárias continuaram como espaço de preparação para a elite acessar o ensino superior.

Na década de 1920, parte desses reformadores da educação tomam contato com as ideias da Escola Nova de John Dewey, que você viu na última unidade. Anísio Teixeira foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a conhecer a nova proposta pedagógica, inspirando suas experiências reformadoras na Bahia, em 1925. Além dele, outros importantes educadores produziram reformas pelo país, como Lourenço Filho (Ceará, 1923), Francisco Campos e Mário Cassanta (MG, 1927), Fernando de Azevedo (DF, 1928), Carneiro Leão (PE, 1928) e Sampaio Dória (SP, 1920).

Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho foram os maiores divulgadores da Escola Nova no Brasil, marcando o que Jorge Nagle denominou de "entusiasmo pela educação" e do "otimismo pedagógico". Em 1932, assinaram o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que veremos na próxima seção. Para eles, a educação constituiria a possibilidade de redenção da sociedade, ou seja, a educação teria condições de promover o desenvolvimento econômico e social da nação.

Esses primeiros reformadores da educação pretendiam realizar seus projetos por meio da educação pública, o que provocou forte reação da Igreja Católica, que já via nos novos governantes um positivismo laico que deveria ser combatido. Além disso, ela investiu toda energia na disputa de rumos políticos e da educação brasileira, produziu materiais didáticos que seriam utilizados nas escolas, construiu espaços, associações e instrumentos de difusão cultural, constituindo-se como a principal organização de combate ao avanço das ideias reformistas de uma educação pública e laica e, consequentemente, tornou-se uma das defensoras da educação privada. A partir desse momento, na década de 1920, os embates entre os reformadores e os católicos foram cada vez mais acirrados, vivenciados nos inúmeros congressos, seminários e debates realizados naquele momento.

Sobre a educação das mulheres, o seu papel e o início da

feminilização da profissão, essa década também protagonizou intensos debates, sintetizados da seguinte forma:

> No campo profissional, as escolas normais deveriam formar professoras para um desempenho pedagógico calcado no Humanismo, na competência e nos valores sociais. Essa educação, em nível médio e com objetivo definido, deveria bastar, e as jovens brasileiras cresceriam com o destino profetizado de serem esposas, mães e, em caso de necessidade, professoras. Nesse contexto, a Escola Normal voltava-se para a educação feminina como parte do projeto civilizador da nação e cumpria funções de educar e instruir as futuras esposas e mães, as donas de casa encarregadas da educação familiar e do fortalecimento da família. A ideia de introduzir classes mistas nas escolas passou a ser debatida, mesmo que fosse como experiência pedagógica. Afinal, os dois sexos possuíam a missão de terem destinos compartilhados. Colocar as mulheres para ensinar meninos e meninas cumpria com as expectativas sociais da família exemplar já propostas pela Eugenia e Higienismo e, ao mesmo tempo, vistas com agrado e como a melhor alternativa para ampliar a escolaridade da população, apesar das vozes contrárias a tal prática (ALMEIDA, 2009, p. 152).

**Pesquise mais**

Uma das propostas que a Igreja Católica combateu foi a coeducação, ou seja, a convivência entre meninos e meninas no mesmo ambiente escolar. O artigo a seguir estuda as primeiras experiências de coeducação na formação de professores no Estado de São Paulo:

ALMEIDA, Jane Soares de. Indícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930). **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 139-152, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a11.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

**Exemplificando**

Exemplo de modelo de contrato de trabalho de professoras no ano de 1923:

A professora, senhorita....., por meio deste contrato de trabalho fica obrigada a:

1. Ministrar aulas na Escola.....durante o tempo de vigência do contrato de trabalho.
2. Comportar-se com decoro e vestir-se com modéstia e asseio.
3. Não sair de casa no período entre 18 horas da tarde e 6 horas da manhã.
4. Não passear em sorveterias do centro da cidade.
5. Não sair de carro ou automóvel em companhia de homens, a não ser seus pais e irmãos.
6. Não usar saias e vestidos a menos de um palmo do tornozelo.
7. Não fumar, não beber uísque, vinho e cerveja.
8. Não usar maquilagem e tingir o cabelo.
9. Não usar palavras impróprias que ofendam sua pessoa e sua profissão.
10. Limpar a sala de aula antes dos alunos chegarem.
11. Cuidar da limpeza, da higiene e da moralidade da sua sala de aula.

O não cumprimento das obrigações acima implicará na sua demissão imediata e justa (ALMEIDA, 2009, p. 150).

Fora das forças hegemônicas que debatiam os rumos da educação brasileira entre os setores operários de esquerda, os anarquistas produziram as mais importantes experiências educacionais, fundando escolas operárias em quase todos os estados brasileiros, produzindo materiais impressos de difusão de suas ideias, construindo bibliotecas populares e centros de estudos, desenvolvendo o teatro, realizando festas, entre outras coisas. Nas escolas operárias existia a coeducação entre meninos e meninas, a convivência entre diversos segmentos sociais, a instrução científica e racional, a defesa de uma educação integral, o ensino laico e uma educação politizada. O anarquista José Oiticica, em 1925, dizia:

> **A chave dessa educação burguesa é o preconceito. O Estado, exatamente pelo mesmo processo usado com os soldados, vai gravando, à força de repetições, sem demonstrações ou com argumentos falsos, certas ideias capitais, favoráveis ao regime burguês, no cérebro**

> das crianças, dos adolescentes, dos adultos. Essas ideias, preconceitos, vão se tornando, pouco a pouco, verdadeiros dogmas indiscutíveis, perfeitos ídolos subjetivos. [...] Essa idolatria embute no espírito infantil os chamados deveres cívicos: obediências às leis, obediência aos superiores hierárquicos, reconhecimento da propriedade particular, intangibilidade dos direitos adquiridos, amor da pátria até o sacrifício da vida, culto à bandeira, exercício do voto, necessidade de parlamentos, tribunais, força armada etc. (OITICICA, apud ARANHA, 2006, p. 302).

Os anarquistas, em função de suas concepções, negavam qualquer forma de educação estatal, sendo que a sociedade, auto-organizada, deveria prover sua própria necessidade educativa. Francesc Ferrer i Guàrdia, catalão, anarquista e pedagogo, foi uma das grandes inspirações para a educação anarquista no Brasil, fundamentando a ideia de uma pedagogia libertária e integral. Não precisamos nos prolongar na justificativa de que essas experiências foram duramente reprimidas pelo Estado.

**Reflita**

Com a abolição da escravatura e a proclamação da República, a população negra não teve acesso facilitado à educação formal. O preconceito foi reafirmado por teses higienistas e eugenistas. Legalmente, alguns estados permitiram as matrículas, mas a desigualdade social e o preconceito faziam que a educação das crianças negras se desenvolvesse muito mais na vida cotidiana e nas mais variadas formas de luta e de sobrevivência.

## Sem medo de errar

Neste momento podemos voltar às preocupações que levantamos no início do nosso texto. Como as perspectivas pedagógicas estudadas na unidade anterior influenciaram a educação brasileira? Como o dualismo escolar se expressava durante a República Velha? Como relacionar os aspectos políticos, econômicos e sociais com a educação? Nesse sentido, lançamos outras questões para ajudar nas possíveis respostas. O que estava acontecendo no mundo naquele momento? Na construção de uma nova estrutura política republicana contraposta à estrutura imperial, quais interesses estavam em jogo? Quem estava assumindo o poder e quais os

seus interesses? Quais disputas e contradições marcaram a construção da República? A resposta a essas perguntas pode indicar a trajetória da educação brasileira, as expressões do dualismo escolar, as disputas de projetos educacionais e como os diversos fatores se inter-relacionavam?

Na unidade anterior, estudamos a educação e as perspectivas pedagógicas modernas e contemporâneas. Vimos que desde o final do século XIX, com a abolição da escravatura e proclamação da República, a educação passou a ter maior importância diante de uma nova ordem social.

As ideias liberais, positivistas, pragmáticas por meio da Educação Nova, as perspectivas anarquistas e as ideias de universalização da educação, difundidas em outras partes do mundo, chegaram com força ao Brasil. Diante das transformações que ocorriam nos países centrais com a Segunda Revolução Industrial, com o neocolonialismo e com a fase monopolista e imperialista do capital, havia necessidade de destruir os obstáculos para o desenvolvimento dessa nova dinâmica social. Se nos países centrais havia uma correspondência entre as transformações da realidade com as novas ideias, no Brasil elas encontravam uma realidade distinta, marcada pela herança de uma sociedade escravagista, com uma República sem democracia efetiva e com uma profunda desigualdade social. Nessas condições, como essas perspectivas pedagógicas modernas se desenvolveriam? Como uma estrutura política federativa e de interesses privados regionais poderia contribuir para a construção de um sistema nacional de ensino? Podemos refletir sobre isso a partir dos limites encontrados pelos positivistas e pelos reformadores na modernização da educação. A Constituição de 1891 expressou essas contradições e atendeu parte dos interesses modernos, como a separação entre Estado e Igreja, ao mesmo tempo em que os católicos continuaram a exercer uma forte influência na educação pública e privada.

Em relação ao dualismo escolar, o processo anterior permaneceu sob novas roupagens. A ampliação da educação pública atendeu predominantemente a elite republicana. As reformas educacionais alteraram essa dinâmica? Uma economia agroexportadora, que se industrializava lentamente, marcada pela dominação política oligárquica, com crescentes contradições de uma sociedade que se tornava cada vez mais complexa, apresentava algum projeto de construção nacional e educacional?

**Atenção**

Reflita sobre o papel da economia agroexportadora brasileira na ordem econômica internacional. Qual a relação entre os países industrializados e os países fornecedores de matérias-primas e produtos agrícolas? Quais as vantagens e desvantagens dessa relação?

## Avançando na prática

### O surgimento da escola nova e o ensino tradicional

#### Descrição da situação-problema

Marco Antônio, professor de Educação Fundamental I, encontra em sua nova escola um rico espaço de debates sobre as perspectivas pedagógicas do Projeto Político Pedagógico para o ano que se inicia. Entre os temas que serão discutidos, há uma polêmica sobre a eficácia dos modernos métodos pedagógicos da Escola Nova, que até então eram construídos. Marco Antônio, pedagogo e historiador, é convidado a preparar uma apresentação sobre o surgimento da Escola Nova no Brasil e as polêmicas travadas com o ensino tradicional na década de 1920, ou seja, como os setores mais tradicionais lidaram com as inovações pedagógicas que surgiam. Diante do desafio, se você estivesse no lugar dele, como apresentaria os passos iniciais da Escola Nova no Brasil? Quais são as diferenciações da Escola Nova para o ensino tradicional que vigorava naquele momento? Quais são os dessa polêmica que ainda persistem nos dias de hoje?

**Lembre-se**

O surgimento da Escola Nova no Brasil e suas polêmicas com o ensino tradicional precisam ser contextualizadas. A pedagogia tradicional, representada principalmente pela Igreja Católica, estava estruturada há séculos no Brasil, enquanto que as ideias da Escola Nova apareceram muito mais como projetos do que realidade.

#### Resolução da situação-problema

Para preparar a apresentação sobre a trajetória da Escola Nova no Brasil, é importante compreender seu processo histórico na Europa e nos Estados Unidos, seus fundamentos teóricos e sua relação com a construção dos processos políticos, econômicos e sociais que essas sociedades viviam. Lá estava em pleno curso a consolidação da ordem burguesa, da industrialização, de sua expansão ainda maior pelo mundo

afora. E aqui em nosso país, qual era a dinâmica política, econômica e social em curso? Essa contextualização é importante para compreender também o processo educacional que se vivia. Não há educação descolada da realidade social.

Entre o surgimento da Escola Nova no Brasil e os dias de hoje, a nossa sociedade transformou-se profundamente, deixando de ser uma economia agroexportadora para se tornar uma economia industrial. Os processos educacionais acompanharam essas mudanças. A Escola Nova ganhou mais audiência e passou por algumas, ainda que restritas, experiências, sem que o ensino tradicional perdesse terreno.

Durante a ditadura militar, o ensino tecnicista ganhou espaço. E foi somente com a redemocratização na década de 1980 que as ideias da Escola Nova se transformaram em um instrumento de combate à pedagogia tecnicista e tradicional. Por fim, é nesse mesmo contexto que essas novas ideias também foram contestadas pela Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani. Esses elementos devem ser considerados na construção da trajetória histórica e da atualidade da Escola Nova.

**Faça você mesmo**

A partir dos estudos desta seção, procure experiências de educação libertária com base nas perspectivas anarquistas e compare com as desenvolvidas no período da República Velha.

## Faça valer a pena

**1.** Na Constituição de 1891 variados setores sociais disputavam os rumos da educação brasileira, sendo correto afirmar que:

a) A Constituição de 1891 reforçou a unidade entre o Estado e a Igreja Católica, tendo como consequência uma educação pública católica.

b) A Constituição de 1891 promoveu a separação entre o Estado e a Igreja Católica, tendo como consequência uma educação pública libertária.

c) A Constituição de 1891 promoveu a separação entre o Estado e a Igreja Católica, tendo como consequência uma educação pública com base na Escola Nova.

d) A Constituição de 1891 promoveu a separação entre o Estado e a Igreja Católica, tendo como consequência uma educação pública laica.

e) A Constituição de 1891 promoveu a separação entre o Estado e a Igreja Católica, tendo como consequência uma educação pública tecnicista.

**2.** Na Constituição de 1891 não foi construído um sistema de ensino nacional articulado, sendo correto afirmar que:

a) Na Constituição de 1891 prevaleceram interesses nacionais, sendo que todos os níveis educacionais ficaram sob responsabilidade do governo federal.

b) Na Constituição de 1891 prevaleceram interesses regionais de cunho federativo, sendo que todos os níveis educacionais foram transferidos para os estados.

c) Na Constituição de 1891 prevaleceram interesses regionais de cunho federativo, sendo que a educação superior foi transferida para os estados, enquanto que a educação fundamental ficou sob responsabilidade do governo federal.

d) Na Constituição de 1891 prevaleceram interesses regionais de cunho federativo, sendo que a educação secundária foi transferida para os estados, que a educação fundamental e superior ficou sob responsabilidade do governo federal.

e) Na Constituição de 1891 prevaleceram interesses regionais de cunho federativo, sendo que a educação fundamental foi transferida para os estados, enquanto que a educação secundária e superior ficou sob responsabilidade do governo federal.

**3.** Os positivistas, com base no lema "ordem e progresso", estavam representados, no início da República, principalmente pelos militares, sendo correto afirmar que:

a) Os positivistas tiveram pouca influência na educação brasileira no início do Período Republicano.

b) Os positivistas tiveram muita influência na educação brasileira no início do Período Republicano.

c) Os positivistas não tiveram nenhuma influência na educação brasileira no início do Período Republicano.

d) Os positivistas tiveram domínio absoluto na educação brasileira no início do Período Republicano.

e) Os positivistas defenderam o ensino religioso na educação pública brasileira.

# Seção 3.2

## A educação brasileira no primeiro governo Vargas

### Diálogo aberto

Para que você compreenda a educação no primeiro Governo Vargas, resgataremos as questões lançadas na abertura desta unidade para apresentarmos uma nova situação-problema. Em nossa situação geral de aprendizagem, questionamos como as perspectivas pedagógicas estudadas na unidade anterior influenciaram a educação brasileira; como o dualismo escolar se expressava a partir do período republicano; e como relacionar os aspectos políticos, econômicos e sociais com a educação.

Com base nisso, lançamos novas provocações. Diante de uma nova configuração política com a denominada Revolução de 1930, quais foram as mudanças ocorridas no plano político, econômico, social e educacional do primeiro Governo Vargas? A velha estrutura coronelista foi realmente derrotada? E as polêmicas em torno dos debates educacionais entre católicos e reformadores, de que forma prosseguiram?

Nesta seção, na busca de respostas a essas questões, analisaremos como a crise do período anterior, na República Velha, permitiu uma nova dinâmica no desenvolvimento econômico e social brasileiro, com todas as contradições inerentes. Além disso, dentro desse contexto, avaliaremos os rumos da educação brasileira por meio dos debates entre católicos e reformadores da educação e as políticas educacionais adotadas no período.

### Não pode faltar

Você viu na seção anterior que na década de 1920 acumularam-se crises de variados tipos: crise política entre as oligarquias descontentes com a concentração de poder entre paulistas e mineiros; crise social diante das desigualdades sociais; crise econômica diante da quebra da bolsa de Nova Iorque; e crise do café; além da busca de uma

identidade nacional com as críticas da Semana de Arte Moderna. Essa conjunção de fatores permitiu que um amplo leque de forças políticas impedisse a posse de Júlio Prestes e tomasse o poder Getúlio Vargas, que faria um governo provisório e convocaria novas eleições. É nesse cenário de crise que uma nova dinâmica política, econômica e social entra em curso, com seus limites e contradições. E é nesse contexto que a educação e as novas e velhas perspectivas pedagógicas serão analisadas.

## Um breve contexto histórico

A quebra da bolsa de Nova Iorque provocou a mais grave crise do sistema capitalista, levando as economias de vários países à bancarrota. E no Brasil não foi diferente. Um país agroexportador, dependente quase que exclusivamente da exportação do café, diante da crise, viu a venda de sua principal mercadoria despencar. Isso foi agravado diante da crise política e social que o país vivia. O governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, que teria pronunciado a frase "façamos a revolução antes que o povo a faça", demonstrava o tamanho da tensão existente.

O campo político que apoiou Vargas no início de seu governo, a Aliança Liberal, era composto por oligarquias alijadas do poder, outras que estavam neste (os mineiros e, em menor escala, os gaúchos), por setores militares que promoveram variadas quarteladas na década de 1920, por liberais, entre outros setores. Como se vê, havia uma heterogeneidade de interesses nesse bloco.

A oligarquia paulista, derrotada no processo político, representava uma classe economicamente poderosa e que não foi ignorada por Vargas, vide a enorme compra de café que foi estocado e destruído pelo governo durante boa parte dos anos 1930. Os setores que fizeram oposição inicial a Vargas, além da oligarquia paulista, resumiam-se ao movimento operário, representado principalmente pelo PCB, que recebeu a importante adesão de Luiz Carlos Prestes, militar, líder da Coluna Prestes e que aderiu ao comunismo naquele momento.

O início do Governo Vargas foi marcado pelo fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Estaduais e Municipais, pela cassação dos mandatos dos governadores e pela revogação da Constituição de 1891 e do governo por decretos-lei, o que produziu

os conflitos iniciais de seu governo, como foi a reação da oligarquia paulista tentando retomar o poder em 1932, com o denominado Movimento Constitucionalista. A Constituição de 1934, diante da diversidade de interesses contraditórios, não agradou nenhum setor, mas permitiu a Vargas, eleito indiretamente, um governo de mais quatro anos, interrompido pelo Estado Novo. O político utilizou essa manobra para cancelar as eleições de 1938 e imprimir um governo autoritário até 1945, livre das amarras das contradições dos divergentes interesses que o levaram inicialmente ao poder, que veremos na próxima seção.

O que estava em jogo naquele momento era o caminho do desenvolvimento econômico do país: se seria autônomo marcado pela industrialização do país ou marcado pela manutenção da estrutura agrária anterior, que no dizer de seus defensores garantiria uma vantagem comparativa ao Brasil diante do mundo. Vargas representou o primeiro caminho, ou seja, produziu em seu governo, por meio da ativa participação do Estado no comando da economia, um processo de industrialização com a construção da infraestrutura necessária para o desenvolvimento econômico, mas não alterou a estrutura agrária do país, promovendo uma combinação de industrialização com a manutenção de uma estrutura agrária arcaica que continuou a concentrar terra e riqueza nas mãos de latifundiários. Nesse sentido, foram construídas a Usina de Paulo Afonso para a produção de energia, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para a produção de fero e aço, a Vale do Rio Doce para a produção mineral e a Eletrobrás para a distribuição de energia, estradas, ferrovias e portos. Mais adiante, em 1953, a Petrobrás deu o impulso final para essa dinâmica de construção da indústria de base nacional, o que possibilitou o desenvolvimento de outros setores industriais e da chamada substituição de importações, ou seja, parte daquilo que o Brasil importava passou a ser produzido em território nacional, alterando de forma considerável a sua estrutura produtiva.

Nesse processo, diante de um duro conflito com o movimento operário, foi constituído um sistema de relações de trabalho sintetizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que atendeu a algumas reinvindicações trabalhistas, mas que colocou o movimento sindical sob tutela do Estado. O movimento operário se viu diante de um dilema: manter sua autonomia ou atender às exigências governamentais para que os trabalhadores acessassem os direitos que estavam vinculados

a essa institucionalização. Os anarquistas recusaram qualquer formalização e, sem forças para enfrentar esse processo, perderam a influência que tinham sobre o movimento operário. Os demais setores, inclusive o PCB, diante de uma resistência inicial, de greves, de contestação, decidiu fazer a disputa por dentro na nova estrutura sindical.

Diante da crise, no plano internacional apresentavam-se perspectivas societárias distintas, ou seja, o keynesianismo e o nazifascismo, buscando saídas capitalistas para a crise, e o socialismo soviético, enfrentando os dilemas de construção de uma sociedade socialista em um país com um baixo nível de desenvolvimento econômico. Aqui no Brasil essas perspectivas se reproduziam com suas características próprias: Vargas representando uma solução por meio da intervenção estatal, o PCB como legítimo representante do socialismo soviético e a Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, representando uma versão fascista no cenário nacional.

Se no cenário internacional a crise foi resolvida com as disputas no campo militar, com a Segunda Guerra Mundial, no Brasil, após a Guerra, o Governo Vargas estava diante de um dilema: lutou contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) apoiando o discurso da defesa da democracia, ameaçada pelo nazifascismo, e governava inteiramente sob uma ditadura. Para aumentar ainda mais as contradições, nesse mesmo momento o apoio popular para Vargas crescia, surgindo até o Queremismo, movimento com forte apoio popular para sua permanência, enquanto variados setores políticos exigiam novas eleições.Foi nesse quadro que Getúlio Vargas foi deposto e as eleições de 1945 convocadas. O General Eurico Dutra, apoiado por Vargas, foi eleito, como veremos de forma mais detalhada na próxima seção.

**Vocabulário**

Keynesianismo é a teoria econômica associada a John Maynard Keynes, economista inglês que defendeu, com base em sua obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, uma proposta para a atuação do Estado na economia, induzindo o crescimento econômico e a geração do emprego, diferente das teses liberais que defendiam a livre atuação do mercado

com a lei da oferta e da procura como reguladora da economia e da sociedade. O keynesianismo ganhou força após a crise de 1929, tendo o Estado como agente fundamental para tirar o capitalismo da crise.

### A educação no primeiro governo de Vargas

Diante de um novo contexto, o processo educacional também se alterou, buscando dar conta de uma dinâmica política, econômica e social que se modificava.As políticas educacionais no início do primeiro governo de Vargas são caracterizadas pelas reformas que buscaram atender às novas necessidades educacionais, gestadas por uma urbanização crescente, uma diversidade social e novos setores econômicos e profissionais em desenvolvimento. A criação do Ministério da Educação e da Saúde, ainda que compartilhado, merece destaque como primeiro órgão governamental para tratar especificamente da educação, demonstrando a sua importância para os novos mandatários. Esteve sob responsabilidade de Francisco Campos, educador e reformador da educação em Minas Gerais e adepto da Escola Nova, que também foi Secretário do Governo de Antônio Carlos de Andrada, ficando apenas até 1932, em função de divergências políticas com Gustavo Capanema, que assumiria o Ministério em 1934, permanecendo até o fim do primeiro Governo Vargas. A criação do Ministério demonstrava a disposição do governo nas reformas educacionais, marcadas pela organização da Universidade do Rio de Janeiro, pela criação do Conselho Nacional de Educação e pela estruturação do ensino secundário e do ensino comercial.

Em relação às universidades, vale destacar que no Brasil o que predominava até então eram as instituições universitárias isoladas, sem a integração de variados cursos que uma universidade deveria possuir. Se na América espanhola várias universidades foram construídas, durante a colonização portuguesa isso não foi permitido. Mesmo no Período Joanino até a República Velha, as instituições de ensino superior não estavam integradas.

Na década de 1920 duas universidades foram criadas: a Universidade do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade Federal de Minas Gerais (1927), mas não promoveram de fato uma unificação de seus institutos, que permaneceram isolados e autônomos. Foi somente com as reformas

de Francisco Campos que essa situação se modificou por meio de um novo decreto que estabeleceu que as Universidades compreenderiam pelo menos três institutos: Direito, Medicina e Engenharia ou um deles substituído pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que seria voltada para a formação de professores. A Universidade de São Paulo (USP) foi a primeira instituição a atender esses requisitos. Fundada em 1934, agregou a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a Escola Politécnica, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da rua Maria Antônia, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Medicina, o Instituto de Educação e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba.

Em 1935, Anísio Teixeira, outro destacado reformador, assumiu a condução da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, resultado da aglutinação de várias Faculdades. Tanto a USP como a Universidade do Distrito Federal convidaram importantes professores e teóricos europeus para ministrarem aulas.

**Reflita**

As primeiras universidades criadas em nosso continente foram: a Universidade Autônoma de Santo Domingo, fundada em 1538; a Universidade Nacional de San Marcos, no Perú, em 1551, a primeira da América do Sul; a Universidade Autônoma do México, também em 1551; a Universidade Nacional de Córdoba, em 1613, hoje localizada na Argentina; a Universidade Maior Real e Pontifícia San Francisco Xavier de Chuquisaca (atual Sucre, Bolívia); entre outras. Por que na América espanhola foram permitidas as construções de Universidades e no Brasil sob colonização portuguesa elas não foram construídas?

O ensino secundário também se modificou, passando a ter dois ciclos, um fundamental, com cinco anos, e outro complementar, que tinha como função principal a preparação para o ingresso no ensino superior. O modelo a ser seguido seria o do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Enquanto esses dois níveis se modificavam, a educação fundamental não obteve o mesmo investimento, o que colaborou para manter o dualismo escolar com uma desigualdade ainda muito grande.

Os debates entre católicos e reformadores continuaram tensos nesse novo período. Em 1932, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação*

*Nova*, ancorado nas perspectivas pedagógicas da Escola Nova, defendia a reconstrução e a modernização educacional no Brasil:

> **[...] é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do crescimento de riqueza de uma sociedade. (BRASIL apud SAVIANI, 2011, p. 242)**

O surgimento de uma nova perspectiva pedagógica tem relação com as transformações que estavam em curso na Europa e nos Estados Unidos. Façamos aqui um breve resgate desse processo, para, em seguida, retomarmos o desenvolvimento da Escola Nova no Brasil.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, grandes transformações ocorriam na dinâmica capitalista: a Segunda Revolução Industrial, o neocolonialismo e a partilha da África, a busca pelo controle das fontes de matéria-prima, a busca de novos mercados consumidores, a construção dos Estados Unidos como nova potência industrial, a exportação de capitais, entre outras coisas. Esse foi um momento de passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista e imperialista. Estados e grandes corporações agiam de forma coordenada, promovendo a dominação em suas variadas formas políticas, econômicas e sociais.

A antiga concorrência entre empresas deu lugar à concorrência em um patamar superior, entre grandes monopólios/oligopólios e seus Estados, promovendo a faceta das guerras predominantes desde então, como foram as duas grandes guerras. Essa nova dinâmica permitiu ao capital aumentar a produtividade do trabalho e, com o controle monopolístico da economia, garantir altas taxas de lucratividade, possibilitando que uma parcela da classe trabalhadora tivesse um melhor padrão de vida, impedindo, assim, explosões sociais em determinados países.

É nesse contexto que a Escola Nova surge como solução para a marginalidade, mantendo a crença no poder de equalização social pela escola. John Dewey (1859–1952), filósofo e educador estadunidense, foi um dos pioneiros dessa nova perspectiva pedagógica. Sua obra *Democracia e Educação*, escrita em 1916, resgatando elementos da pedagogia de Rousseau advoga uma perspectiva democrática para a educação com base na crítica da transmissão do conhecimento

pronto e acabado, defendendo o desenvolvimento crítico da relação entre ensino e prática.

No Brasil, o principal representante da Escola Nova foi Anísio Teixeira (1900-1971), advogado e educador, primeiro tradutor de Dewey, um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, com passagens por diversos órgãos governamentais, entre eles o Ministério da Educação, que na década de 1950 comandou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), fundou e comandou a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) e fundou e foi reitor da Universidade de Brasília. Além de inúmeras obras importantes, Anísio Teixeira também foi o criador de experiências escolares da pedagogia nova, como foi a Escola Parque de Salvador, em 1951, que serviu de exemplo para outras experiências no Brasil.

Saviani (2009) após contextualizar o surgimento da Escola Nova, que se dá na crítica à pedagogia tradicional, constata o início de um amplo movimento de reforma, o "escolanovismo". Inicialmente surgem experiências restritas, depois, há uma defesa de sua generalização. Diferente da pedagogia tradicional, a Escola Nova não trata o marginalizado como o ignorante, como o que não adquiriu conhecimentos, mas sim como o rejeitado. Alguns teóricos do escolanovismo aproximaram-se da Pedagogia por meio de experiências com os "anormais", crianças que possuíam variadas deficiências (Decroly e Montessori, por exemplo). Diante da patologização educacional, defendiam que os homens são essencialmente diferentes, cada indivíduo é único. Portanto, existem diferenças naturais no processo de aprendizagem de cada um que devem ser respeitadas, não sendo possível um processo educacional homogêneo.

Os reformadores defendiam a necessidade da adoção de métodos científicos para a organização e administração da educação brasileira, de forma que a educação fosse promotora do desenvolvimento econômico e social do país, em conformidade com as mudanças em curso. Nesse sentido, ela substituiria uma educação tradicional, sendo "uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida" (SAVIANI, 2009, p. 244).

Para eles, o principal problema da educação brasileira estava

ancorado nos velhos métodos tradicionais, que deveriam ser substituídos por novos métodos amparados na ciência, na Biologia e na Psicologia, levando em consideração as diferentes aptidões naturais do indivíduo que o ensino tradicional desconsiderava. Os reformadores defendiam uma escola única, laica, gratuita, obrigatória e a coeducação entre meninos e meninas. A educação era vista como instrumento de equalização social na medida em que promoveria a integração entre os indivíduos, respeitando suas diferenças.

Nesse sentido, houve um deslocamento do intelecto para o sentimento, do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos para os métodos ou processo pedagógico, do professor para o aluno, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade, do diretivismo para o não diretivismo, da quantidade para a qualidade e de uma Pedagogia filosófica/científica para o experimentalismo com base na Biologia e na Psicologia. O importante não é aprender, mas aprender a aprender, ou seja, o que importa é o método e não tanto o conteúdo. Os ideais da Escola Nova se propagavam por meio de seus defensores como portadores de todas as virtudes, enquanto que a e Pedagogia tradicional era portadora de todos os vícios e problemas. Para implementar essa proposta pedagógica seria preciso uma profunda alteração na estrutura escolar e maiores investimentos.

**Pesquise mais**

Para compreender a trajetória histórica da Escola Nova, o texto a seguir busca compreender as políticas educacionais atuais por meio da influência desses reformadores. Para isso, faz um resgate histórico e contextualizado de importantes momentos dessa corrente pedagógica:

LIMA, A. B. de. Manifesto dos Pioneiros de 1932: Leituras de seus 80 anos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 47, 2012. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/view/4213/3419>. Acesso em: 18 ago. 2016.

Para ler o texto do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, acesse o link a seguir:

BRASIL. O Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 188–204,

ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

A reação dos católicos foi dura, retiraram-se da Associação Brasileira de Educação (ABE) ainda em 1932. Em seguida, em 1934, os católicos fundaram a Confederação Católica Brasileira, organização que reuniu educadores católicos por todo território nacional. Nesse momento, Alceu Amoroso Lima, leigo, tornou-se uma das principais lideranças católicas e foi um dos responsáveis pela organização da Ação Católica que abarcava a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC), entre outras. O principal combate dos católicos no início do Governo Vargas foi contra a laicização do ensino, pois eles não conseguiam conceber uma educação que não fosse cristã, que seria a única e verdadeira educação.

Além disso, os católicos combateram a gratuidade e obrigatoriedade do ensino pelo Estado, defendendo o direito de as famílias escolherem a melhor forma de educar seus filhos, já que essas determinações estatais seriam indevidas. Para a Igreja Católica as iniciativas dos reformadores atentavam contra uma hierarquia divina, contra os bons costumes dos católicos e afirmavam uma visão social com base na convicção de que uma elite deveria conduzir o povo, incapaz de construir seu próprio caminho, para aquilo que era mais adequado segundo as suas concepções morais.

Com base nessas premissas, além das organizações católicas criadas, Alceu de Amoroso Lima atuou na formação de quadros intelectuais católicos para assumirem responsabilidades nacionais. Nesse sentido, foram iniciadas as tratativas para a fundação das universidades católicas em contraposição às iniciativas dos reformadores no ensino universitário.

Na Constituição de 1934 esse embate prosseguiu. Menezes (2008, p. 151) indica as conquistas dos reformadores:

> **Três temas educacionais, tratados naquela legislação, defendidos pelos renovadores e do interesse deste estudo foram: o direito à educação, a gratuidade do ensino primário nas escolas públicas e a aplicação dos recursos públicos**

em educação. A Carta mostrou-se inovadora quando, para além de ter anunciado o direito à educação, indicou um fundo financeiro para efetivá-lo, uma vez que "não basta a afirmação do direito. Requer-se o estabelecimento dos meios garantidores do direito público através dos fundos especiais e de índices orçamentários fixos destinados à educação" (Idem, p. 125). A efetivação do direito público à educação - aspecto discutido e proposto pelos renovadores e pela maioria das Constituintes que se seguiram - requer a efetivação de mecanismos constitucionais que viabilizem os direitos pela universalização e gratuidade do ensino público, os quais têm na vinculação constitucional de recursos um dos alicerces de sustentação dessa política educacional.

Foi nessa Constituição que um percentual de recursos fixos foi determinado para a educação em todos os níveis da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Diante disso, os reformadores encontraram barreiras para as suas iniciativas, tanto pela dura reação dos católicos como pela posição conciliatória dos governantes, como ocorreu com Francisco Campos e Gustavo Capanema, sob a aprovação de Getúlio Vargas, que aceitou que a retomada do ensino católico nas escolas públicas em troca do apoio político da Igreja Católica ao seu governo.

Na Constituição de 1934, em relação ao financiamento público para a educação, foi aberta uma brecha para que o Estado, com o dinheiro público, também financiasse a educação privada, principalmente por meio de bolsas de estudos e de empréstimos subsidiados. Essa conciliação de interesses fez que a Igreja diminuísse suas críticas ao papel do Estado na educação, permitindo ao governo ampliar o ensino público no país. Isso não significou o enfraquecimento das ideias reformadoras, mas o que o educador Dermeval Saviani (2011) classifica como um tenso equilíbrio entre católicos e renovadores, entre 1932 e 1947.

Dentre as perspectivas não hegemônicas, os anarquistas continuaram com suas experiências educacionais, mas bastante enfraquecidos, tanto pelo fortalecimento do PCB como pela lei de sindicalização de que os anarquistas se negaram a participar, perdendo espaço no movimento operário para as demais organizações. O

PCB, com sua orientação política de buscar aliança com a burguesia nacional para organizar a revolução burguesa no Brasil, oscilou entre a simpatia com o movimento reformista e a defesa da necessária transformação social para a construção de uma nova educação. Além dessas organizações, em 1931 é fundada a Frente Negra Brasileira (FNB), organização autônoma do movimento negro de combate ao racismo, que se tornou partido político em 1936 e também atuava no campo educacional, fundando sua própria escola para proporcionar formação para os seus associados.

> Outrossim, foi essa associação que desenvolveu uma importante iniciativa educacional: a criação de uma escola com certa estrutura pedagógica. Funcionando na sede da entidade, as aulas ocorriam nos períodos diurno e noturno. Ensinava-se a ler, a escrever e a contar, bem como gramática, geografia, história, aritmética e geometria, entre outras disciplinas. Para as mulheres, ensinavam-se prendas domésticas. De acordo com matéria publicada no jornal Progresso, o Centro Cívico Palmares chegou a ter um "curso secundário que contava com um afinado corpo docente preto", de lá saíram alguns alunos que ingressaram nas "escolas superiores do país" [...]. Mantendo ainda uma biblioteca e promovendo palestras culturais periodicamente, a entidade refletiu o amadurecimento do incipiente movimento negro em São Paulo, tendo sido o embrião da FNB. (DOMINGUES, 2008, p. 520-521)

> O maior e mais importante departamento da FNB foi o de Instrução, também chamado de Departamento de Cultura ou Intelectual. Era o responsável pela área educacional da FNB. Um de seus motes propagandísticos conclamava: 'Eduquemos mais e mais os nossos filhos, dando-lhe uma educação e uma instrução de acordo com as suas aspirações' (A VOZ DA RAÇA, 1933, p. 2). O conceito de educação articulado pela entidade era amplo, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra educação era usada frequentemente com esses dois sentidos. Já a palavra instrução tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização.

Fonte: DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação,** v. 13, n. 39, p. 517-534, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08>. Acesso em: 18 nov. 2016.

**Faça você mesmo**

Com base nessas experiências do movimento negro brasileiro, procure iniciativas atuais no campo educacional de combate à discriminação racial e avalie os avanços e desafios para o combate ao racismo.

Na próxima seção, com o Estado Novo, em 1937, veremos como os impasses políticos, econômicos, sociais e educacionais que marcaram o início do Governo Vargas se desenvolveram diante de um arco de alianças heterogêneo. Veremos que a Constituição de 1934 não foi suficiente para resolver essas contradições. Uma nova ação de força foi promovida para a continuidade do que vários teóricos denominaram como "modernização conservadora".

**Assimile**

O termo "modernização conservadora" foi cunhado originalmente por Barrington Moore Junior para estudar o processo de desenvolvimento capitalista na Alemanha e Japão, casos em que o capitalismo não se deu por uma revolução burguesa, como na Inglaterra, França Estados Unidos, entre outros. Tanto na Alemanha como no Japão o desenvolvimento industrial capitalista ocorreu pelo pacto entre as antigas classes dominantes agrárias com as novas classes dominantes burguesas que surgiram sem que extratos populares participassem desse processo. A modernização foi construída de forma conservadora, sem a ruptura e a participação popular que as revoluções burguesas produziram. No Brasil, a partir do Governo Vargas, para muitos estudiosos, o mesmo ocorreu, sendo válido o uso do conceito de "modernização conservadora".

## Sem medo de errar

Retomando as questões iniciais do texto sobre a nova configuração política com a denominada Revolução de 1930, as mudanças ocorridas no plano político, econômico, social e educacional do primeiro Governo Vargas, se a velha estrutura coronelista foi realmente

derrotada, e as polêmicas em torno dos debates educacionais entre católicos e reformadores, é possível encontrar alterações? Qual dimensão delas?

O conceito de "modernização conservadora" pode indicar um caminho interessante de análise, não é mesmo? Com base nele podemos compreender mudanças e continuidades na dinâmica política, econômica, social e educacional. A velha oligarquia foi realmente derrotada? Qual é a relação entre a perda do poder político, que de fato ocorreu, com a perda do poder econômico que continuaram a ter?

O Governo Vargas, ciente disso, não abandonou nem impôs uma derrota a esse setor, buscando combinar uma nova dinâmica de industrialização com a manutenção de uma estrutura agrária arcaica, fundada no latifúndio e nas relações sociais coronelistas.

A "modernização conservadora" também se expressou na educação? A disputa entre católicos e reformadores também pode se expressar por meio desse conceito?

A defesa de uma educação tradicional, marcada por uma longa trajetória histórica no país, buscava conservar elementos sociais instituídos na cultura religiosa daquele, enquanto os reformadores, influenciados pelas correntes pedagógicas modernas, buscavam alterar os métodos e a estrutura da educação no Brasil.

Como você avalia o confronto dessas diferentes perspectivas?

**Atenção**

Reflita sobre o sentido do conceito da "modernização conservadora" e avalie como os aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais se entrelaçam. Leve em consideração que se tratava de um momento de transição entre uma dinâmica historicamente enraizada e um novo modelo de desenvolvimento.

## Avançando na prática

### A educação e as relações étnico-raciais

#### Descrição da situação-problema

Patrícia, professora da rede pública de ensino, encontra na sua

escola situações de conflito sobre questões étnico-raciais envolvendo alunos, professores e direção. Na reunião do conselho da escola foi discutida a necessidade de uma formação mais aprofundada para que a Lei n. 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras, seja um instrumento de combate ao racismo e de construção da igualdade étnico-racial.

Patrícia assume a responsabilidade pela organização de um roteiro de formação para os professores que inclui conteúdos sobre a formação sócio-histórica do Brasil, com ênfase no processo de escravização, na abolição da escravatura, suas consequências para a população negra a partir do Período Republicano e quais as condições de acesso à educação que essa população encontrou.

Se você estivesse no lugar da professora, como você organizaria os conteúdos para o debate sobre as condições de acesso à educação da população negra no período inicial do Governo Vargas? Havia acesso à educação para todos? O dualismo escolar foi superado? Quais foram as iniciativas do movimento negro nesse período?

**Lembre-se**

Mesmo com a modernização em curso no país, na década de 1930 havia um enorme índice de analfabetismo, uma população majoritariamente rural e estruturas sociais marcadas pela herança escravagista.

### Resolução da situação-problema

Toda transição histórica é marcada por elementos da velha e da nova estrutura social. Se nos aspectos políticos algumas transformações são mais abruptas, na dinâmica social e cultural o processo é mais lento, marcado pela herança do passado que pesa sobre as futuras gerações. Não é possível compreender o processo sócio-histórico brasileiro sem a sua relação com a África, com o tráfico transatlântico, com a escravização africana e indígena, com o colonialismo e o mercantilismo europeu. A escravização colonial é uma marca profunda na história do país que a nossa elite sempre buscou apagar sem que o racismo e as desigualdades sociais fossem superados.

Com a abolição da escravatura, a população negra permaneceu onde estava, vivendo sob os resquícios das relações escravistas

ou buscou sua sobrevivência em outros locais, encontrando a marginalização e o preconceito. Assim como no período anterior, formas de resistências foram organizadas. Nesse período inicial do Governo Vargas, a construção da Frente Negra Brasileira simbolizou uma iniciativa que se espalhava pelo país, a construção de associações autônomas do movimento negro.

Se a população negra estava marginalizada na sociedade, o mesmo acontecia com a população mais pobre desse país, também impedida de acesso àquilo que uma pequena parcela tinha como privilégio. O dualismo educacional não foi alterado mesmo com a ampliação do ensino público no país.

**Faça você mesmo**

Levando em consideração o que foi apresentado nessa nova situação-problema, faça uma pesquisa com pessoas mais velhas, que viveram durante o Governo Vargas, sobre quais eram as possibilidades de acesso à educação, se existiam escolas para todos, quais eram as facilidades e dificuldades de permanência nas escolas naquele período, entre outras coisas.

## Faça valer a pena

**1.** No início do Governo Vargas, com a criação do Ministério da Educação e da Saúde, seu primeiro ministro foi:

a) Francisco Campos.

b) Artur Bernardes.

c) Paulo Renato.

d) Anísio Teixeira.

e) Filinto Müller.

**2.** As primeiras medidas do novo Ministério da Educação de Vargas foram:

a) A organização de universidades federais em todos os estados brasileiros.

b) A organização da Universidade de São Paulo, a criação de vestibulares e a instituição do ensino tecnicista.

c) A organização de um sistema de ensino público, laico, gratuito e obrigatório.

d) A proibição do ensino religioso nas escolas públicas.

e) A organização da Universidade do Rio de Janeiro, a criação do Conselho Nacional de Educação e a estruturação do ensino secundário e comercial.

**3.** A reforma universitária de Francisco Campos estabeleceu novas regras para a instituição da universidade, sendo corretamente indicada na alternativa:

a) As universidades compreenderiam pelo menos três institutos: Biologia, Medicina e Farmácia ou um deles substituído pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que seria voltada para a formação de professores.

b) As universidades compreenderiam pelo menos três institutos: Direito, Mecânica e Física ou um deles substituído pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que seria voltada para a formação de professores.

c) As universidades compreenderiam pelo menos três institutos: Direito, Medicina e Engenharia ou um deles substituído pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que seria voltada para a formação de professores.

d) As universidades compreenderiam pelo menos três institutos: História, Ciências Sociais e Filosofia ou um deles substituído pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que seria voltada para a formação de professores.

e) As universidades compreenderiam pelo menos três institutos: Arquitetura, Belas Artes e Música ou um deles substituído pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que seria voltada para a formação de professores.

# Seção 3.3

## A educação brasileira no Estado Novo

### Diálogo aberto

Na situação geradora de aprendizagem levantamos alguns questionamentos acerca das perspectivas pedagógicas que influenciaram a educação brasileira, como o dualismo escolar se expressava a partir do Período Republicano e como relacionar os aspectos políticos, econômicos e sociais com a educação. Agora, apresentamos a seguinte situação-problema: em que medida os diferentes interesses entre os setores que compunham a Aliança Liberal no início do Governo Vargas foram resolvidos? Quais foram as consequências desse novo período, inaugurado pelo Estado Novo, na educação brasileira?

Nas seções anteriores discutimos a educação na República Velha e no período inicial do Governo Vargas, período de transição de uma velha sociedade agroexportadora para uma nova dinâmica social marcada pela industrialização. Para buscar os caminhos da resolução dessas questões, você ainda encontrará nesta seção elementos dessa transição, ou seja, o contexto histórico do Estado Novo até o governo de Eurico Gaspar Dutra, as reformas educacionais, em particular a Reforma Capanema e a política de formação de professores nesse período.

### Não pode faltar

Você encontrou na seção anterior um contexto histórico marcado pela disputa entre diferentes projetos políticos, econômicos e sociais durante o período inicial do Governo Vargas. E isso não poderia ser diferente levando em conta que a disputa inicial foi entre os paulistas, representados pela candidatura de Júlio Prestes à presidência da República, em 1929, e a Aliança Liberal, representada por Getúlio Vargas. Com a denominada Revolução de 1930, que impediu a posse de Júlio Prestes e empossou Getúlio Vargas para um (não tanto) governo provisório, as diferenças entre os novos detentores do poder político apareceram. Lembre-se de que, na Aliança Liberal, estavam oligarquias

alijadas do poder durante a República Velha, outras que estavam no poder até aquele momento, como foram as oligarquias mineiras e gaúchas, os setores militares que organizaram diversas rebeliões no período anterior, liberais e variados setores burgueses. Evidentemente, todos possuíam projetos distintos, como ficou demonstrado na Constituição de 1934, que não agradou a nenhum deles. Além dessa disputa entre as elites, o movimento operário avançava de acordo com a industrialização e a dinamização econômica do país, colocando a questão trabalhista na agenda política dos governos. No campo educacional, católicos e reformadores protagonizavam as principais disputas sobre os rumos da educação brasileira e, de certa forma, também expressavam na educação a transição entre uma velha e uma nova ordem social. Vejamos com mais detalhes esse processo.

## Um breve contexto histórico

Já vimos que esse período foi marcado pela grave crise econômica de 1929, pela ascensão no nazifascismo, pelo keynesianismo e pelo fortalecimento do socialismo soviético, sendo também um período de fortalecimento do Estado como instrumento para salvar o capitalismo da bancarrota e impedir convulsões sociais. Durante toda a década de 1930, os Estados nacionais prepararam-se para uma nova guerra. Os países que se industrializaram tardiamente não encontraram no mercado mundial espaço adequado para dar vazão às suas mercadorias e seus capitais e para suprir suas necessidades de matéria-prima.

Em 1933, por meio de um golpe parlamentar, o partido nazista assumiu o controle político da Alemanha, reiniciou um forte investimento em sua indústria bélica, fortaleceu suas empresas oligopolistas e iniciou a perseguição contra variados setores sociais, principalmente contra a esquerda e os judeus. Essa dinâmica não foi exclusivamente alemã. Na Espanha (salazarismo), em Portugal (franquismo) e na Itália (fascismo), por exemplo, a extrema direita ganhava cada vez mais espaço, seja por meio de golpes ou, até mesmo, com o apoio de parcela da sociedade. O que isso representava? A necessidade de a burguesia defender seus interesses econômicos e privados por meio de uma forte repressão política e social sobre os trabalhadores, que ameaçavam seus lucros com suas organizações populares, sindicais e políticas, ainda mais com o temor de que a Revolução Russa servisse de exemplo para os demais trabalhadores europeus.

No Brasil, além da reação oligárquica paulista, outros setores se organizaram em oposição ao Governo Vargas. O PCB ampliou sua influência e organizou a Ação Nacional Libertadora (ANL), incorporando outros setores sociais em suas reinvindicações. Em 1934, a Constituinte elegeu indiretamente Getúlio Vargas para um mandato de quatro anos. Nesse mesmo ano, em novembro, houve o Levante Comunista, tentativa frustrada de impulsionar a revolução pelo país. Nesse momento, o movimento Integralista, de inspiração fascista, aumentava sua influência política e social. O Governo Vargas, que também encontrava resistência entre os próprios aliados diante das dificuldades iniciais de impor um novo projeto político, encontrou no Estado ditatorial, o Estado Novo, caminho para resolver o impasse político e construir uma dinâmica econômica e social do país.

O Estado Novo teve inspiração europeia, o progresso econômico dentro da ordem social. A historiadora Maria Helena Capelato (2003) afirma o que Estado Novo não foi homogêneo, tendo um período inicial entre 1937 e 1942, momento de consolidação do regime e de reformas, mas também um período de contradições e busca de apoio popular, momento de entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, entre 1942 e 1945.

No momento de consolidação do Estado Novo, houve a dissolução do Congresso e dos partidos políticos, a suspensão das eleições de 1938, uma Constituição outorgada, a intervenção nos estados, com apoio dos militares e dos integralistas, seguido de uma intensa propaganda governamental marcada por censura e repressão, pelo ato simbólico da queima das bandeiras estaduais e uma forte defesa do patriotismo e do nacionalismo, consolidando parte dos interesses envolvidos na Revolução de 1930. O Estado surgia explicitamente como agente do desenvolvimento econômico, da modernização com a constituição dos Conselhos Técnicos (tecnocracia), na padronização do sistema tributário, na proteção industrial, na importação de bens de capital para impulsionar a industrialização brasileira. Para tentar conter as reivindicações trabalhistas, o governo, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), buscou o controle social e a tutela do Estado sobre o movimento operário. O trabalho era propagandeado como o principal instrumento de cidadania e inclusão social.

Após esse período inicial do Estado Novo, inicia-se uma forte

reação contra o governo, que reage e reprime comunistas, socialistas, anarquistas, integralistas, nazistas e liberais. O principal órgão de imprensa oposicionista, o Estadão, foi expropriado em 1940, e seu proprietário Júlio Mesquita Filho foi preso. Segundo Capelato (2003), o ano de 1942, com a entrada do Brasil na Guerra, foi um divisor de águas para o governo. O cenário político ficou, assim, ainda mais confuso.

Havia no governo alguns defensores do bloco nazifascista e dos Aliados na Segunda Guerra. Vargas negociava com os dois blocos os investimentos no Brasil. Na Europa, a Alemanha nazista invadiu a União Soviética, pressionando os Partidos Comunistas pelo mundo a organizarem frentes de "União Nacional" com os governos para apoiarem os Aliados. Aqui no Brasil, o PCB amenizou sua oposição ao governo, mesmo com Vargas tendo enviado Olga Benário, militante comunista e companheira de Luiz Carlos Prestes, dirigente comunista, para a Alemanha. Com as negociações sobre os investimentos estrangeiros bem encaminhadas, o governo brasileiro entrou na Guerra.

A grande propaganda dos Aliados era o combate aos regimes ditatoriais do nazifascismo, o que colocou o governo brasileiro em uma grande contradição: como lutar externamente contra ditadores e manter em seu próprio território uma ditadura? É nesse contexto de contradições, em 1945, que a pressão pela democratização ganhou força no país e novas eleições foram exigidas. Vargas buscou no apoio popular, com o movimento Queremista, uma tentativa de permanecer no governo, mas não obteve sucesso, sendo deposto.

Em 1945, novos partidos foram criados, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), além da legalização do PCB. São esses partidos que lançaram os principais candidatos para as eleições naquele ano. A campanha de Eduardo Gomes, da UDN, foi marcada pelo entusiasmo da grande imprensa e dos setores conservadores que davam como certa a vitória nas eleições, enquanto que a candidatura de Eurico Gaspar Dutra (PSD), apoiada por Vargas, atacada pela imprensa e carregada do estigma do continuísmo, foi vitoriosa.

Capelato (2003) afirma que o Estado Novo trouxe perdas e ganhos para os trabalhadores, o reforço do autoritarismo e um progresso material com desigualdades no seu acesso, o que ajuda a explicar, em

partes, o apoio popular que Vargas conquistou.

### Educação e cultura no Estado Novo

Para legitimar o Estado Novo, o Governo Vargas intensificou seus instrumentos de propaganda, cultura e educação. Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com a responsabilidade de:

> **[...] realizar a censura do teatro, do cinema, do rádio, da literatura, da imprensa das atividades recreativas e esportivas. Deveria, também, promover e patrocinar manifestações cívicas, exposições para demonstrar as realizações do governo, produzir cartilhas para as crianças, documentários, jornais nacionais, de exibição obrigatória em todos os cinemas (CAPELATO, 2003, p. 141).**

O DIP ramificava-se pelos estados e todos os jornalistas eram obrigados a registrar-se nesse órgão. Esse departamento produziu duas revistas, a Cultura Política e a Ciência Política, produzidas por intelectuais defensores do Estado Novo, e propagavam o patriotismo. Jornais, rádios e outros órgãos de imprensa foram criados ou incorporados ao DIP, ampliando a propaganda do governo no sentido de construção de um novo Brasil. A bandeira nacional e a imagem de Vargas eram propagadas exaustivamente, até mesmo sacralizadas, como expressava o lema "Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo são guiados pela grande trindade nacional: nossa Pátria, nossa Bandeira, nosso Chefe" (CAPELATO, 2003, p. 123), uma alusão à trindade cristã.

Os materiais produzidos pelo Estado Novo, carregados de símbolos patrióticos e de referências a Vargas, eram utilizados nas escolas com o objetivo de mostrar as diferenças entre o antes e o depois do novo regime. Tudo aparecia como novidade: nova sociedade, novo homem, nova educação. O presente e o futuro estavam interligados pela promessa do progresso. Tudo aquilo que abalasse a suposta harmonia social deveria ser combatido.

No *Catecismo Cívico do Brasil Novo*, publicação do governo, o princípio da autoridade e da ordem eram elementos centrais do comportamento esperado das crianças. Em outra publicação, denominada *O Brasil é bom*, a educação era tratada da seguinte forma:

"O menino, para ser bom brasileiro, deve também saber ler. Um homem sem instrução é um homem infeliz [...]. Por isso, o governo não quer que haja brasileiros que não saibam ler. Por que o governo não quer? Porque o governo é amigo dos brasileiros e não gosta da ignorância [...] " (CAPELATO, 2003, p. 124).

**Exemplificando**

Veja mais um exemplo sobre os valores difundidos nos materiais didáticos produzidos naquele momento. Neste caso, é sobre a autoridade de Vargas. O trecho a seguir está no livro *Catecismo Cívico do Brasil Novo:*

"Pergunta: O exercício da autoridade suprema por um chefe não contraria a vontade do povo em uma democracia?

Resposta: Absolutamente, não. O Chefe do Estado, em um regime democrático como o que foi estabelecido pela Constituição de novembro, é o expoente do povo, o seu representante direto [...]. Obedecendo, portanto, ao Chefe que o representa, o povo, apenas, se conforma com aquilo que ele próprio deseja e é executado pelo depositário de uma autoridade por ele conferida" (CAPELATO, 2003, p. 124).

Havia uma grande preocupação do governo na construção de uma identidade nacional coletiva, diferente do período anterior, em que toda cultura estrangeira era mais valorizada. Lembrando que na Semana de Arte Moderna de 1922 esse tema surgiu com força, contestando a elite oligárquica sobre os padrões culturais europeus transportados. À medida que o passado colonial se afastava e que a ordem republicana se consolidava, havia a necessidade de construção de uma identidade própria, de símbolos nacionais, de expressão da própria cultura nacional.

Essa identidade foi buscada por meio da integração e da harmonia social, ou seja, pela integração entre os povos que formaram a nação brasileira – os índios, os europeus, os africanos, pela miscigenação racial, pelo trabalho, pela integração com a ordem social e com o progresso econômico. Vargas colocava-se como o chefe de uma grande família nos meios de propagandas culturais e educacionais.

Além disso, a instrumentalização da cultura e da educação seguiu os exemplos italianos e alemães, ainda que em circunstâncias e resultados diferentes.

**Assimile**

Para que você compreenda melhor o papel da difusão do patriotismo e do nacionalismo nesse período, leve em conta que, desde muito antes, os interesses regionais eram muito mais importantes do que os interesses nacionais. Na República Velha, as oligarquias transportavam para o governo federal seus interesses econômicos e políticos particulares, não havendo um projeto nacional. Isso fica evidente pela inexistência de partidos nacionais das elites, existindo apenas partidos regionais.

O Ministro da Educação, Gustavo Capanema, foi o responsável por essa difusão cultural no período. A cultura e a educação estavam a serviço da construção do projeto político em curso, não havendo espaço para descompromisso. Nesse sentido, o cinema, o teatro, a música, as artes plásticas, a arquitetura e a literatura receberam incentivos governamentais e foram valorizados durante o Estado Novo. Em cada uma dessas produções o elemento nacional era valorizado. É nesse ambiente que os reformadores da Escola Nova, com suas perspectivas pragmáticas, pressionaram o governo para atender suas reivindicações.

Em 1939, o Ministro da Educação extinguiu a Universidade do Distrito Federal e a incorporou à Universidade do Brasil, que serviu de exemplo para formação das demais universidades brasileiras. Em 1938, criou também o Inep, sob coordenação do reformador Lourenço Filho, que promulgou as reformas educacionais conhecidas como Reformas Capanema. Entre 1942 e 1946, por meio das Leis Orgânicas do Ensino, foi instituído o ensino supletivo, que colaborou para a diminuição do analfabetismo. Por pressão dos reformadores da educação, o governo incluiu a previsão de recursos orçamentários para a reforma educacional, a instituição do planejamento escolar e a organização da estrutura da carreira docente e dos salários; regulamentou os cursos de formação de professores; reestruturou os cursos secundários, que passaram a ter quatro anos de ginásio e três de colegial (científico e clássico); e criou dois tipos de ensino profissionalizante, o primeiro foi mantido pelo governo, com três ramos (industrial, comercial e agrícola), e o segundo

foi mantido pelas empresas a partir da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em 1942. Da mesma forma, em 1946, foi criado o Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Ainda que a escolarização tenha sido bastante ampliada, segundo Aranha (2006), as dificuldades de implantação dessas reformas foram imensas: as propostas governamentais esbarravam na dura realidade brasileira. A quantidade de professores leigos, não formados, era alta, aumentando a partir de 1940. As escolas normais de formação de professores tornaram-se redutos da classe média e de profissão feminina. Os cursos secundários continuaram como espaços propedêuticos, ou seja, de preparação para o ensino universitário e mantendo o dualismo escolar, ainda mais que o ensino profissionalizante instituído pela iniciativa privada era destino certo das classes trabalhadoras. O ensino fundamental foi negligenciado. Os reformadores, que estavam diante de contradições, tiveram de conciliar com os católicos, e suas perspectivas educacionais pressupunham uma democratização dos espaços democráticos, o que não ocorreu na ditadura do Estado Novo.

**Reflita**

Veja que as questões econômicas, políticas e sociais não estão apartadas da educação. Nesse período, a instrumentalização da cultura e da educação foi prioritária para a construção de um projeto político nacional.

**Pesquise mais**

Para você compreender melhor o dualismo escolar no período do Estado Novo, leia o texto a seguir sobre a educação profissionalizante instituída a partir da Reforma de Gustavo Capanema, Ministro da Educação de Vargas.

MÜLER, M. T. O Senai e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 40, 2010. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/view/3378/3001>. Acesso em: 18 ago. 2016.

Em 1944, no Inep, é criada a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, órgão que se consolidou como difusor da pedagogia nova no Brasil. Se no momento anterior o confronto entre católicos

e reformadores estava acirrado, com o aumento da influência da pedagogia nova houve uma aproximação entre eles, ainda mais com a renovação da pedagogia católica. Os reformadores ampliaram seus espaços ocupados na burocracia do Estado, enquanto que os católicos assimilavam perspectivas teóricas humanistas, ponto de contato entre eles.

Com o fim do Estado Novo, a educação brasileira teria uma nova legislação a partir da Constituição de 1946, permeada por conteúdos defendidos pelos reformadores da Escola Nova. Saviani (2011) identifica esse período, a partir de 1947, como de predominância das ideias da pedagogia nova. Lourenço Filho continuou a exercer importante papel no Ministério da Educação, que estava a cargo de Clemente Marini, com a elaboração do anteprojeto da primeira LDB da educação brasileira, que permaneceria até 1957 tramitando no Congresso Nacional, o que veremos na próxima seção.

## Sem medo de errar

Inicialmente, na apresentação da situação-problema, questionamos sobre como os diferentes interesses entre os setores que compunham a Aliança Liberal no início do Governo Vargas foram resolvidos. Diante do que vimos, você identifica os diferentes projetos em disputa? É possível perceber que havia portadores de projetos mais particulares, vinculados a interesses regionais e, de forma oposta, representantes de um projeto centralizador, de cunho nacional? De 1930 a 1937 essas diferenças apareceram no Movimento Constitucionalista de 1932, na Constituição de 1934, nas crises internas do Governo Vargas, na pressão das reivindicações sociais. Foi somente com a ditadura do Estado Novo que Vargas e seus aliados de projeto aceleraram o que ficou conhecido posteriormente como modernização conservadora. A centralização das ações políticas permitiu ao governo impulsionar a industrialização, reprimir a participação social e controlar o movimento operário.

Quais foram as consequências desse novo período inaugurado pelo Estado Novo na educação brasileira? Para legitimar esse processo, foi preciso atender parte das demandas trabalhistas e investir em uma intensa propaganda a favor das transformações em curso. A cultura e a educação foram instrumentos desse processo. À medida que a sociedade se tornava cada vez mais complexa, havia necessidade de

uma educação que atendesse as demandas por força de trabalho qualificada para os novos setores. A indústria, o comércio, a agricultura e os serviços públicos se diversificaram, exigindo novos conhecimentos. Podemos ver que as transformações que percorreram o mundo mergulhado em crises e guerras produziram inovações e, ao mesmo tempo, barbárie, como foram as guerras mundiais e o advento do nazifascismo.

Já estamos caminhando para a parte final dos nossos estudos sobre história da educação. Nesse sentido, do que foi indagado desde a primeira seção da primeira unidade sobre a inter-relação entre os aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais, é possível compreendê-la de que forma neste momento?

**Atenção**

Veja que cada momento histórico apresenta com maior ou menor nitidez a importância de cada um dos aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais na vida das pessoas. Nos momentos de crise, a tendência é que haja uma melhor compreensão dessas inter-relações.

## Avançando na prática

### Seminário sobre educação no Estado Novo

#### Descrição da situação-problema

Na disciplina sobre História da Educação você foi encarregado de preparar um seminário sobre a educação no Estado Novo, tendo como foco principal avaliar o papel dos reformadores da pedagogia nova nas reformas educacionais promovidas pelo governo. Como você organizará esse seminário? Quais são os elementos mais importantes para o seu estudo e para a apresentação?

**Lembre-se**

Uma das questões que os reformadores mais criticavam na pedagogia tradicional era o autoritarismo nas relações educativas, defendendo uma profunda alteração na relação entre professor e aluno, alterando o foco do processo de aprendizagem – que deveria ser o aluno – e defendiam uma democratização do processo pedagógico.

### Resolução da situação-problema

Para organizar o seminário, procure compreender o contexto em que os reformadores viviam, as premissas teóricas da Escola Nova e de seus principais teóricos, os conflitos entre os reformadores e os católicos naquele momento, as contradições entre suas perspectivas teóricas e a realidade brasileira, bem como os espaços ocupados pelos reformadores na estrutura do Estado.

Como há sempre uma mediação entre a teoria e a prática, procure perceber como os elementos teóricos da Escola Nova foram introduzidos e modificados pela realidade brasileira. Observe os avanços e recuos dessa experiência pedagógica diante de uma realidade social contraditória.

**Faça você mesmo**

Faça uma breve pesquisa sobre a democracia brasileira, veja quanto tempo tivemos de plena participação política em todos os setores sociais e avalie o sentido do conceito de modernização conservadora e quais são suas consequências para a educação brasileira.

## Faça valer a pena

1. Para legitimar o Estado Novo, o Governo Vargas intensificou seus instrumentos de propaganda, de cultura e de educação.

Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com a responsabilidade de:

a) Promover atividades culturais e educacionais sem nenhum tipo de censura.

b) Patrocinar eventos culturais e esportivos.

c) Promover uma educação com base nas perspectivas tecnicistas.

d) Censurar todas as atividades culturais e educacionais, promover o patriotismo, divulgar as ações de governo e produzir materiais culturais e educacionais.

e) Captar recursos da Lei Rouanet e difundir a cultura nacional.

2. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) produziu duas grandes revistas, responsáveis pela difusão dos ideais do Estado Novo. Assinale a alternativa que traga os nomes corretos:

a) *Revista Cultura Política* e *Revista Ciência Política*.

b) *Veja* e *Isto é*.

c) *Carta Capital* e *Caros Amigos*.

d) *Superinteressante* e *Nova Escola*.

e) *Época* e *Exame*.

3. Os materiais produzidos pelo Estado Novo, carregados de símbolos patrióticos e de Vargas, eram utilizados nas escolas com o objetivo de mostrar:

a) As virtudes da República Velha.

b) As diferenças entre o antes e o depois do novo regime, ressaltando as virtudes do novo governo.

c) As diferenças entre o antes e o depois do novo regime, criticando o novo governo.

d) As virtudes da oligarquia paulista.

e) As virtudes da imprensa de oposição.

# Seção 3.4

## A educação brasileira no período desenvolvimentista: segundo governo Vargas, JK, Jânio e João Goulart

### Diálogo aberto

Estamos encerrando nossa unidade e os conteúdos de um rico período da história do Brasil. Vimos a transição de um período político Imperial para o Período Republicano, mas com a manutenção do poder das oligarquias agrárias, que só foi abalado com a Revolução de 1930, ainda assim mantendo seu poder e influência sobre a estrutura econômica e social brasileira. A Aliança Liberal, bloco organizado contra a oligarquia paulista, não tinha unidade estratégica, pois era composta por projetos políticos distintos para o país, como vimos anteriormente. Foi somente com a ditadura do Estado Novo que Vargas e seus apoiadores conseguiram imprimir uma dinâmica acelerada para a industrialização do país a partir de uma centralização política maior no governo, gerando insatisfações de variados setores políticos. Após a Segunda Guerra Mundial, seu governo não teve mais sustentação política, mesmo com o apoio popular que possuía, sendo destituído.

No início desta unidade nós discutimos as perspectivas pedagógicas que influenciaram a educação brasileira, como o dualismo escolar se expressava a partir do período republicano e como relacionar os aspectos políticos, econômicos e sociais com a educação.

Agora, nesta seção, você observará um avanço do período desenvolvimentista, ou seja, um momento de intensificação do projeto de industrialização do país, ocorrido nos governos de Vargas (1951-1954), de Juscelino Kubitschek (1956-1961), de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Além do contexto geral desse período, veremos, em particular, como se desenvolveu a educação, quais projetos estavam em disputa e as políticas educacionais adotadas.

Como podemos compreender o processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro diante de uma pressão social e política

para ampliar a democracia no país? Quais projetos de desenvolvimento estavam em disputa? Qual é o papel da conjuntura internacional em nossa dinâmica interna? Qual é o papel da educação nesse processo?

São essas questões que vão orientar seu estudo.

## Não pode faltar

Você estudou na última seção as motivações para a queda do Estado Novo de Vargas, que não encontrou apoio político necessário para manter seu governo, ainda que sua popularidade aumentasse. Ao lutar ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, com um discurso de defesa da democracia diante da ameaça nazifascista, não havia como justificar um governo ditatorial em suas próprias terras. Além disso, setores contrários ao processo de desenvolvimento nacional sob controle do Estado mostravam cada vez mais seus descontentamentos. O Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), mesmo apoiado por Vargas, foi considerado um governo conservador, não tendo a mesma dinâmica desenvolvimentista de seu antecessor nem dos governos posteriores.

Agora, veremos que o contexto dos governos estudados nesta seção foi extremamente acirrado pelos distintos projetos de desenvolvimento do país. De um lado a velha estrutura de desenvolvimento econômico subordinado aos interesses externos, de outro, a possibilidade de um desenvolvimento econômico autônomo. É a partir desse confronto que devemos encontrar os caminhos para a compreensão da história recente do país e o papel da educação em nossa sociedade.

### Um breve contexto histórico

O período de 1950 até 1964 foi marcado pela rápida industrialização, migração do campo para a cidade, intensificação das lutas sociais e manutenção e reforço da construção social do migrante como figura atrasada. Para as elites, o PCB corrompia a índole pacata do povo brasileiro, que deveria ser tutelado, justificando o controle estatal sobre o movimento operário. Os trabalhadores, com o movimento operário, entraram definitivamente na cena política do país. O PCB se fortalecia cada vez mais.

Nas eleições de 1946, Yedo Fiuza, candidato do PCB, obteve quase 10% dos votos e o partido elegeu uma importante bancada de

deputados, além de Luiz Carlos Prestes como senador. Para que você tenha uma ideia, nas eleições de 1947, o PCB se tornou a terceira maior bancada na Assembleia Legislativa de São Paulo, contando com 180 mil filiados. O partido ampliava sua capacidade social e eleitoral, disputando com o PTB a representatividade dos trabalhadores brasileiros. Em um cenário internacional de Guerra Fria, o governo Dutra havia colocado o PCB na ilegalidade, com cassações de mandatos e intervenções nos sindicatos, marcando o fim da política de união nacional do período anterior. O partido, então, radicalizou-se. Ao mesmo tempo, estava evidente que não era mais possível governar sem levar em conta os interesses dos trabalhadores.

Eleito pelo PTB, Vargas voltou ao poder em 1950 e tentou diferenciar-se do ditador do Estado Novo. Indicou conservadores para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e passou a defender uma política nacionalista, desenvolvimentista e distributivista. O PTB, que se fortaleceu com a estrutura sindical estatal, reforçava o carisma de Vargas, exaltava a CLT e defendia a soberania nacional, bem como a participação dos trabalhadores em colaboração com o Estado.

A União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição a Vargas, defendia uma política liberal conservadora, de abertura comercial aos países estrangeiros, com forte discurso moralizador, tendo disputado as eleições presidenciais de 1945, 1950 e 1955, perdendo nas três oportunidades. A UDN representava setores médios e a elite oposicionista a Vargas.

Como expressão do descontentamento operário e popular, a Greve dos 300 mil, em 1953, foi um símbolo da radicalização e da organização do PCB no movimento operário. Ela foi marcada pelo pacto de várias categorias trabalhistas que entraram juntas na greve e ficaram unidas até o atendimento da última reinvindicação, obtendo grande sucesso.

Nesse segundo Governo Vargas, seu programa de desenvolvimento nacionalista e autônomo ficou ainda mais evidente, o que gerou reações furiosas dos defensores de um desenvolvimento atrelado aos velhos interesses agrários e internacionais. Vargas equilibrava-se entre a manutenção da velha estrutura agrária e o desenvolvimento industrial. É nesse contexto que nomeou João Goulart (Jango) para o

MTIC, que negociou e atendeu as reivindicações grevistas, suspendeu as intervenções e minimizou a repressão e a perseguição aos comunistas, defendendo uma política nacionalista com participação dos trabalhadores.

João Goulart duplicou o salário mínimo e iniciou a campanha "O Petróleo é nosso", com intensa participação popular. Nesse momento, o PTB realizou um giro à esquerda, atraindo a base comunista do PTB, à revelia da direção. A oposição acusava Vargas e Jango de "comunizarem" o país e de criarem uma "República Sindicalista".

Quais eram os setores que faziam oposição a Vargas? Além da UDN, o capital estrangeiro, os capitalistas nacionais associados a esse capital, a velha oligarquia agrária, setores militares e a grande imprensa formavam o grupo de oposição ao governo. Diante do governo nacionalista, houve uma intensa reação e conspiração desses setores oposicionistas. A UDN, por exemplo, clamava pela intervenção militar. Neste momento, Jango se demitiu e seguiu na defesa de um programa de reformas sociais. Os conspiradores se organizavam cada vez mais para depor Vargas, que, sem apoio político de seus antigos aliados, resolveu o impasse de forma extrema: o suicídio.

Sua carta testamento foi uma denúncia contra os conspiradores. O funeral de Vargas se transformou em um grande ato popular e impediu o golpe. A herança de Vargas estava em disputa. O PCB percebeu sua linha errática e adotou uma estratégia mais conciliatória. A UDN e os setores golpistas ficaram acuados.

Juscelino Kubitschek (PSD), eleito em 1955, teve como vice João Goulart (PTB), que obteve mais votos que o presidente, demonstrando a força do projeto desenvolvimentista. Os setores golpistas tentaram impedir a posse de JK, alegando falta de legitimidade. Durante seu mandato, mais duas tentativas de golpe militar ocorreram, demonstrando a dificuldade de setores da elite brasileira de conviverem com a ampliação dos interesses populares.

Mesmo com essas tentativas de golpe, seu governo foi caracterizado por uma relativa estabilidade. O debate sobre modernização versus atraso ganhou novas características e o "Juscelinismo" ficou marcado como uma "conciliação entre o velho e o novo, entre as elites e as massas", segundo Gomes (2002, p. 25), por um nacionalismo distinto de Vargas,

pois JK abriu o país às multinacionais, e por um desenvolvimentismo industrializante. Com isso, o termo **desenvolvimentismo** consolida-se.

O governo de Juscelino equilibrou-se nas ambiguidades entre o nacionalismo de Vargas e um desenvolvimentismo ancorado no capital privado estrangeiro, principalmente nas indústrias de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos), bens intermediários e bens de produção. Acelerou-se a construção da infraestrutura energética e de transportes, insumos e benefícios para a instalação do parque industrial mais avançado. Seu Plano de Metas – "Cinquenta anos em cinco" – que atingiu e superou vários objetivos da industrialização brasileira e a construção de Brasília – foram as grandes marcas de sua gestão.

A política econômica de JK foi resultante da interação de três campos: o campo internacional (importante, mas não condicionante), o Estado (arena de conflitos, financiador do desenvolvimento econômico público e privado) e os setores econômicos (que atuavam interna e externamente). Para financiar seu projeto, JK teve que lidar com altas taxas de inflação e com um imenso endividamento. A modernização conservadora continuava em curso.

Além disso, para garantir estabilidade política ao seu governo, JK contou com o fundamental apoio do Marechal Lott, grande "fiador do regime", controlando as investidas militares na política governamental e nomeando militares em postos importantes do governo, que pressionavam JK contra as atividades populares consideradas subversivas. Em relação ao PCB, que apoiou sua candidatura, assim como a de João Goulart, o governo permitiu uma relativa liberdade de ação.

No final de seu governo houve uma intensa propaganda oposicionista do "caos". Jânio Quadros colocou-se como quem poria "ordem". Seu discurso moralizador ganhou força e ele foi eleito presidente, tendo como vice eleito João Goulart. Seu breve governo, de sete meses, foi marcado por várias controvérsias, desde a proibição do uso de biquínis nas praias até a condecoração de Che Guevara. Sua renúncia diante das "forças terríveis" que combatiam seu governo não encontrou nenhum apelo. João Goulart, que deveria assumir, estava em viagem oficial na China, uma feliz "coincidência" para que o Congresso não aceitasse a renúncia de Jânio. Entretanto, o plano não deu certo.

Toledo (1982, p. 7) afirma que "o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado". De imediato, os militares vetaram a posse de Jango, o Congresso Nacional rejeitou o veto e um impasse político foi instalado. Do Rio Grande do Sul, Lenoel Brizola defendeu a legalidade por vias militares e que o governo fosse empossado. Para resolver o impasse, a UDN e o PSD articularam a "solução de compromisso": o parlamentarismo, com eleição indireta para presidente e aprovado pela Câmara dos Deputados, que Jango aceitou com a condição de um plebiscito ao final de seu governo para que o povo decidisse qual regime seria adotado. Durante todo o seu governo parlamentarista, Jango foi bombardeado pelos setores golpistas, pela crise econômica e pela tentativa de reformas estruturais, as Reformas de Base anunciadas após o Plebiscito de 1962, que foram antecipadas pelo governo.

Jango era herdeiro de imensa fortuna e grande proprietário de terras, defensor de um capitalismo "humanizado" e "patriótico", sem nunca convencer os setores conservadores. Os setores populares, principalmente o PCB, naquele momento, pressionavam o governo para medidas progressivas e pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Jango atendeu parte dessas reinvindicações, como a instituição do 13º salário.

> **[...] O que Jango tentava fazer não tinha nada de muito ousado nem de radical. Ele dizia sempre que, se o número total de proprietários rurais fosse elevado de 2 para 10 milhões, a propriedade seria muito melhor defendida, e simultaneamente possibilidades maiores seriam abertas a mais gente de comer mais, de se educar melhor, de viver mais dignamente. Por isso é que Jango, latifundiário, queria fazer a Reforma Agrária para defender a propriedade e assegurar a fartura, evitando o desespero popular e a convulsão social. (RIBEIRO apud TOLEDO, 1982, p. 54-5)**

A partir da vitória no plebiscito, Jango assumiu plenos poderes e suas tentativas de conciliar com os setores conservadores fracassaram. As elites não estavam dispostas a ceder ao governo, o que estava em marcha era novamente o golpe, preparado com apoio interno e externo, como foi revelado pela Operação Brother Sam, pelo qual militares e setores civis do Brasil e dos Estados Unidos organizaram

todo o aparato e apoio para a deposição de João Goulart.

**Exemplificando**

O golpe militar no Brasil não foi um evento isolado, mas ocorreu no contexto de intervenções em toda a América Latina, com apoio dos Estados Unidos. Para compreender o papel norte-americano no golpe, assista à entrevista do jornalista Marcos Sá Correa, contida no filme *Jango,* de Sílvio Tendler:

SAMP. **Jango (Silvio Tendler, 1984)**. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PoFjOJBBQ68>. Acesso em: 18 ago. 2016.

Entre 1963 e 1964, os conflitos sociais se intensificaram com as greves, a organização dos trabalhadores no campo, o descontentamento de setores militares de baixa patente e com as mobilizações populares pelas reformas. Novamente os setores conservadores reagiam. A UDN conclamou os militares a intervirem, eles continuaram seu movimento conspiratório e os setores conservadores da Igreja Católica se mobilizavam, assim como os empresários que financiaram diversas organizações. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) fundiram-se, atuando como braço político dos empresários, financiando políticos conservadores, corrompendo eleições e organizando ações de caráter anticomunista.

O cerco se fecha após Goulart regulamentar a Lei de Remessa de Lucros e anunciar as Reformas de Base (nacionalizações e reforma agrária). A direita temia que Jango, com as reformas de base, fosse imbatível nas eleições de 1965. Bilac Pinto, presidente da UDN e porta-voz do General Castelo Branco, chegou a divulgar um documento afirmando que os comunistas tomariam o poder, que estaria em curso uma "guerra revolucionária". O golpe militar foi imposto em 31 de março de 1964, sem que João Goulart tivesse resistido.

Exemplificando

ANO XXXVII — Rio de Janeiro, 5.ª-feira, 26 de abril de 1962 — N.º 11 036

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO | Diretor-Tesoureiro: HERBERT MOSES
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO | Diretor-Substituto: ROGERIO MARINHO

*Dão Sua Opinião os Senadores Mem de Sá e Padre Calazans e os Deputados Raimundo Padilha, Adauto Cardoso, Aniz Badra e Paulo Sarazate (ENQUÊTE NA SEXTA PÁGINA)*

SEGUIU O "SAGRES"

**Considerado Desastroso Para o País um 13º Mês de Salário**

Mal Recebida Nos Meios Econômicos e Financeiros a Aprovação, Pela Câmara, do Projeto do Sr. Acrão Steinbruch — A Medida Teria Cunho Meramente Eleitoreiro (Texto na Décima-Primeira Página)

A capa desta edição de *O Globo* demonstra a intolerância dos setores conservadores contra as medidas populares do governo João Goulart.

### A educação no período desenvolvimentista

A educação nesse período deve ser compreendida na dinâmica modernizadora em curso, refletida no plano cultural pelo Cinema Novo, a Bossa Nova, a Música Popular Brasileira e as conquistas da Copa do Mundo que marcaram fortemente a cultura popular brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases, apresentada em 1948 como anteprojeto, tramitou até 1961, quando foi promulgada. Durante esse período, o debate entre os reformadores e católicos continuou. Os reformadores escolanovistas defenderam a descentralização do ensino, inscrita na LDB. Além disso, outro tema que provocou intenso debate foi o papel do Estado no financiamento da educação. Carlos Lacerda, líder da UDN, com um discurso de "liberdade do ensino", defendia a iniciativa privada na educação, alegando que era direito das famílias escolher sua própria educação e que o Estado deveria garantir iguais condições financeiras e técnicas tanto para a escola pública como para a escola

privada.

De acordo com Aranha (2006), o que estava em curso nesse debate era a proposta republicana do ensino laico, responsabilidade do Estado. Ao favorecer as escolas privadas, em sua maioria católicas, a democratização da educação foi retardada. Os reformadores reagiram e impulsionaram a Campanha em Defesa da Escola Pública, culminando no *Manifesto dos Educadores Mais uma Vez Convocados*, em 1959. A ênfase do Manifesto era de que a verba pública deveria ser exclusiva da educação pública, não devendo financiar a educação privada. Aranha (2006) também afirma que a LDB, promulgada em 1961, estava ultrapassada pela dinâmica industrializante em curso e favoreceu o ensino privado na medida em que permitiu financiamento público para as instituições privadas. Com a criação do Conselho Federal de Educação (CFE) e dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE), além da participação das entidades privadas, a pressão e a força desse setor aumentaram ainda mais.

**Assimile**

*Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados* (janeiro de 1959)

"[...] Esta mensagem, decorridos mais de 25 anos da primeira que em 1932 nos sentimos obrigados a transmitir ao público e às suas camadas governantes, marca nova etapa no movimento de reconstrução educacional que se procurou então desencadear, e que agora recebe a solidariedade e o apoio de educadores da nova geração. Outras, muito diversas, são as circunstâncias atuais que naturalmente reflete este novo documento, menos doutrinário, mais realista e positivo, na linha, porém, do pensamento da mesma corrente de educadores. O que era antes um plano de ação para o futuro, tornou-se hoje matéria já inadiável como programa de realizações práticas, por cuja execução esperamos inutilmente, durante um quarto de século de avanços e recuos, de perplexidades e hesitações. Certamente, nesse largo período, tivemos a fortuna de constatar numerosas iniciativas do maior alcance, muitas delas de responsabilidade direta ou sob a inspiração de alguns dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Mas foram elas ou largos planejamentos,

parcialmente executados, ou medidas fragmentárias, em setores isolados da educação ou de influências regionais, sem as conexões indispensáveis com as diversas esferas do aparelhamento escolar, cuja estrutura geral não se modificou, mantendo-se incongruente e desarticulada em suas peças fundamentais [...]".

No texto do Manifesto é possível constatar as diferenças existentes entre a situação das reformas educacionais defendidas em 1932 e as experiências acumuladas até 1959, assim como os desafios que ainda permaneciam. Faça a leitura completa do Manifesto:

BRASIL. Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados (Janeiro de 1959). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 205–220, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2_22e.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

**Reflita**

Sugerimos que após a leitura do *Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados*, de 1959, você faça uma breve reflexão sobre o que foi conquistado pelos reformadores da educação entre 1932 e 1959, e o que ainda permanecia como proposta a ser alcançada.

Essa situação ampliava o problema de uma população que em idade escolar, em sua maioria, não tinha acesso à escola. O que estava em jogo nesse debate era a possibilidade de construção de um sistema público de ensino, ou seja, de democratização e de ampliação do ensino público para os setores que foram historicamente excluídos da educação. Havia na educação uma correspondência entre os defensores de um desenvolvimento econômico autônomo e os setores mais conservadores da sociedade que defendiam um desenvolvimento econômico subordinado aos interesses externos e à velha dinâmica agrária. Por exemplo, a UDN estava ao lado dos católicos nesse debate educacional, enquanto que os setores progressistas e de esquerda apoiavam os reformadores.

Retomando a LDB, que entrou em vigor em 1962, com a instalação do Conselho Federal de Educação, foi elaborado o Plano Nacional de

Educação (PNE) sob a responsabilidade de Anísio Teixeira. O Plano elevou para 12% a obrigação mínima dos recursos federais para o ensino, criou fundos específicos para cada nível e determinou a preparação de um Plano de Educação para cada um dos níveis de educação e critérios para os salários dos professores. Anísio Teixeira manteve-se nessas funções durante o início dos anos 1960, permaneceu na direção da Capes e do Inep e colaborou diretamente na criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, entregando sua condução a Darcy Ribeiro. Em 1963, quando este assumiu o MEC, Anísio Teixeira retomou a reitoria da UnB.

Diante da consolidação do nacional desenvolvimentismo foi criado um órgão com a responsabilidade de formulação, desenvolvimento, difusão e aplicação de suas ideias, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), em 1955. O nacionalismo aparecia como instrumento de defesa da nova dinâmica industrial autônoma diante dos velhos interesses econômicos.

Com as barreiras encontradas na LDB para a democratização da educação, inúmeras iniciativas apareciam também no campo popular, as quais procuravam conscientizar o povo brasileiro com suas divergentes perspectivas, variando do marxismo ao catolicismo. A cultura e a educação popular seriam os seus instrumentos. Nesse sentido, variadas experiências surgiram: teatro, artes plásticas, fotografia, literatura de cordel, cursos, exposições, publicações, música, exibição de filmes e documentários, alfabetização popular, entre outras formas.

O Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) se espalhou pelo país entre 1962 e 1964, difundindo a cultura engajada e politizada. Os Movimentos de Cultura Popular (MCP) também se espalharam, tendo como experiência inicial a Prefeitura de Recife, em Pernambuco, local em que Paulo Freire atuou. Em Natal, em 1961, surgiu a "Campanha de pé no chão também se aprende a ler", importante iniciativa de educação popular. O Movimento de Educação de Base (MEB), criado pelos católicos progressistas, financiado pelo governo federal, inicialmente voltado apenas para a alfabetização da população rural foi sendo cada vez mais politizado, transformando-se em um espaço de organização política dos setores populares, inclusive de sindicalização dos trabalhadores rurais. Se no período anterior a educação popular tinha apenas um caráter de política de alfabetização,

com a politização social ela ganhou uma nova conotação. A educação popular ligava-se, enfim, ao nacionalismo.

**Pesquise mais**

Para compreender melhor o papel da educação popular na história do Brasil, veja esse interessante artigo de Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira e Eduardo Tadeu Pereira:

Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/view/3371/2994>. Acesso em: 19 ago. 2016.

Paulo Freire (1921-1997) foi uma das principais referências para grande parte desses movimentos de educação popular. Diplomado em Direito, função que não exerceu, foi nomeado professor efetivo de Filosofia e História da Educação na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da então Universidade de Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Paulo Freire teve participação ativa no MCP de Recife, no Conselho Estadual de Educação, em experiências de alfabetização no Estado, que permitiram ao educador assumir tarefas nacionais, sendo designado a assumir a presidência da Comissão Nacional de Cultura Popular, em 1963, sob sob governo de João Goulart e a coordenação do Plano Nacional de Alfabetização, entre 1963 e 1964. Nesse período sua produção teórica foi intensa. Dessa experiência, Paulo Freire produziu um método inovador de alfabetização:

> A elaboração e execução do método comportavam cinco fases: 1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará; 2. Escolha das palavras, selecionadas do universo vocabular pesquisado; 3. Criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar; 4. Elaboração de fichas-roteiro, que auxiliem os coordenadores de debates no seu trabalho; 5. Feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores. (SAVIANI, 2011, p. 325)

Para a aplicação desse método, o educador propôs círculos culturais ao invés das escolas e coordenadores de debates no lugar

dos professores, rompendo a relação hierarquizada entre professores e alunos. A palavra geradora era apresentada e debatida. Por exemplo, "tijolo".

> No primeiro passo, essa palavra é apresentada numa situação do trabalho em construção. Discutida essa situação, visualiza-se a palavra, que depois é apresentada sem o objeto: Tijolo. Numa nova projeção, ela aparece desmembrada em suas sílabas: ti-jo-lo. Daí chega-se às famílias fonêmicas: ta-te-ti-to-tu; já-je-ji-jo-ju. Finalmente, chega-se à projeção da "ficha de descoberta" contendo as três famílias fonêmicas em conjunto: ta-ta-te-ti-to-tu; já-je-ji-jo-ju; la-le-li-lo-lu. (SAVIANI, 2011, p. 325)

A partir daí outras combinações fonêmicas são feitas, dando sequência ao processo de alfabetização, que se completava com a formação política e cultural mais ampla.

Paulo Freire foi inicialmente influenciado pela Filosofia Humanista, mais especificamente pelo existencialismo cristão, e pelos teóricos do Iseb, que permitiram ao educador uma identificação com o nacional desenvolvimentismo em curso. Após a produção da *Pedagogia do Oprimido*, em 1968, o autor passou a dialogar com a filosofia dialética e marxista, sem assumir seus pressupostos. Com o golpe militar, em 1964, Paulo Freire ficou exilado no Chile, nos Estados Unidos e na Suíça, retornando ao Brasil em 1980. Ele também teve um papel fundamental no processo de difusão dos pressupostos da Escola Nova. Saviani (2011) denomina sua experiência como uma espécie de "Escola Nova Popular", na medida em que lutou para generalizar na escola púbica as perspectivas reformadoras da educação.

Nesse contexto, outras experiências inovadoras apareceram, como o Colégio de Aplicação da USP, entre 1962 e 1966, e os Colégios Vocacionais nas cidades de São Paulo, Americana, Batatais, Rio Claro e Barretos.

À medida que a sociedade se politizava e o movimento operário ganhava importância, o movimento estudantil também ampliava sua participação para além dos muros da escola. Os estudantes discutiam cada vez mais os rumos do país, organizando-se nos Centros Acadêmicos (CAs), nos Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e

em partidos políticos. As duas principais organizações que estavam representadas no movimento estudantil eram o PCB e a Ação Popular, organização católica de esquerda fundada em 1962, que disputavam ano a ano a hegemonia da UNE.

## Sem medo de errar

Se na República Velha a questão social era caso de polícia, a partir do período Vargas, à medida que os trabalhadores foram conquistando cada vez mais espaço e importância na dinâmica política, econômica e social, a questão social transformou-se em uma agenda obrigatória dos governantes. A industrialização aumentou o número de trabalhadores assalariados, produzindo uma sociedade mais complexa, marcada pelo impulso da industrialização com a manutenção da velha estrutura agrária concentradora de terra, renda e riqueza. Já havíamos resgatado o conceito de modernização conservadora para explicar esse processo. Veja que duas dinâmicas estavam entrelaçadas, uma nova e uma velha, ou seja, dois processos distintos de desenvolvimento: uma industrialização autônoma do país e outra de manutenção de um desenvolvimento subordinado aos interesses externos e à velha estrutura agrária.

Para o capital estrangeiro, interessava ao país manter-se como fonte de fornecimento de matérias-primas e mercado consumidor de seus produtos industrializados. A industrialização do país interessava apenas na medida em que permitia a ampliação a e instalação de suas indústrias monopolistas. Já para as velhas elites agrárias, interessava apenas a ampliação de suas exportações, sendo lucrativo que o Brasil se especializasse como país agrícola. A industrialização do país, à medida que incentivava uma nova estrutura produtiva, impulsionava a ampliação de uma classe social que exigia cada vez mais direitos e participação política.

Essas mudanças pressionavam a educação a formar uma força de trabalho mais qualificada e traziam a necessidade de ampliação da alfabetização como condição de voto e a educação popular como forma de construção alternativa de educação. As disputas sobre o desenvolvimento do país também condicionavam os caminhos da educação brasileira. A ampliação da educação e a construção de um sistema público de ensino, defendido pelos reformadores, eram coerentes com o projeto desenvolvimentista.

**Atenção**

Veja que o conceito de modernização conservadora é importante para compreendermos esse período. À medida que a classe trabalhadora assalariada ganhava mais importância, o governo não podia mais ignorar suas reivindicações sem que isso alterasse uma visão conservadora de que a população deveria ser tutelada pelos governantes.

## Avançando na prática

### A educação popular no período desenvolvimentista

#### Descrição da situação-problema

Imagine que você foi convidado a preparar uma palestra na reunião pedagógica de sua escola sobre a educação popular no período desenvolvimentista de 1950 a 1964. Como você organizará? Quais elementos você levará em conta?

**Lembre-se**

A educação popular adquiriu conotações diferentes ao longo do tempo. Inicialmente, ela foi caracterizada muito mais como um processo de alfabetização da população marginalizada socialmente, que não tinha acesso à educação formal. À medida que a sociedade se politiza, como foram os anos do segundo Governo Vargas até o Golpe Militar, a educação popular acompanha a dinâmica social e adquire a conotação mais politizada, representando uma educação alternativa, fora dos espaços institucionalizados.

#### Resolução da situação-problema

Para organizar a palestra sobre a educação popular, busque compreender o contexto do período desenvolvimentista de 1950 a 1964, marcado pela disputa de projetos de desenvolvimento do país, levando em consideração os setores que defendiam uma perspectiva de desenvolvimento autônomo, que passava pela industrialização e pela ampliação do acesso à educação.

Avalie também as duas formas de educação popular do período, aquela que foi produzida por experiências institucionais de governo,

municipais ou estaduais, e aquela produzida por organizações sociais, que aliaram atividades culturais, formativas e educacionais. Foram caminhos diferenciados que demonstravam perspectivas teóricas distintas, mas que procuraram politizar e construir a autonomia popular em uma sociedade ainda marcada pela velha estrutura agrária.

**Faça você mesmo**

Faça uma breve pesquisa sobre as propostas de educação popular existentes atualmente e avalie a influência de Paulo Freire em suas perspectivas.

## Faça valer a pena

**1.** A LDB de 1961, que tramitava desde 1948, foi objeto de intensas disputas entre os reformadores da educação nova e os católicos.

O tema do financiamento da educação foi polêmico, sendo correto afirmar que:

a) Os reformadores defendiam que a verba pública fosse direcionada somente para a educação pública.

b) Os reformadores defendiam que a verba pública fosse direcionada somente para a educação privada.

c) Os católicos defendiam que a verba pública fosse direcionada somente para a educação pública.

d) Os católicos defendiam que a verba pública fosse direcionada somente para a educação privada.

e) Os reformadores defendiam que a verba pública não financiasse a educação, que as entidades educacionais captassem recursos com entidades privadas.

**2.** Considere as afirmações a seguir:

I. O que estava em jogo nesse debate era a possibilidade de construção de um sistema público de ensino, ou seja, de democratização e de ampliação do ensino público para os setores que foram historicamente excluídos da educação.

II. Havia na educação uma correspondência entre os defensores de um desenvolvimento econômico autônomo e os setores mais conservadores da sociedade que defendiam um desenvolvimento econômico subordinado aos interesses

externos e à velha dinâmica agrária.

III. Por exemplo, a UDN estava ao lado dos católicos nesse debate educacional, enquanto que os setores progressistas e de esquerda apoiavam os reformadores.

Considerando o debate sobre a LDB aprovada em 1961, é correto afirmar que:

a) Apenas a afirmação I está correta.

b) Apenas a afirmação II está correta.

c) Apenas a afirmação III está correta.

d) As afirmações I, II e III estão corretas.

e) Apenas as afirmações I e III estão corretas.

**3.** A LDB de 1961, que entrou em vigor em 1962, aprovou a instalação de um importante órgão educacional, que é o:

a) Conselho Federal de Educação.

b) Conselho Federal de Extensão.

c) Conselho Federal de Pesquisa.

d) Conselho Federal de Ensino.

e) Conselho Federal de Ensino Técnico.

# Referências


ALMEIDA, J. S. Indícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930). **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 139-152, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a11.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 188–204, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados (Janeiro de 1959). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 205–220, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2_22e.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": frente negra brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

LIMA, Antônio Bosco de. manifesto dos pioneiros de 1932: Leituras de seus 80 anos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 47, 2012. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/view/4213/3419>. Acesso em: 18 ago. 2016.

MÜLER, Meire Terezinha. O Senai e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 40, 2010. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/view/3378/3001>. Acesso em: 18 ago. 2016.

PEREIRA, Dulcinéia de Fatima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um

outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 72-89, dez. 2010. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr/article/view/3371/2994>. Acesso em: 19 ago. 2016.

SAMP. **Jango (Silvio Tendler, 1984)**. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PoFjOJBBQ68>. Acesso em: 18 ago. 2016.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

TOLEDO, C. N. de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

# História, sociedade e educação no Brasil III

*Reinaldo Barros Cicone*

**Convite ao estudo**

Estamos iniciando a última unidade do nosso curso de História da Educação. Como é possível notar, é impossível desvincular a história da educação e a evolução das ideias pedagógicas da própria história, em especial de seus aspectos políticos e econômicos. Ao longo de todo o livro visamos ajudar a sua compreensão do todo, e não apenas decorar acontecimentos e dados isolados como leis e datas.

Seguiremos o mesmo processo nesta unidade que deve ficar ainda mais interessante em virtude da proximidade com nossa própria vida. Você vai conseguir relacionar a educação brasileira de hoje com todo o processo histórico que nos trouxe até aqui. Vamos tratar especificamente dos últimos 50 dos 500 anos de história do Brasil. É claro que a importância desse período para a compreensão do momento em que vivemos – e as possibilidades futuras – é muito grande.

Qual será a importância do regime militar, imposto em 1964, para a educação brasileira? Com a redemocratização e a nova Constituição, o que mudou? Quais são as consequências da crise dos anos 1980 e 1990 nas receitas públicas e, portanto, na capacidade de investimento estatal no ensino? O modelo neoliberal, que propõe a redução do estado, teve influência na melhoria ou na piora do ensino do país? E o que acontece a partir dos anos 2000 com a eleição de um modelo diferente? Foi mesmo diferente? Em que aspectos? Conhecendo agora toda a história da educação nacional, como podemos pensar no ensino das próximas gerações? Todas essas questões estarão presentes nas próximas páginas.

Na Seção 4.1, vamos conhecer de perto o modelo político e econômico imposto pelos militares após o golpe de 1964 e as reformas educacionais derivadas desse modelo. Na Seção 4.2 vamos ver como a redemocratização, e a crise dos anos 1980 impactaram a educação nacional, bem como o debate sobre o assunto na Constituição de 1988. Na Seção 4.3, vamos analisar a vitória do modelo neoliberal e suas consequências sobre a educação na LDB e no primeiro PNE, aprovado em 2001. Finalmente, na Seção 4.4, chegaremos perto dos dias atuais, das mudanças no Brasil nos anos 2000 e os reflexos na educação pública e privada, analisando até a aprovação do segundo PNE, em 2014. Vamos seguir juntos nossa viagem pela história da educação ao longo tempo.

# Seção 4.1

## A educação brasileira no período militar

### Diálogo aberto

Nesta unidade, vamos estudar os últimos cinquenta anos da história do Brasil e, com mais detalhes, sua influência sobre a educação nacional. Iniciaremos com o golpe militar e sua política educacional, a crise e a redemocratização nos anos 1980 e o debate sobre educação na Assembleia Constituinte, o modelo neoliberal eleito nos anos 1990 e sua negação nos anos 2000.

Esta primeira seção irá se aprofundar nos acontecimentos a partir de 1964, quando o presidente João Goulart, o Jango, é derrubado e substituído pelos militares, que governaram até 1985. Nesse período o rico debate dos anos 1950 e início dos anos 1960 é sufocado por um regime autoritário, que vai alterar praticamente toda a legislação brasileira, modificando profundamente nosso sistema de ensino.

Você já sabe os motivos que levaram ao golpe militar de 1964. Mas, que consequências isso traria para a educação nacional, para as universidades, para o ensino primário e secundário da época e em que isso impactaria as próximas décadas? Você já viu na Unidade 2, o debate sobre as teorias pedagógicas positivistas e tecnicistas, e na Unidade 3, o debate em torno da LDB de 1961. Qual é a relação entre todo esse debate e o modelo educacional dos anos 1970? Quais foram as mudanças implantadas no ensino primário, secundário e na educação de jovens e adultos? E a universidade, sofreu alterações? Qual foram elas? São estas as questões que nos guiarão na compreensão da educação dos anos 1960 e 1970 e seus impactos nas décadas futuras.

Vamos pensar sobre essas questões e buscar algumas respostas.

### Não pode faltar

#### O modelo econômico e político implantado pelos militares

Vimos na seção anterior os conflitos de projetos e os interesses envolvidos que levaram ao golpe militar, apoiado pela UDN, partido mais conservador e ligado ao capital capital nacional, e principalmente

internacional. Assumindo o governo, os militares iniciaram as reformas visando implantar seu projeto que proporcionaria o chamado "milagre econômico" nos anos seguintes.

**Reflita**

Neste período, todos os partidos existentes na década de 1960, sendo os mais importantes e representativos a UDN, o PSD e o PTB, além de outros menores, mas importantes pelo papel que exerciam, como o PCB, foram extintos pelo Ato Institucional número 2. Em seu lugar foram criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), integrada pelos que apoiavam o golpe, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), composto pelos oposicionistas que puderam ficar no Brasil, ou seja, que não foram expulsos, cassados, presos ou mortos. Somente a partir do final dos anos 1970 é que vão ser permitidos novos partidos, parecidos com os que temos hoje.

Normalmente consideramos como período militar os anos de 1964 a 1985, quando Sarney toma posse. No entanto, em 1988 é promulgada nova Constituição e apenas em 1989, 29 anos após a eleição de Jânio Quadros e Jango, é que houve nova eleição para presidente. Nesta eleição, nenhum brasileiro com menos de 46 anos havia, até então, votado para presidente. Também foram suspensas as eleições para governadores até 1982 e para prefeitos de capital até 1985, além da indicação de senadores não eleitos em 1977. Qual nome você daria para isso?

Chamamos de "milagre econômico" o vigoroso aumento do Produto Interno Bruto (PIB) - valor que produzimos internamente - ocorrido em parte do período militar. Segundo os dados oficiais, durante a década de 1970 o crescimento médio anual foi de 8,8% e entre 1964 e 1980 acima de 7,8% ao ano. O destaque fica entre os anos 1968 e 1973, quando o crescimento médio ficou acima de 11%. Houve, portanto, um rápido aumento e diversificação do nosso parque industrial que requeria a formação também rápida de uma mão de obra qualificada para as novas funções que se apresentavam.

Do ponto de vista econômico, o chamado milagre baseou-se, principalmente, na abertura da economia para investimentos privados nacionais e estrangeiros, favorecido pela suspensão do controle das remessas de lucro ao exterior; nos investimentos estatais – por exemplo,

Rodovia Transamazônica, ponte Rio-Niterói, Itaipu, Angra dos Reis -; na ampliação do crédito ao consumidor; na concentração de renda que aumentou a margem de lucro e o retorno dos investimentos; nos empréstimos internacionais públicos e privados a juros flutuantes. Para se ter uma ideia do volume de empréstimos, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a dívida externa brasileira saltou de US$ 8,3 bilhões em 1971 para US$ 74 bilhões em 1981 e US$ 105 bilhões em 1985, ou seja, quase treze vezes mais.

Você imagina que não se impõe um modelo concentrador de renda sem aprovação das urnas e de maneira fácil. Para enfrentar a oposição, além da deposição do presidente foi necessário todo um aparato repressor, expresso da forma mais clara pelos Atos Institucionais que foram desfigurando a Constituição de 1946, com destaque para o AI-5 de dezembro de 1968, que determinava o fechamento final do regime. A partir daí tivemos de maneira generalizada as prisões arbitrárias, verdadeiros sequestros, exílio, torturas e assassinatos que praticamente dizimaram os opositores. No entanto, desde o início o novo governo tratou de eliminar a oposição:

> **Em 60 dias suspendeu os direitos políticos e/ou cassou os mandatos eleitorais de 441 brasileiros, dentre os quais três ex-presidentes; seis governadores de estados; 55 membros do Legislativo federal; e vários diplomatas, líderes trabalhistas, oficiais militares, intelectuais e funcionários públicos. (SKIDMORE, 1988, p. 60)**

**Pesquise mais**

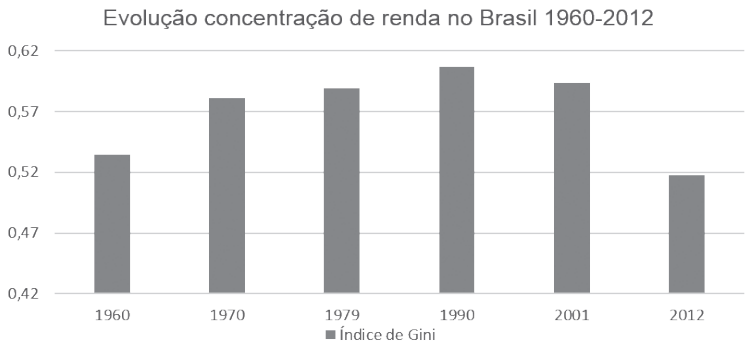
Para saber mais sobre a repressão indiscriminada no período militar, conheça o projeto **Brasil Nunca Mais**, desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos 1980, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>. Acesso em: 9 jul. 2016.

Vemos, portanto, que se tratava nos anos 1964-85 da consolidação de um modelo muito diferente do que vinha sendo proposto antes com as reformas de base que previam aumento do acesso aos serviços

públicos, distribuição de renda, crescimento sustentável e não baseado em empréstimos internacionais, em especial dos Estados Unidos. Aliada à falta de perspectivas no campo em virtude do início da mecanização pelo agronegócio, ausência de reforma agrária e concentração das terras, houve um vigoroso êxodo rural e migração para os grandes centros, em especial para a região sudeste. No final dos anos 1960, a população urbana passaria a ser maior que a rural.

**Assimile**

Figura 4.1 | Evolução índice de Gini




Fonte: adaptada de: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2016.

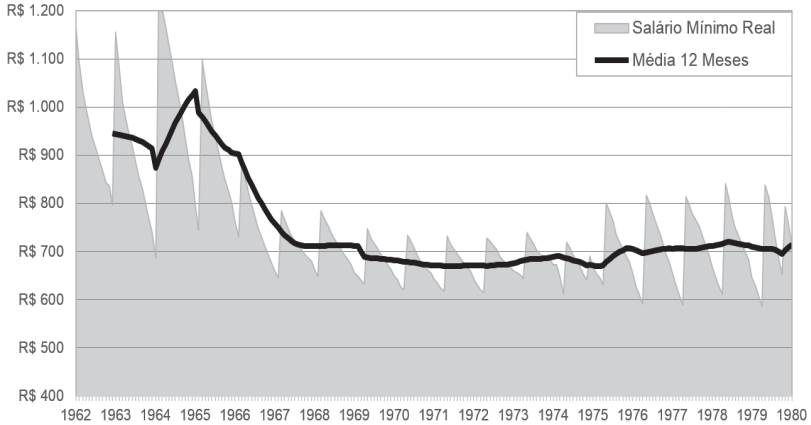
O Índice de Gini é um indicador econômico que mostra o grau de concentração de renda. Varia de 0 a 1, sendo 0 a menor desigualdade e 1 a maior. Apesar da melhoria a partir dos anos 2000, o Brasil segue como um dos países mais desiguais do mundo.

Por meio do golpe de 1964, os militares implantaram um modelo econômico de concentração de renda, que tornou o Brasil o mais desigual do mundo. Essa situação só começou a ser timidamente revertida nos anos 1990. A partir dos anos 2000, notamos uma significativa redução da concentração de renda em virtude do aumento do PIB, do emprego, do salário mínimo e das políticas sociais como o programa bolsa família, entre outros fatores.

A abundância de mão de obra, o controle do governo sobre a elevação dos salários e a repressão sobre os movimentos trabalhistas concluíram o achatamento salarial. Nos primeiros anos do golpe, o salário médio (em valores corrigidos em maio de 2016) caíram da faixa

de R$ 1.000 para R$ 700,00 e permaneceram nessa faixa por toda a década de 1970, ou seja, uma redução da ordem de 30% sobre o valor de 1963-1964.

Figura 4.2 | Evolução do valor médio anual do salário mínimo




Fonte: adaptado de: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 7 jul. 2016.

Mas, a situação foi ainda pior para os professores. Segundo Cunha (1991) apud Ferreira (2009), entre 1967 e 1979, o valor por hora dos salários dos professores primários da rede estadual de São Paulo caíram de 8,7 para 5,7 vezes em relação ao salário mínimo. No Rio de janeiro, caiu de 4 vezes em 1960 para 2,8 vezes em 1977.

### A educação no período militar

A repressão não se limitou a políticos, atingindo também professores e estudantes: "milhares foram presos através do país na 'Operação Limpeza', inclusive membros de organizações católicas como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e outras" (SKIDMORE, 1988, p. 55). Entre os cassados e exilados estavam Celso Furtado e Paulo Freire.

Foram extintos os grêmios secundaristas, organismos tradicionais de debates no meio estudantil, que foram substituídos pelos Centros Cívicos, em geral sob orientação do professor de Educação Moral e Cívica, de confiança dos diretores das escolas. No ensino superior, a UNE foi proibida (sua sede já havia sido incendiada durante o golpe de 1964, sendo permitido apenas a organização local dos estudantes por meio dos Diretórios Acadêmicos e Centrais, também sob vigilância

do Estado que controlava todos os movimentos da sociedade não alinhada. Tratava-se de impedir qualquer forma de pensamento livre e independente e que pudesse se contrapor ao modelo.

Entretanto, todo o debate que vinha sendo travado sobre os rumos do país, desde a década de 1950, como você viu nas seções anteriores, não iria ser sufocado facilmente. A sociedade clamava por democracia, por decidir seus rumos. E os estudantes faziam parte desse processo. O mês de outubro de 1968 foi marcado por dois eventos históricos: o conflito entre estudantes da USP e da Mackenzie na rua Maria Antônia em São Paulo e pelo famoso Congresso de Ibiúna da UNE, que ocorreu mesmo proibido, mas descoberto pelos militares acabou com todos os estudantes presos.

Visando aumentar o grau de repressão a partir do AI-5, foi baixado em fevereiro de 1969 o Decreto Lei 477 – instrumento autoritário, pelo governo, sem aprovação do congresso – que proibia qualquer debate político nas universidades. Além disso, o currículo também precisava mudar. Em setembro de 1969, por meio de novo Decreto-Lei, número 869, foram incluídas as disciplinas acríticas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, sendo que nos cursos superiores foi incluída a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros.

Professores contrários ao regime foram presos, exilados ou aposentados compulsoriamente, por exemplo, Florestan Fernandes. Anísio Teixeira, pioneiro dos anos 1930, e que hoje empresta o nome ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), foi deposto do cargo de reitor da UnB em 1964. Em 1971 foi encontrado morto no fosso de um elevador, sendo provavelmente mais uma das vítimas fatais da ditadura. Outros intelectuais e também artistas foram presos e exilados. Você pode levantar esses nomes em uma rápida pesquisa.

Nesse mesmo ano, o Decreto 68.908/71 acaba com os excedentes (alunos aprovados e que não conseguiam se matricular por falta de vagas nas universidades) e cria-se o vestibular classificatório.

Você se lembra de que a LDBEN foi aprovada em 1961 depois de treze anos de debate no congresso nacional, mobilizando a opinião pública, parlamentares e especialistas em sua elaboração? Os militares não a suprimiram, mas além dos decretos-leis e outros decretos, como

alguns que vimos anteriormente, desmontaram todas as experiências progressivas públicas e privadas na educação, como as iniciativas de educação popular e as escolas vocacionais. Além disso, fizeram aprovar duas leis que mudariam profundamente o tipo e os objetivos da educação nacional.

**Pesquise mais**

Para saber mais sobre os colégios vocacionais do Estado de São Paulo, visite o site disponível em: <http://docverdade.blogspot.com.br/2013/03/vocacional-uma-aventura-humana-2011.html>. Acesso em: 16 jul. 2016. Você encontrará também um filme sobre esse tema que vale a pena ser assistido.

Em 1967, foi criado o Mobral no lugar do Plano Nacional de Alfabetização do governo João Goulart, extinto em 1964. O Mobral começou a operar em 1970. Em tese este era baseado na metodologia de Paulo Freire, mas na prática era adulterado pela impossibilidade de conscientização e relação com a realidade concreta. Os resultados foram pequenos, reduzindo o índice de analfabetismo de 33% em 1970 para 28,5% em 1972, segundo Aranha (2006).

### A Lei 5.540/68

O ensino superior foi alterado pela Lei 5.540/68. Segundo Aranha (2006), aprovado em tempo recorde por um Congresso cúmplice e intimidado pelos militares, essa lei, pouco discutida, foi inspirada nas ideias do norte-americano Rudolph Atcon e da Escola Superior de Guerra.

Entre as mudanças podemos listar: extinção das cátedras, criação dos departamentos, unificação do vestibular, unificação de faculdades em universidades, instituição do ciclo básico, definição de cursos de curta e longa duração além da instituição do programa de pós-graduação. Ademais, foram introduzidos as matrículas por disciplinas e o sistema de créditos, além da permissão a nomeação de diretores e reitores que não fossem professores.

Sobre esses pontos, segundo Aranha (2006), podemos dizer que a instituição do programa de pós-graduação contribuiu para a formação de professores universitários e para pesquisa nacional. No entanto, conforme nos alerta Xavier (1994, p. 231), "a prioridade educacional

no período acabou sendo a formação superior dos quadros que iriam ocupar a tecnoburocracia estatal, bem como os cargos de nível médio (técnicos)".

O sistema de matrículas por disciplinas e créditos, embora permitisse maior flexibilidade e aproveitamento dos recursos, visava também a fragmentação das turmas e, logo, reduzia a interação entre os alunos, diminuindo a capacidade de articulação estudantil. Por outro lado, o controle externo, diga-se do governo, sobre a seleção, a nomeação e até mesmo a punição, como já vimos, reduziu drasticamente a autonomia universitária, que é exigência para o livre pensar, o livre pesquisar e para a construção coletiva do conhecimento.

Além disso, apesar do aumento dos recursos públicos disponíveis, uma parte cada vez menor passou a ser investida na educação. A partir de 1967, segundo Hilsdorf (2003, p. 126), "deixou-se de prever dotações orçamentárias precisas para o sistema público de ensino, vinculação que voltou a ser estabelecida apenas em 1983" fazendo que em 1975 chegássemos a investir apenas 4,73% dos recursos federais em educação.

Essa falta de recursos, que se traduzia também na falta de vagas, acabou permitindo a expansão do ensino privado também no nível superior. Entre 1970 e 1980 o número de instituições públicas aumentou de 184 para 200 (8,7%) e o de privadas quase dobrou, aumentando de 2.221 para 4.394 (97,8%), conforme Rigotto e Souza (2005).

Em geral, as instituições privadas eram menos exigentes e equipadas do que as públicas, embora muitas vezes financiadas com recursos públicos acabaram se especializando no atendimento dos setores que não conseguiam passar no vestibular das universidades públicas, inaugurando o modelo de escolas menos gabaritadas, pagas e voltadas aos mais pobres, enquanto que os mais privilegiados ocupavam as vagas públicas. E o ciclo dualista se reforçava.

### A lei 5.692/71

Logo depois, o ensino de primeiro e segundo graus foi alterado pela lei 5.692/71. Segundo Aranha (2006), havia três pilares que orientavam estas reformas: a necessidade de formação de técnicos qualificados; formação de cidadãos conscientes, de acordo com a mentalidade da

época; e o aumento da relação entre escola, empresas e comunidade.

Você já estudou na Unidade 2 os pressupostos e as influências do tecnicismo e do positivismo na educação. Durante a ditadura essas correntes teóricas seriam as mais influentes. O positivismo acredita na neutralidade e na objetividade do conhecimento, na técnica racional e na melhor forma de se produzir as coisas. Essa ideia é replicada para a educação, tentando torná-la neutra, objetiva, despolitizada, como se fosse um treinamento baseado em objetivos específicos. Como já vimos em outras experiências históricas, tenta separar o pensar e o planejar do fazer e do aplicar. A teoria do capital humano, da década de 1960, também teve influência no modelo. Essa teoria vê a escola como uma empresa que produz conhecimento, algo que dá 'valor' ao ser humano, e não como direito do cidadão. Nas palavras de Hilsdorf:

> **As habilidades e os conhecimentos obtidos com a escolarização formal representam o "capital humano" de que cada trabalhador se apropria: a teoria propõe que basta investir nesse capital para que o desenvolvimento pessoal e social aconteça. Na década de 1970 essa concepção será criticada como uma ideologia pré-capitalista, pois sendo adotada não seria necessário pensar em mudanças estruturais mais radicais, atribuindo-se ao trabalhador assalariado – sem propriedade, sem controle dos meios de produção e do seu produto – a capacidade de capitalizar-se. (2003, p. 123)**

Enfim, a conhecida lógica na qual se baseia o capitalismo, de que só é pobre quem não trabalha ou não estuda. No entanto, a tradição escolanovista dos professores e das próprias instituições evitou que esse processo tenha se implantando plenamente, embora seus reflexos sejam sentidos até hoje, seja pela crença na neutralidade do conhecimento, na valorização do conhecimento técnico, na desvalorização das ciências humanas e na estigmatização da atividade política. Poderíamos sintetizar outras mudanças realizadas no período:

- Redução do percentual mínimo da arrecadação federal a ser aplicada em educação, fazendo que o aumento do PIB do período do "milagre econômico" não se refletisse no necessário aumento das verbas para o ensino e, como já vimos anteriormente, na redução do

salário dos professores.

- Unificação do primário com o ginásio, suprimindo os exames de admissão e consequente ampliação da obrigatoriedade de quatro para oito anos de escolaridade. Embora prevista, essa obrigatoriedade não se efetivou na prática em virtude da falta de estrutura, de recursos e de professores.

- Criação da escola única profissionalizante, unificando o segundo grau com ensino técnico, o que ofereceria um 'ofício' ao estudante ao final do ensino secundário, reduzindo a pressão pelo aumento do ensino superior. Entretanto, a falta de laboratórios, equipamentos e materiais acabou privilegiando a formação no setor terciário, que exigia menos recursos. A falta de capacitação gerou um exército de jovens mal preparados e, portanto, mal remunerados, que perpetuava nossa desigualdade interna e em relação aos demais países.

- Reestruturação do ensino supletivo, obrigatoriedade das disciplinas de Educação Física, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira, Educação Artística, Programa de Saúde e Religião.

- Extinção das disciplinas de Filosofia, unificação das disciplinas de História e Geografia em Estudos Sociais, no primeiro grau, o que caracterizava um ensino prático, ideologizado pelo regime e acrítico.

- Desativação da Escola Normal de formação de professores do primeiro grau.

- Redução da idade legal mínima para o trabalho, a 12 anos, o que incentivava a evasão escolar.

### Um modelo tecnicista

Chamamos de educação tecnicista a adequação da educação às exigências ou necessidades da sociedade capitalista e industrial, a educação voltada ao trabalho, e não ao conhecimento amplo, genérico e propedêutico. No fundo, é a velha discussão que tratamos ao longo deste livro, a dualidade do ensino brasileiro. Enquanto as elites têm acesso a uma formação ampla e geral, e não apenas voltada à produção imediata, o ensino tecnicista busca formar as pessoas de forma segmentada, sem uma visão do todo, voltado às necessidades

da produção, e não para um pensar sobre o mundo. Mesmo porque, pensar sobre o mundo, naquele período, como já vimos, era "perigoso", fazia as pessoas sumirem, serem torturadas, mortas etc.

O ensino deveria permitir a expansão da produção, formando técnicos qualificados para a rápida expansão industrial que ocorria por causa do "milagre econômico". Essa tendência incidiu com mais força sobre o ensino público, de forma que o ensino privado conseguiu manter um pouco das características de uma educação mais ampla, aprofundando a desigualdade (note a dualidade) entre os dois sistemas.

Há outros aspectos por trás da ideia de educação tecnicista que se referem ao método. Aqui ocorre, também, a separação entre a produção do saber e sua disseminação, entre o pensar e o fazer no uso de métodos de reprodução do conhecimento e memorização, e não no estímulo para se pensar em soluções, como a Escola Nova havia proposto e que agora era completamente banida.

Novamente, assim como os setores conservadores tomaram o poder à força aqui no Brasil, como também nos países ao redor, os mesmos problemas podem ser observados fora de nossas fronteiras e, no mesmo sentido, sempre estimuladas pelos interesses norte-americanos que ofereciam ajuda técnica e financeira para as reformas que propunham por meio dos acordos MEC-Usaid, ou seja, o Ministério da Educação do Brasil com a *United States Agency for International Development* (Agência Americana para Desenvolvimento Internacional).

**Exemplificando**

• Não só o apoio técnico e financeiro demonstrava o interesse norte-americano na região. O filme *Pra Frente Brasil*, de 1982, dirigido por Roberto Farias, mostra o apoio da CIA no treinamento de tortura oferecido às forças da repressão brasileira.

• Também de 1982, o filme *Missing*, de Costa Gravas, mostra o golpe militar contra Salvador Allende, no Chile, também apoiado por Washington.

• Em 1984, Silvio Tendler lançou o imperdível *Jango*, o qual apresenta as operações Brother Sam, que deu apoio ao golpe militar de 1964, no Brasil, e Condor, responsável pela morte

de diversos dirigentes ou ex-dirigentes latino-americanos na década de 1970. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SaU6pIBv9f4>. Acesso em: 16 jul. 2016.

• Em 2006, um ex-agente da repressão uruguaia afirmou à polícia federal que Jango foi assassinado com apoio da CIA, quando estava exilado naquele país, em 1976, o que gerou reabertura do caso.

• Neste filme também é possível ver que até o moderado ex-presidente Juscelino Kubitschek teve o mandato de senador cassado e seus direitos políticos suspensos, exilado e sendo obrigado a depor em um inquérito policial militar. Há inclusive novos indícios que apontam ter sido mais uma das vítimas fatais do Plano Condor. Disponível em: <https://youtu.be/QmTMnkOpp3E>. Acesso em: 7 jul. 2016.

Resta, ainda, analisar o impacto dessas reformas na privatização e aumento do dualismo escolar. Muitas das escolas particulares simplesmente ignoraram o viés profissionalizante e se especializaram na preparação para o vestibular, contribuindo para a criação de uma escola para elite, capaz de ingressar na universidade, e outra limitada aos conhecimentos de nível técnico, que acabou relegada aos que não podiam pagar por uma escola particular.

Também por isso, era um momento de proliferação do ensino privado, notadamente pelas classes médias ascendentes. No entanto, a eliminação das disciplinas como Filosofia e a inclusão das disciplinas doutrinárias acabaram tornando, também, esses alunos mais privilegiados, menos conscientes e críticos, o que anos mais tarde contribuiria para dificultar a mudança do modelo.

### Consequências

Todas essas mudanças, em especial na política e na economia, com seus reflexos na educação, foram determinantes para a catástrofe que se abateu sobre o Brasil nas duas décadas seguintes, no final do "milagre", na virada dos anos 1970-80, até o questionamento do modelo liberal no início dos anos 2000. Essas consequências e as mudanças ocorridas daqui em diante serão tratadas nas próximas seções deste livro.

## Sem medo de errar

Pode ser que você não tenha notado com tanta clareza a relação entre os motivos do golpe de 1964 e o modelo educacional imposto, não é mesmo? Muitas vezes, nós pensamos nos problemas de forma isolada, como se começassem e terminassem neles mesmos, porém, fica mais fácil compreendê-los se tivermos uma visão do todo.

Estudamos que o golpe militar teve por trás interesses econômicos ligados ao empresariado, aos partidos conservadores como a UDN e aos Estados Unidos. Todos eles defendiam uma ruptura com o debate democrático e com as bandeiras defendidas nas reformas de base. Logo, o modelo deles só poderia ser diferente, e realmente era. Suas políticas acabaram com o debate democrático, definiram uma educação tecnicista, que pensava em como fazer, mas não no que fazer ou por que fazer. Formaram pessoas sem liberdade e sem senso crítico capaz de combater o modelo e o regime por meio da eliminação ou redução das disciplinas da área de humanas, como História e Geografia, além da Filosofia, priorizando disciplinas técnicas voltadas à formação para o trabalho.

Vimos que isso teria repercussão por toda uma geração e, portanto, no futuro do país. As perseguições aos professores e intelectuais, como Anísio Teixeira e Paulo Freire, e a repressão ao movimento estudantil e aos sindicatos permitiram o cerceamento do livre pensar e da oposição ao regime, necessários para a concentração de renda e poder perseguidos desde a década de 1950 por esses setores, agora vitoriosos. Esse modelo econômico, político e educacional gerou graves consequências, obrigando o país a percorrer duas décadas (1980-1990), até tentar novamente retomar seu rumo.

**Atenção**

O período militar é caracterizado, por muita gente mal-informada ou mal-intencionada, como um período de progresso, estabilidade, aumento da riqueza. Você viu aqui que o "milagre econômico" realmente fez a economia crescer, mas baseada no endividamento externo e na concentração de renda, delegando à geração seguinte o pagamento da fatura.

## Avançando na prática

### Uma palestra provocadora

#### Descrição da situação-problema

Imagine que você, no seu último ano de faculdade, foi convidado a dar uma palestra para alunos ingressantes do curso de Pedagogia sobre as mudanças realizadas na educação brasileira durante o período militar. Como você trataria do assunto? Falaria da conjuntura da época ou se limitaria às mudanças na legislação?

**Lembre-se**

Este livro e seus autores, como todo livro e todo autor, não é neutro. Parte de pressupostos, de métodos de análise dos fatos, que também não são neutros. Por isso, parte da análise geral (conjuntura política e econômica) para chegar ao particular (a legislação da educação). Para resolver essa situação-problema não é necessário – nem mesmo recomendável – que você seja 'neutro'. Mas tente apresentar os argumentos além de um único ponto de vista. Lembre-se de que a realidade tem muitas faces e, olhando de outros pontos de vista, você pode ter uma compreensão melhor daquilo que está estudando.

#### Resolução da situação-problema

Para resolver essa situação-problema e preparar a palestra, você poderia seguir o caminho trilhado por este livro, que parte da análise de conjuntura, dos interesses em disputa na sociedade, do ponto de vista político e econômico, para explicar as políticas públicas e a ação estatal. Se seguir esse caminho, recupere os conteúdos da seção anterior, em especial os motivos que levaram ao golpe militar. A partir daí você pode mostrar os interesses em jogo e como as mudanças na legislação (em especial das leis 5.540/68 e 5.692/71) e no modelo de ensino faziam sentido dentro daqueles objetivos maiores. Este é o caminho trilhado por vários autores, principalmente entre os listados na bibliografia. Use-os, também, não se limite a este livro e busque opiniões contrárias, outros pontos de vista.

Caso queira, você pode optar por outro caminho. Esquecer a situação política e econômica e se dedicar a aprofundar na exposição das mudanças legais, em especial das leis 5.540/68 e 5.692//71, como se elas fossem 'neutras' ou alheias ao que acontecia no país. Este talvez

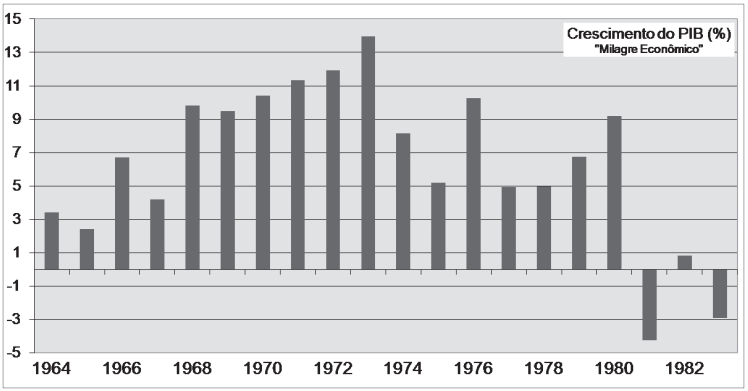
seja um caminho mais fácil, mas, com certeza, privaria seus ouvintes de uma compreensão mais integral das causas e consequências das mudanças.

**Faça você mesmo**

Relacione, a seu critério, três aspectos da educação secundária e três da educação superior que foram alterados pelas leis 5.540/68 e 5.692/71. Faça um quadro resumo apontando como era antes e como ficou depois das alterações.

## Faça valer a pena

**1.** Analise o gráfico e relacione-o com a educação brasileira nos anos 1970:




Fonte: adaptado de: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 7 jul. 2016.

Com base no gráfico, podemos dizer que:

a) O crescimento da economia, demonstrado pela variação do PIB, não foi acompanhando na mesma proporção por investimentos públicos em educação.

b) A redução do PIB nos anos 1980 demonstrou o fracasso da lei 5.692/71 e seu ensino tecnicista e teoricamente neutro.

c) O gráfico demonstra grande variação no PIB nos anos 1970, ora subindo, ora caindo, o que prejudicava os investimentos em educação.

d) A falta de investimento no ensino superior, nos anos 1970, acabou causando a redução do PIB nos anos 1980, pois o modelo educacional não se sustentou.

e) Foi o aumento das despesas com educação – na verdade, investimento – que permitiu o milagre econômico brasileiro

nos anos 1970.

**2.** Analise as afirmações a seguir:

I. O positivismo acredita na neutralidade e na objetividade do conhecimento, na técnica racional e na melhor forma de se produzir as coisas.

II. Transfere esta ideia para a educação, tentando torná-la neutra, objetiva, despolitizada, como se fosse um treinamento baseado em objetivos específicos.

Com base no que estudamos nesta seção, é correto afirmar:

a) Os militares não adotaram esse tipo de ensino, pois não acreditavam na neutralidade do conhecimento.

b) Os militares – inspirados no positivismo – incentivaram ideias como "pra frente Brasil" e "ame-o ou deixe-o", mas isso não se refletiu na educação, que permaneceu plural.

c) As duas afirmações são verdadeiras e expressam a política educacional durante o regime militar, embora houvesse resistência à sua aplicação prática.

d) Embora as duas afirmações sejam verdadeiras, a resistência dos professores impediu completamente a implantação do modelo no ensino brasileiro.

e) A não aplicação desse modelo é uma das causas da má qualidade do ensino, que se debruça sobre questões subjetivas e teóricas, sem aplicação prática.

**3.** Considere as afirmações a seguir:

I. Extinção das cátedras e criação de departamentos.

II. Unificação do vestibular e instituição do ciclo básico.

III. Criação de programas de pós-graduação.

Considerando as mudanças na educação nacional a partir de 1968, podemos afirmar que:

a) Apenas a afirmação I está correta.

b) Apenas a afirmação II está correta.

c) Apenas a afirmação III está correta.

d) As afirmações I e II estão corretas.

e) As afirmações I, II e III estão corretas.

# Seção 4.2

## A educação brasileira nos anos 1980

### Diálogo aberto

O Brasil que conhecemos hoje é bem mais parecido com a Nova República iniciada em 1985 do que com o período anterior, seja a ditadura militar, seja os anos 1960. O país mudou muito, mas ainda sofre influência dos anos 1980 e até dos anos 1970.

Os anos de 1980 sofreram diretamente as consequências do regime militar. Se por um lado a economia cresceu e se modernizou nos anos 1970, por outro, a conta sobrou para as gerações futuras. Como estava a economia brasileira nesse período? Nos anos 1970 vivemos o "milagre econômico", mas quais seriam os reflexos nos anos seguintes? Será que a crise econômica explica a deficiência das políticas públicas, em especial da educação no período?

Por falar em políticas públicas, o que estava acontecendo na política nacional naquele período? Experimentávamos a abertura política, o fortalecimento da sociedade civil, os debates para a elaboração da nova Constituição, até sua promulgação em 1988. O que mudou no Brasil? Que transformações ocorreram na educação nacional?

As próximas páginas vão lhe ajudar a responder a essas e a outras questões.

### Não pode faltar

#### Crise do regime militar

Vimos na seção anterior as mudanças que o regime militar realizou na economia, na política e na educação. Agora, estamos saindo dos anos 1970. O chamado "milagre econômico" se foi e em seu lugar chegou a fatura do endividamento irresponsável a juros flutuantes. O modelo concentrador de renda e dependente da economia mundial mostrou-se insustentável e – aliado à crise dos anos 1980 e 1990 - criou uma geração de miseráveis, famintos e sem direitos.

A famosa "teoria do bolo" falhou. Segundo Delfim Netto, era

necessário primeiro fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo. Anos mais tarde, ele negaria a frase (BUENO, 2015). Mais do que negar, passou a dizer que não dava para distribuir o que ainda não havia sido produzido e que, ironicamente, a ideia de divisão não lhe seria própria, mas de outros.

Com a crise do petróleo e o aumento dos juros internacionais em meados dos anos 1970, o sistema passou a entrar em colapso, situação agravada pelo fim dos investimentos nas obras públicas e privadas que se concluíam todas mais o menos ao mesmo tempo, gerando mais desemprego, bem como pelo início dos vencimentos dos empréstimos tomados nos anos anteriores. Dado o modelo escolhido – e imposto sem consulta à sociedade – não havia o que fazer. Entre 1980 e 1983, o PIB encolheu 7%, a concentração de renda continuaria aumentando e a sociedade brasileira passaria as próximas duas décadas buscando saída pela crise causada pelo "milagre".

### Abertura política

Frente à essa situação, ao desgaste político, à falta de alternativa e ao fortalecimento da oposição, que desde 1974 vinha se reorganizando, os militares tiveram que preparar sua saída do governo por meio de uma transição longa, gradual, controlada e negociada, de forma que ninguém fosse punido. E não poderia ser mais longa, iniciada ainda no mandato de Geisel (1974), continuou com a posse de Figueiredo em 1979, mas só dez anos mais tarde ocorreriam eleições diretas, depois de 29 anos do golpe (XAVIER, 1994).

Em 1978, o governo Geisel revogou o AI-5 depois da pressão por causa das mortes após a tortura do operário Manuel Fiel Filho e do jornalista Wladimir Herzog (os maridos de "Marias e Clarices" de *O Bêbado e o Equilibrista*, composta por João Bosco e Aldir Blanc, consagrada na voz de Elis Regina). Aumentava a pressão sindical e popular contra o regime. Grandes greves ocorriam no ABC paulista. Em agosto de 1979 foi sancionada a Lei da Anistia e em dezembro do mesmo ano foram permitidos outros partidos. Surgem, então, o PDS (ex-Arena), o PMDB (fusão do PP de Tancredo com o MDB), o PT, um PTB completamente diferente do anterior janguista e um PDT que ficou com parte de sua herança, entre outros. Expressando interesses e ideais diferentes, esses grupos irão disputar as opiniões durante os anos

1980, quando seria elaborada a nossa Constituição.

Mas o caminho não seria simples nem linear. Já em 1981, na comemoração do primeiro de maio, uma bomba explodiu um carro ocupado por dois militares que pretendiam culpar 'terroristas' pela explosão no Riocentro. Em 1984, mesmo após a enorme campanha nacional pelas eleições diretas, a maioria conservadora derrotou a emenda Dante de Oliveira e, em 1985, novamente por meio do colégio eleitoral, seria eleita uma chapa civil à presidência: Tancredo Neves e José Sarney, este, com a morte de Tancredo, toma posse em seu lugar. Nascia a Nova República.

### Crise econômica

A década de 1980 é chamada pelos economistas de década perdida. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o PIB per capita em dólares caiu 4% em 1990 em relação a 1980, principalmente na primeira metade da década, final do regime militar.

Na segunda metade tivemos uma sequência de planos econômicos visando combater a inflação, fruto da desorganização da economia e da disputa da renda nacional pelos setores economicamente mais poderosos, que se beneficiavam do aumento de preços ou da proteção dos rendimentos por meio do sistema de correção monetária.

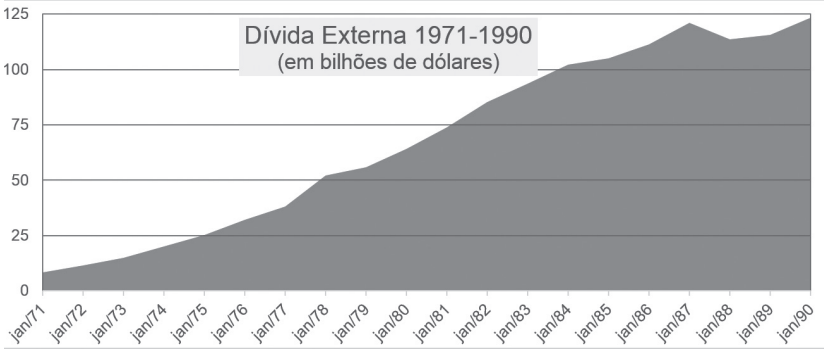
Planos Cruzado e Cruzado 2, em 1986, Plano Bresser, em 1987 Plano Verão, em 1989. Os planos provocaram as trocas dos nomes das moedas, o corte dos zeros, a tentativa de congelar preços e salários. Todos com uma visão parecida: a inflação era causada por excesso de procura e, portanto, era preciso retirar dinheiro de circulação, leia-se: reduzir salários para que o consumo diminuísse e, assim, os preços parassem de subir.

A redução do poder de compra do salário-mínimo e dos salários em geral concentrou ainda mais a renda nacional e permitiu que a produção nacional não consumida fosse exportada para pagamento de juros da dívida externa. Mesmo assim, durante esse período, tivemos que suspender os pagamentos por absoluta falta de dólares.

Você se lembra de que os militares contrataram empréstimos a juros flutuantes, isso é, variáveis? Pois é, o aumento dos juros internacionais

fez que toda a sobra de dólares conseguida com o aumento das exportações fosse usada para o pagamento apenas de parte dos juros que haviam subido muito nos anos anteriores. Veja alguns números arredondados no gráfico:

Figura 4.3 | Evolução dívida externa




Fonte: adaptada de Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.antigofgvdados.fgv.br/chart/fgvdados_8_3_2015_36_73.htm>. Acesso em: 30 jul. 2016.

Segundo dados da Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, citados por Gonçalves e Pomar (2000), nossa dívida em 1980 era de 65 bilhões de dólares. Entre 1981 e 1989 não recebemos novos recursos e pagamos 87,6 bilhões de dólares, só de juros. Mesmo assim nossa dívida ultrapassou 120 bilhões de dólares naquele ano.

Você consegue perceber o problema? Tivemos salários reduzidos, diminuímos o consumo interno, exportamos mais do que importarmos, juntamos bilhões de dólares, enviamos tudo aos banqueiros internacionais e a dívida só aumentava. Por considerar que a dívida era injusta, pois foi contratada por um regime de exceção, sem aprovação da população, e porque ela já havia sido paga várias vezes devido aos juros absurdos, muitos economistas, partidos políticos, centrais sindicais e outras organizações dessa época defendiam a suspensão do pagamento da dívida.

**Reflita**

Você já notou que, muitas vezes, somos levados a prestar mais atenção em questões secundárias do que no essencial? Será que não havia corrupção nos anos 1980? Com certeza, não foram poucas as denúncias, muitas delas comprovadas. A corrupção é um mal enorme e precisa ser combatida. Entretanto, muitas

vezes, outras decisões legais causam prejuízo muito maior ao país e à população, como as políticas econômicas do período estudado até agora.

Fizemos essa explicação política e econômica, pois é ela que nos permite entender a falta de recursos para investimentos produtivos e para as áreas sociais, em especial a educação, que nos interessa aqui. Também era a conjuntura política, marcada pela luta pela democracia, que iria dar o tom das novas propostas que surgiriam nesse período marcado pelo ressurgimento da sociedade civil, criação e fortalecimento de organizações sociais, como sindicatos e centrais sindicais, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Ordem dos Advogados do Brasil, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a UNE, entre outras.

### Mudanças da Educação

Uma síntese dos anos 1970 e 1980 poderia ser:

> **O Estado gradativamente de se descomprometeu de financiar a educação pública. Os recursos estavam comprometidos com o capital privado e, além disso, o Estado repassava verbas para as escolas particulares. Na educação, a iniciativa privada dominava a pré-escola, avançava no 2º grau e se tornaria majoritária no nível superior. (XAVIER, 1994, p. 279)**

Em virtude dos problemas já apontados na concepção e principalmente na implantação da lei 5.692/71, em 1982, a lei 7.044 desobrigou as escolas de praticar a profissionalização, deixando a opção da preparação para o trabalho a critério do estabelecimento de ensino e permitindo um retorno à formação mais geral. Além disso, o Parecer 342 do Conselho Federal de Educação, no mesmo ano, admitia o retorno da disciplina de Filosofia às salas de aula, embora optativa e não obrigatória.

Segundo Aranha (2006), entre 1980 e 1988 foram realizadas cinco Conferências Brasileiras de Educação, ao mesmo tempo em que em que proliferavam estudos e artigos sobre o tema, marcado por amplo debate. Por outro lado, o fracasso do Plano Cruzado e o grande aumento do valor das mensalidades tornou-as ainda mais elitizadas, restrita a grupos privilegiados. Aliás, a educação em geral ainda era

para poucos. Segundo dados apresentados por Xavier (1994), em 1984, mais de 60% da população economicamente ativa tinha no máximo quatro anos de escolaridade. Ainda havia muita coisa a ser feita para a universalização do ensino.

Todavia, algumas inciativas do setor público – em especial pelos governos de oposição ao regime militar, a partir de 1982 - se desenvolveram nesse período. Destacamos aqui algumas delas que, por falta de continuidade, não é possível avaliar seus resultados a médio prazo, mas pareciam boas iniciativas:

Os CEFAM´s (Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), criados em Minas Gerais, implantados depois em São Paulo (onde funcionou a maior parte dos centros) e em alguns outros estados. Os alunos recebiam bolsas durante os quatro anos de estudos e os professores eram remunerados também pelas atividades extraclasse. Entretanto, os recursos exigidos e não disponíveis, a mudança orientada pela LDB de 1996 de que os professores tivessem formação superior, entre outras coisas, fez que esse modelo fosse abandonado ao longo dos anos seguintes.

O PROFIC (Programa de Formação integral da Criança), em São Paulo, que pretendia oferecer jornada integral para os alunos de 1º grau. Entretanto, havia falta de estrutura na rede, já que muitas escolas funcionavam em até quatro turnos para atender a demanda, o que impedia a expansão do modelo sem enormes investimentos, inexistentes no período, fez que ele fosse substituído pela proposta de aumento da jornada nas primeiras séries, o que também não se concretizou em larga escala.

Os CIEP´s (Centro Integrado de Educação Pública), criados no Rio de Janeiro, na gestão Brizola, com Darcy Ribeiro à frente da pasta de educação, pretendia tornar a escola um centro de formação integral e diferenciado, em prédios projetados por Oscar Niemeyer. Entretanto, mais uma vez, os custos impediam que o modelo fosse expandido para atender a todas as crianças, ficando restrito a experiências limitadas. Aranha (2006) cita também os CEU´s (Centro Educacional Unificado), criados na cidade de São Paulo, já nos anos 2000, como outra tentativa parecida de formação integral.

A autora compara, guardadas as devidas proporções, essas propostas

com as de Anísio Teixeira, implantadas por meio das Escolas-Classe e Escolas-Parque, nos anos 1950. Todas essas propostas esbarram no problema da falta de recursos e na criação de sistemas paralelos, duais, mesmo que tanto os modelos tradicionais como as inovações sugeridas sejam voltados às camadas populares. Projetos pilotos, portanto, não se irradiam para o conjunto das redes. Outro problema normalmente enfrentado é a falta de um planejamento de longo prazo e de continuidade das ações, apesar das alterações de governo.

Vimos na seção anterior que os militares reduziram proporcionalmente ao orçamento os gastos com educação ao eliminar a vinculação mínima de recursos para o setor. Se a falta de recursos era um enorme limitador, o que foi feito para que o problema fosse resolvido? Em 1983 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 24, que alterando o Art. 176 da Constituição, obrigava a União a aplicar ao menos 13% da receita resultante de impostos em educação, e os estados e municípios, pelo menos 25%. Entretanto, o governo federal não apenas deixou de cumprir a lei, como, para o ano seguinte, encaminhou ao Congresso um orçamento com despesas ainda menores para educação (GOMES et al, 2007). Foi preciso a aprovação da Lei 7.348 em 1985, também proposta pelo Senador João Calmon, que regulamentava a Emenda de 1983 para que esse investimento mínimo fosse assegurado.

**Pesquise mais**

Conheça mais sobre a história do financiamento da educação no Brasil ao ler o artigo a seguir: GOMES, Cândido Alberto et al. O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 23, n. 1, p. 29-52, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19012/11043>. Acesso em: 30 jul. 2016.

### Constituinte e Constituição

Como você já sabe, no ano seguinte, 1986, foram eleitos os deputados para a Assembleia Nacional Constituinte. O debate sobre os rumos da educação nacional – e todo o resto – contagiava toda a sociedade. O Brasil se reencontrava com a democracia e o debate político, truncado em 1964, era retomado com força, trazendo à tona novas e velhas questões: direitos fundamentais do cidadão, sistema de governo, direitos trabalhistas e previdenciários, monopólio estatal do

petróleo, reforma agrária, direitos sociais incluindo a criação do SUS (Sistema Único de Saúde), modelo de previdência social, financiamento da educação, entre muitos outros.

Frente aos avanços aprovados na comissão de sistematização, um bloco conservador mais de direita (PDS, PFL, PL, PDC e parte do PMDB) consolidou-se em um bloco autointitulado "Centrão". Note como parece que ao longo da história do Brasil nunca tivemos políticos de direita. Eles sempre se apresentavam, pelo menos até recentemente, como de centro. Esse bloco de centro-direita unificado conseguiu reverter grande parte dos avanços que se desenhavam. Mesmo assim, por causa da pressão popular, muitos direitos foram garantidos e a Constituição de 1988 foi chamada de Cidadã, sendo, desde então, alvo dos grupos mais reacionários e poderosos, que sempre tentam reduzir esses direitos.

**Pesquise mais**

Este é um dos livros mais importantes para se conhecer o debate e a posição dos partidos e parlamentares durante a elaboração da Constituição. Vale a pena dar uma olhada em como políticos - até hoje na ativa - se posicionaram frente aos direitos trabalhistas. Pela análise das votações das bancadas do PT, do PSDB, do PMDB, do PFL é possível compreender as diferenças de concepção que iriam polarizar as disputas eleitorais nos trinta anos seguintes, ou seja, até hoje. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores. São Paulo: Cortez/ Oboré, 1988. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=viewcategory&catid=23>. Acesso em 30 jul. 2016.

**Assimile**

Em relação à educação, um dos aspectos mais importantes foi o aumento dos investimentos obrigatórios mínimos no setor, que passaram de 13% para 18% dos impostos da União e mantiveram-se em 25% para estados e municípios, o maior percentual em toda a história do país.

Um dos maiores debates, inclusive, foi sobre a destinação dessas verbas, já que as instituições privadas desejavam continuar recebendo os recursos – como acontecia antes.

No final, a Constituição acabou permitindo que escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, pudessem receber verbas públicas, o que foi considerado um retrocesso por alunos, educadores e especialistas que defendiam que elas fossem destinadas apenas para escolas públicas.

Diz o artigo 205 da Constituição: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

**Exemplificando**

Entre os princípios da Educação, o artigo 206 da Constituição destaca:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- Valorização dos profissionais de ensino com plano de carreira, piso salarial e contratação por concursos.
- Gestão democrática do ensino público.
- Garantia de padrão de qualidade.

É claro que a Constituição não tinha poder mágico para que, imediatamente após a sua promulgação, tudo fosse diferente, mas ao enumerar esses princípios – e as fontes de financiamento - apontava para onde deveria caminhar a educação nacional. Restava ainda muito a trilhar nos próximos anos.

Além desses princípios, o artigo 208 da Constituição previa:

- Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos.

- Determinação do ensino fundamental obrigatório e gratuito, devendo se estender progressivamente ao ensino médio, sendo a autoridade competente passível de punição, caso não ofereça as vagas necessárias.
- Atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Determinou também a autonomia universitária (art. 207) e a obrigatoriedade de elaboração de um PNE, de duração plurianual (art. 214).

Ao longo dos anos seguintes, algumas modificações importantes foram realizadas, além da aprovação da LDB, em 1996, e dos Planos Nacionais de Educação (PNE), em 2001 e 2014, que veremos nas próximas seções.

## Sem medo de errar

Vimos que nos anos de 1980 sofremos diretamente as consequências do regime militar. Todo o crescimento acelerado e concentrador de renda do 'milagre' gerou sua própria crise, agravada pelo aumento dos preços do petróleo importado e dos juros internacionais. O Brasil literalmente 'quebrou' nos anos 1980. Por outro lado, a sociedade se fortaleceu, criou entidades e organismos em sua defesa, exigiu a democratização e os militares deixaram o governo. Era hora de se criar um novo país, o que exigia uma nova Constituição.

Mas os reflexos da crise econômica foram implacáveis sobre a capacidade dos governos em garantir, na prática, que os clamores populares fossem atendidos. Passamos toda a década de 1980 brigando contra a dívida externa e a desorganização da economia, que se traduzia em taxas assombrosas de inflação. Por outro lado, as composições políticas que apoiavam os governos – primeiros os militares, até 1985, e depois a Nova República, até 1990 - eram incapazes de pensar um projeto político e econômico que efetivamente ampliasse os direitos inaugurados com a Constituição. Você acha que poderia ter sido diferente? O que poderia ter acontecido?

A sociedade exigia mais democracia, mais direitos, mais renda, enquanto o governo, apoiado pelos grandes grupos econômicos, resistia em conceder pequenos avanços concretos. Parece contraditório,

e realmente era. Tratava-se da disputa pela renda nacional, além da incapacidade de se construir consensos – mesmo entre os grupos dominantes - que permitissem superar a crise.

Nessa conjuntura, conseguimos, ao menos do ponto de vista legal, grandes avanços na Constituição. Fruto do crescimento da participação popular e dos trabalhadores, a Lei consagrou uma série de novos direitos civis e trabalhistas. Apontava para um país mais igual, mais tolerante e democrático, bem diferente dos anos anteriores. Um novo país estava nascendo. Como seriam os anos seguintes? É o que veremos nas próximas seções.

**Atenção**

Enquanto do ponto de vista econômico chamamos os anos de 1980 de Década Perdida, do ponto de vista político tivemos uma década de consolidação (será?) de nossa democracia e do fortalecimento de entidades representativas da sociedade e dos trabalhadores em geral. Nessa época houve a fundação de novos partidos, a criação ou eleição de novas diretorias mais combativas em muitos sindicatos, a criação de grandes centrais sindicais, a retomada do movimento estudantil, do MST, o fortalecimento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre outros também importantes.

## Avançando na prática

### A educação na Constituição de 1988

#### Descrição da situação-problema

Durante a semana da pátria na escola em que você trabalha como recém-formado, seus alunos começam a debater – antes do início da sua aula – a respeito da Assembleia Constituinte, eleita em 1986. Eles tinham acabado de assistir a uma aula de História e a importância da Constituição na definição das políticas públicas havia chamado a atenção deles.

Você escuta parte da discussão e aproveita o momento para provocar ainda mais a curiosidade e o debate entre eles. Nisso, a atenção cai sobre você e seus alunos lhe questionam:

- O que acontecia no Brasil, naquela época, pós-regime militar?

- Não era o que a população queria, a abertura? Por que as coisas não melhoraram, então?

- A Constituição aprovada em 1988 era favorável ou não à melhoria da educação?

Como você responderia a essas questões de maneira abrangente e organizada?

**Lembre-se**

Não esqueça de incluir em sua análise os reflexos do 'milagre' dos anos 1970 na economia, dos anos 1980 e nos seguintes. Retome a discussão sobre a dívida externa, a inflação etc.

### Resolução da situação-problema

Estas são questões muito importantes para compreender aquele período, a transição para a democracia, a Constituição e seus princípios para a educação.

Para responder às questões, retome a questão econômica e as consequências do modelo econômico dos anos 1970 na economia nas décadas seguintes. Isso irá te ajudar a explicar a abertura política e o fim do regime militar.

Dentro desse debate, explique por que foi necessário fazer uma nova Constituição.

Com base nisto, retome os principais pontos da Constituição em relação à educação – consulte o artigo 206, aprovado naquela oportunidade. Note que, desde então, algumas emendas foram aprovadas, modificando-o.

Finalmente, inclua no debate as obrigações que a Constituição definiu, como a criação da LDB e do PNE.

**Faça você mesmo**

Faça um esboço de jornal mural com os principais tópicos abordados em sua resposta para fixar na sala de aula e facilitar a organização das ideias de seus alunos.

## Faça valer a pena

**1.** Na educação, algumas iniciativas do setor público – em especial pelos governos de oposição ao regime militar, a partir de 1982 - se desenvolveram nesse período.

Sobre essas experiências, podemos dizer:

a) Não deram certo, pois o governo federal não as apoiou.

b) Apesar de apontarem para a melhoria da qualidade do ensino, não se sustentaram.

c) Não se sustentaram ao longo do tempo, pois pretendiam melhorar o ensino, o que não interessava às elites.

d) Dos casos estudados, apenas os CIEP´s, no Rio de Janeiro, consolidaram-se como referência até os anos 2000.

e) Nenhuma delas de fato pretendia melhorar a educação e tinham apenas objetivo eleitoreiro.

**2.** Sobre a Lei 5.692/71, podemos afirmar:

a) Esteve em vigor até a Constituição de 1988.

b) Seus objetivos foram incorporados pela Constituição de 1988.

c) Foi alterada nos anos 1990, sob o governo Collor.

d) Foi alterada pela Lei 7.044, de 1982, que tornou o ensino profissionalizante opcional.

e) Foi alterada pela Lei 7.044, de 1982, que tornou o ensino profissionalizante obrigatório.

**3.** Considere as afirmações a seguir:

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais aos estudantes de baixa renda.

São princípios aprovados na Constituição de 1988:

a) Apenas I e II.
b) Apenas I, II e III.
c) Apenas II, III e IV.
d) Apenas I, II e IV.
e) Todas as afirmações.

# Seção 4.3

## A educação brasileira nos anos 1990

### Diálogo aberto

Estamos nos aproximando cada vez mais do nosso presente. Poucos anos separam nossos dias do período que estudaremos nesta seção. Nossa vida cada vez mais se mistura aos fatos estudados. Muitos personagens estão na ativa até hoje, influenciando decisões no país em geral e na educação em especial.

Com certeza todos nós temos pais, amigos ou conhecidos que viveram nos anos de 1990 e nos contam o que acontecia naquele período. Muitos de nós vivemos esse período. Nosso trabalho é organizar os conhecimentos esparsos e ajudar você a entender melhor como chegamos até aqui, já que, para isso, é imprescindível compreender bem o que ocorreu no Brasil e no mundo nos anos 1990.

Encerramos a seção anterior com a promulgação da nova Constituição e com a esperança de que os problemas do Brasil fossem superados ou minimizados. Como as diferentes opiniões e propostas em debate na Constituinte iriam se desenvolver nos anos seguintes? Em 1989 teríamos novas eleições, depois de 29 anos sem podermos eleger democraticamente um presidente. Seria um momento de grandes mudanças. Que caminho escolheríamos? Mas o Brasil não estava isolado do mundo, que também passava por transformações importantíssimas e que podem ser sintetizadas pelo fim do socialismo do leste europeu e pela queda do Muro de Berlim. Assim sendo, qual é a relação entre esses fatos e a educação brasileira? Até que ponto a conjuntura internacional impactava nossa economia, nossa política e nossas políticas públicas, entre elas, a educação? Como esse debate influenciou a elaboração da nova LDB?

São essas as questões que esta seção vai abordar. Vamos juntos neste estudo.

### Não pode faltar

Duas palavras entraram na lista das mais faladas desse período: globalização e neoliberalismo. Com certeza você já as ouviu e até

estudou seus conceitos em outra disciplina. Vamos, agora, relacioná-las com o debate sobre a educação brasileira. Mas precisamos voltar um pouco no tempo para compreender o processo.

A primeira fase do capitalismo industrial foi, podemos dizer, concorrencial, logo substituída pela concentração de capital em sua fase monopolista. Ambas etapas são de cunho liberal, isto é, sem intervenção do Estado na economia, e vão prevalecer entre a Revolução Industrial do século XVIII e a Grande Depressão nos anos de 1930. A crise de superprodução vai mostrar os limites dessa política liberal. Marcelo Proni (1997), concordando com Hobsbawm (1994), afirma que "três opções passaram a competir pela supremacia no terreno político/ideológico: o comunismo soviético, a moderada social-democracia e o fascismo". No campo capitalista, os governos "foram levados a assumir, em virtude da crise do liberalismo, a função de resguardar a economia nacional das instabilidades do sistema econômico internacional e da racionalidade estreita (socialmente inconsequente) dos agentes privados". A ação prática dos governos e a publicação, em 1936, do livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de John Maynard Keynes, consolidaram prática e teoricamente a nova visão intervencionista e social-democrata, preponderante após a segunda guerra mundial. Além disso, a pressão sindical em plena disputa entre os polos capitalistas e socialistas durante a guerra fria exigia que governos e empresários concordassem em ceder os anéis para preservar os dedos, isto é, o capital, aceitando as políticas compensatórias, o aumento dos salários médios e dos serviços públicos, subsidiados pelos impostos. Surgia o estado de bem-estar social ou *welfare state*. Os EUA viviam o período fordista, com alta produção e alto consumo.

Esses modelos vigoraram até meados dos anos 1970, quando a nova crise do capitalismo volta a acirrar a disputa pelos excedentes produzidos. Os capitalistas passaram então a questionar os recursos destinados aos governos para as políticas sociais, buscando aumentar seus lucros.

**Pesquise mais**

Uma detalhada análise dos motivos da crise do modelo social-democrata pode ser encontrada em:

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare state, crise e gestão da

crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 6, fev. 1988. p. 53-78. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_04.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

A escolha de Margareth Thatcher para primeira ministra do Reino Unido, em 1979, e de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos fortaleceu o lado que criticava o modelo anterior, intervencionista. Vão defender um retorno ao modelo liberal, chamado agora de neoliberal, com redução do papel do estado na regulação econômica – que, segundo essa tese, distorce as decisões e expectativas do mercado. Outra ideia cara ao liberalismo é que a busca de cada um pelos seus próprios interesses faz a nação prosperar e promove o bem comum, enquanto o subsídio ou apoio do governo às pessoas ou às empresas faz que elas se acomodem e se tornem ineficientes, ou seja, "a crença de que a desigualdade é o motor do desenvolvimento individual" (MARTINS, 2000, p. 61). É uma corrente teórica que defende, portanto, a concorrência, a disputa, a vitória dos mais preparados e fortes, e não a solidariedade ou a assistência aos mais fracos.

O conjunto de medidas ou receitas que os países deveriam aplicar, de acordo com esse modelo, ficaram conhecidas como Consenso de Washington, já que foram sistematizadas em um seminário organizado pelo Banco Mundial em 1989, na capital americana. Além das que já abordamos, elas englobam: redução da dívida pública, dos impostos, dos gastos sociais e dos direitos trabalhistas; liberdade para o trânsito de capitais e eliminação de barreiras para o comércio; garantia dos direitos de propriedade sem controle social.

Enquanto isso, o mundo produtivo também passava por transformações. As empresas multinacionais aumentam seu poder – e, consequentemente, sua autonomia em relação aos governos – evitando os controles locais. Ocorria, ao mesmo tempo, uma reestruturação produtiva dentro das empresas, com maior eficiência e controle por meio do uso da informática e novos meios de comunicação. A produção tornava-se mais flexível, ajustada à venda, terceirizando procedimentos não essenciais. Os tempos e distâncias diminuíam, essas novas formas produtivas se disseminavam e o mundo parecia cada vez mais integrado, embora as diferenças econômicas e

sociais entre os países e dentro de cada um deles não tendessem a diminuir.

A situação do bloco socialista também era complicada. As diferenças de produtividade, a política de pleno emprego e o padrão de gastos do governo com políticas sociais entravam em choque com o investimento militar exigido pela guerra fria. Mostrava-se impossível atender a todas as necessidades. As medidas políticas (Glasnost) e econômicas (Perestroika) incentivadas e experimentadas por Gorbachev acabaram por levar ao fim da União Soviética em 1991. Previamente a isso, porém, poucos dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais no Brasil em 1989, a população alemã avançaria sobre o Muro de Berlim, derrubando-o. Em 1990 seria decretada a reunificação da Alemanha. Era o fim da experiência socialista do leste europeu, chamado por alguns de "socialismo real" (aquele que na prática não dá certo), por outros de "socialismo realmente inexistente" (aquele que de fato não era o socialismo emancipador, como o imaginado pelos teóricos e militantes).

**Assimile**

Desta conjuntura nos interessa notar que aquele equilíbrio entre as forças que construíram o *Welfare State* nos anos 1950 a 1970 havia acabado no mundo. Esse debate já ocorria na Europa e nos Estados Unidos desde os anos 1980, mas nossa agenda aqui era outra, influenciada pelo fim da ditadura, pelo aumento da participação popular e sindical, pelo debate em torno da Constituição. Entretanto, a importância desses eventos internacionais fez que eles chegassem com força aqui durante a campanha eleitoral de 1989 e também boa parte dos anos 1990, quando elaboraríamos nossa LDB.

Em síntese, o neoliberalismo se oporá ao modelo socialista e também à social-democracia, chamada por alguns autores, como Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), de social-liberalismo, que resume assim as diferenças:

| Modelo Concorrencial / Neoliberal | Modelo Estatizante / Social-democrata |
|---|---|
| • Livre concorrência e fortalecimento da iniciativa privada.<br>• Estímulo à competitividade, eficiência e qualidade.<br>• Educação para o desenvolvimento econômico, seguindo exigências do mercado.<br>• Formação das elites intelectuais e seleção dos "melhores".<br>• Educação privada, eventualmente subsidiada pelo governo por meio de vales.<br>• Referência teórica: Friedrich Hayek. | • Economia de mercado planejada e administrada pelo Estado.<br>• Políticas públicas de bem-estar social, buscando maior igualdade.<br>• Desenvolvimento mais igualitário das aptidões e capacidades .<br>• Educação para a cidadania, com formação ampla e igualitária.<br>• Educação pública e gratuita para todos, paga pelo governo.<br>• Referência teórica: John Maynard Keynes. |

Nas palavras de Emília Ferreiro: "a noção de direito à saúde, moradia e educação perde, assim, seu sentido global. Em lugar de os cidadãos reclamarem um direito, estabelece-se, como se fosse 'normal', que eles 'comprem' serviços" (1993, p. 59).

É esse debate que se inicia no Brasil durante e após as eleições de 1989. Com 22 candidatos, o cenário político foi polarizado em dois blocos, de um lado os candidatos liberais, como Fernando Collor (PRN), Ronaldo Caiado (PSD), Paulo Maluf (PDS) e Guilherme Afif (PL) e, do outro, os setores mais de esquerda ou estatizantes, com Lula (PT) e Brizola (PDT). Ao centro, talvez por isso menos prestigiados, ficaram Mario Covas (PSDB), que chegou a afirmar que o Brasil precisava de um "choque de capitalismo" e Ulisses Guimarães (PMDB). Os demais tiveram bem menos votos. Foram para o acirrado segundo turno Lula e Collor, este acabou se elegendo com um discurso condizente com as propostas liberais: fim dos marajás (funcionários públicos), redução do estado, privatização de estatais e prioridades ao mercado, combate à inflação.

Sua política econômica, baseada na abertura para o capital estrangeiro e para as importações, visando combater a inflação – além do congelamento e bloqueio de valores – elevou o desemprego e a recessão. A crise, aliada aos crimes de responsabilidade e usufruto de valores ilegais operados por contas fantasmas, levou ao seu impeachment, precedido de renúncia, no final de 1992.

O mandato foi concluído por seu vice-presidente Itamar Franco, que não deu sequência política econômica anterior e preparou um novo plano contra a inflação, lançado em 1994: o Plano Real. Antes

disso, porém, ainda em 1993, ocorreu uma revisão constitucional, prevista também na Carta de 1988 e um plebiscito sobre forma e sistema de governo que referendou por ampla margem a república e o presidencialismo.

Há muita controvérsia sobre os resultados do Plano Real, por isso, optamos por apresentar vários dados estatísticos, para que você possa chegar à sua conclusão. Por um lado, acabou com a chamada inflação inercial – que se repetia por meio da indexação de preços e salários. Segundo dados do Ipea, a inflação caiu de 2.477%, em 1993, para 916%, em 1994. E a média entre 1995 e 2002 foi de 9,2% ao ano, sendo 12,5% em 2002. Entretanto, ao se apoiar também nas importações para segurar os preços internos, consumiu nossas reservas cambiais, deixou o país dependente da economia internacional e também gerou desemprego, recessão e baixo crescimento econômico ao longo de vários anos. Beneficiado pelo sucesso inicial, em 1994, Itamar Franco fez seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, que seria presidente até 1998. O presidente seria reeleito nesse mesmo ano para um mandato até 2002, graças a uma nova alteração Constitucional, que passou a permitir a reeleição.

Na política, apesar do PSDB nascer como um partido de centro, com nome de centro-esquerda (social-democracia), logo abraçou os ideais liberais. No governo, a partir de 1995, tendo como vice o PFL, não foi diferente: privatizou estatais, reduziu direitos previdenciários, deu mais liberdade ao capital, aumentou as taxas de juros, beneficiando setores mais abastados. Considerando os valores base de maio de 2016, em termos reais, o salário-mínimo médio de 1995 a 2002 foi de R$ 428,35, sendo o maior valor real atingido em maio de 2002 de R$ 515,93. Os déficits na balança comercial em seis dos oito anos entre 1995 e 2002 reduziram nossas reservas de 51 bilhões de dólares para 35 bilhões. No mesmo período, nossa dívida externa subiu de 159 bilhões para 210 bilhões de dólares.

Dados da Fundação Getúlio Vagas apontam que o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza entre 1995 e 2002 ficou estável, perto de 35%, assim como as abaixo da linha de miséria absoluta, em torno de 15%.

O desemprego aberto e oculto nos meses de março, na região

metropolitana de São Paulo, tomado como exemplo na webaula, aumentou praticamente de ano a ano, saindo de 9,2% em 1990 para 19,9% em 2002, segundo dados do Ipea.

Tomamos certo espaço aqui tratando desse quadro político e econômico, pois como já explicamos várias vezes ao longo deste livro, é por meio da leitura de projetos e da conjuntura política e econômica que conseguimos explicar as alterações na educação ao longo da história. E esse é o quadro econômico e político em que vamos elaborar nossa nova LDB em 1996, a reforma do ensino técnico em 1997 e a elaboração do primeiro PNE, em 2001, principais alterações na educação do período.

Essa concepção de mundo política e econômica, que priorizava o pagamento de dívidas e a redução dos investimentos sociais – entre eles na educação – pode ser exemplificada na desvinculação dos recursos da União, instituída pelo Fundo Social de Emergência, criado em 1993, e substituído em 1997 pelo Fundo de Estabilização Fiscal e a partir de 2000 pela Desvinculação das Receitas da União (DRU) propriamente dita. Veremos o impacto negativo dessa desvinculação na próxima seção.

A Lei 9.394/96 – Nossa LDB e a reforma do ensino técnico.

Hilsdorf (2003) parte justamente desses diferentes projetos para tratar da elaboração da LDB. Ela, concordando com Regina Gracindo (1993), lista três grandes blocos que tinham posições diferentes no debate sobre o ensino público e gratuito.

Partidos mais de direita ou conservadores, como PFL, PPR, PTB e PP (entre outros), contrários às mudanças e defensores do "capitalismo expropriador" brasileiro, "combatiam propostas de mudanças ou de melhorias salariais de professores" (HILSDORF, 2003, p. 131), são nomeados pelas autoras de "bloco invariante". Esse era o maior grupo e detinha 45,2% dos parlamentares.

Outro bloco, englobando PSDB, PMDB, PDT e PL, era chamado de "mudancista" e propunha algumas mudanças visando ampliação dos direitos sociais e alguma abertura do sistema educacional. Praticamente tão influente como o anterior, esse bloco detinha 44,7% dos deputados.

Finalmente, o terceiro bloco, minoritário, com apenas 9,9% dos deputados, chamado por elas de "transformador", defendia ampla transformação do sistema econômico e educacional, formado por PT, PC do B, PSB, PPS e PV.

Você consegue perceber que é a mesma diferença de concepções de país, de Estado, de governo, que se traduzem nas diferentes propostas para a educação?

Efetivamente, os blocos do "invariante" e "mudancista" estiveram juntos no governo federal entre 1995 e 2002, conforme vimos anteriormente. E, segundo Hilsdorf (2003), isso explica a derrota da proposta de LDB elaborada pelas entidades e pelos setores educacionais, substituída pela proposta do governo por meio do substitutivo elaborado por Darcy Ribeiro e Marco Maciel, então porta-vozes do executivo e que imprimiram uma visão neoliberal à educação nacional.

A mesma opinião, nós encontramos em Aranha, "por não garantir a esperada democratização da educação, sobretudo porque o Estado delegou ao setor privado grande parte de suas obrigações" (2006, p. 325).

**Pesquise mais**

Você pode conhecer mais sobre a História da Educação em geral e desse período, mais especificamente, neste livro. Você também encontrará várias outras referências interessantes.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

A proposta derrotada, segundo Xavier (1994), nasceu ainda em dezembro de 1988, por meio do projeto do deputado Octávio Elísio, que havia acolhido a maioria das propostas progressistas defendidas pelas entidades docentes e elaboradas pelo professor Dermeval Saviani. Hilsdorf cita ainda outros estudos para concluir que a proposta do governo, então aprovada, representava "um profundo retrocesso político e pedagógico na organização da educação escolar brasileira" (MORAES, 1993 apud HILSDORF, 2003, p. 131). Aranha também vai apontar as críticas que se fazia ao projeto aprovado, considerado "vago demais, omisso em pontos fundamentais e autoritário [...], por

privilegiar o Poder Executivo, dispensando as funções deliberativas de um Conselho Nacional" (2006, p. 325).

Outro aspecto apontado por Aranha é que, enquanto o projeto original previa a educação profissional articulada à formação geral e humanística, o projeto aprovado separava as duas coisas, permitindo que a formação profissional fosse oferecida por instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, o que estimulou a expansão de escolas privadas direcionadas "às demandas do mercado e que, por isso mesmo, estão mais voltadas para o adestramento" (2006, p. 325). Encontramos as mesmas críticas à LDB em Martins (2000), quando estuda a relação entre ela e a reforma do ensino técnico, realizada por meio do Decreto 2.208/97, também compartimentado, sem formação geral e que, portanto, reforçaria a dualidade do nosso ensino.

Outros pontos negativos foram a redução da exigência de professores mestres e doutores no corpo docente das instituições para apenas um terço do total, enquanto que o projeto anterior previa a maior parte. Também não tornou obrigatório o retorno das disciplinas de Filosofia e Sociologia. A educação religiosa foi permitida, mas desde que não obrigatória, sem ônus para o Estado e de acordo com a preferência de alunos e responsáveis.

A LDB permitiu a oferta de bolsas de estudo em instituições privadas quando não houvesse vagas em instituições públicas, em vez de investir esses recursos para a ampliação do setor público.

**Exemplificando**

Há também aspectos pontuais positivos na LDB de 1996, como a melhor definição do que pode ser considerado despesa com manutenção do ensino e o que não pode ser considerado, de forma a evitar o desvio de recursos para outras áreas. Também foi um avanço a exigência de que os professores da educação tivessem formação universitária, e não apenas o antigo magistério.

Ao mesmo tempo em que era discutida e aprovada a LDB, o governo propôs e foi aprovada a Emenda Constitucional número 14, de setembro de 1996, que vinculava parte dos recursos priorizando os investimentos no ensino fundamental por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Segundo Libâneo, Oliveira e

Toschi (2012, p. 186), "a centralização dos recursos em nível federal [...] possibilitou melhoria relativa nas áreas mais pobres do país, no entanto provocou perda do padrão educacional em centros maiores".

## O PNE 2001-2010

Como você já sabe, a Constituição de 1988 previu a elaboração de um PNE de duração plurianual. O primeiro deles foi aprovado em 2001, com duração até 2010. Sua discussão, entretanto, começou bem antes, com a entrada na Câmara dos Deputados de dois projetos ainda em fevereiro de 1998.

Esses dois projetos também refletiram as diferentes visões de educação e de mundo em disputa no Brasil. Nesse momento, era majoritária no Congresso e no governo, como sabemos, uma visão neoliberal. E isso também se refletiu no PNE.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 180), a primeira a ser protocolada foi elaborada pela "sociedade brasileira [...] consolidada na plenária de encerramento do Congresso Nacional de Educação (Coned II)", ocorrido em 1997. Esse projeto, elaborado com participação de entidades científicas, acadêmicas, sindicais e estudantis, propunha, entre outros avanços, que 10% do PIB fosse investido em educação.

Já a proposta "do governo" foi elaborada pelo Inep e "teve apenas alguns interlocutores privilegiados." (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012), Protocolado dois dias depois, esse projeto acabou sendo apensado ao primeiro projeto para discussão. Essa proposta propunha 5,5% do PIB para a educação.

Depois de três anos de debates no parlamento, o projeto foi aprovado em 2001, e continha os seguintes objetivos:

> - A elevação global do nível de escolaridade da população;
> - A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
> - A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e
> - Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos

> princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
>
> (BRASIL, 2001)

A redação final do projeto previa 7% do PIB para a educação. Entretanto, esse percentual acabou sendo vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao final do processo. O presidente derrubou também outras metas importantes, rebaixando o plano. Entre elas, as que propunham a ampliação do programa de renda mínima às crianças de até seis anos; a ampliação das vagas em instituições públicas; a ampliação do crédito educativo; ampliação das verbas para pesquisa científica e tecnológica, entre outras que visavam ampliar a oferta e a qualidade do ensino, mas que eram contrárias ao programa de contenção de despesas públicas do ideário neoliberal em voga na época.

Não houve também, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), uma avaliação efetiva para acompanhar o cumprimento das metas.

**Reflita**

Analise o primeiro PNE (2001-2010) e avalie o que poderia ter ocorrido com a educação brasileira nesses dez anos se não tivessem havido os vetos pelo poder executivo. O PNE 2001-2010 pode ser acessado pelo link a seguir, disponível me: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 6 out. 2016. Os vetos podem ser acessados pelo link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/2001/Mv0009-01.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) apresentam também, outras realizações durante o período, como a busca pela melhoria da qualidade dos livros didáticos, um esforço no aperfeiçoamento dos professores por meio da educação a distância, o estabelecimento de diretrizes e parâmetros curriculares nacionais, a transferência de verbas diretamente às escolas, visando facilitar a gestão, e programas de avaliação das escolas. Muitas dessas ações eram recomendadas por organismos internacionais de financiamento.

## Sem medo de errar

Estudamos nesta seção os caminhos escolhidos pelo Brasil e as consequências dessas escolhas. Nos anos 1990, nossa opção foi por vertentes neoliberais que optaram por delegar à iniciativa privada ações que até então eram de responsabilidade do Estado. Esse modelo não era exclusivo do Brasil, pelo contrário, tinha preponderância na maior parte da América Latina, que seguia caminhos parecidos.

A prioridade governamental era o combate à inflação por medidas econômicas ortodoxas, que previam contenção da demanda, ou seja, do consumo, de forma a segurar os preços, além da facilitação de importações por meio do câmbio favorável ao Real.

Outra frente de combate à inflação, recomendada por essa escola ortodoxa, é a redução dos gastos públicos. Daí os vetos às propostas do PNE, que previam ampliação do atendimento e da qualidade do ensino em todos os níveis.

Essas concepções liberais defendem a meritocracia, considerada neutra e estimulante para o progresso individual e, consequentemente, o avanço do país. Isso explica a ênfase em processos avaliativos, na formação para o trabalho, na defesa da ideia de empregabilidade focada no desempenho individual do aluno ou do empregado, como se o sucesso de cada um dependesse apenas de seu empenho pessoal.

Você consegue perceber a relação entre essa concepção de mundo e a educação brasileira na década de 1990? Que tal retomar a LDB e o primeiro PNE e fazer sua própria análise?Com base na leitura deste material, você poderá chegar às suas próprias conclusões e, com certeza, terá conhecimentos mais sólidos para sua atuação profissional.

**Atenção**

É claro que trabalhamos aqui de maneira um pouco esquemática, para facilitar sua compreensão. O mundo real não é dividido em branco e preto. Há vários tons de cinza e um entrelaçamento de cores, muitas vezes.

Em algumas áreas ou momentos específicos, vamos encontrar ações práticas contrárias à linha geral aqui apresentada. Além

disso, a necessidade de serviços públicos por parte da população também faz que eles sejam aprimorados ao longo do tempo, o que nos leva a uma realidade não tão simples como a que foi apresentada aqui.

De outra parte, lembremos que o ensino básico, na prática, é de responsabilidade dos governos estaduais e das prefeituras. Apesar de muito influenciadas pelas ações federais, pontualmente e dependendo da realidade social e política de cada local, podem obter resultados diferentes da linha geral aqui apresentada.

## Avançando na prática

### Questões para o seminário

#### Descrição da situação-problema

Sua faculdade está promovendo um seminário sobre a educação brasileira nos anos 1990. Serão convidados especialistas no assunto para apresentarem seus pontos de vista e debaterem com alunos e professores. Como atividade preparatória, seu professor organiza os alunos em grupos e pede que preparem questões sobre o assunto. Além de preparar as questões, os alunos deveriam escrever uma possível resposta, para comparar com a que o professor daria, visando avaliar seu próprio conhecimento e o ponto de vista do palestrante convidado. Seu grupo está reunido agora, justamente para preparar as questões que deveria fazer durante a palestra. Prepare as duas questões.

**Lembre-se**

Ao mesmo tempo em que acabávamos de elaborar uma Constituição que previa mais direitos sociais e serviços públicos, a década de 1990 é marcada pelo ideário neoliberal que previa contenção desses mesmos serviços.

#### Resolução da situação-problema

O importante nesta tarefa é articular os vários elementos que discutimos nesta seção. Quais foram eles? A questão internacional, o debate entre os dois modelos neoliberal e social-democrata, a situação nacional, que acabava de elaborar sua nova Constituição e a necessidade de elaboração de outras legislações, as demandas pela educação e

a contenção de despesas públicas. Também é possível comparar o quadro nacional com alguma experiência em particular, para checar semelhanças e diferenças.

**Faça você mesmo**

Consulte o PNE 2001-2010 e levante nele alguns tópicos que podem remeter:

- Ao ideário liberal, que retira do Estado suas obrigações em relação à educação.

- Ao ideário oposto, que prevê o aumento da qualidade e da quantidade de serviços públicos prestados pelo Estado.

## Faça valer a pena

**1.** São características de uma visão neoliberal sobre a educação:

a) Políticas públicas de bem-estar social, buscando maior igualdade; educação para a cidadania, com formação ampla e igualitária.

b) Educação para o desenvolvimento econômico, seguindo exigências do mercado; ampliação do número de vagas em instituições públicas segundo padrões de qualidade.

c) Educação privada, eventualmente subsidiada pelo governo por meio de vales; formação das elites intelectuais e seleção dos "melhores".

d) Desenvolvimento mais igualitário das aptidões e capacidades; livre concorrência e fortalecimento da iniciativa privada.

e) Educação pública e gratuita para todos, paga pelo governo; educação para o desenvolvimento econômico, seguindo exigências do mercado.

**2.** Indique a posição do governo Fernando Henrique Cardoso sobre o PNE 2001-2010:

a) Não aceitou o investimento dos 7% do PIB em educação previstos pelo PNE, vetando-os, bem como outras ações.

b) Aceitou o investimento dos 7% do PIB em educação previstos pelo PNE, apesar de ser menos que o necessário.

c) Aceitou o aumento de gastos com educação, permitindo

ampliação de programas de pesquisa e do salário dos professores.

d) O vitorioso programa contra a inflação no primeiro mandato permitiu elevar a arrecadação e o investimento em educação, conforme previsto no PNE, no segundo mandato.

e) Convocou toda a sociedade e a comunidade acadêmica para a elaboração conjunta do PNE 2001-2010.

**3.** Um ponto positivo (A) e um negativo (B) da Lei de Diretrizes e Bases da educação, Lei 9.394/96 são:

a) A - definição do que pode ser efetivamente considerado como gasto com educação; B - exigência da formação em curso superior para professores do ensino fundamental.

b) A - alto percentual do PIB a ser investido em educação; B – pequena participação obrigatória de mestres e doutores nos cursos superiores.

c) A – separação entre ensino profissional e a formação geral; B - definição do que pode ser efetivamente considerado como gasto com educação.

d) A – volta da obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia; B – delegação à iniciativa privada de obrigações que deveriam ser estatais.

e) A - definição do que pode ser efetivamente considerado como gasto com educação. B – pequena participação obrigatória de mestres e doutores nos cursos superiores.

# Seção 4.4

## A educação brasileira nos governos Lula e Dilma: continuidades e rupturas na política educacional

### Diálogo aberto

Terminamos nossa etapa anterior com a aprovação do PNE 2001-2010. Estamos há poucos anos do presente e vivendo diretamente os reflexos do Brasil que surgiu a partir de 2003.

Como você sabe, foi um momento de grandes transformações na política, na economia e no Brasil em geral. Entretanto, não só as mudanças caracterizam essa época, mas também algumas permanências. Estas serão tão importantes quanto as mudanças para nos ajudar a entender a educação de nossos dias. Não por acaso, o título desta seção fala de continuidades e rupturas.

Em 2002, Lula foi eleito presidente da República, sendo reeleito em 2006 e fazendo Dilma sua sucessora em 2010, que se reelegeu em 2014. Para efeito de método, encerraremos nossa análise com a aprovação do novo PNE em julho de 2014, o que de certa forma encerra também as ações do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Analisar esses doze anos de governo trabalhista nos permitirá compreender as rupturas e permanências em relação aos 500 anos de nossa história anterior. Eventualmente, alguns dados serão mais recentes, mas nossa análise termina em 2014.

O que houve a partir de 2003 para o Brasil em geral e para a educação em particular? Houve mudanças qualitativas ou quantitativas em relação à economia e às políticas públicas anteriores? Ou houve apenas uma sequência do que já havia? Quais elementos atravessaram esse período e permanecem até hoje? É possível superá-los também? É necessário superá-los? Quais caminhos se abrem daqui para frente?

São essas as questões que encerram este nosso curso de História da Educação.

## Não pode faltar

Por certo tempo, e de certa forma até recentemente, houve um debate no Brasil justamente sobre essas questões: seria o governo Lula uma continuidade ou uma mudança em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente na economia?

Os autores deste livro não têm dúvida: o governo eleito em 2002 representou muito mais mudanças do que continuidades em relação aos anteriores. E isto pode ser expressado e compreendido, não apenas pelo que se passou no Brasil, mas no mundo em geral.

Vimos na seção passada a derrocada da experiência socialista do Leste Europeu e a prevalência do neoliberalismo nos anos 1990. Essa corrente política defendia redução dos gastos estatais, impostos e serviços públicos, bem como a privatização e redução de direitos sociais. Essa receita, defendida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), foi aplicada na maioria dos países da América Latina e menos desenvolvidos da Europa. Em nenhum deles obteve os resultados esperados e, em função disso, praticamente todos os governos de linha liberal dos anos 1990 foram substituídos por seus críticos, na década seguinte.

O próprio FMI, recentemente, publicou um estudo que questiona sua receita de cortar gastos públicos para sair das crises cíclicas do capitalismo. A adoção de medidas anticíclicas previstas pelo modelo keynesiano nos anos de 1930 voltaram a ser valorizadas. Além disso, a crise mundial iniciada no mercado de crédito imobiliário dos Estados Unidos – e que depois se alastrou para toda a economia capitalista – exigiu a "condenada" intervenção de todos os governos na economia de seus países – inclusive dos mais liberais – para minimizar os efeitos catastróficos da maior crise do capitalismo desde 1930.

Esta é a conjuntura que permeará o estudo desta seção: um novo modelo de governo interno, que nos primeiros anos vê o crescimento do apoio as suas teses econômicas e políticas gerais – seguido da grande crise internacional dos últimos anos. Como será que tudo isso impacta nossas políticas públicas?

Note que por se tratar de um período recente, e como as mudanças na educação exigem alguns anos para produzir resultados e outros tantos para se produzirem análises mais sólidas sobre estes resultados, não

temos ainda uma grande bibliografia a respeito desse período. Optamos, portanto, em apresentar um conjunto sólido de dados estatísticos oficiais de entidades e de estudiosos dos temas, para que você possa avaliar as últimas fases da educação brasileira.

Já vimos na webaula um conjunto de dados que mostram a situação econômica do Brasil no período estudado, 2002 a 2014, em comparação ao período anterior e alguns dados sobre a educação. Se você não viu, não deixe de retomar esse conteúdo, pois é fundamental para a compreensão desta seção.

A eleição de Lula – assim como a de outros novos governos latino-americanos no início do século XXI – decorreu das limitações do modelo adotado anteriormente. A redução dos gastos estatais diminuiu também o ritmo de investimentos privados e o número de empregos gerados. Na verdade, como já vimos na seção anterior, no Brasil houve grande aumento do desemprego ao longo dos anos 1990 até 2004. As políticas sociais voltadas apenas para um extrato muito pequeno da população mais pobre também não contribuía para a redução da pobreza ou da desigualdade.

Embora tenha ocorrido grande aumento da carga tributária naquela década, em especial na segunda metade, a falta de crescimento do PIB limitava a arrecadação dos impostos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (2015), a carga tributária saltou de 24,8% do PIB em 1996 para 32,4% em 2002, ou seja, um aumento real acima de 5% ao ano. Para efeito de comparação, em 2014 a carga tributária chegou a 35,4%, em um aumento médio abaixo de 0,8% ao ano entre 2002 e 2014.

A taxa de crescimento do país também é diferente nos dois modelos. Entre 1989 e 2002, o PIB cresceu 27,9% (2,1% em média ao ano), enquanto de 2002 a 2015, mesmo sofrendo a maior crise do capitalismo desde 1930, cresceu 44,3% (média de 3,4% ao ano).

Esse crescimento foi possível devido a uma mudança de concepção de gestão. Enquanto os governos anteriores tentavam combater a inflação por meio da contenção dos salários, o novo modelo ampliou o mercado consumidor, gerando mais renda, mais empregos e salários maiores, o que se traduziu na melhoria da distribuição de renda, como já vimos na webaula.

Vamos continuar e perceber como essa política se desenrola?

### Mudanças e permanências na educação

Vejamos agora algumas alterações em relação à educação nesse período. Como já comentamos antes, por se tratar de um período recente sobre o qual ainda é difícil avaliar seus resultados futuros, levantamos uma série de dados que podem nos ajudar a compreender um pouco mais as continuidades e rupturas em relação ao modelo anterior.

Apesar da melhoria discreta da qualidade da escola pública e do aumento do acesso a todos os níveis de ensino, ainda há em nosso país uma escola para a elite e outra para os filhos da classe trabalhadora. Como já ficou claro ao longo de todo o curso, isso é próprio da sociedade dividida em classes e não será solucionado dentro do capitalismo que, por natureza, gera continuamente desigualdades. Mesmo nas experiências socialistas, notamos uma distinção entre a formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual. Apenas em uma sociedade sem classes é que seria possível unificar completamente o sistema de ensino, o que não significa que não devemos lutar diariamente para a diminuição dessas diferenças.

Outro aspecto negativo, na opinião dos autores, e de continuidade é a privatização do ensino,principalmente o superior, que foi agraciado com uma enorme receita ou isenção de impostos, o que permitiu uma enorme expansão. Se por um lado essa expansão permitiu a inclusão de milhões de pessoas que passaram a cursar uma faculdade, por outro, como o objetivo da educação privada é reduzir custos e obter lucros, há um conflito permanente entre esses objetivos e a qualidade do ensino oferecida. A única forma de garantir os mesmos direitos a todos seria a universalização da educação superior, como já foi definida para a educação básica.

Além dessas permanências, há também mudanças. A mais importante delas, sem dúvida, é o aumento dos recursos destinados à educação. A criação do  Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2006, em substituição ao Fundef, a Emenda Constitucional n° 59 em 2009, a aprovação da Lei 12.858/2013 que destina os recursos dos royalties de exploração do petróleo para saúde e educação, e a aprovação do segundo PNE, em 2014, representam um conjunto de alterações legais que tendem a colocar a educação brasileira em outro patamar, em alguns

anos. A história nos dirá.

Vamos analisar cada um deles com um pouco mais de calma. O Fundeb representou uma priorização da educação para toda a educação básica, não apenas o ensino fundamental, como o Fundef. Com a Emenda Constitucional n° 59, que tornou obrigatória e gratuita a educação dos quatro aos 17 anos (antes apenas o ensino fundamental era obrigatório, sendo prevista a progressividade para o ensino médio), deu-se prioridade ao conjunto da educação básica, e não apenas ao ensino fundamental, visando aumentar o grau de escolaridade média da população.

Essa Emenda também acabou – progressivamente, até 2011 – com a desvinculação dos recursos da União, a DRU. Essa desvinculação, na prática, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), representou uma redução de R$ 90 bilhões, quatro vezes o orçamento anual do MEC entre 1993 e 2009. Ou seja, é como se em quatro dos dezesseis anos o Ministério da Educação não tivesse orçamento algum. A Emenda n° 59 também determinou que o PNE determinasse um percentual de gastos com educação em relação ao PIB.

Com a Lei 12.858/2013 foi dado outro passo importante para o incremento das verbas para o sistema educacional. A Lei dos Royalties do Petróleo, ou compensação financeira pela exploração, representa um volume enorme de recursos, estimado em R$ 112 bilhões em dez anos, que devem ser investidos na educação, além de outros recursos para a saúde. Isso desde que não haja alterações nesse modelo.

A aprovação do PNE em 2014 também foi um importante marco. Pela primeira vez na história teremos um valor determinado, em relação ao PIB, para investimento na educação. Diferente do PNE anterior, quando o percentual de 7% foi vetado pelo governo, desta vez foi aprovado que se chegue no mínimo nesse patamar em 2019, e aos 10% esperados em 2024. Vimos no início desta unidade que durante a ditadura militar, em 1975, apenas 4,7% do PIB foi investido em educação, mesmo percentual 23 anos depois, em 2002. Em 2013, antes da aprovação do PNE, estava em 6,2%. Em valores corrigidos em 2013, de acordo com os dados públicos, o orçamento total do MEC saltou de R$ 34 bilhões em 2003 para R$ 104 bilhões em 2013. Devemos registrar também que boa parte dos educadores e de suas entidades esperavam que esse aumento dos recursos em relação ao PIB ocorresse antes, não apenas em 2024.

Também é importante destacar o atraso na aprovação do PNE 2014-2024. Essa aprovação deveria ter ocorrido em 2011, mas se arrastou até 2014, entre muitas discussões por interesses políticos e econômicos.

**Pesquise mais**

Você pode e deve acompanhar a execução e o cumprimento das metas do PNE 2014-2024 num portal específico para isso. Visite o *Observatório do PNE*. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 6 out. 2016.

De acordo com outro indicador, que é o valor real (base 2013) investido por aluno, passamos de R$ 2.253,00 para R$ 6.203,00, ou seja, 2,8 vezes maior, já descontada a inflação. Esse crescimento no investimento por aluno ocorreu principalmente na educação básica, havendo pouca alteração na educação superior, embora o crescimento do número de alunos desta tenha sido bem maior.

**Reflita**

A criação do Fundeb, aliada ao aumento da arrecadação dos municípios fruto do crescimento do PIB, garantiu um aumento muito significativo dos recursos disponíveis para as secretarias estaduais e municipais de educação, responsáveis pela educação básica no período estudado. A pergunta que devemos fazer agora é: será que esse grande crescimento no investimento em educação permitiu melhoria nos últimos anos? Será que vai melhorar nos próximos?

Em relação ao futuro, a história nos dirá se o ensino melhorará ou não, isso se os investimentos continuarem mesmo aumentando. Em relação ao passado, temos mais alguns dados.

### Educação básica e técnica

Peguemos a qualidade da educação básica medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O último relatório é de 2015, divulgado pelo Inep em setembro de 2016. Dada a importância, resolvemos incluir aqui a informação mais recente.

São milhares de dados em centenas de tabelas: estado, município, tipo de escola (estadual, municipal, particular) e há grande discrepância e coisas interessantes a serem estudadas. Por exemplo, por que estados

mais pobres atingiram a meta, enquanto estados mais ricos não? Esses estudos podem nos mostrar o que está dando certo e pode ser replicado, por outro lado, o que deve ser abandonado enquanto prática pedagógica e de gestão. Fiquemos aqui apenas com o resultado médio geral nacional.

Tabela 4.1 | Síntese de resultados Ideb 2015

| Tipo\Ano | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | Meta 2015 | Melhorou | Atingiu a Meta? |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fundamental Anos Iniciais Público | 3,6 | 4,0 | 4,4 | 4,7 | 4,9 | 5,3 | 5,0 | Sim | Sim |
| Fundamental Anos Finais Público | 3,2 | 3,5 | 3,7 | 3,9 | 4,0 | 4,2 | 4,5 | Sim | Não |
| Médio Público | 3,0 | 3,2 | 3,4 | 3,4 | 3,4 | 3,5 | 3,9 | Sim | Não |
| Fundamental Anos Iniciais Privado | 5,9 | 6,0 | 6,4 | 6,5 | 6,7 | 6,8 | 7,0 | Sim | Não |
| Fundamental Anos Finais Privado | 5,8 | 5,8 | 5,9 | 6,0 | 5,9 | 6,1 | 6,8 | Sim | Não |
| Médio Privado | 5,6 | 5,6 | 5,6 | 5,7 | 5,4 | 5,3 | 6,3 | Não | Não |

Fonte: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2015/resumo_tecnico_ideb_2005-2015.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

Há várias formas de se interpretar essa tabela. Podemos olhar apenas a última coluna e dizer que só nos anos iniciais do ensino fundamental atingimos a meta. É uma forma de ver os dados. Entretanto, também podemos olhar a tabela toda e considerar a evolução ao longo do tempo. Isso nos mostra que apenas no ensino médio privado não houve melhora nos últimos anos. Note, também, que o Fundeb (que contempla mais verbas para o ensino médio) só foi colocado plenamente em prática em 2009. Isso poderia explicar parte das dificuldades no ensino médio público, mas não na rede privada, o que indica que há outros fatores a se considerar. Também notamos que, em todos os anos e em todos as faixas, houve uma redução da diferença entre a escola pública e a privada.

Ainda podemos olhar para os dados, compará-los com a realidade das escolas, a história da educação brasileira e identificar que as melhorias acontecem, mas precisamos considerar o atraso histórico no desenvolvimento educacional brasileiro. Isto é, os dados de evolução, na prática, ainda não são tão significativos.

**Exemplificando**

Não há estatísticas de qualidade com séries históricas significativas sobre a qualidade do ensino técnico. Entretanto, algumas

informações sintéticas nos ajudam a compreender o que foi feito no período. Até 2002 existiaam no Brasil 140 unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Entre 2003 e 2014 foram construídas 422 novas unidades. Em relação ao número de alunos atendidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), entre 2011 e 2015, foram realizadas 9,4 milhões de matrículas financiadas pelo governo federal, espalhadas por quase 80% dos municípios do país, o que mostra que houve um enorme aumento da oferta desse tipo de ensino.

### Ensino superior

Conforme vimos na webaula, houve grande expansão do ensino superior, sendo o crescimento percentual um pouco maior no ensino privado do que no público.

O ensino superior público federal atendia 560 mil alunos em 2002 e passou a atender quase um milhão e quatrocentos mil alunos em 2014. No mesmo período, foram construídas 18 novas universidades, aumentando os campi universitários de 148 para 321. As vagas oferecidas por sistemas municipais e estaduais, agrupadas, passaram de 592.541 em 2003 para 780.934 em 2014. Como é natural, houve também críticas à forma como foram ampliadas as vagas ofertadas na expansão da rede pública, como encontramos em Léda e Mancebo (2009), que apresentam um conjunto de preocupações com o aumento do número de alunos em sala de aula, aumento das tarefas docentes, preocupações com a qualidade, entre outros.

**Pesquise mais**

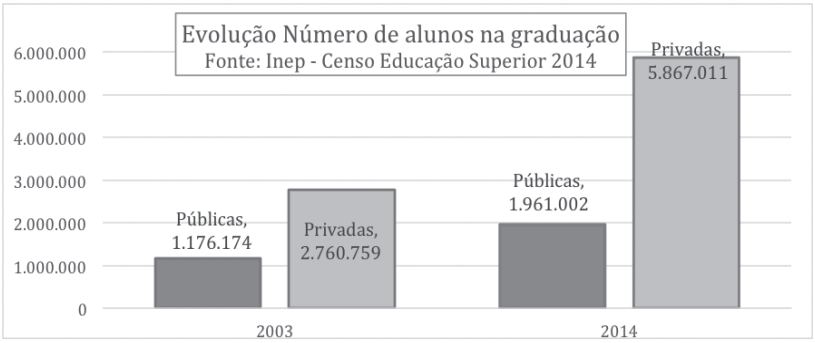
LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente, **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 49-64, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/8457/4922>. Acesso em: 6 out. 2016.

Mas foi na rede privada, e financiada pelo poder público por meio do Programa Universidade Para Todos (ProUni) - concessão de bolsas a estudantes carentes - e pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - financiamento estudantil –, que houve um crescimento ainda maior

das vagas ofertadas no ensino de graduação, saindo de 2,76 milhões de alunos em 2003 para mais de 5,86 milhões de alunos em 2014. Dados oficiais indicam que em 2013, 1.168.198 dos alunos da rede privada eram atendidos pelo programa, o que representava 22% do total de alunos. Em 2014, o ProUni atendia pouco mais de 300 mil alunos.

O gráfico a seguir mostra uma síntese da variação do número de vagas na graduação no período. Novamente notamos a articulação entre a situação política e econômica geral do país e a melhoria no sistema educacional. Se a economia vai bem, os empregos aumentam, o salário médio sobe e há políticas públicas democratizantes, é natural que se observe também um crescimento da escolaridade geral da população, o que só é possível pelo aumento das matrículas nos diversos sistemas de ensino.

Figura 4.4 | Número de alunos na graduação

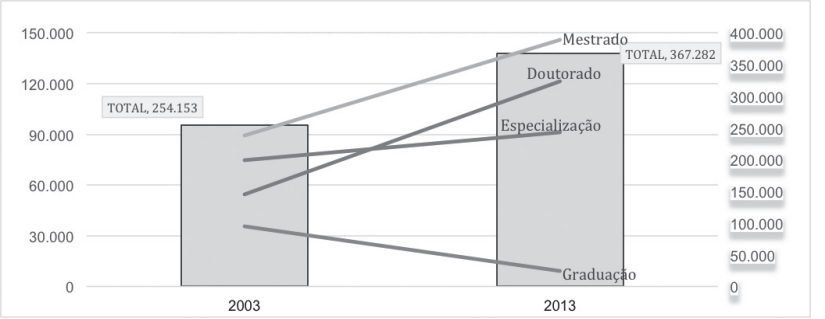



Fonte: Inep – Censo Educação Superior (2014).

Já vimos na webaula que houve um aumento significativo do número de mestres e doutores formados a cada ano. Desta forma, houve também uma alteração substantiva no número e na qualificação dos docentes de nível superior, conforme dados do censo do ensino superior de 2013, citados por Humerez e Jankevicius (s.d.). A mesma tendência é encontrada na rede pública e na rede privada, conforme dados do documento: "a democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014".

Um ponto importante a destacar é que, mesmo com o crescimento do ensino superior público, este ainda não atende à demanda que procura esse grau de ensino e, por isso, o ensino privado vem crescendo tanto nas últimas décadas.

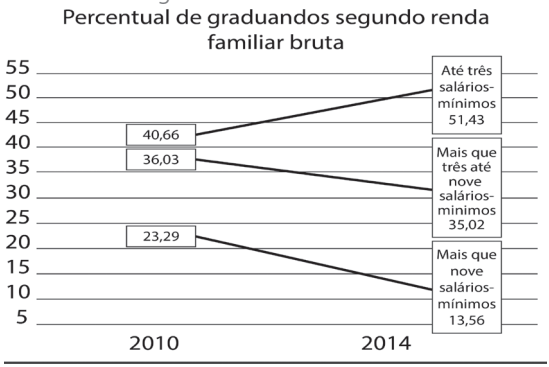
Figura 4.5| Número de docentes no ensino superior, segundo titulação




Fonte: adaptada de Inep, apud Humerez e Jankevicius.

Resta analisar outra mudança registrada no período: o número de estudantes negros e pobres matriculados nas universidades federais depois da adoção do sistema de cotas. Em 2016, foram apresentados os resultados da IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.

Figura 4.6 | Graduandos segundo renda familiar bruta



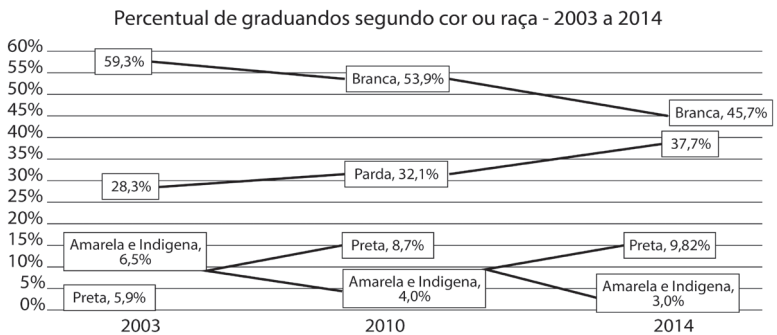

Fonte: Dados Andifes (2016).

Os dados referentes a 2014 mostram que em relação a 2010 houve um aumento significativo do acesso de alunos com renda familiar de até três salários-mínimos e redução do percentual de estudantes com renda familiar acima de nove salários-mínimos. Aqui estamos analisando o percentual de alunos graduandos por faixa de renda, e não o número absoluto, que cresceu, conforme vimos anteriormente.

Já os números em relação à raça ou à cor mostram mudanças mais sutis. Houve um decréscimo da população autodeclarada branca entre 2003 e 2014, sendo mais acentuada a partir de 2010. Houve também um aumento do percentual de pardos, também mais acentuado a partir de 2010. O percentual de pretos, segundo a pesquisa, aumentou 66%, subindo de 5,95 para 9,82%.

A pesquisa mostra uma série de cruzamentos por região e em relação à população total brasileira. Aponta também as discrepâncias e variações existentes na autodeclaração da população em geral, decorrente do racismo latente. Em números absolutos, os dados da pesquisa mostram que em 2003 havia 27.693 pessoas autodeclaradas pretas nas instituições federais. Em 2014, esse número chegou a 92.240, ou seja, 3,3 vezes maior.

Figura 4.7 | Percentual de graduandos segundo cor ou raça – 2003 a 2014




Fonte: Dados Andifes (2016).

É importante enfatizar que nem tudo são flores e muito ainda precisa ser feito. No caso das cotas, temos os problemas encontrados na permanência desses alunos, em virtude de vários fatores sociais, econômicos, de pertencimento, entre outros. Precisamos lutar e garantir uma educação que promova emancipação dos indivíduos.

**Assimile**

Embora lento, o acesso ao ensino superior por parte de um maior número de pessoas negras e/ou com baixa renda familiar expressa uma democratização, o que reforça a necessidade das políticas afirmativas desenvolvidas no período estudado.

## Sem medo de errar

Começamos esta última seção com um conjunto de questões que nos ajudaram a refletir sobre o Brasil atual. O que houve a partir de 2003 para o Brasil, em geral, e para a educação, em particular? Houve mudanças qualitativas ou quantitativas em relação à economia e às políticas públicas anteriores? Ou houve apenas uma sequência do que já havia? Quais elementos atravessaram esse período e permanecem até hoje? É possível superá-los também? É necessário superá-los? Que caminhos se abrem daqui para frente?

Segundo o que grandes estudiosos já fizeram, ao longo de todo o curso interligamos as condições políticas e econômicas, os interesses em jogo, as diferentes propostas em disputa na sociedade e usamos esse quadro geral para explicar o que acontecia com a educação ao longo do tempo. Não foi diferente nesta última seção. Na webaula e no livro, apontamos um conjunto enorme de dados que, se olhados de maneira objetiva e integrada, permite-nos ver que o Brasil mudou muito a partir de 2002, em termos qualitativos e quantitativos.

Percebemos que não é possível pensar em melhoria da educação sem maiores investimentos, sem o aumento do número de vagas, sem políticas inclusivas como as cotas sociais e raciais. Essas modificações não são possíveis se tivermos governos desvinculados dos desejos populares, não eleitos democraticamente, como aconteceu na maior parte da nossa história.

Também deve ter ficado claro que não faz sentido democratizar o acesso e a qualidade da educação se não democratizarmos a sociedade em geral – e isso passa pela melhoria da distribuição de renda, ampliação de direitos sociais e pelo acesso à informação.

As respostas, positivas e negativas, a essas questões encontram-se nos dados aqui apresentados. Volte a eles e pense a respeito. Faça outras perguntas. O que está faltando? O que mais preciso saber? Aonde posso conseguir essas informações? Pesquise, você está se tornando um professor, cuide de sua atualização, questione seus alunos, abra espaço para a dúvida, para a discordância, mas não perca o rigor científico, a análise de dados concretos. Não privilegie a opinião em detrimento da pesquisa objetiva.

**Atenção**

Ao nos aproximarmos do presente, como acontece nesta seção, é natural que opiniões pessoais, políticas e concepções de mundo interfiram com mais força sobre nossa reflexão. Isso é natural e saudável, pois como vimos desde a crítica ao positivismo, não existe uma verdade única, pronta e acabada. A realidade é sempre complexa e passível de várias interpretações. Pense nisso, respeite as diferenças, tente manter uma distância do objeto de estudo, analisar o maior conjunto de dados possíveis para fundamentar cada vez mais sua opinião e colaborar com a formação de seus alunos.

## Avançando na prática

### Elaborando o Projeto Político Pedagógico

#### Descrição da situação-problema

Imagine que você passou em um concurso e assumiu sua vaga como professor efetivo em uma escola na cidade onde mora. A escola está refazendo seu Projeto Político Pedagógico e você faz parte da equipe, ficando responsável por elaborar um histórico sobre a evolução do Ideb no município para subsidiar o planejamento a ser feito. Como você pode fazer isso?

**Lembre-se**

Processo histórico: as mudanças na educação, por envolverem centenas de milhares de professores e o aprendizado de milhões de alunos, em milhares de municípios do país, não ocorrem de uma hora para outra. Eventualmente, são necessárias décadas para que determinadas políticas ou investimentos gerem resultados consistentes e duradouros. Não se apegue aos números isolados como se fossem verdades absolutas, pois são necessárias séries históricas consistentes e consolidadas para nos mostrar uma tendência mais segura.

#### Resolução da situação-problema

Vá até o site do Inep, lá você encontrará todas as séries históricas do Ideb. Procure as do seu estado, do seu município e da sua escola. Veja a evolução dos dados do município em geral, por nível de ensino, pelo tipo de escolas – públicas ou privadas. Monte um panorama da cidade.

Depois, pegue a sua escola e organize os dados sobre ela. Compare com os dados da cidade e pense na tendência verificada.

Faça perguntas às tabelas que encontrar. O que mais elas podem te dizer? Qual é a tendência? O que acontecia na cidade e na escola em cada período que pode ter influenciado os resultados?

**Faça você mesmo**

Você pode começar essa tarefa hoje mesmo. Procure no Inep e veja os dados de seu município, se estão melhorando.

## Faça valer a pena

**1.** De acordo com o que estudamos nesta seção – e neste livro em geral - podemos dizer que para compreender a história da educação:

a) É necessário apenas olhar os dados objetivos, documentos e séries históricas que mostram os resultados reais e concretos da educação.

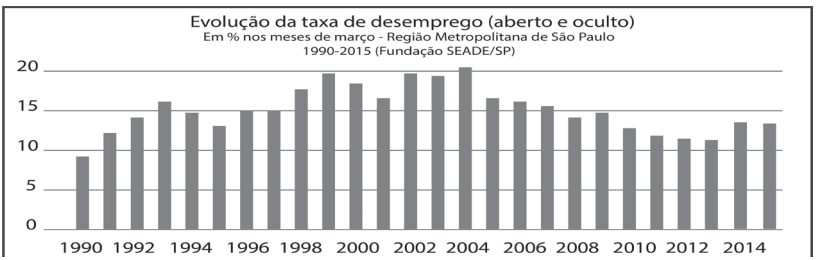
b) É necessário estudar profundamente a história geral e a história do Brasil, saber quem eram os governantes e todos os acertos e erros de cada um deles.

c) É necessário estudar apenas a legislação de cada período, pois é ela que determina o que pode e deve ser feito.

d) É fundamental considerar a interligação entre a educação, as políticas públicas em geral e a situação política e econômica de cada momento.

e) É fundamental isolar as alterações na educação das demais e dos interesses de cada período, para que haja isenção na análise.

**2.** Observe o gráfico a seguir:




Fonte: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 7 set. 2016.

Analisando os dados, podemos dizer que:

a) A queda do muro de Berlim em 1989 gerou uma onda de desemprego mundial que chegou ao Brasil a partir de 1990.

b) Percebe-se uma mudança na tendência a partir de 2005, quando políticas públicas diferentes começaram a produzir efeito.

c) Não é possível deduzir o que acontece no Brasil apenas a partir dos dados da região metropolitana de São Paulo.

d) Ao longo de todo o período há aumento e redução do desemprego, independentemente do governo ou de políticas públicas.

e) Não há alterações que possam ser relacionadas às políticas econômicas de cada período.

**3.** Analise a tabela a seguir com uma síntese dos dados do Ideb 2015:

| Tipo\Ano | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | Meta 2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fundamental Anos Iniciais Público | 3,6 | 4,0 | 4,4 | 4,7 | 4,9 | 5,3 | 5,0 |
| Fundamental Anos Iniciais Privado | 5,9 | 6,0 | 6,4 | 6,5 | 6,7 | 6,8 | 7,0 |

Fonte: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2015/resumo_tecnico_ideb_2005-2015.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

A partir dos dados, podemos afirmar:

a) Como apenas a escola pública atingiu a meta, podemos dizer que finalmente, na média, a escola pública tornou-se melhor do que a privada.

b) Tanto a escola pública como a privada melhoraram entre 2005 e 2015, mas a melhoria da escola pública foi mais expressiva, atingindo sua meta.

c) A diferença entre a escola pública e a privada aumentou nesse período, já que a rede privada obteve nota 6,8, bem acima do 5,3 da escola pública.

d) Os números da escola pública não refletem melhorias reais no sistema, que continua abandonado pelos governantes.

e) Como apenas a escola privada atingiu a meta, podemos dizer que continua havendo um dualismo escolar.

# Referências


ALVES, Fábio. **O papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade**: organização e regulação da educação nacional. Departamento de educação, Fundação Universidade Federal de Sergipe, 2008. Disponível em: <http://portais.seed.se.gov.br/sistemas/portal/arquivos/p14-527_Confer%C3%AAncia%20CONAE%20Japaratuba.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. **Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 9 jul. 2016.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 9 jul. 2016.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 9 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 68.908/71, de 13 de julho de 1971**. Dispõe sobre concurso vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68908.htm>. Acesso em: 9 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em: 9 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispões sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0869.htm>. Acesso em: 9 jul. 2016

BRASIL. Ipea. Comunicados do Ipea nº 155. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, pobreza e políticas de renda. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2016.

BRASIL. **Ipea.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em: 9 jul. 2016.

BRASIL. **Lei 10.172/01 Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016.

BRASIL. **Lei 5.692/71.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 9 jul. 2016.

Brasil. **Lei 9.394/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 28 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 4 set. 2016.

**BRASIL:** nunca mais digital. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/oque-e-obnm>.Acesso em: 16 jul. 2016.

BUENO, Ricardo. **Personagens e pensadores da economia brasileira**. Porto Alegre: Totalcom, 2015. 120 p. Disponível em: <http://www.premiocnh.com.br/livros/livro2015.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

PORTAL Luis Nassif. **A educação nas constituições brasileiras e os desafios da consolidação de uma educação pública de qualidade.** Disponível em: <http://blogln.ning.com/profiles/blogs/a-educa-o-nas-constitui-es-brasileiras-e-os-desafios-da-consolida>. Acesso em: 16 de jul. de 2016.

DRAIBE, Sônia e HENRIQUE, Wilnês. "Welfare state", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 6, p. 53-78, fev. 1988. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_04.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Ministério do Planejamento. **Evolução recente da carga tributária federal**: assessoria econômica do ministério do planejamento, orçamento e gestão. Brasília, 11 nov. 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/assec/evolucao-recente-da-cargatributaria-federal-3.pdf>. Acesso em: 6 out. 2016.

FERREIRA JÚNIOR. Amarilio. Movimento de professores e organizações de esquerda na ditadura Militar. In: SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DE PESQUISAS E CONSTITUIÇÃO DE REDE DE PESQUISADORES, 18., 2009, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/4011/Amarilio%20Ferreira%20jr..pdf?sequence=3>. Acesso em: 16 jul. 2016.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Cândido Alberto et al. O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v.23, n.1, p. 29-52, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19012/11043>. Acesso em: 30 jul. 2016.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. **O Brasil endividado**: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Brasil_endividado.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira:** leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003 135 p.

HUMEREZ, Dorisdaia C. de; JANKEVICIUS, José Vítor. **Evolução histórica do ensino superior no Brasil**. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Evolucao-Historica-no-ensino-superior-no-brasil.pdf>. Acesso em: 4 set. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Evolução da Carga Tributária Brasileira**. Brasília: Assessoria Econômica, 2015. Disponível em: <http://

www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/assec/evolucao-recente-da-carga-tributaria-federal-3.pdf>. Acesso em: 6 out. 2016.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 49-64, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/8457/4922>. Acesso em: 10 set. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed., rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização**: cidadania ou submissão. Campinas: Autores Associados, 2000.

NUNES, César. **A educação pública paulista**: improvisação, abandono e penúria. Disponível em: <http://www.profcesarnunes.com.br/2016/02/23/a-educacao-publicapaulista-improvisacao-abandono-e-penuria/>. Acesso em: 16 de jul. de 2016.

PRONI, Marcelo Weishaupt. História do capitalismo: uma visão panorâmica. **Cadernos do Cesit**, Campinas, n. 25, out. 1997. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/cesit/images/stories/25CadernosdoCESIT.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RIGOTTO, Márcia Elisa; SOUZA, Nali de Jesus de Souza. Evolução da educação no Brasil, 1970-2003. **Análise,** Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 339-358, ago./dez. 2005. Disponível em: <http://www.nalijsouza.web.br.com/educacao_brasil.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

XAVIER, Maria Elizabete S. P.; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História daeducação**: escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

# Anotações

ISBN 978-85-8482-672-8